A ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS
CONTRATANTE

INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA
CONTRATADA

Camilli Cruz e Silva
TESTEMUNHA
CPF: 057.254.564-98
ID:

TESTEMUNHA
CPF:
ID:

Associação *MARCA* para Promoção de Serviços

A MARCA

28.849,05
(S/ reajuste 02/12)

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS E INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA.

A **ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS**, Associação Civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ: 05.791.879/0001-50, localizada na Av. Rio Branco nº122, Sala 170 – Centro – Rio de Janeiro, CEP: 20040-001 doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato por sua Diretora Geral, Sra. **ELISA ANDRADE DE ARAÚJO**, brasileira, solteira, Administradora de Empresas, inscrita no CPF sob o n.º 099.689.767-41, portadora da carteira de identidade nº. 10863131-8, expedida pelo IFP/RJ, endereçada na Rua Esteves Júnior nº 24 – Laranjeiras – CEP: 22231-160 - Rio de Janeiro – RJ; e a empresa **INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA.**, situada à Rua Desembargador Sinval Moreira Dias nº 1.712, bairro Nova Descoberta, Natal/RN CEP: 59.075-340, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.008.185/0001-31, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por seu representante legal, Sr. **EDMILSON PEREIRA DE ASSIS**, brasileiro, empresário, casado, portador da carteira de identidade n.º 282.011, emitida por SSP/RN, inscrito no CPF/MF sob o n.º 130.323.724-53, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO** ao **Contrato de Prestação de Serviços**, devidamente fundamentado no **Regulamento de Procedimento de Contratações de Serviços, Obras e Compras referente ao Contrato de Gestão nº 002/2010**, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. Fica alterada a Cláusula Segunda do referido **CONTRATO** prorrogando-se o termo final de vigência do contrato até o dia 25 de outubro de 2012, observando-se a vigência do **Contrato de Gestão nº 002/2010 e seu termo aditivo**, firmado entre o Município de Natal e a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas do **CONTRATO**, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente **TERMO ADITIVO**.

ELISA ANDRADE DE ARAÚJO
Diretora Geral
CPF: 099.689.767-41

Associação *MARCA* para Promoção de Serviços

A MARCA

E, por estarem assim acordadas em todas as condições e cláusulas estabelecidas no **CONTRATO** e neste **TERMO ADITIVO**, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Natal, 26 de outubro de 2011.

ELISA ANDRADE DE ARAÚJO
Diretora Geral
CPF: 099.689.767-41

ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE

INTERPORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA.

CONTRATADA

INTERPORT SEG VALORES LTDA
Juliana Delgado
Gerente Comercial

TESTEMUNHA

CPF:

ID:

TESTEMUNHA

CPF:

ID:

Associação *MARCA* para Promoção de Serviços

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE JUNTO À UPA DR. RUY PEREIRA DOS SANTOS - PAJUÇARA -, QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS E MARCA PROPAGANDA E MARKETING LTDA.

A **ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS**, Associação Civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ: 05.791.879/0001-50, localizada na Av.Rio Branco nº122, sal 1701 – Centro – Rio de Janeiro, CEP:20040-001, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato por sua Diretora Geral, Sra. **ELISA ANDRADE DE ARAÚJO**, brasileira, solteira, Administradora de Empresas, inscrita no CPF sob o n.º 099.689.767-41, portadora da carteira de Identidade nº. 10863131-8, expedida pelo IFP/RJ, endereçada na Rua Esteves Júnior nº 24 – Laranjeiras – CEP: 22231-160 - Rio de Janeiro - RJ ; e a empresa **MARCA PROPAGANDA E MARKETING LTDA.**, situada à Rua Vereador João Alves da Silva Filho, nº 750, bairro Tirol, Natal/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.110.037/0001-59, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por seu representante legal, Sr. **JOSE IVAN NEVES FERNANDES** , brasileiro, empresário, casado, portador da carteira de identidade n.º 292.946, emitida por SSP/RN, inscrito no CPF/MF sob o n.º 230.516.394-00, resolvem celebrar o presente Contrato de **prestação de serviços**, devidamente fundamentado no **Regulamento de Procedimento de Contratações de Serviços, Obras e Compras referente ao Contrato de Gestão nº 03/2010**, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente CONTRATO tem por objeto a **prestação de serviços de propaganda e publicidade, junto à Unidade de Pronto Atendimento – UPA – Dr. Ruy Pereira dos Santos – Pajuçara -, no Município de Natal - RN, conforme proposta em anexo**, a fim de atender ao Contrato de Gestão nº 003/2010, firmado entre a **CONTRATANTE** e a Prefeitura Municipal de Natal.

1.2. Fica estabelecido que as definições contidas na proposta em anexo são partes integrantes desde CONTRATO, e deverão ser observadas e cumpridas em sua integralidade pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

2.1. O CONTRATO vigerá até 31 de novembro de 2011 a partir da data de sua assinatura, ou seja, 04 meses, observada a vigência do Contrato de Gestão nº 003/2010, firmado entre o Município de Natal e a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

3.1.1. realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;

3.1.2. fornecer à **CONTRATADA** informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente CONTRATO;

3.1.3. facilitar o acesso à todas as unidades de saúde objeto deste contrato;

3.1.4. exercer a fiscalização do CONTRATO;

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1. Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

4.1.1. conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e com estrita observancia ao Ato Convocatório, à proposta apresentada, a este CONTRATO, e à legislação vigente;

4.1.2. fornecer os serviços ora CONTRATADOS, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;

4.1.3. manter, durante toda a duração deste CONTRATO, compatibilidade com as obrigações assumidas, condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na Seleção de Fornecedores;

4.1.4. prestar, sem quaisquer ônus para a **CONTRATANTE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;

4.1.5. responder pelos produtos e serviços fornecidos, na forma do Ato Convocatório, da proposta apresentada, do contrato e da legislação aplicável.

4.1.6. Concluir os serviços e entregar os produtos nos prazos estipulados, impreterivelmente;

4.1.7. A **CONTRATADA** manterá o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, materiais, pormenores, informações, documentos, que venha a ter conhecimento ou acesso, sejam eles de interesse da própria **CONTRATADA** ou de terceiros, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, reproduzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros, sob as penas da lei.

CLÁUSULA QUINTA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. O CONTRATO deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas e legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

5.2. A execução do CONTRATO será acompanhada e fiscalizada por preposto designado pelo **CONTRATANTE**.

5.3. O preposto da **CONTRATANTE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do CONTRATO, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

5.4. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

5.5. A atuação da fiscalização do serviço objeto do CONTRATO não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA SEXTA: DA RESPONSABILIDADE

6.1. A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do CONTRATO, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por Órgão da Administração.

6.2. A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais, oriundos da execução do CONTRATO, podendo a **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

6.3. A **CONTRATADA** será obrigada a apresentar, a cada três meses, prova de que:

6.3.1. está pagando os salários, ou a repartição das cotas, em se tratando de cooperativa, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;

6.3.2. anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social de seus empregados; e

6.3.3. encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

6.4. A ausência da apresentação dos documentos mencionados no item anterior ensejará a retenção do valor do pagamento da parcela(s) devida(s), que só poderá ser realizado mediante a regularização da falta.

CLÁUSULA SÉTIMA: PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** pelos serviços prestados, **OBJETO** deste CONTRATO, o valor global de R$15.000,00 (quinze mil reais), sendo o valor mensal de R$ 3.750,00 (três mil e setecentos reais), conforme cronograma de desembolso previsto na proposta de prestação de serviços em anexo.

4 meses

7.2. O pagamento será efetuado mensalmente pela **CONTRATANTE**, através de ordem de pagamento bancário ou depósito em conta corrente, informada pela **CONTRATADA**, mediante a entrega de Nota Fiscal, acompanhada de Relatório, constando a discriminação dos serviços executados.

7.3. Verificada a compatibilidade do serviço executado com o Relatório apresentado, a **CONTRATANTE** fará o devido pagamento, em até 5 (cinco) dias do atesto dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

8.1. O presente CONTRATO poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, ou por mútuo interesse das partes, sempre visando ao melhor cumprimento deste Instrumento e do Contrato de Gestão celebrado entre a **CONTRATANTE** e a Prefeitura de Natal.

8.2. As alterações serão feitas sempre através de Termo(s) Aditivo(s), na forma das Cláusulas e condições deste Instrumento Contratual.

CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO

9.1. O presente CONTRATO poderá ser rescindido por ato unilateral da **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, sem que caiba a **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

9.2. Na hipótese de rescisão do CONTRATO, na forma do item 9.1, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a **CONTRATADA** sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre os valores pagos pelo **CONTRATANTE** durante a vigência do CONTRATO, além das perdas e danos que forem apurados.

9.3. O presente CONTRATO também se dará por rescindido em caso de rescisão antecipada do Contrato de Gestão nº 003/2010, firmado entre a **CONTRATANTE** e a Prefeitura de Natal, sem que caiba qualquer indenização à **CONTRATADA**, sendo devidas apenas as despesas já realizadas, referente aos serviços executados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES CONTRATUAIS E DEMAIS PENALIDADES

10.1. A inexecução dos serviços, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil, as seguintes penalidades:

10.1.1. advertência;

10.1.2. multa de até 5% (cinco por cento) sobre os valores pagos pelo **CONTRATANTE** durante a vigência do CONTRATO, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta

10.1.3. Suspensão temporária do direito de participar de procedimento de Seleção de Fornecedores de futuras contratações executadas pela **CONTRATANTE**, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

10.2. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do **CONTRATANTE**.

10.3. A sanção prevista no subitem 10.1.2 desta Cláusula poderá ser aplicada cumulativamente à outra.

10.4. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão unilateral do CONTRATO, nos termos da Cláusula Décima.

10.5. A multa contratual prevista no item 10.1.2 não tem caráter compensatório, não eximindo com o seu pagamento a **CONTRATADA** das perdas e danos das infrações cometidas.

10.6. O prazo da suspensão previsto no item 10.1.3 será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

10.7. Será remetida a Diretoria Geral da **CONTRATANTE** cópia do ato que aplicar qualquer penalidade a **CONTRATADA**, a fim de que seja averbada a penalização no Cadastro Único de Fornecedores da **CONTRATANTE**, previsto no art. 13 do **Regulamento de Procedimento de Contratações de Serviços, Obras e Compras referente ao Contrato de Gestão nº 003/2010**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS AÇÕES JUDICIAIS

11.1. As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou que a execução do CONTRATO tenha acarretado, que não comportam cobrança amigável, serão cobrados em juízo.

11.2. Caso a **CONTRATANTE** tenha de comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

12.1. O presente CONTRATO não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CONTRATANTE**, e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado.

Associação *MARCA* para Promoção de Serviços.

12.2. Anuindo a **CONTRATANTE** com a cessão ou a transferência, o cessionário ficará subrogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no Instrumento Convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos não previstos neste CONTRATO serão resolvidos de comum acordo entre as Partes, com a confecção de um Termo Aditivo, onde ficará previsto o caso omisso, observada a legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO DE ELEIÇÃO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Natal, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente CONTRATO que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordadas em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste CONTRATO, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Natal / RN, 01 de Agosto de 2011.

A ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS
CONTRATANTE

MARCA PROPAGANDA E MARKETING LTDA.
CONTRATADA

TESTEMUNHA
CPF: ID:

TESTEMUNHA
CPF: ID:

A MARCA

Associação *MARCA* para Promoção de Serviços

1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE JUNTO A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA DR. RUY PEREIRA DOS SANTOS - PAJUÇARA -, QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS E MARCA PROPAGANDA E MARKETING LTDA.

A **ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS**, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, inscrita no CNPJ sob o nº 05.791.879/0001-50, localizada na Av. Rio Branco nº122, sala 1701 – Centro – Rio de Janeiro, CEP: 20040-001, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato por sua Diretora Geral, Sra. **ELISA ANDRADE DE ARAÚJO**, brasileira, casada, Administradora de Empresas, inscrita no CPF sob o nº 099689767-41, portadora da Carteira de Identidade nº 10863131-8, expedida pelo IFP/RJ, endereçada na Rua Esteves Junior, nº 24, apto. 304 – Laranjeiras – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22231-160, e a empresa **MARCA PROPAGANDA E MARKETING LTDA.**, situada à Rua Vereador João Alves da Silva Filho, 750, Bairro Tirol – RN, CEP: 59.014-530, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.110.037/0001-59, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por seu representante legal, Sr. **JOSE IVAN NEVES FERNANDES**, brasileiro, empresário, casado, portador da carteira de identidade nº 292946, emitida por SSP/RN, inscrito no CPF/MF sob o nº 230516394-00, resolvem celebrar o presente **TERMO ADTIVO** ao Contrato de **prestação de serviços**, devidamente fundamentado no **Regulamento de Procedimento de Contratações de Serviços, Obras e Compras referente ao Contrato de Gestão nº 003/2010**, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. Fica alterada a Cláusula Segunda do referido **CONTRATO** prorrogando-se o termo final de vigência do contrato até o dia 07 de dezembro de 2012, observando-se a vigência do Contrato de Gestão nº 003/2010 e seu termo aditivo, firmado entre o Município de Natal e a **CONTRATANTE**.

A MARCA

Associação *MARCA* para Promoção de Serviços

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas do **CONTRATO**, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente **TERMO ADITIVO**.

E, por estarem assim acordadas em todas as condições e cláusulas estabelecidas no **CONTRATO** e neste **TERMO ADITIVO**, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 08 de Dezembro de 2011.

ELISA ANDRADE DE ABAÚJO
Diretora Geral
CPF: 099.689.767-41

A ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS
CONTRATANTE

MARCA PROPAGANDA E MARKETING LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHA
CPF:
ID:

TESTEMUNHA
CPF:
ID:

EXELENTISSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE NATAL/RN.

Processo nº 0803701-81.2012.8.20.0001

MARCONDES DE SOUZA DIÓGENES PAIVA, administrador judicial já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem à presença de Vossa Excelência apresentar RELATÓRIO PRELIMINAR DA ADMINSTRAÇÃO JUDICIAL – Período 28 de junho a 27 de julho de 2012.

Nesses Termos

Confia no deferimento.

Natal/RN, 31 de julho de 2012.

Marcondes de Souza Diógenes Paiva
Interventor Judicial – Associação Marca/Natal

Este documento foi assinado digitalmente por MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA. Protocolado em 31/07/2012 às 22:31:15.
Se impresso, para conferência acesse o site http://esaj.tjrn.jus.br/esaj, informe o processo 0803701-81.2012.8.20.0001 e o código C12AA.

RELATÓRIO PRELIMINAR DA ADMINISTRAÇÃO PROVISÓRIA DA ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS – PERÍODO DE 28 DE JUNHO A 27 DE JULHO DE 2012.

I. DA ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MARCA

a. Da Estrutura administrativa:

A estrutura administrativa da Associação Marca para a execução dos Contratos de Gestão nº 002/2010 e 003/2010 (para operacionalizar o gerenciamento Hospitalar e executar ações e serviços de saúde nos ambulatórios médicos especializados – AME'S (Planalto, Nova Natal e Brasília Teimosa) e na unidade de pronto atendimento Dr. Ruy Pereira dos Santos – UPA/Pajuçara) é concentrada no Rio de Janeiro-RJ (Departamento financeiro, compras, contabilidade, Recursos Humanos, Assessoria jurídica, Diretoria Administrativa), inclusive as contas bancárias para recepcionar os repasses desses contratos.

Em Natal se conta com um escritório com cinco auxiliares administrativos - estes sem nenhum poder de comando e/ou gestão.

b. Do quadro de Pessoal:

O quadro de pessoal é constituído de 18 funcionários contratados pela Associação Marca, sendo 5 destes locados no escritório, 11 nas gerências das unidades (gerência de Administrativas e de enfermagem) e 02 diretores Médicos.

Para compor o quadro de pessoal da assistência (atividade fim) das unidades, a Associação Marca contratou a Salute Sociale, empresa especializada em terceirização de mão-de-obra, (Médicos, Enfermeiros, Tec. De enfermagem, ASG, dentistas, auxiliares, farmacêuticos, técnicos de farmácia, tec. de Raio X, auxiliares administrativos), num total de 363 funcionários, distribuídos da seguinte forma: AME Brasília teimosa: 75 funcionários; AME Nova Natal: 100 funcionários; AME Planalto: 58 funcionários; UPA Pajuçara: 130 funcionários e Escritório Local: 01 funcionário (Analista de RH).

Este documento foi assinado digitalmente por MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA. Protocolado em 31/07/2012 às 22:31:15.
Se impresso, para conferência acesse o site http://esaj.tjm.jus.br/esaj, informe o processo 0803701-81.2012.8.20.0001 e o código C12AB.

Por falta de documentação – em decorrência da busca e apreensão vinculada a operação Assepsia do MP/RN -, ainda não se tem conhecimento do valor do contrato entre a Associação Marca e a Salute Sociale, apesar da insistente solicitação junto a direção da Associação Marca, de tais registros, os mesmos ainda não foram entregues à Administração judicial.

Aparentemente existe uma relação muito próxima da Associação Marca e a prestadora de mão-de-obra terceirizada Salute Sociale, inclusive a assessoria jurídica de ambas é a mesma, levando a crer fazerem parte do mesmo grupo empresarial.

Como ocorreram inúmeros atrasos nos pagamentos (dezembro de 2011 a junho/2012) dos funcionários, sendo pagos fora dos prazos legais, o Ministério Público do Trabalho instaurou procedimento com vistas a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), para tal foi realizada audiência no ultimo dia 25 do mês em curso, com a presença da Secretária de Saúde, Coordenador Administrativo e de Finanças, além do Assessor jurídico da Secretaria de Saúde, Procurador Geral do Município, Gerente de RH da Salute e a Advogada Assistente da Salute – Marca.

Na oportunidade foi exposto que a Associação Marca não poderia se comprometer sem que o Município de Natal também se comprometa (firmar o TAC), ao alegar que depende dos repasses do próprio Município para fazer o pagamento aos funcionários.

Foi designada nova audiência para o dia 03 de agosto de 2012, atendendo ao requerimento do Procurador Geral do Município, para que também fosse convocada a Secretária de Planejamento do Município do Natal, a fim de apresentar um cronograma de repasses a Associação Marca.

c. <u>Laboratório ACI/Laborsul (Laboratório Zona Sul) e/ou Núcleo de Diagnósticos Ltda.</u>

Inicialmente se faz necessário esclarecer que há uma confusão de nomes (Laboratório ACI/Laborsul - Laboratório Zona Sul e/ou Núcleo de Diagnósticos Ltda.). Tal fato se dá pela não apresentação de documentação constitutiva

Este documento foi assinado digitalmente por MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA. Protocolado em 31/07/2012 às 22:31:15.
Se impresso, para conferência acesse o site http://esaj.tjrn.jus.br/esaj, informe o processo 0803701-81.2012.8.20.0001 e o código C12AB.

do laboratório e nas entrevistas com o Gerente Administrativo, o Sr. Fernando Muccillo, com o Bioquímico Gilson Marques Teodoro e com o próprio dono do laboratório, o Sr. Igor Couto da Cruz, estes falaram nos nomes dos três laboratórios sem esclarecerem quem é quem (Rio de Janeiro: Laboratório ACI, Natal: Laborsul – Laboratório Zona Sul e no Resultado do Exame Núcleo de Diagnósticos Ltda.).

Logo no princípio da Intervenção Judicial, o Laboratório de análises clínicas - Laboratório Zona Sul/ ACI Serviços médicos e/ou Núcleo de Diagnósticos Ltda., se comprometeu em apresentar a documentação constitutiva, licenças de funcionamento (Covisa), Registro no Conselho Regional de Farmácia, contrato de prestação de Serviços com a Associação Marca para Promoção de Serviços e, relatório detalhado de como era realizado o processo de coleta e envio das amostras para o laboratório no Rio de Janeiro; ato que não se concretizou, apesar de inúmeras promessas feitas pelo Sr. Igor Couto da Cruz, diretor do Laboratório ACI Serviços Médicos (RJ).

Um fato que chama a atenção é que os exames dos pacientes atendidos nas AME'S são feitos no Rio de Janeiro. As amostras aqui coletadas são enviadas diariamente por via aérea (TAM), o que põe em questão a viabilidade econômica do contrato e a qualidade dos resultados, dentre outras questões de ordem técnica.

Os exames da UPA Pajuçara são feitos dentro da própria unidade aqui em Natal.

Como já citado, até a presente data nenhuma documentação foi apresentada e resta pendente de resultados uma quantidade elevadíssima de exames, ou seja, foi realizada a coleta e não foram entregues os resultados dos mesmos; veja-se o atual quadro de pacientes sem resposta de seus exames: AME Planalto: 292 pacientes; AME Brasília Teimosa: 852 pacientes; AME Nova Natal: 953 pacientes, totalizando 2.097 pacientes (14.679 exames), o que fatalmente irá comprometer o cumprimento das metas das Unidades, além de expor a risco a saúde dos usuários que buscaram a assistência médica em tais unidades de saúde.

Este documento foi assinado digitalmente por MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA. Protocolado em 31/07/2012 às 22:31:15.
Se impresso, para conferência acesse o site http://esaj.tjrn.jus.br/esaj, informe o processo 0803701-81.2012.8.20.0001 e o código C12AB.

Diante das graves irregularidades concernentes á documentação e a não entrega dos resultados dos exames de 2.097 pacientes, entramos em contato por telefone com o Senhor Sr. Igor (proprietário RJ) e o comuniquei que a partir de 27 de julho de 2012 o Laboratório ACI/Laborasul não mais realizaria exames laboratoriais para as AME's e que a permanência do contrato ("verbal") da UPA será avaliado nos próximos dias conjuntamente com o Ministério Público, dada a cautela exigida, uma vez que o serviço é de urgência e emergência, funcionando 24 horas.

Diante do quadro acima citado, a administração judicial entrou em contato com o Laboratório de Análises Clínicas Dr. Paulo Gurgel, pois este já operou anteriormente nas unidades, ficando acordado que reassumirá todos os trabalhos nas mesmas para que não haja descontinuidade dos serviços à população.

O Laboratório de Análises Clínicas Dr. Paulo Gurgel se comprometeu em manter os mesmos preços praticados no suposto "contrato" das AME's (Tabela SUS + 12%), numa média de 18.000 exames/mês.

No caso da UPA o valor do "contrato" com o Laboratório ACI (informações verbais do Sr. Igor) é de R$ 33.000,00 por 4.500 exames/mês e o excedente aplica-se tabela SUS + 12% (média: 8.500 exames/mês).

Em face da gravidade da situação aqui relatada, em 27/07/2012, foi enviado à Covisa e ao Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Norte, requerimento solicitando a instauração de procedimento administrativo com vistas a apuração das supostas irregularidades em face do Laboratório Zona Sul/ ACI Serviços médicos e/ou Núcleo de Diagnósticos Ltda.

d. <u>Prestação de contas da Associação Marca x Secretaria Municipal de Saúde de Natal.</u>

Foi solicitada à direção geral da Associação Marca a regularização e apresentação das prestações de contas pendentes (Abril, maio e junho/2102), junto a Secretaria Municipal de Saúde; tal ausência de prestação, foi objeto de cobrança por telefone por parte da Secretária de Saúde de Natal (Dra. Ariane) diretamente à administração Judicial.

Este documento foi assinado digitalmente por MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA. Protocolado em 31/07/2012 às 22:31:15.
Se impresso, para conferência acesse o site http://esaj.tjrn.jus.br/esaj, informe o processo 0803701-81.2012.8.20.0001 e o código C12AB.

Nesse sentido foi encaminhado um ofício à Secretaria esclarecendo que é de responsabilidade da Direção Geral da Associação Marca a apresentação de prestação de contas, cabendo apenas a administração judicial a prestação de contas mensal ao Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública, no tocante aos valores recebidos e pagos pela conta judicial, nos termos da Decisão e Compromisso Judicial. Que o processo de prestação de contas da Associação Marca para com o Município de Natal não sofrerá nenhuma alteração, seguindo o rito nos termos contratados com a municipalidade; posteriormente ficou acertado que será enviado mensalmente para a Secretaria Municipal de Saúde cópia da prestação de contas da intervenção judicial.

Até a presente data a Associação Marca não entregou a prestação de contas de Abril/2012.

e. Coopmed

Desde a intervenção em 28/06/2012, temos mantido constantemente contato com a direção da COOPMED, com a participação em três reuniões na Associação Médica, representados pelo Dr. Fernando Pinto e pelo Dr. Julimar Nogueira. Dentre os assuntos discutidos, se destaca a pontualidade no pagamento a Coopmed (honorários médicos) por parte da Associação Marca, acomodações (repouso), cartilha de contra-referenciamento para o atendimento na UPA e o cumprimento da carga horária por parte dos médicos cooperados.

Com relação a este último ponto, foi informado pela Cooperativa, e confirmado pelos Diretores Técnicos das Unidades, Dr. Danton Novaes e Dra. Francisca de Assis que, apesar de não haver nenhum documento escrito, foi realizado um acordo entre a COOPMED e a Direção da Associação Marca (com o aval da Secretária Municipal de Saúde de Natal) para que os plantões de 6 horas dados nas AME's sejam cumpridos com carga horária de 4 horas e/ou 20 atendimentos por plantão. Como, segundo eles, houve um acordo sem documentação que o comprove, informei na reunião que levaria o assunto ao conhecimento do Ministério Público para aprofundar a discussão e regularizar a questão.

Este documento foi assinado digitalmente por MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA. Protocolado em 31/07/2012 às 22:31:15.
Se impresso, para conferência acesse o site http://esaj.tjrn.jus.br/esaj, informe o processo 0803701-81.2012.8.20.0001 e o código C12AB.

Essa irregularidade ocorre também com os médicos contratados (CLT) diretamente pela Associação Marca - Salute Sociale.

Atualmente prestam serviços pela Coopmed 79 médicos e com contrato de trabalho diretamente com a Associação - Salute Sociale, 27 médicos.

f. Assessoria/Consultoria a Intervenção Judicial

Diante da falta de departamentos de contabilidade, financeiro e Recursos humanos no escritório local da Associação Marca e de pessoal capacitado, se fez necessária a contratação de uma empresa de Consultoria e Assessoria para auxiliar nos trabalhos da Intervenção Judicial.

Inicialmente foi feito contato com duas empresas de contabilidade: a Métodos Contabilidade e a Cass Auditores; ambas com reconhecida experiência na área de contabilidade e auditoria hospitalar.

A Cass Auditores, por intermédio de seu Diretor Técnico e Negociações, o Sr. Olegário Prestrelo, informou que não poderia fazer o assessoramento da intervenção judicial, mas estaria disposto a realizar tal auditoria somente depois de reunidos todos os registros contábeis, financeiros, pessoal, fiscais etc., o que no caso ficou inviabilizado diante da ausência de documentação e registros no atual momento, em face das medidas cautelares de busca e apreensão.

A Métodos Contabilidade apresentou proposta para prestação dos serviços no valor global de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais) composta por seis módulos:

1 - Assessoria nos aspectos da folha de pagamento mensal;

2 - Prestação de contas mensal;

3 - Acompanhamento do fluxo de processos;

4 - Acompanhamento do fluxo de pessoas;

5 - Financeiro: Controle do contas a pagar e a receber;

Este documento foi assinado digitalmente por MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA. Protocolado em 31/07/2012 às 22:31:15.
Se impresso, para conferência acesse o site http://esaj.tjrn.jus.br/esaj, informe o processo 08003701-81.2012.8.20.0001 e o código C12AB.

6 - Assessoria nos aspectos contábeis e financeiros ao interventor jurídico nomeado.

A previsão é que a partir do terceiro mês só será necessário apenas os módulos 2 e 5 (Prestação de contas mensal e Financeiro: Controle do contas a pagar e a receber), passando o contrato para o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).

g. Manutenção

Nas Unidades se constata a necessidade de serviços de manutenção prenventiva e corretiva, tanto nas AME's como na UPA, serviços esses de pintura, eletricidade, hidrúlica, funilaria, estofaria, dentre outros.

A Associação Marca matém dois contratos com a empresa G e J Dedetização de Pragas Ltda ME, um para manutenção preventiva e corretiva no valor de R$ 5.890,00 por mês e outro para limpeza das caixas d'aguas das AME's a cada três meses, no valor de R$ 330,00 por mês, sendo que a aquisição de todos os insumos e equipamentos utilizados para realização dos serviços, ficavam sob a resposabilidade da contratante. Tais contratos têm prazo de vigência até dezembro de 2012.

Em reunião com o proprietário da prestadora de serviços, se evidenciou claramente que a empresa não detém conhecimento e capacidade técnica para a execução dos contratos e que, em primeira análise, o contrato se mostra excessivamente oneroso para a contratante.

Feita vistoria nas unidades, se constatou que os serviços de manutenção não estavam sendo executados pela contratada, vindo esta a alegar que não estava realizando os serviços porque a Associação Marca não estava comprando os insumos para execução dos mesmos.

Detectada a irregularidade, a medida cabível, logo de imediato, seria rescindir tais contratos. Porém, quando os gerentes das unidades foram chamados para discutir o caso, estes informaram que os arquivos (cerca de 600 caixas-arquivo, documentos administrativos e prontuários dos pacientes), estavam sendo

Este documento foi assinado digitalmente por MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA. Protocolado em 31/07/2012 às 22:31:15.
Se impresso, para conferência acesse o site http://esaj.tjrn.jus.br/esaj, informe o processo 0803701-81.2012.8.20.0001 e o código C12AB.

guardados na casa do proprietário da empresa G e J, o Sr. Jussimar Alves da Silva, no bairro de Nova Descoberta, e que não existia nenhum contrato para tal finalidade.

Em visita a casa do mesmo, para se averiguar tal situação, ficou constatado que os documentos estavam totalmente abandonados em uma área externa da moradia (varanda), sem qualquer condição de segurança e conservação, podendo inclusive serem molhados pelas chuvas do atual período (junho/julho).

Para sanar tal situação, contratou-se a empresa Mais Arquivo, empresa especializada em guarda de documentos hospitalares, sob o custo unitário por mês/por caixa-arquivo de R$ 0,60 (sessenta centavos), com custo total mensal de R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) para 600 caixas-arquivo. Todos os documentos foram retirados da casa do Sr. Jucimar no ultimo dia 24 do corrente, e transportado para as instalações da contratada.

A rescisão do contrato com a empresa G e J será efetivada nessa semana.

Nos próximos dias, contrataremos profissional especializado em manutenção hospitalar para elaborar, coordenar e executar um plano de Manutenção Prevetiva e Corretiva nas Ame's e na Upa.

h. Assessoria de Imprensa, Publicidade e Propaganda.

Foram rescindidos dois contratos com a Empresa Escrita Comunicação, representada pela sua proprietária Anna Karinna Cavalcante da Silva, que tinha como objeto a assessoria de Imprensa, um para as AME's no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e um para a UPA no valor de 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais).

Nesse mesmo sentido foi rescindido um contrato com a Arte & C Comunicação Integrada Ltda., representada pelo seu proprietário, o Sr. Arturo Silveira Dias de Arruda Câmara, que tinha como objeto a prestação de serviços de propaganda e publicidade para as AME's no valor de R$ 9.500,00 (nove mil e seiscentos reais).

Este documento foi assinado digitalmente por MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA. Protocolado em 31/07/2012 às 22:31:15.
Se impresso, para conferência acesse o site http://esaj.tjm.jus.br/esaj, informe o processo 0803701-81.2012.8.20.0001 e o código C12AB.

Foi rescindido também um contrato com a empresa Marca Propaganda e Marketing Ltda., representada pelo Sr. José Ivan Neves Fernandes, que tinha como objeto a prestação de serviços de propaganda e publicidade junto á Unidade de Pronto atendimento – UPA/Pajuçara, no importe de R$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais) por mês.

O motivo determinante para a rescisão dos contratos acima se lastreou em dificuldade financeira por parte da municipalidade, como também, não foi sopesado como essencial para a manutenção dos serviços à população.

Encontra-se em fase de auditoria a confirmação dos créditos, já que ambas as empresas alegaram que a Associação Marca deve vários meses dos respectivos contratos.

i. Segurança Patrimonial

A segurança patrimonial das Unidades é realizada pela empresa Interfort Segurança de Valores Ltda., com cinco postos de segurança armada 24 horas por dia, sete dias por semana em cada unidade, sendo um posto em cada AME e dois postos na UPA Pajuçara.

Pelos dois postos da UPA Pajuçara cobra-se o valor de R$ 19.232,79 (dezenove mil duzentos e trinta e dois reais e setenta e nove centavos) por mês e, pelos três postos das AME's o valor é de R$ 28.849,05 (vinte e oito mil oitocentos e quarenta e nove reais e cinco centavos).

A Empresa apresentou requerimento de reajuste retroativo a fevereiro de 2012 dos contratos, em virtude de reajuste nos salários da categoria vinculada ao Sindicato, requerendo que tais contratos sejam elevados para R$ 21.201,18 (vinte e um mil duzentos e um reais e dezoito centavos) e R$ 31. 801,77 (trinta e um mil oitocentos e um reais e setenta e sete centavos), respectivamente; Estes ainda não foram analisados.

Um fato atípico nesses contratos é que os mesmos são para segurança armada (bem mais cara), e o que se constata é que o serviço é prestado por seguranças desarmados.

Este documento foi assinado digitalmente por MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA. Protocolado em 31/07/2012 às 22:31:15.
Se impresso, para conferência acesse o site http://esaj.tjm.jus.br/esaj, informe o processo 0803701-81.2012.8.20.0001 e o código C12AB.

Segundo a empresa, tal fato se deu em virtude de dois assaltos com refém na UPA Pajuçara; assaltos estes que objetivavam a tomada das armas e dos coletes a prova de bala dos vigilantes.

Em continuidade, foi informado que os dirigentes da Marca, em deliberação com o Secretário de Segurança do Estado e o Comando da Polícia da Capital, receberam a recomendação para a retirada das armas dos seguranças, para evitar que novos ataques viessem a ocorrer. Fato que se concretizou, segundo a empresa de segurança, não tendo sido noticiado nenhum evento dessa natureza nas unidades após a retirada das armas dos guardas que lá trabalham.

Considerando que os seguranças desarmados atendam as necessidades das Unidades, ao ser questionado sobre os termos e preços do contrato, a empresa alegou não poder adequar o contrato para seguranças desarmados porque é impedida pela convenção coletiva da categoria, que preceitua que a segurança em órgãos públicos deverá ser feita necessariamente por segurança armada.

Diante do impasse será convocada uma reunião com a direção da Interfort, Ministério Público e Sindicato da Categoria com o objetivo de adequar o contrato.

2. DO FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES:

Todas as unidades encontram-se funcionando normalmente; a prioridade nesses primeiros trinta dias da intervenção foi à manutenção dos serviços e a garantia do atendimento à população sem nenhuma interrupção.

As unidades contam com equipes de assistência comprometidas e qualificadas prestando um serviço de qualidade.

O abastecimento de materiais e medicamentos das unidades encontra-se devidamente regularizados.

a) Da documentação e registros

Não há documentação ou registros administrativos no escritório local (contratos, escalas, pedidos e orçamentos de material e medicamentos,

Este documento foi assinado digitalmente por MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA. Protocolado em 31/07/2012 às 22:31:15.
Se impresso, para conferência acesse o site http://esaj.tjrn.jus.br/esaj, informe o processo 0803701-81.2012.8.20.0001 e o código C12AB.

folha de pagamento do pessoal, controles de pagamentos, contas a receber e contas a pagar, agendas de fornecedores e prestadores de serviços), pois foram recolhidos na operação assepsia com as medidas de busca e apreensão.

Além da absoluta falta de documentação administrativa, o escritório não tem computadores com os registros das rotinas, pois estes também foram apreendidos na operação, o que dificulta ainda mais o restabelecimento das informações essenciais à administração judicial.

Foi feito pedido de restituição de equipamentos e documentos administrativos recolhidos na operação de busca e apreensão realizada no escritório local da Associação Marca. Em seguida a documentação e os equipamentos foram separados, estando sua liberação pendente de apreciação do Ministério Público e despacho do Juiz da 7ª Vara Criminal (Processo nº 0120177-41.2012.8.20.001).

Diante da necessidade de documentação e registros foi solicitado à direção geral no Rio de Janeiro, na pessoa da Sra. Elisa Araújo, o envio da documentação abaixo:

1) Estatuto Social e Regimento Interno atual e os vigentes nos exercícios de 2011 e 2012;

2) Cópias das Atas de Assembleias de AGO e AGE, realizadas nos exercícios de 2011 e 2012 (até a data atual);

3) Livro de Atas de reunião dos conselhos de administração, conselho fiscal e diretoria executiva dos exercícios de 2010, 2011 e 2012 (até a data atual);

4) Livro de Atas das Assembléias Gerais;

5) Cópia das normas internas e/ou procedimentos operacionais dos setores administrativo-financeiros;

6) Cópia do organograma destacando o nome dos responsáveis pelos cargos de chefia/gerencias;

7) Inscrição no CNPJ, Inscrição estadual e Municipal;

Este documento foi assinado digitalmente por MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA. Protocolado em 31/07/2012 às 22:31:15.
Se impresso, para conferência acesse o site http://esaj.tjrn.jus.br/esaj, informe o processo 0803701-81.2012.8.20.0001 e o código C12AB.

8) Cópia do Alvará de Funcionamento;

9) Certidões negativas/positivas de tributos federais, da dívida ativa da união, previdência social, de tributos estaduais, e tributos municipais e do FGTS;

10) Relação de todos os bancos que possuem movimentação em 2011 e 2012, com endereço completo, telefone e pessoa de contato (gerente da conta);

11) Extratos bancários onde recebiam os recursos dos contratos junto a Secretaria Municipal de Saúde de Natal (de janeiro/2012 a junho de 2012, individualizado por mês);

12) Dados completos da Assessoria Jurídica, incluindo endereço, telefone, e-mail e contato;

13) Extratos e Conciliações bancárias de dezembro/2011 e de Janeiro/2012 a Junho de 2012.

14) Boletim/Relatórios de caixa dos meses de dezembro de 2011 a junho de 2012;

15) Listagem atualizada de empregados contendo: nome completo, admissão, função, salário e gratificações;

16) Plano de cargos e carreira (se houver);

17) Resumo Geral das Folhas de pagamento de janeiro/2012 a junho/2012 (individualizada por mês);

18) Folha de Pagamento analítica de empregados, dos diretores (pro labore) e prestadores autônomos dos exercícios de 20011 e 2012;

19) Relatórios do sistema financeiro de contas a pagar (vencidos e a vencer) em posição retroativa a 31/12/2011; (impresso e em arquivo eletrônico);

Este documento foi assinado digitalmente por MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA. Protocolado em 31/07/2012 às 22:31:15.
Se impresso, para conferência acesse o site http://esaj.tjrn.jus.br/esaj, informe o processo 0803701-81.2012.8.20.0001 e o código C12AB.

20) Relatório do sistema financeiro de contas a receber (vencidos e a vencer) em posição retroativa a 31/12/2011; ou na sua ausência a composição dos saldos de duplicadas nessas datas;

21) Relatório do Sistema de Controle Patrimonial das Unidades (UPA Pajuçara, AME Nova Natal, AME Brasília Teimosa e AME Planalto) em 31 de dezembro de 2011;

22) Relatório analítico das provisões de férias e 13º salário posição em 31 de dezembro de 2011 e atual 2012;

23) Relatório Financeiro de pagamentos efetuados de 01 de janeiro a 30 de junho de 2012;

24) Relatório de contas a pagar e contas a receber atualizado (Atual);

25) Cópias dos contratos com prestadores de serviços, consultorias e assessorias a parir de Janeiro de 2012 (todas as Unidades);

26) Mapas de cotação das compras dos últimos seis meses (mat/med e almoxarifado);

Apesar do prazo final para a entrega da documentação ter expirado em 23 de julho de 2012, estes não foram enviados. No entanto, a Sra. Elisa (diretora geral Associação Marca) informou, por telefone, que toda a documentação será entregue nesta segunda-feira (30/07/2012).

Nesse período a administração judicial foi reconstruindo, dentro do possível, os registros e remontando o fluxo das informações para que não houvesse a paralisação dos serviços à população e garantíssemos o mínimo de segurança administrativa, como por exemplo: cópias dos contratos e notas fiscais com os principais fornecedores e/ou prestadores de serviços, mas sempre dependendo da documentação original a ser encaminhada pela administração geral no Rio de Janeiro/RJ.

3. <u>FINANCEIRO</u>

Este documento foi assinado digitalmente por MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA. Protocolado em 31/07/2012 às 22:31:15.
Se impresso, para conferência acesse o site http://esaj.tjrn.jus.br/esaj, informe o processo 0803701-81.2012.8.20.0001 e o código C12AB.

Como a administração judicial ainda não teve acesso a contabilidade, fluxo de caixa, extratos bancários, contas a receber e contas a pagar, dentre outras documentações, ainda não foi possível falar sobre a situação financeira antes da intervenção, nem elaborar qualquer parecer contábil, financeiro e tributário enquanto a documentação requerida não estiver de posse da administração judicial.

A Administração interventora encontrou uma situação de extrema dificuldade financeira, pois o Município estava com repasses atrasados desde abril/2012 , na ordem de R$ 10.846.384,40 (dez milhões oitocentos e quarenta e seis mil e trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos).

Segundo a administração geral no Rio de Janeiro, não tinha nenhum lastro financeiro, tinham várias faturas a vencer de fornecedores e prestadores de serviços, atraso com a Coopmed (honorários médicos) dos meses de maio e junho/2012 no valor de 982.409,18 (novecentos e oitenta e dois, quatrocentos e nove reais e dezoito centavos), a folha de pessoal do mês de junho, a primeira parcela do 13ª salário, férias e demissões a serem pagas já na primeira semana de julho (06/07/2012), compromissos que atingiam o total de R$ 980.000,00 (novecentos e oitenta mil reais).

Diante desse cenário negativo, mantivemos contato imediatamente com a Secretaria Municipal de Saúde, com o intuito de estabelecermos um cronograma mínimo para garantir a manutenção dos serviços à população, pois como se tratava de salários dos funcionários e honorários médicos, existia um risco de paralisação em virtude de greves.

Diante de tal quadro, o Ministério Público da Saúde realizou audiência no dia 06 de julho de 2012 para deliberar, entre outros assuntos, sobre os repasses em aberto da SMS/Natal com a Marca, onde se fizeram presentes: Dra. Kalina Correia Filgueira (Promotora da Saúde), Dra. Ariane Macedo (Secretária de Saúde), Dr. Francisco Wilker (Procurador Geral do Município), Dra. Selma Menezes (Sempla) e Dra. Sijara Nobrega (Secretária adjunta de Gestão e Trabalho da SMS/Natal).

Este documento foi assinado digitalmente por MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA. Protocolado em 31/07/2012 às 22:31:15.
Se impresso, para conferência acesse o site http://esaj.tjrn.jus.br/esaj, informe o processo 0803701-81.2012.8.20.0001 e o código C12AB.

Na oportunidade, o Município expôs sua dificuldade financeira, porém, sinalizou com o repasse mínimo de R$ 1.000.000,00 (um milhão) para pagamento dos funcionários e, garantindo na semana seguinte, apresentar o cronograma de repasses para o restante do mês de julho.

Todas as parcelas pactuadas na audiência no Ministério Público da Saúde foram integralmente cumpridas pela Secretaria Municipal de Saúde, segundo o seguinte cronograma:

- 13/07 - 1ª Parcela: R$ 1.000.000,00 (Um milhão) para pagamento líquido da folha de funcionários de junho/12, 1ª parcela do 13º Salário e férias (EXECUTADO);

- 20/07 – 2ª Parcela: R$ 1.000.000,00 (Um milhão) para pagamento médicos (Coopmed) (EXECUTADO);

- 23/07 – 3ª Parcela: R$ 1.600.000,00 (Um milhão e seiscentos mil reais) para pagamento de Fornecedores, prestadores de Serviços, encargos sociais e FGTS. (EM EXECUÇÃO);

Em levantamento na Associação Marca e ratificado pela Secretaria Municipal de Saúde, consta em atraso os seguintes repasses:

UNIDADE	VALOR A REPASSAR	VALOR REPASSADO
AMES NOVA NATAL - AMES BRASÍLIA TEIMOSA - AME PLANALTO		
ABRIL	2.435.457,85	2.435.457,85 (julho/12)
MAIO	2.435.457,85	
JUNHO	2.435.457,85	
JULHO	2.435.457,85	
	9.741.831,40	
UPA PAJUÇARA		
ABRIL	1.180.003,80	1.164.542,15 (julho/12)
MAIO	1.180.003,80	
JUNHO	1.180.003,80	
JULHO	1.180.003,80	
TOTAL A SER REPASSADO	**4.720.015,20**	
TOTAL GERAL	**14.461.846,60**	**3.600.000,00**
SALDO A REPASSAR	**R$ 10.861.846,60**	

Este documento foi assinado digitalmente por MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA. Protocolado em 31/07/2012 às 22:31:15.
Se impresso, para conferência acesse o site http://esaj.tjm.jus.br/esaj, informe o processo 0803701-81.2012.8.20.0001 e o código C12AB.

RESUMO DEMONSTRATIVO DO PERÍODO 01/07 A 27/07/2012

RECEITAS	
Repasse Financeiro 13/07/2012	1.000.000,00
Repasse Financeiro 20/07/2012	2.600.000,00
TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS	**3.600.000,00**

CUSTOS E DESPESAS	
Custo Exames e Honorários Médicos	**1.087.129,58**
Exames Laboratoriais e diagnóstico por imagem	104.720,40
Plantões Médicos - Coopmed	982.409,18
Despesas com Pessoal	**1.210.675,82**
Salários	549.628,10
Férias	70.870,03
13º Salário	333.439,88
Rescisões	12.512,35
Pensão Alimentícia	173,05
Vale Refeição	3.151,75
INSS	73.775,72
FGTS	86.673,87
Vale Transporte	34.188,70
Contribuições Sindicais	3.632,72
IRRF s/ Salários e Ordenados	35.454,51
Pis s/ folha	7.175,14

Despesas Administrativa	**8.213,48**
Energia Elétrica	783,20
Água e Esgoto	641,72
Telecomunicação	1.457,79
Aluguel	3.687,77
Serviços de Entrega	453,00
Fundo Fixo	1.000,00
Manutenção Telefone Escritório	190,00

Despesas Tributárias	**517,83**
Inmetro	517,83

Este documento foi assinado digitalmente por MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA. Protocolado em 31/07/2012 às 22:31:15.
Se impresso, para conferência acesse o site http://esaj.tjm.jus.br/esaj, informe o processo 0803701-81.2012.8.20.0001 e o código C12AB.

Despesas Patrimoniais	**2.681,14**
Aquisição de Compressor	2.681,14

Despesas Financeiras	**7.437,49**
Tarifas Bancárias	7.437,49
TOTAL DAS DESPESAS PAGAS	**2.316.655,34**

Saldo Bancário Anterior	**0,00**
(+) Receitas	3.600.000,00
(-) Despesas	2.316.655,34
Saldo Bancário em 27/07/2012	**1.283.344,66**

Demonstrativo do Saldo Disponível em 27/07/2012	
Saldo do Extrato	1.283.434,66
(-) Cheque nº 850007 não compensado	(90,00)
SALDO EM 31/01/2012	**1.283.344,66**

Apesar dos repasses realizados em julho/2012 pela Secretaria Municipal de Saúde de Natal terem sido cumpridos, foi enviada a esta, com cópia ao Ministério Público da Saúde, o cronograma de repasse para pagamento da folha de pessoal de agosto (05/08/2012), honorários Médicos (20/08/2012), tributos, encargos sociais, FGTS, Prestadores de serviços e fornecedores para o mês de Agosto/2012, conforme abaixo:

- 31/07 - 1ª Parcela: R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para pagamento da folha de funcionários de julho/2012 - liquida (sem encargos);

- 15/08 – 2ª Parcela: R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para pagamento dos médicos (Coopmed);

- 20/08 – 3ª Parcela: R$ 1.400.000,00 (Um milhão e quatrocentos mil reais) para pagamento de Fornecedores (abastecimento), prestadores de Serviços e encargos sociais da folha de pagamento de pessoal, FGTS e obrigações tributárias.

Todos os pagamentos junto aos fornecedores e prestadores de Serviços serão realizados após a validação pela auditoria interna.

Este documento foi assinado digitalmente por MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA. Protocolado em 31/07/2012 às 22:31:15.
Se impresso, para conferência acesse o site http://esaj.tjm.jus.br/esaj, informe o processo 0803701-81.2012.8.20.0001 e o código C12AB.

4. LEVANTAMENTO PATRIMONIAL

Em execução. Será apresentado no relatório final (final de agosto).

Natal/RN, 31 de julho de 2012.

Atenciosamente,

Marcondes de Souza Diógenes Paiva
Interventor Judicial – Associação Marca/Natal

ANEXOS:

I - 7ª Vara Criminal - Pedido de Restituição de coisa apreendida - 05_07

II - Associação Marca - Repasses em aberto - 20_07

III - Associação Marca - Resumo da Folha de pessoal Junho_12

IV - Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Norte - Oficio 27_07

V - Coopmed - Resumo de pagamentos em atraso

VI - Covisa - Vigilância sanitária - Oficio 27_07

VII - Métodos Contabilidade - Proposta de prestação de serviços - 11_07

VIII - Ministério Público da Saúde - Ata de Reunião - 06_07_12

IX - Ministério Público do Trabalho - Ata de Audiência - 25_07

X - Secretaria Municipal de Saúde - Conta bancária Judicial - 03_07

XI - Secretaria Municipal de Saúde - Cronograma de repasses Agosto - 26_07

XII - Secretaria Municipal de Saúde - Intervenção Judicial - 02_07

XIII - Secretaria Municipal de Saúde - Intervenção Judicial - Prestação de Contas - 16_07

Este documento foi assinado digitalmente por MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA. Protocolado em 31/07/2012 às 22:31:15.
Se impresso, para conferência acesse o site http://esaj.tjrn.jus.br/esaj, informe o processo 0803701-81.2012.8.20.0001 e o código C12AB.

XIV - Art e C Comunicação - Contrato e aditivo

XV - Coopmed - AMES - Contrato e aditivos

XVI - Coopmed - UPA - Contrato e aditivos

XVII - Escrita Comunicação - AMES - Contrato e aditivo

XIII - Escrita Comunicação - UPA - Contrato e aditivo

XIX - G e J Dedetização - AME - Limpeza de reservatórios - Contrato e aditivo

XX - G e J Dedetização - AME - Manutenção - Contrato e aditivo

XXI - Interfort Seguraça - Requerimento de reajuste retroativo a fev_12

XXII - Interfort Segurança - AMES - Contrato e aditivo

XXIII - Interfort Segurança - UPA - Contrato e aditivo

XXIV - Interfort Segurança - UPA - Contrato e aditivo

Este documento foi assinado digitalmente por MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA. Protocolado em 31/07/2012 às 22:31:15.
Se impresso, para conferência acesse o site http://esaj.tjrn.jus.br/esaj, informe o processo 0803701-81.2012.8.20.0001 e o código C12AB.

Tribunal de Contas do Estado - TCE/RN
Unidade Diretoria de Expediente
TERMO DE RECEBIMENTO

Aos 06 dias do mês de 08 do ano de 2012 neste Diretoria de Expediente, recebi este doc. Contendo volume(s) e folha(s) numeradas, recebendo nº 11565/2012 -TC.

Natália Coelho
Assinatura/Nome/Matrícula

Tribunal de Contas do Estado - TCE/RN
Unidade Diretoria de Expediente
TERMO DE REMESSA

Aos 06 dias do mês de 08 do ano de 20 12 neste Diretoria de Expediente, foi remetido doc. 1 (ao).

Marco de Almeida Emmanuel Cleto
Diretor de Expediente

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE

TCE-RN
Fls 000172
Rubrica
Matrícula

Diretoria de Expediente

TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO

Aos 06 dias do mês de 08 do ano de 2012, nesta Diretoria de Expediente, procedemos ao encerramento deste processo nº 11565/2012 contendo 172 folhas.

Certificamos, ainda, que os versos de todas as folhas deste processo encontram-se em branco.

14319.7
Assinatura/Nome/Matrícula

Tribunal de Contas do Estado – TCE/RN
Unidade: Diretoria de Expediente
TERMO DE RECEBIMENTO

Aos 06 dias do mês de 08 do ano de 2012, nesta Diretoria de Expediente, recebi este DOC, contendo 1 volume(s) e 172 folha(s) numeradas, recebendo nº 11565/2012 TC

14319.7
Assinatura/Nome/Matrícula

Tribunal de Contas do Estado – TCE/RN
Unidade: Diretoria de Expediente
TERMO DE REMESSA

Aos 06 dias do mês de 08 do ano de 2012, nesta Diretoria de Expediente, faço remessa deste processo à (ao)

PGMPE/TC
DR. RICART CESAR C. dos SANTOS

Marco de Almeida Emerenciano
Diretor de Expediente

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
do Estado do Rio Grande do Norte

TERMO DE RECEBIMENTO 11565/2012

Recebi nesta data o processo/documento nº ..... com volume (s) e ..... folhas enviado pelo (a) ..... desse Tribunal de Contas.

Natal, 06/08/2012

Assinatura e Matrícula

Pedro Augusto C. da Câmara
Mat. 75.776-4

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
PROCURADORIA GERAL
DISTRIBUIÇÃO
Ao Procurador do MPJTC
Ricardo Cesar Coelho dos Santos
Em 06 / 08 / 2012
82.303-0
Assinatura do MPJTCERN

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte

Processo nº. : 011565/2012
Interessado : Promotoria de Justiça da Comarca de Natal
Assunto : Juntada de documentos e abertura de novo volume

DESPACHO Nº 065/2012

De ordem do Exmo. Procurador Dr. **Ricart César Coelho dos Santos,** remetam-se os autos ao Protocolo da Procuradoria-Geral do Ministério Público, para que proceda à **juntada** da documentação em anexo, consistente em Ofício da 48º Promotoria de Justiça da Comarca de Natal, acompanhado de outros documentos de interesse à instrução do processo em epígrafe.

Considerando a já extensa quantidade de folhas do caderno processual, reputa-se pertinente que se promova a abertura de novo volume dos autos, para melhor acomodação da documentação em comento.

Após, retornem-se os autos a este Gabinete.

Natal (RN), 8 de agosto de 2012.

José Américo da Costa Júnior
Assessor de Gabinete, Mat. 9853-1.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE
48ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NATAL
Promotoria de Defesa dos Direitos da Saúde - PROSUS
Avenida Marechal Floriano Peixoto, 550, Petrópolis, Natal-RN - CEP 59020-500 Telefone: (84) 32327180

0621/2012/48PmJ

24 de julho de 2012

Exmo. Sr. Dr.
RICART CÉSAR COELHO DOS SANTOS
Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
Av: Getúlio Vargas, 690 - Petrópolis - 59.012-360
Natal – RN

Exmo. Sr. Procurador,

Tramita na 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal a Ação Civil Pública nº 0023766-04.2010.8.20.0001, ajuizada no ano de 2010, objetivando o reconhecimento da inconstitucionalidade na qualificação e contratação de entidades privadas como organizações sociais, para gerenciamento da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no Bairro Pajuçara e Ambulatório Médico Especializados (AME) nos Bairros de Brailia Teimosa, Nova Natal e Planalto.

Paralelamente ao regular curso do processo, investigações capitaneadas pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte constataram que a Associação Marca, entidade privada gestora das unidades de saúde acima destacadas, estava sendo utilizada a serviço de um esquema de desvio de recursos públicos, através de uma complexa e estruturada organização criminosa, consoante registrado nas decisões de busca e apreensão e decretação de prisões preventivas e temporárias dos investigados pela 7ª Vara Criminal desta Capital na "Operação Assepsia" (Processo nº 0120177-41.2012.8.20.0001).

Com a prisão de seus reais dirigentes, a Organização Social gestora de unidades de saúde no município de Natal restou acéfala, com evidente potencialidade de causar riscos aos serviços de saúde prestados pelas Unidades geridas pela Associação Marca, além de uma total paralisia gerencial, decorrentes da ausência de uma pessoa responsável por sua administração.

Diante da necessidade de se evitar riscos à saúde da população e com arrimo nas normas que amparam as tutelas de urgência no direito brasileiro, a 48ª Promotoria de Justiça requereu cautelarmente intervenção judicial na Associação Marca por meio da Medida Cautelar nº 0803701-81.2012.8.20.0001, o que restou deferido em 28 de junho do presente ano, em decisão cujo dispositivo transcreve-se a seguir:

> *Diante do exposto, concedo a medida liminar requerida, determinado: a) decretar, incidentalmente, a intervenção judicial na ASSOCIAÇÃO MARCA , nomeando interventor o Sr. MARCONDES DE SOUZA DIÓGENES PAIVA, como administrador provisório, para gerir*

temporariamente a entidade, devendo o mesmo comparecer imediatamente perante este Juizo para prestar compromisso e tomar ciência da decisão, passando a desempenhar bem e fielmente suas funções; b) Fixo como remuneração mensal do administrador, por analogia ao art. 767, do CPC, o valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais); c) Deverá o administrador: 1) apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias, cronograma da execução e duração da administração da entidade e relatório preliminar da situação financeira e patrimonial da mesma; 2) apresentar relatório mensal da administração provisória, até o décimo quinto dia útil do mês subsequente, contendo detalhadamente informações gerenciais, patrimoniais, contábeis e financeiras; 3) realizar auditoria, em prazo a ser indicado no cronograma de administração financeira a ser apresentado, sobre a situação econômica, patrimonial, financeira e administrativa da entidade. d) determino a abertura de conta judicial no Banco do Brasil para fins de centralização de todas as movimentações financeiras e depósitos da receitas e despesas advindas do contratos celebrados entre a entidade e o Poder Público Municipal, devendo a conta ser movimentada exclusivamente pelo interventor nomeado; e) Fica autorizado o acesso do Ministério Público ás informações e documentos bancários, fiscais, e contábeis da Associação Marca, bem como às suas dependências físicas, para o regular exercício de fiscalização da entidade. Cite-se a requerida para responder, no prazo legal. Decorrido o prazo, com ou sem resposta, faça-se conclusão dos autos.

Com a designação judicial do interventor, o mesmo passou a desempenhar suas funções na Associação Marca, consoante as atribuições previstas na decisão acima transcrita, bem como a encaminhar à 48ª Promotoria de Justiça relatório das atividades realizadas.

Nos relatórios encaminhados, identificam-se irregularidades apontadas pelo interventor na administração das unidades de saúde objeto do contrato de gestão com a Associação Marca. Dentre elas, destacam-se a celebração de contratos de prestação de serviços e fornecimento de materiais em valores superiores aos pagos no mercado; contrato com empresas de prestação de serviços com questionável habilitação técnica; atraso no pagamento dos funcionários; malversação dos valores transferidos; falta de organização das atividades; e deficiências na prestação de contas ao Município de Natal.

Considerando as irregularidades identificadas, esta Promotoria de Justiça entende que a situação apresentada ostenta evidente risco às contas públicas do Município, a ensejar a atuação do Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas na perfeita delimitação de responsabilidades e apuração precisa dos potenciais prejuízos causados ao Erário.

Da leitura do texto constitucional, percebe-se que os Tribunais de Contas consistem em fundamentais instituições voltadas à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, de modo a garantir o equilíbrio financeiro dos gastos públicos e atenção à legislação que disciplina as transferências de verbas orçamentárias.

Do mesmo modo, o Ministério Público Especial que atua junto ao Tribunal de Contas, consiste em órgão de legitimidade constitucional, de caráter técnico, destinado a atuar perante o Tribunal de Contas e apurar eventuais situações de inobservância da legislação orçamentária.

Diante do quadro que se apresenta, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte vem propor ao Ministério Público Especial de Contas uma atuação conjunta com as Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde Pública.

Em anexo ao oficio, seguem os supracitados relatórios elaborados pelo interventor, oficios encaminhados pelo Município de Natal acerca das transferências realizadas, atas de reunião realizadas entre o Ministério Público Estadual e representantes do Município de Natal e os principais encaminhamentos ocorridos na Medida Cautelar nº 0803701-81.2012.8.20.0001, que resultou na intervenção judicial da Associação Marca.

No ensejo, renovo os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Iara Maria Pinheiro de Albuquerque
48ª Promotora de Justiça, em substituição legal

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE NATAL

TERMO DE COMPROMISSO DE ADMINISTRADOR PROVISÓRIO

Aos 28 dias do mês de junho de 2012, na cidade e Comarca de Natal, na Secretaria desta 5ª Vara da Fazenda Pública, compareceu o Sr. **MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA**, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF 565.840.914-49, RG 1.250.515 SSP/RN, residente na rua Dr Mucio Galvão, 487, Tirol Residence, Barro Vermelho - CEP 59022-530, Natal-RN, a quem o Juiz de Direito nomeou Interventor Judicial da parte demandada, o qual tomou ciência da decisão de fls. 178/184, prestando neste ato o COMPROMISSO de desempenhar a função de Administrador Provisório da referida empresa, em virtude de decisão proferida nos autos do processo nº **0803701-81.2012.8.20.0001,** Ação Cautelar Inominada, promovida pelo **Ministério Público Estadual** contra **Associação Marca Para Promoção de Serviços**, o que foi aceito pelo compromissado, que, na presente data, promete desde logo fielmente cumprir, sem dolo, a função que lhe foi atribuída. Deverá o administrador cumprir a determinação contida na decisão: 1) apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias, cronograma da execução e duração da administração da entidade e relatório preliminar da situação financeira e patrimonial da mesma; 2) apresentar relatório mensal da administração provisória, até o décimo quinto dia útil do mês subsequente, contendo detalhadamente informações gerenciais, patrimoniais, contábeis e financeiras; 3) realizar auditoria, em prazo a ser indicado no cronograma de administração financeira a ser apresentado, sobre a situação econômica, patrimonial, financeira e administrativa da entidade; d) determino a abertura de conta judicial no Banco do Brasil para fins de centralização de todas as movimentações financeiras e depósitos da receitas e despesas advindas do contratos celebrados entre a entidade e o Poder Público Municipal, devendo a conta ser movimentada exclusivamente pelo interventor nomeado; e) Fica autorizado o acesso do Ministério Público ás informações e documentos bancários, fiscais, e contábeis da Associação Marca, bem como às suas dependências

físicas, para o regular exercício de fiscalização da entidade. Nada mais para constar, eu, João Alberto Dantas, Diretor de Secretaria da 5ª Vara da Fazenda Pública, digitei e subscrevi o presente termo que, lido e achado conforme, segue assinado pelo compromissado e pelo MM. Juiz de Direito.

CÍCERO MARTINS DE MACEDO FILHO
Juiz de Direito em substituição legal

MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA
Administrador provisório

Recebi em
02/07/2012
Filgueira
-RMP-

Natal, 02 de julho de 2012.

Ilma. Sra. Dra.
Kalina Correia Filgueira
DD. Promotora de Justiça da
47ª Promotoria de Defesa dos Direitos da Saúde

Ref.: Informação sobre as Providências iniciais da Intervenção Judicial Provisória na Associação Marca/Natal.

Prezada Dra.

Inicialmente, em 29/06/2012, foi realizada uma reunião na sede da Associação Marca com todos os gestores (Diretores Médicos, Diretor odontológico, Gerentes Administrativos, Gerentes de enfermagem e Supervisão Farmacêutica) das Unidades UPA Pajuçara, AME Nova Natal, AME Planalto e AME Brasília Teimosa, bem como, com todos os funcionários que estão lotados no escritório local.

Após as apresentações de praxe, foi exposto a necessidade de manutenção dos serviços á população e que, inicialmente, não haverá nenhuma mudança operacional que prejudique o andamentos dos trabalhos assistenciais nas unidades.

Em seguida visitei a UPA Pajuçara juntamente com o Diretor Médico Danton Novaes e o Gerente Administrativo Ivanderlei França. A unidade apresenta, aparentemente, normalidade no atendimento á população.

Nessa semana que se inicia iremos visitar as AME's. Visitas que serão feitas de maneira aleatórias e agendadas nas unidades (UPA's e AME's), com o intuito de averiguar possíveis falhas na operação e no atendimento à população.

Da reunião com os gestores e com o pessoal administrativo do escritório surgiram alguns pontos importantes que passo a relatar:

1. Os computadores (cinco) que foram recolhidos em face do mandado de busca e apreensão no escritório da MARCA (Praça das Flores) quando serão devolvidos? Já que são instrumentos de trabalho e que sem eles fica impossível dar continuidade aos serviços administrativos, precisamos

urgentemente dessa resposta, do contrário teremos que em caráter de urgência adquirir novos equipamentos.

2. Alguns documentos que foram apreendidos na operação são documentos administrativos, que dos quis precisamos de pelo menos cópias para dar andamento a rotina, tais como: Escalas da unidades, pedidos de material e medicamento das unidades (para o mês de julho/2012), folha de pagamento do pessoal, controle de pagamento de fornecedores e prestadores de serviços. Qual a possibilidade desses documentos serem entregues pelo menos em cópias?

3. Segundo informações dos Diretores Médicos Dr. Danton Novaes e Dra. Francisca de Assis existe um atraso de três meses no pagamento dos médicos vinculados á Cooperativa dos Médicos (COOPMED), os quais já ameaçam paralisar o atendimento caso não seja rapidamente regularizada a situação. Já determinei o agendamento de uma reunião com a direção da cooperativa com o intuito de checar os valores apresentados pela Associação Marca e também tranquilizá-los quanto á normalidade das atividades e a necessidade da manutenção da prestação dos serviços por parte dos médicos. Importantíssimo regularizar o pagamento com a máxima urgência possível.

4. No que tange a folha de pagamento de funcionários contratados pela ASSOCIAÇÃO MARCA até maio/2012 (vencimento 05 de junho/2012) todos estão em dia, no entanto a preocupação maior é com relação a folha de pagamento de JUNHO/2012 vencida em 30/06/2012 e prazo máximo para pagamento de até a sexta-feira dia 06 de julho de 2012. Ressalto que a ação de pagamento em dia, ou seja, até 06/07/2012 é de extrema importância tanto para ganharmos a confiança dos funcionários, bem como, para evitar possíveis paralizações e protestos, que a meu ver é possível se não cumprirmos com o pagamento nas datas acima.

5. Com relação aos REPASSES de recursos da Secretaria Municipal de Saúde de Natal à ASSOCIAÇÃO MARCA, foi relatado, pelo então superintendente local, o Sr. Alex Baldace (funcionário contratado), que constam em atraso TRES meses. Solicitei um levantamento detalhado dos

valores por competências e contratos. Ponto importantíssimo para ser resolvido para manter a regularidade no pagamento dos fornecedores, funcionários, médicos e prestadores de serviço. Deverei ainda nessa segunda feira despachar com a Secretária de Saúde Dra. Ariane Rose de Macedo sobre o assunto. Caso não garanta de imediato o pagamento para que possa suprir as necessidades de pagamento de folha de pessoal, abastecimentos, pagamento de médicos e prestadores de serviço. Se faz necessário uma medida judicial de URGÊNCIA, visando garantir os recursos necessários ao cumprimento dessas obrigações.

6. Outra informação importante, que merece toda atenção, refere-se aos futuros repasses, inclusive os que estão prestes a serem pagos, pois, no escritório local não existe nenhum setor financeiro, e ao que se sabe os REPASSES eram feitos diretamente ao Escritório da Associação no Rio de Janeiro, onde detêm e administram as contas bancárias que recepcionam os recursos desses contratos. Já solicitei os extratos bancários das contas dos últimos seis meses (de janeiro de 2012 até 30 de junho de 2012). Nesse mesmo sentido estou entregando a Secretária de Saúde uma carta informando os novos dados bancários para pagamentos dos contratos junto á Secretaria, inclusive os valores atrasados que também sejam pagos nessa mesma conta judicial.

Diante da absoluta falta de documentação e de computadores (com os arquivos) no escritório da Associação Marca todas as informações acima relatadas foram colhidas de forma verbal, das quais já foi solicitado a elaboração de novos relatórios e/ou cópias dessa documentação junto ao escritório central no Rio de Janeiro.

Diante da situação de transição, e para se evitar qualquer reflexo negativo junto á população, adotou-se a estratégia de pacificação e manutenção das rotinas até resolvemos as questões acima elencadas.

Segue em anexo: Organograma simplificado, Folha de pagamento junho/2012, Relatório de Repasses pendentes da Secretaria Municipal de Saúde a Associação Marca, Relatório de pendências com a Cooperativa de Médicos, dados bancários da conta judicial junto ao Banco do Brasil.

Atenciosamente

Marcondes de Souza Diogenes Paiva
Interventor Judicial – Associação Marca/Natal

Natal, 02 de julho de 2012.

Ofício: 069

Para: Dr. Marcondes Diógenes

Assunto: Repasses em aberto

Venho através deste informar a V.S.ª pendência relativo ao atraso do pagamento da PREFEITURA DE NATAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE a ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇÕES, CNPJ: 05.791.879/0001-50 , nos períodos abaixo relacionados:

AMES NOVA NATAL – AME BRASÍLIA TEIMOSA- AME PLANALTO

COMPETENCIA	Valor da Nota
ABRIL	R$ 2.435.457,85
MAIO	R$ 2.435.457,85
JUNHO	R$ 2.435.457,85
TOTAL	**R$ 7.306.373,55**

UPA PAJUÇARA

COMPETENCIA	Valor da Nota
ABRIL	R$ 1.180.003,80
MAIO	R$ 1.180.003,80
JUNHO	R$ 1.180.003,80
TOTAL	**R$ 3.540.011,40**

Totalizando R$ 10.846.384,95 (dez milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, trezentos e oitenta e quatro e noventa e cinco centavos).

Sem mais;

02.07.12

Associação Marca para Promoção de Serviços
CNPJ: 05.791.879/0004-01
Av. Hermes da Fonseca, 384 - Sl. 02
CEP 59020-000 - Natal/RN

MÉDICOS COOPMED				
Mês Competência	**Valor UPA**	**Qtd Plantões**	**Valor AME's**	**Qtd Plantões**
Maio/2012	290.133,90	294,0	210.199,05	213,0
Junho/2012	273.850,88	277,5	208.225,35	211,0
Subtotal	563.984,78	571,50	418.424,40	424,00
Total Geral	Valor UPA		Qtd. Plantões	
	R$	982.409,18		995,50

000184

Natal, 02 de julho de 2012.

Ofício: 069

Para: Dr. Marcondes Diógenes

Assunto: Repasses em aberto

Venho através deste informar a V.S.ª pendência relativo ao atraso do pagamento da PREFEITURA DE NATAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE a ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇÕES, CNPJ: 05.791.879/0001-50 , nos períodos abaixo relacionados:

AMES NOVA NATAL – AME BRASÍLIA TEIMOSA- AME PLANALTO

COMPETENCIA	Valor da Nota
ABRIL	R$ 2.435.457,85
MAIO	R$ 2.435.457,85
JUNHO	R$ 2.435.457,85
TOTAL	**R$ 7.306.373,55**

UPA PAJUÇARA

COMPETENCIA	Valor da Nota
ABRIL	R$ 1.180.003,80
MAIO	R$ 1.180.003,80
JUNHO	R$ 1.180.003,80
TOTAL	**R$ 3.540.011,40**

Totalizando R$ 10.846.384,95 (dez milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, trezentos e oitenta e quatro e noventa e cinco centavos).

Sem mais;

Associação Marca para Promoção de Serviços
CNPJ: 05.791.879/0004-01
Av. Hermes da Fonseca, 384 - Sl. 02
CEP 59020-000 - Natal/RN

02.07.12

Natal, 10 de julho de 2012.

R.H.
Junte-se aos autos de acompanhamento da tutela contra a Marca.
Natal, 10/07/2012
Fernanda
RMR

Ilma. Sra. Dra.
Kalina Correia Filgueira
DD. Promotora de Justiça da
47ª Promotoria de Defesa dos Direitos da Saúde

Ref.: Informações – Intervenção Judicial período de 02 a 09/07/2012.

Prezada Dr.ª, dando continuidade aos trabalhos de intervenção na ASSOCIAÇÃO MARCA foram realizadas as seguintes ações:

02/07/2012:

1. Abertura de Conta Corrente Simples no **BANCO DO BRASIL, AG: 0022-1, CONTA CORRENTE: 33460-X, de titularidade de ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS, CNPJ nº 05.791.879/0004-01**. (Em anexo cópia do contrato);

2. Visita á Secretária de Saúde de Natal, Dra. Ariane Rose de Macedo, para apresentação e conhecimento como Interventor da Associação Marca. Na oportunidade foi feito um breve relato dos trabalhos a serem desenvolvidos, bem como, cobrar os repasses em atraso da SMS com a Marca (Em anexo cópia carta a SMS);

3. Reunião com a COOPMED em sua sede, com a presença de seus dirigentes: Dr. Julimar Nogueira e Dr. Fernando Pinto. Na oportunidade foi relatado o valor que a ASSOCIÇÃO MARCA deve a Cooperativa, que atual perfaz R$ **982.409,18 (novecentos e oitenta e dois, quatrocentos e nove reais e dezoito centavos),** referentes aos meses de maio e junho/2012. A Cooperativa entendeu a situação a se comprometeu a colaborar com a manutenção dos serviços prestados afim de não interromper o atendimento á população. Nesse mesmo sentido foi prometida a direção que reuniremos todos os esforços com o intuito de receber os repasses em atraso da SMS com a Marca para em ato contínuo efetuar o pagamento á

COOPMED, estipulando um prazo para pagamento até 13 de junho de 2012. (Em anexo resumo dos débitos);

4. Reunião com o Sindicato **SIPERN** - Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Técnicos Duchistas, Massagistas e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde do RN, na sede da MARCA, na presença de seu Presidente o Sr. Domingos da Silva Ferreira e do advogado Dr. Haroldo Bezerra de Meneses. Estes questionaram os motivos da atuação intervenção judicial e sobre o pagamento dos funcionários. Foram expostos os motivos e a importância da Intervenção, ato contínuo, os citados profissionais se comprometeram em apoiar a ação judicial, desde que os salários sejam mantidos em dia. Na mesma oportunidade foi colocada a possibilidade de atraso nos salários, em virtude de atrasos nos repasses da SMS para Marca, a qual deu um prazo de até quarta-feira (11/07/2012) para pagamento. Caso este prazo não seja cumprido a categoria afirmou a possibilidade de greve na quinta-feira (12/07/2012).

03/07/2012:

1. Atendimento de fornecedores e prestadores de Serviços;

2. Atendimento e providências referentes á Folha de pagamentos dos Funcionários;

1. Audiência de Conciliação da Ação Trabalhista Coletiva (Proc.: 61400-61.2012.5.21.0009), na 9ª Vara do Trabalho, em face da Associação Marca e Município de Natal representado pela Procuradora Dra. Cristina. Iniciada a cessão onde todos estavam presentes, sendo lavrada minuta de acordo e adiada para a audiência de continuação para o dia seguinte (04/07 às 16h00min), diante da necessidade da presença do Procurador Geral do Município.

2. Reunião com o Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (SINDMED) em sua sede, com a presença de seu Presidente Dr. Geraldo Medeiros, Dra. Mónica Cristina, Dra. Francisca de Assis, Dr. Danton Novaes e do Advogado Dr. Haroldo Bezerra de Meneses. Na oportunidade foram esclarecidas algumas dúvidas que a categoria tinha em função da Intervenção Judicial, a qual foi prontamente apoiada pelo Sindicato.

04/07/2012:

1. Atendimento ao setor de faturamento interno da MARCA (Sra. Janaína), para conhecimento e providências;

2. Atendimento Funcionária Handrezza Hellena S. Siqueira (Gerente de Enfermagem da AME Planalto). Foi relatado pela funcionária que ela faz parte dos quadros da SESAP (cargo comissionado) e que fez um acordo extraoficial com a Marca para cumprir sua carga horária de 7:00 às 14:00 de segunda a sexta-feira e de 7:00 às 19:00 aos sábados, tendo em vista a necessidade de compatibilizar com os trabalhos junto a Secretaria de Saúde. Na oportunidade ela perguntou sobre a possibilidade de um acordo para demiti-la sem justa causa a fim de cumprir o contrato com a SESAP já que havia recebido uma notificação para responder a um processo administrativo nº 101365/2012, a qual apresentou Cópia da Justificativa que entregou a SESAP. Foi exposto que a MARCA não fará nenhum acordo extraoficial, bem como terá que cumprir os horários estabelecidos no contrato com a MARCA. Também foi dito que durante o mês vigente ela iria cumprir a carga horária inicialmente acordada coma MARCA, mas que será reavaliada a situação e terá que necessariamente se adequar as leis trabalhistas e ao contrato. (Cópia de Justificativa em anexo);

3. Audiência de continuação de Conciliação da Ação Trabalhista Coletiva (Proc.: 61400-61.2012.5.21.0009) na 9ª Vara do Trabalho. Ausente o representante do Município o que restou prejudicado a homologação de qualquer acordo. Foi apresentado contestação pela Marca e aprazada Audiência de Instrução para 12 de setembro de 2012 às 16:15. (Cópia da Ata em anexo);

05/07/2012

1. Atendimento/orientação/determinações administrativos com os funcionários do Escritório e das Unidades;

2. Visita as Unidades;

3. Protocolado Petição de Restituição (Processo nº 0120177-41.2012.8.20.001) de equipamento e documentos administrativos apreendidos na operação de busca e

apreensão realizada no escritório local da Associação Marca. (Em anexo cópia da Petição);

06/07/2012

1. Audiência no Ministério Público da Saúde para deliberar, entre outros assuntos, sobre os repasses em aberto da SMS com a Marca. Presentes: Dra. Kalina Correia Filgueira (Promotora da Saúde), Dra. Ariane Macedo (Secretária de Saúde), Dr. Francisco Wilker (Procurador geral do Município), Dra. Selma Menezes (Sempla) e Dra. Sijara Nobrega (Secretária adjunta de Gestão e Trabalho da SMS/natal). (Cópia da Ata em anexo);

2. Atendimento a Dra. Maria do Socorro (Ultrasongrafista). Entre outras coisas foi relatado que até a presente data não foi pago nenhuma fatura desde fevereiro de 2012. Foi emitida a primeira nota fiscal referente aos meses de fevereiro e março/2012 no importe de R$ 25.515,00, restando ainda para serem faturados os meses de abril, maio e junho/2012. Já foi requisitada a responsável pelo setor de faturamento o levantamento completo dos meses em atraso.

3. Reunião com o Laboratório de Cito patologia, que faz os exames preventivos das AME's. Foi informado por sua representante que a cobrança desses exames é feito diretamente a SMS de Natal, em contrato firmado com esse fim específico e que regularmente é auditado, antes de efetuar os pagamentos;

09/07/2012

1. Atendimentos e providencias administrativas internas/rotinas;

2. Entrevista e atendimento por solicitação da ex-funcionária Cláudia Gonçalves Souto (Gerente administrativo UPA Pajuçara), que o seguinte relato:

    a. Que antes de ser funcionária da Marca era funcionária do IPAS, e que por deter o conhecimento da unidade foi mantida na função;

    b. Que trabalhava com o Dr. Danton e a Renata Pegado;

c. Era responsável pelo recebimento da farmácia e que constatou em junho/2011 uma diferença de aproximadamente R$ 20.000,00 (vinte mil reais0 no estoque, repassou o caso aos seu superiores mas nenhuma providência foi tomada;

d. Foi demitida em 31 de maio de 2012, pelo então superintendente local, o Sr. Alex Baldace, que disse que estava demitindo por pressão da Secretária de Saúde por motivos políticos;

e. Recebia constantemente indicações políticas da Secretária de Saúde (Dra. Perpétua), e que não as aceitava por não atenderem aos requisitos técnicos para o exercício das funções.

f. Também recebia indicações de contratações de funcionários pelo Presidente da Assembleia Legislativa (Deputado Ricardo Motta), inclusive Dra. Perpétua questionou por telefone o por quê da demissão de um ASG de nome André;

g. Que Dra. Francisca de Assis (Diretora Médica da AME Planalto e Nova Natal) dava "mimos" (sapatos caros, joias, anéis, perfumes, etc) para a Fabiana (analista de RH) para facilitar nas contratações;

h. Que Dra. Francisca de Assis trazia varias pessoas em carros (vans) da Cidade de São José de Campestre, para se consultarem e fazerem Exames nas AME's, para fazer favores políticos, uma vez que é vice-prefeita dessa Cidade. Na ocasião forjava endereços falsos em Natal para que não fossem barrados pela fiscalização. Esse foi um dos motivos pelo qual houve um salto substancial no quantitativo de exames e consultas nas AME's;

i. Informou que a funcionária Handrezza Hellena S. Siqueira (Gerente de Enfermagem da AME Planalto) presta serviço para a SESAP, e que a mesma, com a conivência da Fabiana (RH), forjava o ponto eletrônico em virtude da incompatibilidade entre os dois contratos;

j. Que ela é indicação política do Deputado Ricardo Motta e com este mantem um relacionamento amoroso;

k. Que foi até o Gabinete da Prefeita, para relatar a verdades dos fatos e o motivo de não contratar as indicações políticas, porém não conseguiu, sendo atendida pela assessora Isis;

l. Foi repreendida pela Direção da Marca (Fabiana), pela atitude de insubordinação e lhe foi dito que ela não tinha nenhum poder para se dirigir a nenhuma autoridade;

m. Que o restaurante Coronel Mostarda contratado para fornecer alimentação para UPA Pajuçara detinha um contrato de valor extremante elevado e incompatível com a qualidade do serviço prestado e efetivamente entregue;

n. Que apesar da má qualidade e do elevado valor foi forçada a autorizar as faturas de aproximadamente R$ 30.000,00 (por volta de agosto e setembro/2011);

o. Que o contrato vigorou até a primeira quinzena de janeiro/2012, passando para o Restaurante Meio Dia Refeições;

p. Soube que o Restaurante Coronel Mostarda pagava propina "comissão" para Risiele (Superintendente da Marca local);

q. Afirma que a comissão (propina) continua sendo dada a Fabiana (analista de RH) pelo atual fornecedor de alimentação, o Meio Dia (não sabe dizer o valor);

r. Que no dia 26 de junho de 2012 (terça-feira) faltou energia e em virtude disso o computador da Fabiana (RH) foi levado para a AME de Brasília Teimosa para que não houvesse paralização dos trabalhos de fechamento da folha de pessoal. Esse computador é o equipamento que contém a maior quantidade de informações já que Fabiana é o braço direito (informante) da Organização em Natal. Esse computador até a presente data não pareceu e que tal fato é de conhecimento de outras pessoas da Marca, inclusive da Gerente de Enfermagem Micaela. O computador que foi recolhido na sala do RH (Fabiana) tinha sido recém-substituído e não continha nenhuma informação importante;

s. Disse que Janaína (faturamento) apresenta quantitativos de produção (atendimentos e exames) que não condizem com a realidade;

t. Que o atual laboratório de análise é do Filho do dono da Marca (TUFIC), e que foi por esse motivo que o contrato com o laboratório Dr. Paulo Gurgel foi rescindido;

u. Afirma que Cleide (secretária COOPMED) recebe comissão da MARCA, e que esta é muito próxima da direção atual;

v. Que o contrato com a ambulância (ENERTC), é de uma empresa de fachada/laranja dos mesmos donos da Marca. O que se sabe é que desde agosto/2012 a Marca não paga os valores referentes aos alugueis, que em virtude disso a ambulância foi recolhida;

w. Perguntada sobre a possibilidade de prestar depoimento ao Ministério Público afirmou que está á disposição esclarecendo que se chama Cláudia Gonçalves Souto, Rua dos Potiguares, 2770, Nova Natal, 59064-280, Natal/RN, Técnica em ciências contábeis, nascida em Montes Claros, MG, telefones: 9105-0580, 9912-1709, 8702-9019.

3. O Sindicato dos Profissionais de Saúde reafirmou a intenção em deflagrar greve a partir de quinta-feira, caso os salários não sejam pagos até quarta-feira (11/07/2012). Conversei com o presidente do Sindicato para que se sensibilize diante da situação de Emergência da Saúde Pública para que a população não seja prejudicada e penalizada com a paralização dos serviços.

4. Com relação aos médicos da UPA que prestam serviços pela COOPEMED, estes têm faltado sistematicamente, segundo informações dos próprios médicos é em virtude do atraso no pagamento. Existe risco real de paralização caso não façamos os pagamentos, pelo menos um mês (mais ou menos R$ 500.000,00), ainda essa semana.

Atenciosamente,

Marcondes de Souza Diógenes Paiva
Interventor Judicial – Associação Marca/Natal

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
48ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública da Comarca de Natal
Avenida Marechal Floriano Peixoto, 550, Tirol – CEP 59020-500 – fone/fax: (84)3232-7180

ATA DE REUNIÃO

Aos seis de julho de dois mil e doze, por volta das 09:00h, compareceu a esta 48ª Promotoria de Justiça de Natal, a Dra. Maria Selma Menezes da Costa, secretaria de Planejamento do município de Natal, a Dra. Ariane Rose de Macedo Oliveira, o Dr. Francisco Wilkie Rebouças Junior, Procurador Geral do Município de Natal, Dra. Sijara Nóbrega, Secretária Adjunta de Gestão e Trabalho da SMS/Natal, além do Dr. Marcondes Diógenes, interventor judicial da Associação Marca no município de Natal, para tratar acerca dos contratos do município com a Associação Marca para gerência de uma UPA(Pajuçara) e três AMEs, além da escolha de uma Organização Social para gerir a nova UPA de Cidade da Esperança.

Iniciada a reunião, Dra. Kalina informou que resolveu fazer a presente reunião para tratar sobre a dívida do município de Natal com a Associação Marca, o que poderá implicar na paralização dos serviços nas unidade de saúde geridos pela Organização Social. Além disso, existe a preocupação com a escolha da OS que será responsável pela gerência de nova unidade, no caso a UPA de Cidade da Esperança, uma vez que a Marca poderá concorrer ao processo seletivo, uma vez que foi requalificada como OS pela própria Administração Municipal, apesar de envolvida em vários ilícitos administrativos, praticados pelos seus dirigentes.

Dr. Marcondes relatou que ao assumir a administração da MARCA realizou reunião com os funcionários da empresa para tranquilizá-los acerca da situação de intervenção, bem como da decisão judicial que objetivou a continuidade dos serviços. Infomou que os funcionários compreenderam acerca da intervenção. Acrescentou, ainda, que fez reunião com o Sindicato das categorias, para explicar as intenções da intervenção e que a principal preocupação dos funcionários é com o pagamento de salários.

Acresceu que foi feita reunião com a COOPMED a qual declarou haver pagamentos em atraso. Esclareceu que se reuniu, também, com o sindicato dos médicos para informar os objetivos da intervenção, assim como que fora aberta judicialmente uma conta no CNPJ da matriz local, como uma das medidas iniciais. Declarou que há repasses da ordem de R$ 10.000.000,00 referente às

dívidas do Município de Natal com a Associação MARCA, enfatizando que há necessidade de se regularizar a situação tendo em vista o desabastecimento de insumos e medicamentos o qual fora normalizado de forma emergencial.

Dra . Kalina deu destaque para a qualificação profissional de Dr. Marcondes e pediu a compreenção e auxílio do município, em seguida passou a palavra para Dra. Ariane.

Dra. Ariane, por sua vez, esclareceu que essa situação de atraso nos repasses é uma questão antiga, não atual. Enfatizou que os recursos são escassos e que o Município não tem recebido os repasses do Governo Estadual, bem como que os recursos vigentes não são suficientes para garantir com efetividade os direitos constitucionais relativos à saúde; declarou que o Município está falido, e com relação aos repasses à MARCA disse ser uma consequencia da ausência dos repasses estaduais.

Dra. Kalina esclareceu que o município é o maior responsável pelas dívidas e que não pode se furtar desse argumento para paralisar os serviços, tendo em vista, inclusive, que recebe repasses da União. Questionou, então, sobre os recursos "fundo a fundo", dando ênfase no fato de que a falta de contrapartida do Estado não justifica a situação.

Dra. Ariane informou que o município tem cumprido com suas obrigações, inclusive, acima do que é pactuado. Dra. Selma, por sua vez, citou a questão da falta de repasses dos demais municípios o que tem onerado ainda mais a situação financeira do município.

Dra. Kalina questionou sobre o funcionamento das parcerias na área da saúde. Em resposta, Dra. Ariane informou que vinha regulando o funcionamento dos serviços, os quais vinham sendo regularmente prestados. Reconheceu a dívida existente e informou que sempre efetuava ajustes sobre os serviços prestados pela MARCA de acordo com as necessidades da rede, mas que em função da atual crise, de superlotação no HWG, por exemplo, o que tem sobrecarregado a rede municipal de saúde, será feito um "realinhamento da rede".

Dra. Kalina, então, questionou sobre a dívida com a MARCA e os repasses até então feitos, esclareceu que a empresa havia recebido repasses antecipados que garantiriam os serviços, mas que a realidade atualmente é diamentralmente oposta e que o município, agora, tem de focar na continuidade e prestação dos serviços aos usuários. Enfatizou que o objetivo não é discutir o que aconteceu anteriormente a essa situação, mas sim encontrar encaminhamentos que garantam o pagamento das dívidas e a regularidade dos serviços de saúde.

Dr. Wilkie informou que a preocupação do município é efetuar o repasse da dívida à empresa, mas que esse repasse deve gerar uma contrapartida da empresa, por exemplo, com a comprovação, pela MARCA, do que foi pago e o que foi gasto, etc.

Dr. Marcondes, por sua vez, esclareceu que a conta judicial criada em nome da MARCA local servirá justamente para esse tipo de contrapartida. E acrescentou que só para pagamentos de funcionários as quantias chegam a quase R$ 2.000.000,00 (dois milhões) de reais.

Dra Ariane, questionou se o valor de 1.500.000,00 iniciais não auxiliariam na desoneração da folha da MARCA e que seria necessária uma auditoria nas despesas da empresa.

Dr. Marcondes falou sobre a folha de pagamentos da MARCA que se encontra em déficit e que uma auditoria nesse momento atrapalharia.

Dra. Selma informou que a situação deve ser regularizada antes de findo o ano em curso e que os repasses poderiam ser feitos na forma de déposito judicial, dispensando a necessidade de empenho e dando celeridade ao processo, mas que, para tanto, há que ter o aval da Controladoria. Acrescentou que já fora enviado relatório à Controladoria. Informou, por fim, que não haverá paralisação dos serviços.

Dr. Marcondes destacou a necessidade de apaziguar a situação, que há uma preocupação maior com a questao do pagamento dos fornecedores e que fora estabelecido o prazo de até quarta próxima, com os sindicatos, para realizar o pagamento dos funcionários do contrário seria deflagrada a greve dos funcionários.

Dra. Kalina reafirmou a preocupação com o pagamento dos funcionários temendo, justamente, a defraglação da greve e paralização dos serviços.

Dr. Wilkie relatou a reunião que fora feita entre o sindicato e o MPT sobre a situação dos pagamentos, assim como da audiência judicial realizada.

Dr. Marcondes esclareceu que a ausência de acordo com o sindicato e a marca, por ocasião da audiência judicial realizado porque não havia sido ofertada a contestação pelo sindicato.

Dra. Kalina retomando as discussões, enfatizou o dever do município em regularizar da situação.

Dr. Wilkie solicitou para consignar em ata, a questão de a Controladoria avalizar os repasses que podem ser feitos por meio de depósito judicial.

Dr. Marcondes informou que fez um levantamento da folha de pagamento identificando uma dívida de aproximadamente um milhão de reais, exluida a Cooperativa dos Médicos e os encargos sociais, referentes aos funcionários celetistas; chamou atenção para a forma com a qual será feito o repasse dos salários aos funcionários, que não existe um cadastro e que isso

demanda um certo tempo para checar a folha, funcionário por funcionário.

Dra. Kalina, arrematando as discussões questionou se poderia "fehar" o valor do repasse a ser feito pelo Município à MARCA na quantia de R$ 3.600.000,00. Dr. Marcondes, pediu para que se fizesse esse repasse emergêncial e que se regularizasse, pelo menos até o final do mês, as dividas de período anteriores.

Dra. Selma declarou não poder se comprometer, agora, em efeutar todos os repasses anteriores solicitando um prazo de 15 dias para análise.

Faço consignar em ata, que Dra. Kalina apresentou a Recomendação Ministerial n.° 0004/2012/48PmJ à Secretária Municipal de Saúde, Dra. Ariane, para que o Município de Natal não celebre Contrato de Gestão para a Administração da UPA Cidade da Esperança com a Associação MARCA. Em resposta, a Secretária declarou que a MARCA não havia se apresentado por ocasião do certame licitatório, mas que publicaria, oficialmente, uma portaria nesse sentido.

Encaminhamentos: a) que os presentes, representantes da administração, se comprometem a buscar junto à Controladoria do Município agilidade necessária para a finalização dos processos administrativos relativos aos pagamentos decorrentes dos contratos com a Associação MARCA; b) que fica definido o prazo até quarta-feira da próxima semana, dia 11.07.2012, para que a Secretária de Planejamento apresente um cronograma de pagamento à Associação MARCA através da conta aberta judicialmente, gerida exclusivamente pelo interventor judicial, n.° 33460-X, Agência n.° 0022-1 vinculada ao CNPJ 05.791.879.0004/01, no valor de aproximadamente R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos milhões) correspondentes a um mês para as AMEs e a UPA de Pajuçara; sendo que, no referido prazo, será pago o valor de pelo menos R$ 1.000.000,00 (um milhão) de reais para pagamento da folha de pessoal dessas unidades de saúde.

Kalina Correia Filgueira
48ª Promotora de Justiça

Dr. Francisco Wilkie Rebouças Junior
Procurado Geral do Município

Ariane Rose de Macedo Oliveira
Secretária Municipal de Saúde

Dra. Maria Selma Menezes da Costa
Secretaria Municipal de Planejamento

Marcondes Diógenes
Interventor Judicial da Associação Marca

Sijara Nóbrega
Secretária Adjunta de Gestão e Trabalho da SMS/Natal

MÉDICOS COOPMED				
Mês Competência	Valor UPA	Qtd Plantões	Valor AME's	Qtd Plantões
Maio/2012	290.133,90	294,0	210.199,05	213,0
Junho/2012	273.850,88	277,5	208.225,35	211,0
Subtotal	563.984,78	571,50	418.424,40	424,00
Total Geral	Valor UPA		Qtd. Plantões	
	R$	**982.409,18**	995,50	

001197

Resumo da folha de pessoal apurada para Junho/ 2012

Folha de Pessoal Geral (MARCA + SALUTE) Líquida	**R$ 949.811,86**

ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS	
17 funcionários	R$ 92.035,54
Rubrica	Valor bruto
FOLHA DE PAGAMENTO JUNHO/2012	53.010,75
1ª PARCELA DO 13º SALÁRIO	31.930,57
FÉRIAS JUNHO/2012	4.838,72
VALES TRANSPORTE/REFEIÇÃO	2.255,50
Total líquido	**92.035,54**

SALUTE SOCIALE	
363 funcionários	R$ 857.776,32
AME Brasília Teimosa - 75 funcionários	
Rubrica	Valor
FOLHA DE PAGAMENTO JUNHO/2012	109.646,68
1ª PARCELA DO 13º SALÁRIO	74.867,91
FÉRIAS JUNHO/2012	21.374,74
Total líquido	**205.889,33**
AME NOVA NATAL - 100 funcionários	
Rubrica	Valor
FOLHA DE PAGAMENTO JUNHO/2012	140.961,66
1ª PARCELA DO 13º SALÁRIO	87.422,66
FÉRIAS JUNHO/2012	16.228,45
Total líquido	**244.612,77**
AME PLANALTO - 58 funcionários	
Rubrica	Valor
FOLHA DE PAGAMENTO JUNHO/2012	94.678,89
1ª PARCELA DO 13º SALÁRIO	61.111,88
FÉRIAS JUNHO/2012	11.917,28
Total líquido	**167.708,05**
UPA Pajuçara - 130 funcionários	
Rubrica	Valor
FOLHA DE PAGAMENTO JUNHO/2012	144.948,47
1ª PARCELA DO 13º SALÁRIO	78.106,86
FÉRIAS JUNHO/2012	16.510,84
Total líquido	**239.566,17**
Total Salute Sociale	**857.776,32**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

48ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NATAL
Rua Floriano Peixoto, nº 550, Petrópolis, em Natal-RN – CEP: 59012-500 – Fone/Fax: (84) 3232-7182

Ofício nº 0560/2012/48PmJ
ACP nº 0803701-81.2012.8.20.0001

Natal, 12 de julho de 2012.

Exma. Sra.
Dra. Maria Selma Menezes da Costa
MD. Secretária Municipal de Planejamento - SEMPLA
Rua Dr. Ewerton Dantas Cortez, 1432 - Tirol

Natal – RN

Exma. Sra. Secretária,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, fundamentado nas disposições da Constituição Federal, artigo 129, incisos VI e VIII; na Lei nº 8.625/93, artigo 26, inciso I, alíneas "a" e "b"; na Lei Complementar nº 141/96, artigo 61, inciso I, alínea "a", e artigo 68, alínea "b", vem **requisitar** o encaminhamento de cronograma de pagamento à Associação MARCA através da conta aberta judicialmente, gerida exclusivamente pelo interventor judicial, nº 33460-X, Agência nº 0022-1, vinculada ao CNPJ 05.791.879.0004/01, no valor de aproximadamente R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) correspondentes a um mês para as AMEs e a UPA Pajuçara, conforme encaminhamento da audiência realizada na Promotoria de Saúde em 06 de julho de 2012.

Oportunizo a Vossa Excelência o prazo de **48 (quarenta e oito) horas** para efetivo cumprimento da presente requisição.

Na certeza de poder contar com pronta colaboração, apresento respeitosos cumprimentos.

Kalina Correia Filgueira
48ª Promotora de Justiça

Marcondes Diógenes Paiva

De:	Marcondes Diógenes Paiva <marcondesdiogenes.adv@gmail.com>
Enviado em:	quarta-feira, 18 de julho de 2012 19:35
Para:	rteixeirapeixoto@yahoo.com.br
Assunto:	Prestação de contas SMS Natal - Associação Marca - Intervenção Judicial
Anexos:	Cópia Carta a Secretária de Saúde - Prestação de contas - Intervenção Judicial - 16_07.pdf
Prioridade:	Alta

Prezada Renata boa tarde,

Conforme já anteriormente relatado por telefone com a Senhora e a Sra. Elisa reafirmo que os processos de prestação de contas devem necessariamente manter o mesmo procedimento administrativo, bem como, a responsabilidade da direção geral da Associação Marca permanecem nos mesmos termos dos contratos.
É do vosso conhecimento que a Associação Marca não apresenta prestação de contas desde Abril/2012. Nesse sentido é necessário que a direção da Associação Marca tome as providências cabíveis para o cumprimento da exigência contratual.
Em anexo cópia da Carta enviada a SMS/Natal sobre o assunto.
Por gentileza acusar recebimento.

Atenciosamente,

Marcondes Diógenes Paiva
OAB/RN 8868
Interventor Judicial
84 9134 4652

Natal, 20 de julho de 2012.

Ofício: 75

Para: Dr. Marcondes Diógenes

Assunto: Repasses em aberto

Venho através deste informar a V.S.ª pendência relativo ao atraso do pagamento da PREFEITURA DE NATAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE a ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇÕES, CNPJ: 05.791.879/0001-50 , nos períodos abaixo relacionados:

AMES NOVA NATAL – AME BRASÍLIA TEIMOSA- AME PLANALTO

COMPETENCIA	Valor da Nota
ABRIL	R$ 2.435.457,85
MAIO	R$ 2.435.457,85
JUNHO	R$ 2.435.457,85
JULHO	R$ 2.435.457,85
TOTAL	**R$ 9.741.831,30**

UPA PAJUÇARA

COMPETENCIA	Valor da Nota
ABRIL	R$ 1.180.003,80
MAIO	R$ 1.180.003,80
JUNHO	R$ 1.180.003,80
JULHO	R$ 1.180.003,80
TOTAL	**R$ 4.720.015,20**

Totalizando R$ 14.461.846,00 (quatorze milhões quatrocentos e sessenta e um mil re oitocentos e quarenta e seis reais).

Sem mais;

Camilli Cruz e Silva.
ASSOCIAÇÃO MARCA
PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS

MÉTODOS
CONTABILIDADE E ASSESSORIA EMPRESARIAL

PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Atendendo a solicitação de V.Sª., apresentamos nossa proposta para a Prestação de Serviços.

TOMADOR DO SERVIÇO

Razão Social		
ASSOCIACAO MARCA PARA PROMOCAO DE SERVICOS		
Número de Inscrição no CNPJ	Pessoa para contato	Telefone
05.791.879/0001-50	Marcondes	(84) 9134-4652
Sócio responsável pela empresa		
E-mail da Empresa ou Pessoa Responsável		
marcondesdiogenes.adv@gmail.com		

PRESTADOR DO SERVIÇO

Razão Social					
MÉTODOS ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL LTDA					
Endereço Completo da Sede (Avenida, Rua, etc.)	Nº	Bairro	CEP	Cidade	UF
RUA DES RÉGULO TINÔCO	1026	BARRO VERMELHO	59.022-080	NATAL	RN
Número de Inscrição no CNPJ (CGC)	Número de Inscrição Municipal		Número de Registro no CRC / ES		
70.160.429/0001-21	146.979-9		000132/O-RN		

1 – Objeto da Proposta:

1.1 - Assessoria nos aspectos da folha de pagamento mensal
1.2 - Prestação de contas mensal
1.3 - Acompanhamento do fluxo de processos
1.4 - Acompanhamento do fluxo de pessoas
1.5 - Financeiro: Controle do contas a pagar e a receber
1.6 - Assessoria nos aspectos contábeis e financeiros ao interventor jurídico nomeado.

2 – Das Obrigações da Contratada e da Contratante:

2.1 A CONTRATADA obriga-se a apresentar, no término dos trabalhos à Administração da ENTIDADE, relatório constante da cláusula 1ª contendo o resultado dos trabalhos;

2.2 A CONTRATADA se compromete: a) realizar adequadamente, os serviços, atendendo, inclusive, a requisitos previstos em legislação específica (se for o caso); b) responder por serviços executados em desacordo com as características e especificações exigidas, sem ônus para a CONTRATANTE; c) atender a todas as normas e especificações básicas, atinentes à prestação de serviço, objeto desta contratação;

2.3 A CONTRATANTE obriga-se a facilitar aos funcionários da CONTRATADA o livre acesso às áreas dos prédios onde serão executados os serviços, bem como à documentação e aos equipamentos necessários à realização dos trabalhos;

2.4 Fornecer as informações, documentos e assistência necessária para o bom desempenho dos serviços.

3 – Do Prazo de Execução:

MÉTODOS
CONTABILIDADE E ASSESSORIA EMPRESARIAL

PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3.1 – O trabalho de assessoria, objeto desta proposta, será por tempo indeterminado até que a CONTRATANTE resolva por deliberação própria interrupção ou suspensão do mesmo.

4 – Dos Honorários e da Condição de Pagamento:

4.1 - A título de remuneração mensal pelos serviços profissionais, objeto da presente proposta, cobraremos a importância global, fixa e irreajustável, de R$ **14.000,00** (Quatorze Mil Reais), sendo R$ 3.000,00 para o objeto 1.1 da proposta, R$ 1.000,00 para o objeto 1.2, R$ 2.500,00 para o objeto 1.3, R$ 2.500,00 para o objeto 1.4, R$ 3.000,00 para o objeto 1.5 e R$ 2.000,00 para o objeto 1.6 da Proposta.

4.1.1 – A qualquer época, sentindo-se a CONTRATANTE satisfeita pelas informações já absorvidas de qualquer dos itens abaixo, poderá a mesma, reduzir o valor da presente proposta, pela eliminação de qualquer dos itens mensurados abaixo, passando a proposta a ser remunerada por aqueles itens que continuem sendo considerados:

Item 1 do objeto da Proposta	R$ 3.000,00
Item 2 do objeto da Proposta	R$ 1.000,00
Item 3 do objeto da Proposta	R$ 2.500,00
Item 4 do objeto da Proposta	R$ 2.500,00
Item 5 do objeto da Proposta	R$ 3.000,00
Item 6 do objeto da Proposta	R$ 2.000,00
Total	**R$ 14.000,00**

4.2 - Os honorários profissionais são calculados da seguinte forma:

- A relevância, o vulto, a complexidade e a dificuldade do serviço a executar;
- O tempo que será consumido pela realização do trabalho;
- A situação econômico-financeira do cliente e o resultado favorável que a mesma advirá do serviço prestado;
- A peculiaridade de tratar-se de cliente eventual, habitual ou permanente;
- O lugar em que o serviço será prestado; e
- A competência e o renome do profissional

4.3 - No preço ofertado estão incluídos todos os custos, sejam eles de impostos, taxas, fretes, seguros, viagens, estadas, transportes, de alimentação, mão-de-obra, encargos sociais, etc.

4.4 - O preço pelos serviços, objeto desta proposta, permanecerá fixo e irreajustável durante a vigência do contrato, exceto por força de disposição legal.

4.5 - A falta de pagamento de qualquer parcela de honorários faculta à CONTRATADA suspender imediatamente a execução dos serviços ora pactuados, bem como considerar rescindido o presente, independentemente de notificação judicial e extrajudicial.

MÉTODOS
CONTABILIDADE E ASSESSORIA EMPRESARIAL

PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.6 - Fica estipulada a multa contratual de uma parcela mensal vigente relativa aos honorários, exigível por inteiro em face da parte que der causa à rescisão motivada.

5 – Do Sigilo Profissional:

5.1 - A CONTRATADA, obriga-se, sob pena da lei, a respeitar e a assegurar o sigilo relativo às informações obtidas durante o seu trabalho não as divulgando, sob qualquer circunstância, para terceiros, sem autorização expressa da ENTIDADE, salvo quando houver obrigação legal de fazê-lo, referido sigilo continua mesmo depois de terminados os compromissos contratuais.

E por estarem contratados, assinam o presente na forma da Lei, em 02 (duas) vias de igual teor e forma,

Natal/RN, 10 de Julho de 2012.

Ana Robina de Medeiros

MÉTODOS ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL LTDA

Responsável Legal

11.07.2012

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FAZENDA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
SEMPLA

Ofício nº 349/2012 - GS/SEMPLA

Natal/RN, 20 de julho de 2012.

Excelentíssima Senhora
KALINA CORREIA FILGUEIRA
Promotora de Justiça
48ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública da Comarca de natal
Ministério Público do Rio Grande do Norte
NATAL/RN

MINISTÉRIO PUBLICO DO RN
SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NATAL
PROTOCOLO
RECEBIDO EM: 20/07/12
HORAS: 10:00
Julycaria de Oliveira Bertuleza
CPF: 052.624.624-30

Assunto: Informação.

Excelentíssima Senhora Promotora,

Cumprimentando-a respeitosamente, informamos a Vossa Excelência que no dia 13/07/2012 foi repassado o valor de R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), referente a segunda parcela estabelecida na Ata de Reunião realizada no dia 06/06/2012 e no dia 19/07/2012 foi repassado o valor de R$ 1.600.000,00 (Um milhão e seiscentos mil reais), conforme encaminhamentos constantes na citada Ata.

Sendo o que se apresenta para o momento, apresento votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Ciente.
Arquive-se no IC ou ACP UPA
23/07/12

Maria Selma Menezes da Costa
Secretária Municipal de Planejamento, Fazenda e Tecnologia da Informação
Em Substituição Legal

RECEBI
EM 20/07/12
Maria Leticia Z. de Oliveira
Técnica do MP
Mat. 199.349-6

RUA Dr. EWERTON DANTAS CORTES, 1432 – TIROL – CEP: 59020-620 – NATAL/RN.
FONE: (84) 3232-4900 - FAX: (84) 3232-4909
sempla@natal.rn.gov.br

Despacho 000206
Junte-se a
ACP 0803701-81.2012.8.
20.0001.
Natal, 13/07/2012
Kebelgem
— RMR

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FAZENDA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
SEMPLA

Ofício nº 329/2012 - GS/SEMPLA Natal/RN, 12 de julho de 2012.

Excelentíssima Senhora
KALINA CORREIA FILGUEIRA
Promotora de Justiça
48ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública da Comarca de natal
Ministério Público do Rio Grande do Norte
NATAL/RN

Assunto: Informação.

Excelentíssima Senhora Promotora,

Através do presente, informamos a Vossa Excelência que no dia 11/07/2012, foi repassado o valor de R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), conforme encaminhamentos constantes na Ata de Reunião realizada no dia 06/06/2012. Adiantamos que no dia 13/07/2012 será repassado o valor R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) referente a segunda parcela estabelecida na citada Ata. Ficará pendente o valor de R$ 1.600.000,00 (Um milhão e seiscentos mil reais), cuja programação será informada posteriormente a essa Promotoria.

Sendo o que se apresenta para o momento, apresento votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

MINISTÉRIO PUBLICO DO RN
SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NATAL
PROTOCOLO
RECEBIDO EM: ___/___/___
HORAS: ___:___
Carlos Falkenberg Junior
Mat. 170.480-0

Maria Selma Menezes da Costa
Secretária Municipal de Planejamento, Fazenda e Tecnologia da Informação
Em Substituição Legal

RECEBI
Em, 13/07/12
Maria Leticia Z. de Oliveira
Técnica do MP
Mat. 199.349-6

RUA Dr. EWERTON DANTAS CORTES, 1432 – TIROL – CEP: 59020-620 – NATAL/RN.
FONE: (84) 3232-4900 - FAX: (84) 3232-4909
sempla@natal.rn.gov.br

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
48ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública da Comarca de Natal
Avenida Marechal Floriano Peixoto, 550, Tirol – CEP 59020-500 – fone/fax: (84)3232-7180

ATA DE REUNIÃO

Aos seis de julho de dois mil e doze, por volta das 09:00h, compareceu a esta 48ª Promotoria de Justiça de Natal, a Dra. Maria Selma Menezes da Costa, secretaria de Planejamento do município de Natal, a Dra. Ariane Rose de Macedo Oliveira, o Dr. Francisco Wilkie Rebouças Junior, Procurador Geral do Município de Natal, Dra. Sijara Nóbrega, Secretária Adjunta de Gestão e Trabalho da SMS/Natal, além do Dr. Marcondes Diógenes, interventor judicial da Associação Marca no município de Natal, para tratar acerca dos contratos do município com a Associação Marca para gerência de uma UPA(Pajuçara) e três AMEs, além da escolha de uma Organização Social para gerir a nova UPA de Cidade da Esperança.

Iniciada a reunião, Dra. Kalina informou que resolveu fazer a presente reunião para tratar sobre a dívida do município de Natal com a Associação Marca, o que poderá implicar na paralização dos serviços nas unidade de saúde geridos pela Organização Social. Além disso, existe a preocupação com a escolha da OS que será responsável pela gerência de nova unidade, no caso a UPA de Cidade da Esperança, uma vez que a Marca poderá concorrer ao processo seletivo, uma vez que foi requalificada como OS pela própria Administração Municipal, apesar de envolvida em vários ilícitos administrativos, praticados pelos seus dirigentes.

Dr. Marcondes relatou que ao assumir a administração da MARCA realizou reunião com os funcionários da empresa para tranquilizá-los acerca da situação de intervenção, bem como da decisão judicial que objetivou a continuidade dos serviços. Infomou que os funcionários compreenderam acerca da intervenção. Acrescentou, ainda, que fez reunião com o Sindicato das categorias, para explicar as intenções da intervenção e que a principal preocupação dos funcionários é com o pagamento de salários.

Acresceu que foi feita reunião com a COOPMED a qual declarou haver pagamentos em atraso. Esclareceu que se reuniu, também, com o sindicato dos médicos para informar os objetivos da intervenção, assim como que fora aberta judicialmente uma conta no CNPJ da matriz local, como uma das medidas iniciais. Declarou que há repasses da ordem de R$ 10.000.000,00 referente às

dívidas do Município de Natal com a Associação MARCA, enfatizando que há necessidade de se regularizar a situação tendo em vista o desabastecimento de insumos e medicamentos o qual fora normalizado de forma emergencial.

Dra . Kalina deu destaque para a qualificação profissional de Dr. Marcondes e pediu a compreenção e auxílio do município, em seguida passou a palavra para Dra. Ariane.

Dra. Ariane, por sua vez, esclareceu que essa situação de atraso nos repasses é uma questão antiga, não atual. Enfatizou que os recursos são escassos e que o Município não tem recebido os repasses do Governo Estadual, bem como que os recursos vigentes não são suficientes para garantir com efetividade os direitos constitucionais relativos à saúde; declarou que o Município está falido, e com relação aos repasses à MARCA disse ser uma consequencia da ausência dos repasses estaduais.

Dra. Kalina esclareceu que o município é o maior responsável pelas dívidas e que não pode se furtar desse argumento para paralisar os serviços, tendo em vista, inclusive, que recebe repasses da União. Questionou, então, sobre os recursos "fundo a fundo", dando ênfase no fato de que a falta de contrapartida do Estado não justifica a situação.

Dra. Ariane informou que o município tem cumprido com suas obrigações, inclusive, acima do que é pactuado. Dra. Selma, por sua vez, citou a questão da falta de repasses dos demais municípios o que tem onerado ainda mais a situação financeira do município.

Dra. Kalina questionou sobre o funcionamento das parcerias na área da saúde. Em resposta, Dra. Ariane informou que vinha regulando o funcionamento dos serviços, os quais vinham sendo regularmente prestados. Reconheceu a dívida existente e informou que sempre efetuava ajustes sobre os serviços prestados pela MARCA de acordo com as necessidades da rede, mas que em função da atual crise, de superlotação no HWG, por exemplo, o que tem sobrecarregado a rede municipal de saúde, será feito um "realinhamento da rede".

Dra. Kalina, então, questionou sobre a dívida com a MARCA e os repasses até então feitos, esclareceu que a empresa havia recebido repasses antecipados que garantiriam os serviços, mas que a realidade atualmente é diamentralmente oposta e que o município, agora, tem de focar na continuidade e prestação dos serviços aos usuários. Enfatizou que o objetivo não é discutir o que aconteceu anteriormente a essa situação, mas sim encontrar encaminhamentos que garantam o pagamento das dívidas e a regularidade dos serviços de saúde.

Dr. Wilkie informou que a preocupação do município é efetuar o repasse da dívida à empresa, mas que esse repasse deve gerar uma contrapartida da empresa, por exemplo, com a comprovação, pela MARCA, do que foi pago e o que foi gasto, etc.

Dr. Marcondes, por sua vez, esclareceu que a conta judicial criada em nome da MARCA local servirá justamente para esse tipo de contrapartida. E acrescentou que só para pagamentos de funcionários as quantias chegam a quase R$ 2.000.000,00 (dois milhões) de reais.

Dra Ariane, questionou se o valor de 1.500.000,00 iniciais não auxiliariam na desoneração da folha da MARCA e que seria necessária uma auditoria nas despesas da empresa.

Dr. Marcondes falou sobre a folha de pagamentos da MARCA que se encontra em déficit e que uma auditoria nesse momento atrapalharia.

Dra. Selma informou que a situação deve ser regularizada antes de findo o ano em curso e que os repasses poderiam ser feitos na forma de depósito judicial, dispensando a necessidade de empenho e dando celeridade ao processo, mas que, para tanto, há que ter o aval da Controladoria. Acrescentou que já fora enviado relatório à Controladoria. Informou, por fim, que não haverá paralisação dos serviços.

Dr. Marcondes destacou a necessidade de apaziguar a situação, que há uma preocupação maior com a questao do pagamento dos fornecedores e que fora estabelecido o prazo de até quarta próxima, com os sindicatos, para realizar o pagamento dos funcionários do contrário seria deflagrada a greve dos funcionários.

Dra. Kalina reafirmou a preocupação com o pagamento dos funcionários temendo, justamente, a defraglação da greve e paralização dos serviços.

Dr. Wilkie relatou a reunião que fora feita entre o sindicato e o MPT sobre a situação dos pagamentos, assim como da audiência judicial realizada.

Dr. Marcondes esclareceu que a ausência de acordo com o sindicato e à marca, por ocasião da audiência judicial realizado porque não havia sido ofertada a contestação pelo sindicato.

Dra. Kalina retomando as discussões, enfatizou o dever do município em regularizar da situação.

Dr. Wilkie solicitou para consignar em ata, a questão de a Controladoria avalizar os repasses que podem ser feitos por meio de depósito judicial.

Dr. Marcondes informou que fez um levantamento da folha de pagamento identificando uma dívida de aproximadamente um milhão de reais, exluida a Cooperativa dos Médicos e os encargos sociais, referentes aos funcionários celetistas; chamou atenção para a forma com a qual será feito o repasse dos salários aos funcionários, que não existe um cadastro e que isso

demanda um certo tempo para checar a folha, funcionário por funcionário.

Dra. Kalina, arrematando as discussões questionou se poderia "fehar" o valor do repasse a ser feito pelo Município à MARCA na quantia de R$ 3.600.000,00. Dr. Marcondes, pediu para que se fizesse esse repasse emergêncial e que se regularizasse, pelo menos até o final do mês, as dividas de período anteriores.

Dra. Selma declarou não poder se comprometer, agora, em efeutar todos os repasses anteriores solicitando um prazo de 15 dias para análise.

Faço consignar em ata, que Dra. Kalina apresentou a Recomendação Ministerial n.º 0004/2012/48PmJ à Secretária Municipal de Saúde, Dra. Ariane, para que o Município de Natal não celebre Contrato de Gestão para a Administração da UPA Cidade da Esperança com a Associação MARCA. Em resposta, a Secretária declarou que a MARCA não havia se apresentado por ocasião do certame licitatório, mas que publicaria, oficialmente, uma portaria nesse sentido.

Encaminhamentos: a) que os presentes, representantes da administração, se comprometem a buscar junto à Controladoria do Município agilidade necessária para a finalização dos processos administrativos relativos aos pagamentos decorrentes dos contratos com a Associação MARCA; b) que fica definido o prazo até quarta-feira da próxima semana, dia 11.07.2012, para que a Secretária de Planejamento apresente um cronograma de pagamento à Associação MARCA através da conta aberta judicialmente, gerida exclusivamente pelo interventor judicial, n.º 33460-X, Agência n.º 0022-1 vinculada ao CNPJ 05.791.879.0004/01, no valor de aproximadamente R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos milhões) correspondentes a um mês para as AMEs e a UPA de Pajuçara; sendo que, no referido prazo, será pago o valor de pelo menos R$ 1.000.000,00 (um milhão) de reais para pagamento da folha de pessoal dessas unidades de saúde.

Kalina Correia Filgueira
48ª Promotora de Justiça

Dr. Francisco Wilkie Rebouças Junior
Procurado Geral do Município

Ariane Rose de Macedo Oliveira
Secretária Municipal de Saúde

Dra. Maria Selma Menezes da Costa
Secretaria Municipal de Planejamento

Marcondes Diógenes
Interventor Judicial da Associação Marca

Sijara Nóbrega
Secretária Adjunta de Gestão e Trabalho da SMS/Natal

4

Recebi em mãos do interventor na data.
24/07/12
Iara Maria P. de Albuquerque
Promotora de Justiça

Natal, 23 de julho de 2012.

Ilma. Sra. Dra.
Iara Maria Pinheiro de Albuquerque
DD. Promotora de Justiça da Saúde.
47ª Promotoria de Defesa dos Direitos da Saúde

Ref.: Informações – Intervenção Judicial período de 11 a 20/07/2012

Prezada Dr.ª, dando continuidade aos trabalhos de intervenção judicial na ASSOCIAÇÂO MARCA, relato abaixo temas tratados no período de forma sucinta:

1. LABORATÓRIO DE ANÁLISE CLÍNICAS:

Sobre o laboratório de análise clinicas - Laboratório Zona Sul/ ACI Serviços médicos e o Núcleo de Diagnósticos Ltda. - , que recentemente assumiu na integralidade os serviços em todas as unidades AME's e UPA foi realizada uma reunião com o Laboratório que antecedeu, o Laboratório da Análise Clínicas Dr. Paulo Gurgel, para entender os motivos de sua saída como prestador de serviços para as unidades.

Na reunião, realizada na sede da Associação Marca com Dr. Paulo Gurgel em 10/07/2012, foi relatado que sua saída já havia sido previamente acordado com a direção da Associação Marca. Este relatou que tinha uma boa relação com a equipe e que o motivo da substituição foi em decorrência do preço do seu concorrente ser mais vantajoso naquele momento (Tabela SUS + 12%) e Dr. Paulo cobrava tabela SUS + 20%. Ele apresentou relação de débitos da Associação Marca com o Laboratório no montante de R$ 136.585,54 referente aos serviços prestados (Notas fiscais).

Em reunião com o Laboratório ACI Serviços médicos (Zona Sul) realizada no dia 12/07/2012, na presença do Gerente Administrativo o Sr. Fernando Muccillo e do Bioquímico Gilson Marques Teodoro foi solicitada toda a documentação do laboratório, bem como, o contrato com a Associação Marca. Confirmaram os motivos pelos quais sucederam o laboratório Dr. Paulo Gurgel, e que a proposta é de tabela SUS + 12%, o que era, segundo relataram, benéfico para a Gestão.

Um fato que chama atenção nesse prestador é que os exames das AME'S, exceto UPA (feito dentro da própria unidade), são feitos no Rio de Janeiro, onde as amostras coletadas são enviados diariamente via aérea (TAM), o que põe em questão a viabilidade econômica do contrato e qualidade dos resultados.

No dia 19/07/2012 solicitei uma nova reunião para apresentação da documentação solicitada na reunião anterior e também para atender ás reclamações dos Diretores Médicos Dr. Danton Novaes e Dra. Francisca de Assis sobre a demora na entrega dos exames das AME's, hoje num total de quase 2.000 (dois mil) resultados de exames pendentes, o que certamente ocasionará o não cumprimento das metas do mês de julho/2012, uma vez que quando o paciente retorna (agendamento) o resultado do exame realizado na consulta anterior não foi entregue pelo laboratório e consequentemente será cancelada.

Nessa mesma reunião solicitei os telefones da direção do laboratório no Rio de Janeiro e liguei na frente dos representantes locais, esclareci que caso não entreguem imediatamente os resultados dos exames tomaremos medidas judiciais para o seu cumprimento. Na ocasião falei com o Sr. Igor Couto da Cruz, que pediu desculpas pela demora na entrega e que o problema foi ocasionado na transmissão de dados via internet no Rio de Janeiro e, que até terça-feira (24/07/2012), todos os exames serão entregues nas Unidades.

Soube informalmente que o dono do laboratório é filho de um dos investigados (Dr. Tufi).

Como as questões que envolvem o laboratório de análises clínicas refletem diretamente na operação das unidades, e que a prioridade no momento é manutenção dos serviços é prudente analisar com parcimônia o contrato e operacionalização antes de tomar alguma atitude que interrompa de forma abrupta a prestação dos serviços.

Este laboratório até o momento não apresentou nenhuma fatura para pagamento pelos serviços prestados.

2. PRESTAÇÃO DE CONTAS ASSOCIÇÃO MARCA x SACRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Foi solicitada da direção geral da Associação Marca a regularização e apresentação das prestações de contas pendentes (Abril, maio e junho/2102), junto à Secretaria, tal prestação foi objeto de cobrança por telefone da Secretaria de Saúde de Natal (Dra Ariane) diretamente á administração Judicial para tal cumprimento. Nesse sentido foi emitido um comunicado a secretária informando que é de responsabilidade da direção geral da Associação Marca a apresentação de prestação de contas (em anexo) e que cabe a administração judicial a prestação de contas mensalmente ao juizo da 5ª Vara da Fazenda Pública no tocante aos valores recebidos e pagos pela conta judicial, nos tremos da Decisão Judicial e Compromisso Judicial e que o proceso de prestação de contas da Associação Marca para com o município de Natal não sofrerá nenhuma alteração, que seguirá o rito nos termos contratualizados com a municipalidade. Posteriormente em contato por telefone com Dra. Arine ficou acertado de que será enviado mensalmente para a Secretaria Municiapl de Saúde cópia da prestção de contas da intervenção judicial.

3. CONTRATO DE MANUTEÇÃO:

Em visita ás Unidades constata-se a necessidade de serviços de manutenção prenventiva e corretiva tanto nas AME's como na UPA, tais como, pintura, eletricidade, hidrúlica, funilaria, estofaria dentre outros.

A Associação Marca matém dois contratos com a empresa G e J Dedetização de Pragas Ltda ME, um para manutenção preventiva e corretiva no valor de R$ 5.890,00 por mês e um outro para limpeza da caixas d'aguas da AME's a cada três meses no valor de R 330,00 por mês, ambos com prazo de vigência de até dezembro/12, sendo que todos os insumos e equipamentos ulizados ara realizar os serviços eram de resposabilidade da contratante.

Em reunião com os proprietários da prestadora de serviços ver-se claramente que a empresa não detém conhecimento e capacidade técnica para execução dos contratos, que em primeira análise apresenta-se excessivamente oneroso para

a contratante. Em vistoria nas unidades se verificara que os serviços de manutenção não estavam sendo executados pela contratada, que alegou que não estava fazendo os serviços porque a Associação Marca não estava comprando os insumos para execução dos serviços.

A ordem era de ressindir imediatamente os contratos, mas quando chamei os gerentes das unidades para discutir o caso fui informado de que o arquivo (documentos administrativos e prontuarios dos pacientes), cerca de 600 caixas arquivos estavam sendo quardados na casa do proprietário da empresa G e J com o Sr. Jussimar Alves da Silva, no bairro de Nova Descoberta, e que não tem nenhum contrato para tal finalidade. Diante desse fato não foi possivel ressindir os contratos, sem antes reaver tal arquivo, temendo que o mesmo podesse fazer algo que viesse a danificar/destruir os documentos que estão em sua posse sem nenhum documento que o resposabilize.

No mesmo momento abri pesquisa/consultas sobre empresas especializadadas em custórdia de documentos, o que já está em fase de conclusão. Duas empresas apresentaram propostas, ambas com experiência em arquivo hospitalar, dessas a Empresa Arquivar apresentou melhor proposta, sendo o proximo passo a vistoria nas sua instalaçãoes(galpões) e confecção de contrato. Tão logo finalizado esse processo e transferido o arquivo os contratos com a Empresa G e J será ressindido.

Deveremos nos proximos dias contratar profissional especializados em manutenção hospitalar para coordenar e executar os trabalhos de manutenção prenevitivas e corretivas nas AME's e UPA.

4. <u>COOPMED</u>

Desde a intervenção (28/06/2012) temos mantido constantemente contato com a direção da COOPMED, com a participação em três reuniões na sede da COOPMED, na Associão Médica, representados pelo Dr. Fernando Pinto e pelo Dr. Julimar Nogueira. Dentre outos assuntos discutidos se destacar a pontualidade no pagamento dos honorários médicos (cooperados) por parte da Associação Marca, acomodações (repouso), cartilha de contrarrefrenciamento para o atendiento na UPA e cumprimento da carga horária por parte dos médicos. Com realação a este ultimo ponto a Cooperativa, juntamente com os diretores técnicos Dr. Danton Novaes e Dra. Francisca de

Assis. afirmaram que apesar de não haver nehum documento escrito foi feito um acordo com o aval da então Secretária Municial de Saúde de Natal (Dra. Perpétua), a COOPMED e a Direção da Associação Marca que os plantões de 6 horas dados nas AME's serão cumpridos com carga horária de 4 horas e/ou 20 atendimentos por plantão. Como houve um acordo apesar de informal informei na reunião que levaria o assunto ao conhecimento do Ministério público para aprofundar as discursoões e regularizar a questão.

No que tange ao pagamemto a COOPMED (honorários médico de 79 profissionais) estes foram integralmente pagos nessa ultima sexta-feira no valor de R$ 982.409,18, referentes aos meses de maio e junho de 2012. Com relaçao ás acomodações foi pedido um prazo para realização dos estudos de arquitetura e que com dependem de recursos finaceiros e sua realização provavelmente será em agosto.

5. ACESSORIA/AUDITORIA

Diante da falta de departamentos locais (contabilidade, financeiro e Recursos humanos) na sede da Associação Marca e, acima de tudo, pessoal capacitado, se fez necessária à contratação de uma empresa da Consultoria e aduditoria para auxiliar os trabalhos da Intervenção Judicial.

Inicialmente contatei duas empresas de contabilidade, a Métodos Contabilidade e a Cass Auditores ambas com reconhecida experiência na área de auditoria hospitalar.

A Cass Auditores por intermédio de seu Diretor Técnico e Negociações, o Sr. Olegáriorio Prestrelo, informou que não poderia fazer o acessoramento da intervenção judicial, mas estaria disposto a realizar auditoria somente depois de reunidos todos os registros (contabeis, financeiros, pessoal, fiscais etc), o que no caso ficou inviabilizado.

A Métodos Contbilidade apresentou proposta para prestação dos serviços no valor global de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais) composta por seis módulos: 1 - Assessoria nos aspectos da folha de pagamento mensal; 2 - Prestação de contas mensal; 3 - Acompanhamento do fluxo de processos; 4 - Acompanhamento do fluxo

de pessoas; 5 - Financeiro: Controle do contas a pagar e a receber; 6 - Assessoria nos aspectos contábeis e financeiros ao interventor jurídico nomeado, sendo que, somente nos dois primeiros meses é que utilizaremos todos os módulos (Valor integral), porem a partir do terceiro mês será necessário apenas os módulos 2 e 5 (Prestação de contas mensal e Financeiro: Controle do contas a pagar e a receber) no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), proposta em anexo.

6. PESSOAL – FOLHA DE PAGAMENTO

Como o repasse da Secretaria Municial de Saúde de Natal concretizou-se apenas no dia 13/07/2012 (sexta-feira), no mesmo dia foi enviada a folha para pagamento via banco do Brasil, no entanto, por questões de compensação bancária os créditos só começaram cair na conta do trabalhador somente a partir do meio dia da segunda-feira (16/07/2012). Como existia uma greve programada para começar a partir de meio dia, convidei o presidente do SINPERN, o Sr. Domingos para irmos até a agência do Banco do Brasil para confirmar que o pagamento já estava no banco e que realmente iria se realizar até o fim do expediente bancário. Como o pagameto aos funcionários estava garantida os lideres do movimento não deflagrou a greve e o atendimento seguiu normalmente.

Porém no decorrer da semana vários pagamentos foram sendo devolvidos pelo banco, por dados bancários dos funcionários incorretos e/ou incompletos, concomitantantemente recebemos várias reclamações dos funcionáros que não receberam os salários. Como todos os dados dos funcionários foram informados pela direção da SALUTE SOCIALE, imediatamente mantive contato com os responsáveis pelas informações para informar dos erros e requer imediato envio dos dados corretos. Segundo a direção da Salute o que aconteceu foi que o sistema de folha de pagamento que eles operam não utiliza o dígito verificador da conta corrente e o sistema do Banco do Brasil usa. Como não foi informado o tal digito verificador automaticamente o sistema do banco do Barsil entendeu que o ultimo número era o digito verificador, o que acabou por ocasionar a devolução de mais da metade dos pagamentos. Ao longo da semana fomos identifivando as devoluções e refazendo o pagemnto via "DOC" ou "TED" eletrônico um por um.

Comuniquei a direção da Salute da gravidade do erro no envio dos dados e da resposabilização caso a Associção Marca venha a sofrer algum prejuízo financeiro decorrente de algum depósito indevido.

7. RESTITUIÇÃO DE DOCUMENTOS E COMPUTADORES APREENDIDOS.

Conforme peticionado no Processo nº 0120177-41.2012.8.20.0001 - Pedido de Busca e Apreensão Criminal que tramita na 7ª Vara Criminal, fui contato pelo Promotor do Patrimônio Público Dr. Emanuel, que marcou um encontro na secretaria da 7ª Vara Criminal com o intuito de identificar os documentos (contratos, notas fiscais, orçamentos, agendas) e equipamentos (computadores) requisitados, já que é de suma importância para continuidade e manutenção das rotinas administrativas para administração das Unidades.

Os computadores vão ser enviados para o ITEP para copiar (espelhamento) o HD, para em seguida serem liberados. Já os documentos foram separados na secretaria da 7ª Vara Criminal e estão aguardando parecer do Ministério Público sobre a liberação.

Em contato na quinta-feira (19/07/2012) por telefone com Dr. Emanuel, fui informado que iria na analisar a documentação separada e cobrar agilidade sobre envio dos computadores ao ITEP.

8. ASSESSORIA DE IMPRENSA, PUBLICIDADE E PROPAGANDA.

Foram rescindidos dois contratos com a Empresa Escrita Comunicação representada pela sua proprietária Anna Karinna Cavalcante da Silva, que tinha como objeto a assessoria de Imprensa, um para as AME's no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e um para a UPA no valor de 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais). Diante da intervenção não há necessidade do serviço, bem como, também não foi identificado com serviço essencial para a manutenção do contrato de Gestão com a municipalidade.

Nesse mesmo sentido foi rescindidos um contrato com a Arte & C Comunicação Integrada Ltda., representada pelo seu proprietário, o Sr. Arturo Silveira Dias de Arruda Câmara, que tinha como objeto a prestação de serviços de propaganda e

publicidade para as AME's no valor de R$ 9.500,00 (nove mil e seiscentos reais). Os motivos que levaram a rescisão desse contrato são os mesmo em relação à Escrita Comunicação.

Foi relatado pelo próprio Arturo que existia um segundo contrato em relação a UPA, que foi concluído pelo seu termo final. Solicitei que o mesmo nos envie cópia para análise.

Encontram-se em fase de auditoria a confirmação dos créditos, já que ambas as empresas alegam que a Associação Marca deve vários meses dos respectivos contratos (valores a confirmar).

9. SEGURANÇA PATRIMONIAL

A segurança patrimonial das Unidades é realizada pela empresa Interfort Segurança de Valores Ltda., sendo que nas AME's há posto de segurança armada 24 horas sete dias por semana em cada unidade, totalizando três postos e dois postos de segurança armada 24 horas na UPA Pajuçara.

Pelos dois postos da UPA Pajuçara o valor é de R$ 19.232,79 (dezenove mil duzentos e trinta e dois reais e setenta e nove centavos) por mês e pelos três postos das AME's o valor é de R$ 28.849,05 (vinte e oito mil oitocentos e quarenta e nove reais e cinco centavos).

A Empresa apresentou requerimento de reajuste retroativo a fevereiro de 2012 dos contratos, em virtude de reajuste nos salários da categoria vinculada ao Sindicato, passando tais contratos para R$ 21.201,18 (vinte e um mil duzentos e um reais e dezoito centavos) e R$ 31. 801,77 (trinta e um mil oitocentos e um reais e setenta e sete centavos) respectivamente.

Um fato atípico nesses contratos é que o contrato é para segurança armada, bem mais cara, e o que se constata, de fato, é que o serviço é prestado por segurança desarmado, mais barato.

Segundo a empresa tal fato se dá em virtude de dois assaltos com refém na UPA Pajuçara, onde o objeto do assalto foi as armas e os coletes dos seguranças. Diante disto os dirigentes da Associação Marca, o Secretário de Segurança do Estado e o Comando da Polícia da Capital adotaram a medida de retirar as armas dos seguranças e deixá-los desarmados. Desde então não houve mais nenhum roubo ao assalto na unidade. Apesar de ter que tirar as armas dos seguranças por recomendação da Associação e dos órgãos de segurança do Estado a Empresa não pode reduzir os salários dos seguranças ou substituí-los por desarmados uma vez que segundo a convenção o serviço terá que ser prestado por segurança armada.

Aparentemente o contrato apresenta valor excessivo (superfaturado), como também, as questões que envolvem segurança armada em órgão público, procedimentos de segurança pactuada entre a administração da Associação e as autoridades públicas, achamos mais prudente realizarmos uma auditoria do contrato, atento as particularidades que o caso requer.

10. REPASSES SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE x ASSOCIAÇÃO MARCA PAGAMENTOS ASSOCIAÇÃO MARCA - PROGRAMAÇÃO

Segundo levantamento da Associação Marca e confirmado pela Secretaria de Saúde:

UNIDADE	VALOR A REPASSAR	VALOR REPASSADO
AMES NOVA NATAL - AMES BRASÍLIA TEIMOSA - AME PLANALTO		
ABRIL	2.435.457,85	2.435.457,85
MAIO	2.435.457,85	
JUNHO	2.435.457,85	
JULHO	2.435.457,85	
	9.741.831,40	
UPA PAJUÇARA		
ABRIL	1.180.003,80	1.164.542,15
MAIO	1.180.003,80	
JUNHO	1.180.003,80	
JULHO	1.180.003,80	
TOTAL A SER REPASSADO	**4.720.015,20**	

TOTAL GERAL	14.461.846,60	3.600.000,00
SALDO A REPASSAR	R$ 10.861.846,60	

Todas as parcelas pactuadas em audiência no Ministério Pública da Saúde foram integralmente cumpridas pela Secretaria Municipal de Saúde, segundo o seguinte cronograma:

- 13/07 - 1ª Parcela: R$ 1.000.000,00 (Um milhão) para pagamento líquido da folha de funcionários de junho/12, 1ª parcela do 13º Salário e férias (REALIZADO);
- 20/07 – 2ª Parcela: R$ 1.000.000,00 (Um milhão) para pagamento médicos (Coopmed) (REALIZADO);
- 23/07 – 3ª Parcela: R$ 1.600.000,00 (Um milhão e seiscentos mil reais) para pagamento de Fornecedores, prestadores de Serviços, encargos sociais e FGTS. (À EXECUTAR);

RESUMO DO FLUXO DE CAIXA

REPASSE EFETIVO	DATA	DESPESAS PAGAS	VALOR	SALDO ATUAL
1.000.000,00	13/07/2007	REPASSE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		1.000.000,00
	17/07/2012	VALES TRANSPORTES	16.744,00	983.256,00
	19/07/2012	FOLHA DE PAGAMENTO - Salute	490.235,70	493.020,30
	19/07/2012	13º 1ª PARCELA - Salute	301.509,31	191.510,99
	19/07/2012	FÉRIAS DE JULHO - Salute	66.031,31	125.479,68
	13/07/2012	PENSÃO ALIMENTICIA	173,05	125.306,63
	13/07/2012	TICKET REFEIÇÃO	1.516,75	123.789,88
	17/07/2012	TAXAS BANCÁRIAS TED E DOC'S - BB	6.917,23	116.872,65
	19/07/2012	RESCISÕES PAGAS - Salute	12.143,45	104.729,20
	19/07/2012	13º 1ª PARCELA - A MARCA	31.930,57	72.798,63
	19/07/2012	FÉRIASDE JULHO - A MARCA	4.838,72	67.959,91
	19/07/2012	FOLHA JUNHO - A MARCA		14.949,16

			53.010,75	
	19/07/2012	CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS ENFERMEIROS	1.617,20	13.331,96
	19/07/2012	CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS RADIOLOGISTAS	348,80	12.983,16
	19/07/2012	BINA ESCRITÓRIO	190,00	12.793,16
2.600.000,00	**20/07/2012**	**REPASSE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	**2.600.000,00**	**2.612.793,16**
	20/07/2012	PAGAMENTO NF 76 COOPMED RN	210.199,05	2.402.594,11
	20/07/2012	PAGAMENTO NF 77 COOPMED RN	290.133,90	2.112.460,21
	20/07/2012	PAGAMENTO NF 98 COOPMED RN	208.225,35	1.904.234,86
	20/07/2012	PAGAMENTO NF 99 COOPMED RN	273.850,88	**1.630.383,98**
				R$ 1.630.383,98

Apesar dos repasses prometidos para julho/2012 pela Secretaria Municipal de Saúde de Natal terem sido cumprido, é importante desde já elaborarmos uma programação de repasse para pagamento da folha de pessoal (05/08/2012), honorários Médicos (20/08/2012), encargos sociais, FGTS, Prestadores de serviços e fornecedores para o mês de Agosto/2012.

Em anexo: cópia Carta a secretaria Municipal de saúde sobre a prestação de contas da Associação Marca x SMS Natal, cópia do e-mail encaminhado para direção da Associação Marca cobrando novamente a prestação de contas, Cópia de resumos de repasses em aberto da SMS com a Associação Marca e cópia da Proposta de prestação de serviços da Métodos Contabilidade.

Atenciosamente,

Marcondes de Souza Diógenes Paiva
Interventor Judicial – Associação Marca/Natal

CHEFIA DE GABINETE
RECEBIDO
Em, 17 / 07 / 2012
Hora: 09h30
Ass.
Paula Angela Melo Paiva
Chefe de Gabinete da SMS-Natal/RN
Matrícula: 10.386-1

Natal, 16 de julho de 2012.

000222

Ilma. Sra. Dra.
Ariane Rose de Macedo
Secretária Municipal de Saúde de Natal/RN

Ref. Intervenção judicial Associação Marca/Natal – Prestação de contas.

Prezada Secretária

Em atenção à solicitação feita por telefone de Vossa Senhoria com relação à prestação de contas relativas aos contratos da UPA Pajuçara, AME Nova Natal, AME Brasília Teimosa e AME Planalto das competências dos meses de abril/maio e junho de 2012, período esse anterior a Intervenção Judicial, informo que tal atribuição continua sendo da responsabilidade da Direção Geral da Associação Marca para Promoção de Serviços, sediada no Rio de Janeiro e na pessoa da Sra. Elisa Andrade de Araújo.

Considerando, a decisão proferida nos autos da Ação Cautelar Incidental 0803701-81.2012.8.20.0001, distribuída por dependência aos autos da Ação Civil Pública nº 0023766-04.2010.8.20.0001, que decretou a intervenção judicial na Associação, em especial no que tange a gestão da UPA Pajuçara e Ambulatórios Médicos Especializados – AMES, unidades públicas de saúde do Município de Natal/RN e que transferiu a administração de tais unidades ao interventor judicial, cabendo a este prestar contas mensalmente ao juizo da 5ª Vara da Fazenda Pública dos valores recebidos e pagos pela conta judicial, conforme termos da Decisão Judicial e Compromisso Judicial.

Dessa forma, o processo de prestação de contas da Associação Marca para com o Município de Natal não sofreu nenhuma alteração, continua seguindo os termos do contrato celebrado, independentemente da prestação de conta judicial supra mencionada.

Considerando, a necessidade de pagamento de funcionários, médicos, encargos sociais, FGTS, fornecedores (abastecimento) e prestadores de serviços

são imprescindíveis que a municipalidade efetue os repasses dos recursos para a conta judicial, como é do conhecimento dessa Secretaria, conforme ficou pactuado na audiência no Ministério Público da Saúde realizada no dia 06 de julho de 2012 com a presença da Dra. Kalina Correia Filgueira (Promotora da Saúde), Dra. Ariane Macedo (Secretária de Saúde), Dr. Francisco Wilker (Procurador geral do Município), Dra. Selma Menezes (Sempla) e Dra. Sijara Nobrega (Secretária adjunta de Gestão e Trabalho da SMS/Natal), acordo este que posteriormente foi ratificado pela Dra. Kalina Correia Filgueira com o seguinte cronograma:

13/07 - 1ª Parcela: R$ 1.000.000,00 (Um milhão) para pagamento líquido da folha de funcionários de junho/12, 1ª parcela do 13º Salário e férias (REALIZADO);

17/07 – 2ª Parcela: R$ 1.000.000,00 (Um milhão) para pagamento médicos (Coopmed) (AGUARDANDO CUMPRIMENTO);

23/07 – 3ª Parcela: R$ 1.600.000,00 (Um milhão e seiscentos mil reais) para pagamento de Fornecedores, prestadores de Serviços, encargos sociais e FGTS. (AGUARDANDO CUMPRIMENTO);

Lembramos que o cumprimento do cronograma acima firmado é imprescindível para a manutenção do funcionamento das unidades e o consequente atendimento á população, meta de todos.

Atenciosamente

Marcondes de Souza Diógenes Paiva
Interventor Judicial – Associação Marca/Natal

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE NATAL
Fórum Desembargador Miguel Seabra Fagundes – Rua Dr. Lauro Pinto, nº 315, 8º andar, Bairro Lagoa Nova
CEP. 59064-250 – Fone (84) 3616.9660

Ofício nº 162/2012-GJ-5ªVFP

Natal/RN, 02 de julho de 2012.

Referência:
Processo nº **0803701-81.2012.8.20.0001** – Ação Cautelar
Parte autora: Ministério Público Estadual
Parte ré: Associação Marca Para Promoção de Serviços

Recebi em 03/07/2012

Ao Ilustríssimo Senhor
Gerente do Banco do Brasil S/A
Natal/RN

Assunto: Abertura de conta corrente simples

Eugênio Pacelli Dantas
Gerente Geral UN
Mat. 3.065.890-X

Senhor Gerente.

Objetivando o cumprimento das medidas assinaladas por este Juízo (conforme cópias anexas), determino a Vossa Senhoria que proceda com abertura de conta corrente simples vinculada ao processo acima mencionado, que deverá ser movimentada exclusivamente pelo Administrador Judicial nomeado, Sr. **MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA**, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF 565.840.914-49, RG 1.250.515 SSP/RN, residente na rua Dr Múcio Galvão, 487, Tirol Residence, Barro Vermelho - CEP 59022-530, Natal-RN, devendo ser comunicado ao Juízo sobre o seu efetivo cumprimento no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

Atenciosamente,

CÍCERO MARTINS DE MACEDO FILHO
Juiz de Direito em substituição legal
5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
COMARCA DE NATAL / RN

Petição Recebida em Secretaria
Sem Autos
Natal 04/07/2012 **às** 10 **h** 00 **min.**
Responsável
Mat. 6300349

BANCO DO BRASIL

000225

Natal/RN, 03 de julho de 2012.

Ao
Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito
CÍCERO MARTINS DE MACEDO FILHO
5º Vara da Fazenda Pública de Natal

Ref. Nº 162/2012-GJ-5ªVFP

Assunto: Abertura de conta corrente simples

Em cumprimento ao ofício acima mencionado para abertura de conta corrente. Foi aberta conta número 33460-x nesta agência de número 0022-1 vinculada ao CNPJ 05.791.879.0004/01. Onde o Administrador Judicial nomeado é o Sr. MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA, portador do CPF 565.840.914-49.

Atenciosamente,

Eugênio Pacelli Dantas
Gerente Geral UN
Mat. 3.065.890-X

5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
COMARCA DE NATAL / RN
Petição Recebida em Secretaria
Sem Autos
Natal 04/07/2012 às 10 h 00 min.
Responsável
e300348
Mat.

Mod. 0.03.007-4 - SISBB 99176 - Mar./2011

BANCO DO BRASIL

Pacote de Serviços Pessoa Jurídica
Termo de Adesão

1 · 000226

Cliente

Razão ou denominação social
ASSOCIACAO MARCA PARA PROMOCAO DE SERVICOS

CNPJ
05.791.879/0004-01

Agência (pref.-dv - nome)
0022-1 NATAL

Conta corrente (n.º-dv)
33460-X

Pacote de Serviços

Nome do pacote
PACOTE DE SERVIçOS PJ - TURISMO

Dia para débito
5

Data de início de validade
03/07/2012

Pela presente, **manifesto(amos)** ser do meu(nosso) interesse aderir ao **Pacote de Serviços - Pessoa Jurídica**.

Autorizo(amos) o **BANCO** a debitar mensalmente na conta corrente acima indicada, a tarifa correspondente ao serviço, cujo valor poderá sofrer alterações, que serão divulgadas com antecedência mínima de 30 dias, conforme legislação em vigor.

Local e data
NATAL (RN), 03 Julho de 2012

Cliente

Razão Social: ASSOCIACAO MARCA PARA PROMOCAO DE SERVICOS
CNPJ: 05.791.879/0004-01

O **Banco do Brasil** coloca a disposição dos clientes os seguintes telefones:
Central de Atendimento BB - 4004 0001(*) ou 0800 729 0001 - para realizar transações bancárias.
Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC - 0800 729 0722 - para elogios, sugestões, dúvidas, informações, reclamações, denúncias, cancelamentos.
Ouvidoria BB - 0800 729 5678 - para situações não solucionadas no atendimento normal, mediante protocolo no SAC.
Deficientes Auditivos ou de Fala - 0800 729 0088
(*) Custos de ligações locais e impostos serão cobradas conforme o Estado de origem. No caso de ligação via celular, custos da ligação mais impostos conforme a operadora.

CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO DE CONTA-CORRENTE E CONTA DE POUPANÇA OURO E/OU POUPANÇA POUPEX

CONTRATANTE: A Pessoa - Física ou Jurídica - indicada e qualificada na Proposta/Contrato de Abertura de Conta-Corrente e Conta de Poupança Ouro e/ou Poupança Poupex, adiante denominada simplesmente **CORRENTISTA** que vier a aderir a este Contrato, mediante assinatura da Proposta/Contrato de Abertura.

CONTRATADOS: (I) Banco do Brasil S.A., com sede em Brasília, Distrito Federal, por sua agência indicada na Proposta de Abertura, doravante denominado simplesmente **BANCO**, relativamente à Conta-Corrente e Poupança Ouro; e (II) Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX, sociedade civil, com sede em Brasília - Distrito Federal, doravante denominada **POUPEX**, por intermédio do Banco do Brasil S.A., nos termos do convênio estabelecido, relativamente à Poupança Poupex.

1. As Contas-Correntes e Poupanças Ouro e/ou Poupanças Poupex regem-se pelos normativos expedidos pelo Banco Central do Brasil e demais disposições legais pertinentes à matéria vigentes ou que venham a ser editadas.

2. O CORRENTISTA obriga-se a comunicar formalmente ao BANCO qualquer alteração nos seus dados cadastrais, inclusive endereço e telefone, e nos documentos de identificação, bem como as alterações relativas às isenções tributárias, quando for o caso.

2.1. O não cumprimento da obrigação estabelecida no item 2 pelo **CORRENTISTA**, facultará ao **BANCO** adotar as seguintes medidas:

I) suspender o fornecimento de talonário de cheques e/ou de cartão magnético;

II) suspender a concessão de financiamento, empréstimo e adiantamento, bem como da abertura e renovação de crédito de qualquer espécie;

III) suspender o acolhimento de depósitos em Conta-Corrente ou Poupança;

IV) suspender o acolhimento de solicitação de aplicação financeira.

2.2. As medidas de que trata o item 2.1 serão suspensas tão logo o **CORRENTISTA** cumpra a obrigação que a motivou.

3. O **CORRENTISTA** obriga-se a manter saldo médio mínimo em Conta-Corrente, Poupança e/ou valores mínimos de aplicações, estabelecidos e divulgados periodicamente pelo **BANCO**, para a manutenção da conta.

4. A movimentação das contas atenderá às características normativas próprias de cada uma. Essa movimentação far-se-á exclusivamente pelo titular - ou pelos titulares, no caso de conta conjunta - ou à sua ordem, conforme o caso, por meio de cheques, cartão magnético, transações por meio da Central de Atendimento BB e outros meios eletrônicos disponíveis ou que venham a ser disponibilizados pelo **BANCO**, depósitos em moeda nacional ou em cheques, débitos e créditos de diversas origens ou natureza, transferências entre contas diversas ou por qualquer outra forma não proibida por lei.

4.1. O acesso à conta por meio eletrônico dar-se-á mediante a utilização de senhas, cadastradas junto ao **BANCO** exclusivamente pelo **CORRENTISTA** ou pelo titular do cartão e um código de acesso composto aleatoriamente por três letras do alfabeto, fornecido pelo **BANCO** para cada conta, não sendo permitido ao **CORRENTISTA** escolher as letras desse código. As senhas e o código são de uso pessoal e intransferível.

4.2. No caso de movimentação por preposto ou procurador, qualquer alteração relativa à pessoa - ou pessoas, na hipótese de haver mais de um preposto ou procurador - que esteja autorizada a assinar em nome do titular deverá ser comunicada por escrito, ficando o **BANCO** isento de responsabilidades por eventuais prejuízos que venham a ocorrer em virtude do descumprimento desta formalidade.

4.3. No caso de Conta-Corrente conjunta, os titulares poderão optar pela movimentação solidária ou não-solidária.

4.3.1. Se a opção for por conta conjunta com titulares solidários, fica entendido que cada titular poderá movimentá-la e encerrá-la separada e independentemente dos outros, dispondo do saldo e efetuando depósitos e retiradas, por meio de cheques, recibos, cartões magnéticos ou quaisquer outros meios disponíveis, nos termos da solidariedade prevista nos artigos 264 e seguintes do Código Civil, ficando o **BANCO** autorizado a creditar na referida conta quaisquer ordens de pagamento em que os titulares figurem como beneficiários, individual ou conjuntamente.

4.3.2. Se a opção for por conta conjunta com titulares não-solidários, movimentação só poderá ser efetuada com a assinatura de todos os titulares, sendo vedada a movimentação com cartão magnético.

4.3.3. No caso de conta cujo titular seja pessoa jurídica, a movimentação por meio de cartão magnético será admitida somente se o representante estiver legalmente autorizado a

CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO DE CONTA-CORRENTE E CONTA DE POUPANÇA OURO E/OU POUPANÇA POUPEX

CONTRATANTE: A Pessoa - Física ou Jurídica - indicada e qualificada na Proposta/Contrato de Abertura de Conta-Corrente e Conta de Poupança Ouro e/ou Poupança Poupex, adiante denominada simplesmente **CORRENTISTA** que vier a aderir a este Contrato, mediante assinatura da Proposta/Contrato de Abertura.

CONTRATADOS: (I) Banco do Brasil S.A., com sede em Brasília, Distrito Federal, por sua agência indicada na Proposta de Abertura, doravante denominado simplesmente **BANCO**, relativamente à Conta-Corrente e Poupança Ouro; e (II) Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX, sociedade civil, com sede em Brasília - Distrito Federal, doravante denominada **POUPEX**, por intermédio do Banco do Brasil S.A., nos termos do convênio estabelecido, relativamente à Poupança Poupex.

1. As Contas-Correntes e Poupanças Ouro e/ou Poupanças Poupex regem-se pelos normativos expedidos pelo Banco Central do Brasil e demais disposições legais pertinentes à matéria vigentes ou que venham a ser editadas.

2. O CORRENTISTA obriga-se a comunicar formalmente ao BANCO qualquer alteração nos seus dados cadastrais, inclusive endereço e telefone, e nos documentos de identificação, bem como as alterações relativas às isenções tributárias, quando for o caso.

2.1. O não cumprimento da obrigação estabelecida no item 2 pelo **CORRENTISTA**, facultará ao **BANCO** adotar as seguintes medidas:

I) suspender o fornecimento de talonário de cheques e/ou de cartão magnético;

II) suspender a concessão de financiamento, empréstimo e adiantamento, bem como da abertura e renovação de crédito de qualquer espécie;

III) suspender o acolhimento de depósitos em Conta-Corrente ou Poupança;

IV) suspender o acolhimento de solicitação de aplicação financeira.

2.2. As medidas de que trata o item 2.1 serão suspensas tão logo o **CORRENTISTA** cumpra a obrigação que a motivou.

3. O **CORRENTISTA** obriga-se a manter saldo médio mínimo em Conta-Corrente, Poupança e/ou valores mínimos de aplicações, estabelecidos e divulgados periodicamente pelo **BANCO**, para a manutenção da conta.

4. A movimentação das contas atenderá às características normativas próprias de cada uma. Essa movimentação far-se-á exclusivamente pelo titular - ou pelos titulares, no caso de conta conjunta - ou à sua ordem, conforme o caso, por meio de cheques, cartão magnético, transações por meio da Central de Atendimento BB e outros meios eletrônicos disponíveis ou que venham a ser disponibilizados pelo **BANCO**, depósitos em moeda nacional ou em cheques, débitos e créditos de diversas origens ou natureza, transferências entre contas diversas ou por qualquer outra forma não proibida por lei.

4.1. O acesso à conta por meio eletrônico dar-se-á mediante a utilização de senhas, cadastradas junto ao **BANCO** exclusivamente pelo **CORRENTISTA** ou pelo titular do cartão e um código de acesso composto aleatoriamente por três letras do alfabeto, fornecido pelo **BANCO** para cada conta, não sendo permitido ao **CORRENTISTA** escolher as letras desse código. As senhas e o código são de uso pessoal e intransferível.

4.2. No caso de movimentação por preposto ou procurador, qualquer alteração relativa à pessoa - ou pessoas, na hipótese de haver mais de um preposto ou procurador - que esteja autorizada a assinar em nome do titular deverá ser comunicada por escrito, ficando o **BANCO** isento de responsabilidades por eventuais prejuízos que venham a ocorrer em virtude do descumprimento desta formalidade.

4.3. No caso de Conta-Corrente conjunta, os titulares poderão optar pela movimentação solidária ou não-solidária.

4.3.1. Se a opção for por conta conjunta com titulares solidários, fica entendido que cada titular poderá movimentá-la e encerrá-la separada e independentemente dos outros, dispondo do saldo e efetuando depósitos e retiradas, por meio de cheques, recibos, cartões magnéticos ou quaisquer outros meios disponíveis, nos termos da solidariedade prevista nos artigos 264 e seguintes do Código Civil, ficando o **BANCO** autorizado a creditar na referida conta quaisquer ordens de pagamento em que os titulares figurem como beneficiários, individual ou conjuntamente.

4.3.2. Se a opção for por conta conjunta com titulares não-solidários, movimentação só poderá ser efetuada com a assinatura de todos os titulares, sendo vedada a movimentação com cartão magnético.

4.3.3. No caso de conta cujo titular seja pessoa jurídica, a movimentação por meio de cartão magnético será admitida somente se o representante estiver legalmente autorizado a

movimentar isoladamente a Conta-Corrente e/ou Poupança Ouro e/ou Poupança Poupex.
4.4. O **BANCO** não se responsabiliza por eventuais prejuízos decorrentes da quebra de sigilo, pelo **CORRENTISTA**, das senhas eletrônicas, senha da Central de Atendimento BB e do código de acesso e seu uso.
4.5. O cartão magnético é de uso pessoal e intransferível, cabendo ao **CORRENTISTA** observar o dever de guardá-lo e preservá-lo do alcance de terceiros.
4.6. A responsabilidade do **CORRENTISTA**, nas operações realizadas com o cartão magnético, somente cessará a partir da devolução do cartão magnético ao **BANCO** ou da comunicação, devidamente documentada, de seu extravio, furto ou roubo.
4.7. O **CORRENTISTA** que efetuar depósitos de cheque em sua conta autoriza o **BANCO** a fornecer, a pedido do emitente incluído no CCF que apresentar a cópia do cheque, o seu nome completo e os endereços residencial e comercial.
5. O **CORRENTISTA** autoriza o **BANCO** a enviar, por via postal, quando assim solicitado, cartões magnéticos e talões de cheques, devidamente bloqueados, para o endereço informado na Proposta de Abertura de Conta - ou outro endereço de sua escolha, desde que previamente informado ao **BANCO** -, podendo ser entregues a qualquer pessoa no endereço indicado, cabendo ao **CORRENTISTA** solicitar ao **BANCO** o desbloqueio do cartão e dos talonários de cheque, pelos meios disponibilizados.
5.1. Em caso de conta conjunta, a adesão ou cancelamento do serviço de entrega do talão de cheque em domicilio deverá ser formalizada por todos os titulares
6. Em relação ao uso de cheque, o **CORRENTISTA** declara ter sido previamente informado das condições abaixo, as quais aceita expressamente:
6.1. O fornecimento de talões ou folhas de cheques depende do cumprimento de todas as condições estabelecidas no documento Disciplina para o Uso de Cheques, que lhe foi entregue, e também divulgado nas agências do **BANCO** e na Internet (www.bb.com.br), em especial, condicionado à manutenção de saldo e à inexistência de restrições cadastrais, podendo o **BANCO** negar ou suspender o fornecimento, e/ou limitar a quantidade de folhas, nas hipóteses informadas no citado documento Disciplina para o Uso de Cheques.
6.2. Na impossibilidade de uso de cheque, ou na suspensão do fornecimento, a conta poderá ser movimentada por cartão, saque contra recibo ou meios eletrônicos.
6.3. Tem o dever de baixar os cheques inutilizados ficando o BANCO isento de responsabilidade no caso de apresentação de cheques baixados indevidamente.
6.4. Os cheques quitados serão destruídos após digitalizados, razão pela qual o **CORRENTISTA**, desde já, reconhece as imagens, assim produzidas, como autênticas para todos os fins de direito.
6.5. A emissão de cheques sem a suficiente provisão de fundos implica na inclusão do nome do EMITENTE no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos do Banco Central do Brasil (CCF) e nos cadastros de entidades de proteção ao crédito, devendo todos os titulares da conta devolver ao BANCO os cheques não utilizados.
6.6. Como forma de emprestar maior confiabilidade e segurança ao uso do cheque, o CORRENTISTA autoriza que o BANCO: (a) informe aos serviços de proteção ao crédito os cheques sustados ou revogados; (b) informe a qualquer interessado a situação dos cheques impedidos de liquidação na forma prevista no artigo 9º da Resolução CMN 3.972, de 28.04.2011; (c) confira a exatidão dos dados inseridos nos cheques emitidos com base na consulta eletrônica das informações existentes em seus cadastros; (d) forneça seu nome completo, CPF, número do documento de identificação, endereços residencial e comercial e a cópia da solicitação formal de sustação ou revogação, se for o caso, aos beneficiários de cheque devolvidos por insuficiência de fundos, divergência, insuficiência ou ausência de assinatura, erro de preenchimento formal, motivos que ensejam registro no CCF e as sustações ou revogações não motivadas por furto, roubo ou extravio, na forma prevista pela Resolução CMN 3.972, de 28.04.2011. Esses dados devem ser fornecidos, também, ao portador de cheque devolvido, em se tratando de cheque em relação ao qual a legislação em vigor não exija a identificação do beneficiário e que não contenha a referida identificação.
7. A utilização de outros produtos e serviços eventualmente disponibilizados pelo **BANCO**, vinculados ou não à Conta-Corrente, dependerá, obrigatoriamente, do cumprimento, pelo **CORRENTISTA**, dos requisitos exigidos para cada produto ou serviço, os quais serão oportunamente informados.
TRANSAÇÕES EM MEIOS ELETRÔNICOS E CENTRAL DE ATENDIMENTO BB
8. O BANCO está autorizado a efetivar quaisquer operações solicitadas pelo CORRENTISTA por meio eletrônico ou pela Central de Atendimento BB, mediante utilização de senha ou identificação positiva. O CORRENTISTA reconhece, desde já, para todos os efeitos legais, como válidas e verdadeiras as operações assim realizadas.
8.1. O CORRENTISTA aceita como legítimas as operações realizadas em dias não úteis,

bem como aquelas transações, realizadas e ainda pendentes de processamento antes da comunicação da devolução do cartão magnético.

9. O **BANCO** estabelecerá, por motivo de segurança, limites de valor e de horário para a realização de operações pela Central de Atendimento e quaisquer meios eletrônicos disponíveis ou que venham a ser disponibilizados, que resultem em movimentação financeira ou compras em estabelecimentos com cartão na função débito. Referidos limites serão divulgados pelo **BANCO**, por intermédio de suas agências, nos terminais de autoatendimento ou via internet (www.bb.com.br).

9.1. O CORRENTISTA fica ciente de que:

I) não serão processadas as transações efetuadas após o horário fixado ou com valor superior ao limite estabelecido;

II) a liberação de saques em terminais eletrônicos, nos finais de semana, feriados ou em horário noturno, está condicionada à existência de saldo, depois de deduzidos eventuais débitos programados para o primeiro dia útil seguinte.

10. O **CORRENTISTA declara estar ciente de que somente ele é o responsável pela** exatidão de datas de vencimentos, valores e beneficiários de créditos, referentes aos pagamentos, agendamentos de pagamento e transferências por ele efetuados em meios eletrônicos.

10.1. Caso o agendamento de pagamento seja efetuado após o vencimento e/ou por valor a menor, o BANCO fica autorizado a estornar o pagamento, na hipótese de recusa do recebimento pelo beneficiário do crédito.

10.2. O CORRENTISTA declara estar ciente da impossibilidade de cancelamento da operação, após sua confirmação, nas transações efetuadas em meios eletrônicos que impliquem lançamentos imediatos na Conta-Corrente do beneficiário do crédito.

10.3. O CORRENTISTA compromete-se a manter saldo suficiente para o lançamento dos débitos programados, ficando o BANCO isento de qualquer responsabilidade decorrente da não-liquidação do compromisso na data do vencimento, por insuficiência de saldo no horário previsto para processamento.

DEPÓSITOS EM CHEQUES E CHEQUES EM CUSTÓDIA

11. O **CORRENTISTA** fica ciente de que as importâncias depositadas em cheques, na Conta-Corrente ou Poupança Ouro e/ou Poupança Poupex, somente serão colocadas à sua disposição após respectiva compensação e liquidação, conforme os prazos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, podendo o **BANCO**, a pedido do **CORRENTISTA**, antecipar a liberação.

11.1. Sobre os valores relativos aos depósitos em cheques liberados antecipadamente na forma do item 11 e efetivamente utilizados pelo **CORRENTISTA**, poderá o **BANCO** cobrar encargos financeiros à taxa por ele praticada para adiantamentos a depositantes.

11.2. Fica o BANCO autorizado a debitar os valores dos cheques liberados antecipadamente, que venham a ser devolvidos pelos bancos sacados, bem como os juros e demais acessórios sobre o valor desses cheques, calculados desde a data da liberação.

11.3. Os encargos referidos nos itens 11.1 e 11.2 acima serão divulgados pelo **BANCO**, por intermédio de suas agências, em seus terminais de autoatendimento ou via internet (www.bb.com.br).

12. Em relação aos cheques acolhidos para depósitos em Conta-Corrente, Poupança Ouro e/ou Poupança Poupex ou em Custódia, fica o **BANCO** autorizado a endossar os cheques nominativos acolhidos em depósito para crédito em favor do **CORRENTISTA**.

13. Em relação aos cheques acolhidos em Custódia, o **BANCO** fica autorizado a creditar o valor correspondente, na data programada, na respectiva conta de depósitos ou em conta vinculada à operação de crédito, no caso de empréstimo.

13.1. O CORRENTISTA assume total responsabilidade junto aos emitentes dos cheques, pela data indicada para apresentação a pagamento.

13.2. O **CORRENTISTA** poderá alterar a data programada para depósito ou excluir cheque(s) da Custódia, com até 03 (três) dias de antecedência da data de remessa à Câmara de Compensação, desde que o(s) cheque(s) não esteja(m) vinculado(s) a operações de crédito.

14. O **BANCO** poderá acatar o(s) cheque(s) para depósito em Conta-Corrente ou em Custódia, por meio de arquivo-remessa, com captura e transmissão dos dados por meio eletrônico, a cargo do **CORRENTISTA**.

14.1. A disponibilidade do serviço e as condições específicas em que será realizado o depósito ou a Custódia por meio de arquivo-remessa, inclusive as providências que incumbem ao

CORRENTISTA, estarão disponíveis nas agências, na internet (www.bb.com.br) e nos demais canais disponibilizados pelo **BANCO** para a prestação do serviço.

14.2. Havendo divergência entre os dados informados por meio eletrônico e o(s) cheque(s) físico(s), o arquivo-remessa poderá ser recusado pelo BANCO.

14.3. Na ocorrência de roubo ou furto, desde que os dados tenham sido transmitidos e o **CORRENTISTA** apresente a cópia do respectivo Boletim de Ocorrência Policial, o **BANCO** poderá acatar o(s) depósito(s) e efetuará a compensação dos cheques, por meio do arquivo lógico, adotando, para tanto, uma rotina especial.

14.4. Para cumprimento da rotina especial referida no item anterior, o CORRENTISTA autoriza o BANCO a debitar em sua Conta-Corrente as despesas cobradas pelos bancos sacados.

14.5. O CORRENTISTA, desde já, aceita e reconhece o(s) débito(s) efetuado(s) em sua Conta-Corrente, nos casos envolvendo a devolução do(s) cheque(s) compensado(s) na forma descrita no item 14.3. Também se declara ciente de que, nessa hipótese, não receberá o(s) documento(s) físico(s).

DÉBITO AUTOMÁTICO DE CONTAS

15. O **CORRENTISTA, por escrito ou mediante assinatura eletrônica**, poderá autorizar o **BANCO** a debitar em sua conta os valores relativos a compromissos com concessionárias de serviços públicos (empresas credoras), tais como água, energia elétrica etc. como também outros títulos de sua conveniência, visando à regular quitação, observado o disposto no item 15.1.

15.1. Compete ao CORRENTISTA zelar pela exatidão dos dados relativos aos compromissos com concessionárias de serviços públicos e/ou títulos, por ele informados ao BANCO para fins de viabilizar o débito automático na conta, na forma prevista no item 15.

15.2 O **CORRENTISTA** compromete-se a manter saldo suficiente para o lançamento dos referidos débitos, ficando o **BANCO** isento de qualquer responsabilidade decorrente da não-liquidação do compromisso por insuficiência de saldo na data do vencimento.

15.3. Caso o documento a ser liquidado não contenha a frase "Débito em conta - não receber no caixa", ou equivalente, o **CORRENTISTA** deverá efetuar o pagamento respectivo diretamente numa agência autorizada a recebê-lo ou, se o título permitir, registrar o agendamento de pagamento pelos meios eletrônicos disponibilizados pelo **BANCO**.

15.4. Em caso de dúvida ou reclamação sobre datas de vencimentos e/ou valores, a solicitação de esclarecimentos deverá ser feita diretamente junto à empresa credora.

15.5. O BANCO reserva-se o direito de, a qualquer tempo, cancelar a prestação do serviço de débito automático, mediante comunicação por escrito ao CORRENTISTA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

BB CONTA UNIVERSITÁRIA E BB CONTA JOVEM

16. O **CORRENTISTA** das modalidades de Conta-Corrente BB Conta Universitária ou BB Conta Jovem e o seu representante legal, no caso de o **CORRENTISTA** ser menor, declaram que estão cientes de que:

I) a modalidade de BB Conta Universitária destina-se única e exclusivamente a jovens universitários, com idade entre 16 e 30 anos, que estejam regularmente matriculados em curso superior, em nível de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado ou residência médica;

II) a modalidade de conta BB Conta Jovem destina-se única e exclusivamente a jovens com idade entre 12 e 21 anos incompletos, e que não estejam matriculados em curso superior;

III) a BB Conta Universitária poderá ser mantida, com os benefícios a ela inerentes, por até um ano após a data informada, pelo titular, para a conclusão do respectivo curso. A BB Conta Jovem poderá ser mantida, com os benefícios a ela inerentes, pelo titular que possuir entre 12 anos completos e 21 anos incompletos. Após esses prazos, o titular deverá optar por outra modalidade de conta, observando as regras do **BANCO** e a regulamentação em vigor.

16.1. Após expirados os prazos referidos no item 16, caso o CORRENTISTA não opte por outra modalidade de conta oferecida pelo BANCO, a conta será automaticamente migrada para modalidade de Conta Eletrônica, com possibilidade de alteração das tarifas correspondentes à nova modalidade de conta.

16.1.1. O Pacote de Serviços deverá adequar-se à nova modalidade de conta. Assim, o titular da conta, se do seu interesse, poderá aderir a um dos Pacotes de Serviços disponíveis para a nova modalidade, na forma do item 24.

16.2. Aplicam-se às contas nas modalidades BB Conta Universitária e BB Conta Jovem as demais disposições contidas no presente contrato, naquilo que não contrariar os preceitos acima estabelecidos.

CONTA DE POUPANÇA

17. Com relação às Contas de Poupança Ouro e/ou Poupança Poupex, o CORRENTISTA declara estar ciente de que a Poupança Ouro e/ou Poupança Poupex poderá ter mais de

uma data-base. Na ocorrência de saque em data-base cujo saldo seja insuficiente para suportar o valor a ser sacado, o lançamento a débito do valor excedente será efetuado nas datas-base imediatamente anteriores.

17.1. A Poupança Poupex é uma caderneta de poupança gerida pela Associação de Poupança e Empréstimo Poupex que possui as mesmas funcionalidades e modalidades disponibilizadas para a Poupança Ouro, tendo o **BANCO** como o seu agente financeiro.

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

18. Com relação aos investimentos financeiros, o **CORRENTISTA** deverá observar os limites mínimos e máximos estabelecidos pelo **BANCO**, para realização ou solicitação de aplicação e resgate em investimentos, estando ciente de que os regulamentos específicos e as características de cada investimento administrado pelo **BANCO** estão disponíveis em qualquer agência do **BANCO** e na internet (www.bb.com.br).

18.1. As aplicações e resgates nos investimentos poderão ser realizados mediante solicitação ou de forma automática, desde que autorizado previamente pelo **CORRENTISTA**, de acordo com a disponibilidade ou necessidade de saldo em Conta-Corrente.

EXTINÇÃO DE AGÊNCIA

19. No caso de extinção da agência onde o CORRENTISTA tenha conta, e ainda, a pedido do CORRENTISTA, fica o BANCO autorizado a transferir para outra agência, o saldo da(s) conta(s), os cartões magnéticos, os débitos programados e os investimentos, bem como os limites de crédito e financiamentos em nome do CORRENTISTA.

19.1 A transferência operada nos termos do item 19 será precedida de comunicação formal ao CORRENTISTA, pelo BANCO, sendo admitida para esse fim a veiculação de mensagem nos terminais de autoatendimento.

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS VIA TELEFONE CELULAR

20. O **CORRENTISTA** autoriza o **BANCO** a enviar mensagens para o número de celular cadastrado no **BANCO**, com informações sobre a sua movimentação bancária e demais produtos ou serviços contratados pelo **CORRENTISTA** junto ao **BANCO**, conforme os termos especificados em prévia solicitação do serviço pelo **CORRENTISTA**, a qual poderá ser firmada por escrito ou mediante assinatura eletrônica.

21. O **CORRENTISTA** fica ciente de que:

I) o(s) limite(s) disponível(is) para utilização do **CORRENTISTA** integrará(ão) o(s) valor(es) informado(s) na mensagem a ser enviada;

II) as mensagens serão disponibilizadas apenas se o celular cadastrado pelo **CORRENTISTA** no **BANCO** estiver disponível na área de cobertura da sua operadora;

III) o **BANCO** não se responsabiliza por qualquer uso indevido das informações enviadas ao aparelho celular cadastrado;

IV) será cobrada tarifa mensal, de acordo com o disposto na Tabela de Tarifas disponível nas agências do **BANCO** e na internet (www.bb.com.br), independentemente da quantidade de mensagens recebidas;

V) em caso de cancelamento ou mudanças do número de celular ou operadora, ou ainda na ocorrência de roubo, furto ou qualquer outra situação em que o aparelho esteja na posse de outra pessoa, é dever do **CORRENTISTA** atualizar as informações junto ao **BANCO** ou solicitar o imediato cancelamento do serviço.

FORNECIMENTO DE DADOS CADASTRAIS

22. O CORRENTISTA autoriza o BANCO a fornecer seu nome, endereço, telefone e CPF/CNPJ às empresas que integram o Conglomerado Banco do Brasil e às empresas a ele coligadas, com a finalidade de receber informações sobre produtos e serviços comercializados no âmbito das referidas empresas, podendo a presente autorização ser revogada a qualquer tempo, mediante solicitação por escrito.

22.1 Para os efeitos desta cláusula, as empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil são: **Banco do Brasil, BB-Leasing, BB-DTVM, BB-Cartões, BB Corretora, BB Consórcios, BB Turismo e Ativos S.A..**

22.2 Para os efeitos desta cláusula, as empresas coligadas são: **Brasilveículos Companhia de Seguros, Brasilsaúde Companhia de Seguros, Brasilprev Seguros e Previdência S.A, Companhia de Seguros Aliança do Brasil e Brasilcap Capitalização S.A..**

TARIFAS

23. O **CORRENTISTA** fica ciente de que as Contas-Correntes e de Poupança Ouro e/ou Poupança Poupex estão sujeitas à cobrança de tarifas pela prestação de serviços bancários, conforme Tabela de Tarifas afixada nas agências do **BANCO** e disponíveis na internet (www.bb.com.br) na forma da regulamentação vigente do Banco Central do Brasil, sendo

eventuais alterações nos valores constantes da referida tabela divulgadas pelos mesmos meios com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do início de sua vigência.
23.1. O débito das tarifas será efetuado na Conta-Corrente ou de Poupança Ouro e/ou Poupança Poupex ou no cartão de crédito do titular pelo valor de cada uma, em tantos lançamentos quantos forem suas ocorrências ou de forma agrupada.
24. O **CORRENTISTA** pode aderir a uma das modalidades de Pacote de Serviços disponíveis para o seu tipo de Conta-Corrente e declara estar ciente de que o Pacote de Serviços será cobrado mensalmente, conforme item 23.
24.1. Caso haja mudança no tipo de Conta-Corrente, a modalidade do Pacote de Serviços poderá ser alterada adequando-se ao novo tipo de conta.
24.2. Ao **CORRENTISTA** pessoa física será ofertado pelo **BANCO**, o Pacote Padronizado de Serviços Prioritários, cujos itens componentes e quantidade de eventos são determinados pelo Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN n.º 3.919, de 25.11.2010. A tarifa mensal será cobrada conforme item 23.
24.3. O **CORRENTISTA** que tiver optado pelo Pacote de Serviços referente à movimentação exclusiva por meios eletrônicos autoriza o **BANCO** a cobrar tarifas pela utilização dos canais de atendimento presencial ou pessoal, bem como dos correspondentes no País, conforme previsto no artigo 2º, parágrafo 1º, incisos I e II, da Resolução CMN n.º 3.919, de 25.11.2010.
24.4. As transações que excederem os limites previstos em cada modalidade do Pacote de Serviços serão tarifadas de acordo com os valores informados na Tabela de Tarifas.
24.5. Os descontos nos preços dos serviços que compõem o Pacote incidirão sobre os valores constantes na Tabela de Tarifas.
24.6. Para fazer jus ao desconto da tarifa de Pacote de Serviços proporcionado pelo PROGRAMA PONTO PRA VOCÊ ou pelo DESCONTO PROGRESSIVO PJ, o CORRENTISTA deve dispor de saldo suficiente em Conta-Corrente na data programada para o débito mensal da tarifa e estar em dia com suas obrigações perante o BANCO e suas Subsidiárias, na condição de devedor principal ou coobrigado, no último dia do mês de referência ao de apuração dos pontos.
24.7. Entende-se por PROGRAMA PONTO PRA VOCÊ, o programa de fidelização do **BANCO**, que assegura prêmios e vantagens aos clientes pessoa física, em recompensa pelo relacionamento global caracterizado pela concentração e/ou realização de novos negócios no **BANCO e demais empresas do conglomerado Banco do Brasil S.A. ou a ele coligadas**. Por DESCONTO PROGRESSIVO PJ, entende-se a concessão de desconto para pessoas jurídicas na tarifa mensal do Pacote de Serviços pelos investimentos considerados na Tabela de Descontos Progressivos PJ, e vinculado à Conta-Corrente que possui a adesão ao Pacote. Os regulamentos destes programas estão disponíveis no sítio do **BANCO** na internet (www.bb.com.br).
SALDO DEVEDOR/ADIANTAMENTO A DEPOSITANTES
25. Na hipótese de ocorrência de movimentação financeira que possa acarretar saldo devedor na conta-corrente, o **CORRENTISTA** fica ciente - e manifesta, desde já, a sua concordância - de que o **BANCO** avaliará a viabilidade de lhe conceder crédito emergencial, no valor que possibilite o acolhimento da referida movimentação financeira.
25.1. Uma vez concedido, o crédito emergencial será destinado integralmente à cobertura do saldo devedor verificado na conta-corrente do **CORRENTISTA** (Adiantamento a Depositantes).
25.2. O valor do crédito emergencial concedido deverá ser pago pelo **CORRENTISTA** no dia útil imediato à sua concessão, com os encargos financeiros e acessórios incidentes, na forma prevista neste contrato, podendo o **BANCO** considerar o contrato vencido antecipadamente em caso de não cumprimento desse prazo.
25.2.1. Sobre o montante do crédito em caráter emergencial concedido incidirão Encargos calculados pela Comissão de permanência à taxa de mercado, vigente no(s) dia(s) da(s) ocorrência(s), nos termos da Resolução 1.129, de 15.05.1986, do Conselho Monetário Nacional - cujos índices poderão ser obtidos junto às agências do Banco ou por meio da internet (www.bb.com.br) - contabilizados desde a data da ocorrência do saldo devedor - e concessão do crédito emergencial -, até a data do seu efetivo pagamento.
25.2.2. O **CORRENTISTA** declara que está ciente, de acordo e que tomou prévio conhecimento de que sobre os saldos devedores diários verificados na conta-vinculada ao crédito emergencial concedido incidirá o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguro e Títulos ou Valores Mobiliários - IOF, que será calculado e exigido de acordo com a legislação em vigor e será debitado na conta-corrente do **CORRENTISTA** no primeiro dia útil do mês subseqüente à utilização do crédito emergencial.
25.2.3. O **CORRENTISTA** está ciente de que, sem prejuízo dos encargos previstos nos itens anteriores a concessão do crédito emergencial estará sujeita à cobrança de tarifa tendo como fato gerador a prestação do serviço de levantamento de informações e avaliação de viabilidade e de riscos, para a concessão de credito em caráter emergencial para cobertura de saldo

devedor em conta-corrente (Adiantamento a Depositantes), conforme Tabela de Tarifas afixada nas agências do **BANCO** e disponíveis na Internet (www.bb.com.br) na forma da regulamentação vigente do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.

25.3. O BANCO fica autorizado a efetuar transferências entre quaisquer contas e aplicações financeiras do CORRENTISTA, à exceção de conta conjunta não-solidária, para regularização de saldo devedor e/ou pagamento do valor do crédito emergencial concedido e respectivos encargos.

25.4.O **CORRENTISTA** reconhece, desde logo, como dívida líquida e certa, o saldo devedor em sua conta-corrente, proveniente de lançamentos referentes a cheques, saques (inclusive por meio eletrônicos), ordens e recibos emitidos ou assinados, débitos de títulos e cambiais emitidos ou aceitos, débitos por conta de operações de desconto referentes a títulos vencidos e não pagos pelos respectivos sacados e outros lançamentos devidamente autorizados, inclusive os referentes a encargos financeiros e impostos incidentes sobre o saldo devedor e/ou relativo ao crédito emergencial concedido.

ENCERRAMENTO DE CONTA

26. O presente contrato poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer das partes, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

26.1. No caso de rescisão, o **CORRENTISTA** obriga-se a:

I) devolver o cartão e as folhas de cheques em seu poder ou firmar declaração de que os inutilizou;

II) manter fundos suficientes para o pagamento de compromissos assumidos com o BANCO ou decorrentes de disposições legais, bem como cheques emitidos e ainda não liquidados.

27. A Conta-Corrente não movimentada pelo CORRENTISTA, no período de 180 (cento e oitenta) dias corridos, será considerada inativa e será dado início ao processo de encerramento.

27.1. No encerramento da conta, o **BANCO** expedirá aviso ao **CORRENTISTA** informando-lhe a data do efetivo encerramento da conta, podendo o aviso ser efetuado por meio eletrônico.

28. Quaisquer alterações - introduzindo, retirando ou modificando as presentes cláusulas - serão disponibilizadas ao **CORRENTISTA** nas agências do **BANCO**, no extrato de Conta-Corrente, nos terminais de autoatendimento, na internet (www.bb.com.br) ou por outros meios disponíveis para a comunicação e serão averbadas no Cartório de Registro de Títulos e Documentos. Essas alterações tornar-se-ão eficazes para todos os contratos e todas as prorrogações que se fizerem após a data da averbação.

28.1. Fica assegurado ao **CORRENTISTA** o direito de manifestar-se contrariamente às alterações contratuais em questão, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da referida disponibilização.

29. Para informações, sugestões, reclamações ou quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários a respeito destas cláusulas, o **BANCO** coloca a disposição do **CORRENTISTA** os telefones da Central de Atendimento do Banco do Brasil - CABB 4004-0001* ou 0800 729-0001, Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC 0800 729-0722, para Deficientes Auditivos 0800 729-0088, Suporte Técnico Pessoa Física 0800 729-0200, Suporte Técnico Pessoa Jurídica 3003-0500* ou 0800 729-0500. Caso o **CORRENTISTA** considere que a solução dada à ocorrência registrada anteriormente mereça revisão, deverá entrar em contato com a Ouvidoria BB pelo 0800 729-5678.

* Custos de ligações locais e impostos serão cobrados conforme o Estado de origem. No caso de ligação via celular, custos da ligação mais impostos conforme a operadora.

30. As presentes cláusulas substituem e consolidam, em seu inteiro teor, as Cláusulas Gerais do Contrato de Conta-Corrente e Conta de Poupança Ouro e/ou Poupança Poupex registradas no Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Brasília (DF), sob microfilme n.º 787.471, em 07.12.2009.

BANCO DO BRASIL S.A.

Este Contrato foi protocolado, registrado e digitalizado no Cartório de 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Brasília (DF), sob o n.º 835.042, em 08.03.2012.

BANCO DO BRASIL

Proposta / Contrato de Abertura de Conta-Corrente e Conta de Poupança Ouro e/ou Poupança Poupex
Pessoa Jurídica

1.- 000232

Contratado: (I) **Banco do Brasil S.A.**, com sede em Brasília, Distrito Federal, por sua agência 0022-1 - NATAL (RN), inscrita no CNPJ n.º 000.000/0022-16, (II) **Associação de Poupança e Empréstimo - Poupex**, CNPJ n.º 00.655.522/0001-21, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede em Brasília, Distrito Federal, na qualidade de gestora do produto da Poupança Poupex, doravante denominada **Poupex**, por intermédio do **Banco do Brasil S.A.**.

Proponente/Contratante: ASSOCIACAO MARCA PARA PROMOCAO DE SERVICOS, CNPJ n.º 05.791.879/0004-01, SERV COMUNITARIOS E SOCIAIS NAO ESPECIF OU NAO CLASS, constituída em 19/11/2010, por meio do documento de constituição 201104041601339 - ESTATUTO, registrado no(a) CARTORIO 1 OFIC em 07/04/2011 e sediada à AV HERMES DA FONSECA , ATE 599600 LADO PAR, PETROPOLIS, NATAL (RN), CEP 59.020-000, telefone(s) (84) 3202-5398.

Dirigente(s)

Nome	CPF
MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA	565.840.914-49

Dados da conta
Agência 0022-1, Conta-Corrente n.º 33.460-X, Poupança Ouro n.º 10.033.460-1 e Poupança Poupex n.º 910.033.460-5, aberta em 03/07/2012.

Pacote de serviços vinculado à conta-corrente: Adesão ao PACOTE DE SERVIçOS PJ - TURISMO, com data de vigência a partir de 03/07/2012 .

Fornecimento de dados cadastrais à empresas do conglomerado Banco do Brasil: Não autorizado.

Declarações e autorizações

O **Proponente/Contratante** identificado propõe e o **Contratado aceita** a abertura de conta-corrente e/ou conta de Poupança Ouro e/ou Poupança Poupex.

Declara estar ciente e de pleno acordo com as disposições contidas nas Cláusulas Gerais do Contrato de Conta-Corrente e Conta de Poupança e/ou Poupança Poupex, registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Brasília (DF), sob o microfilme n.º 835.042, em 08/03/2012, que integram este contrato, e também, com a Disciplina para o Uso de Cheques para os devidos fins, formando um documento único e indivisível, cuja cópia recebe(m) no ato da assinatura deste instrumento.

O **Proponente/Contratante autoriza** o **Contratado** a efetuar débitos em quaisquer contas-correntes, contas de poupança ou aplicações financeira, que apresentem saldo credor, mantidas em quaisquer de suas dependências, a serem utilizados para regularização (amortização/liquidação) dos saldos devedores, inclusive de dívidas já enviadas/contabilizadas como prejuízo.

O **Proponente/Contratante autoriza** o **Contratado** a efetuar o débito de tarifas referentes a produtos e serviços prestados na conta-corrente e/ou na Conta de Poupança Ouro e/ou Poupança Poupex do **Proponente/Contratante**.

Para **informações, sugestões, reclamações ou quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários** a respeito destas Cláusulas, o **Contratado** coloca a disposição do **Proponente/Contratante** os telefones da Central de Atendimento do Banco do Brasil - CABB 4004-0001* ou 0800 729-0001, Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC 0800 729-0722, para Deficientes Auditivos 0800 729-0088, Suporte Técnico Pessoa Física 0800 729-0200, Suporte Técnico Pessoa Jurídica 3003-0500* ou 0800 729-0500. Caso o **Proponente/Contratante** considere que a solução dada à ocorrência registrada

anteriormente mereça revisão, deve entrar em contato com a Ouvidoria BB pelo 0800 729-5678.

* Custos de ligações locais e impostos serão cobrados conforme o Estado de origem. No caso de ligação via celular, custos da ligação mais impostos conforme a operadora.

Declara, sob as penas da lei, que as informações constantes deste documento são verdadeiras.

Local e data

NATAL (RN), 03/07/2012

Contratado

BANCO DO BRASIL S.A.

Hideraldo Dwight Leitão
Diretor

Proponente/Contratante

Razão Social: ASSOCIACAO MARCA PARA PROMOCAO DE SERVICOS
CNPJ: 05.791.879/0004-01

Testemunhas

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Responsável pelo acolhimento da proposta

Matrícula	Nome
4.681.203-2	JEANE PACHECO LINS

Responsável pela abertura da conta

Matrícula	Nome
7.205.060-8	MIRLANO CARLOS FIRMINO

Fontes de referência consultadas

Nome	Telefone
ALDAIR DE SOUZA PAIVA	(0084)088969192
AYRTON SOUZA	(0084)088083555

TERMO DE ADESÃO ÀS CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

01. INTRODUÇÃO:

01.01. BANCO:
BANCO DO BRASIL S.A.
Agência Representante: NATAL-RN
Prefixo-dv da Agência: 0022-1
CNPJ: 00.000.000/0022-16
Endereço: AV.RIO BRANCO,510, 2.ANDAR, CIDADE ALTA
Cidade: NATAL-RN
CEP: 59.025-900

01.02. CONVENENTE:
Nome, Razão ou denominação social: ASSOCIACAO MARCA PARA PROMOCAO DE SERVICOS
CPF/CNPJ: 05.791.879/0004-01
MCI: 509805854
Conta corrente-dv da CONTRATANTE: - 33460-X
Endereço: AV HERMES DA FONSECA ATE 599600 LADO PAR, PETROPOLIS
Cidade: NATAL-RN
CEP: 59.020-000

O Banco do Brasil S.A., por sua agência supra, doravante denominado apenas BANCO, neste ato representado pelos Senhores no final assinados, pactua com o CONVENENTE acima identificado, representado pelos senhores no final assinados, as condições adiante estabelecidas neste TERMO DE ADESÃO e nas CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO ÚNICO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, registradas no Cartório do Primeiro Oficio de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Brasília-DF, às quais o CONVENENTE adere e declara, ao assinar este Termo, dele ter pleno conhecimento, estar de acordo com seu teor, ter recebido cópia das referidas CLÁUSULAS GERAIS, bem como das informações técnicas referentes à sistemática de transmissão e recepção de dados.

PARÂMETROS PARA PAGAMENTO DE SALÁRIOS, PAGAMENTO A FORNECEDORES E PAGAMENTOS DIVERSOS:
a) conta para débito do pagamento e crédito por devolução de pagamento recusado:
Agência: 0022-1 Conta corrente: 33460-X
b) conta para débito de tarifa:
Agência: 0022-1 Conta corrente: 33460-X
c) periodicidade para débito de tarifa:
(X)diário
d) float: número de dias 01 e percentual de retenção

- continua na página 2 -

Continuacao do CONTRATO DE PRESTACAO DE SERVICOS - CLAUSULAS ESPECIAIS.

(100,00%)
e) 15 dias: prazo para devolução à CONVENENTE dos recursos relativos a pagamento não efetivado na modalidade contra-recibo on-line
f) valor máximo para o arquivo-remessa: R$ 1.000.000,00 (UM MILHÃO DE REAIS)
g) valor máximo individual de cada pagamento: R$ 50000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
h) responsabilidade pela liberação e confirmação de arquivos:
(X) Banco

Vai este assinado em 02 vias, com as testemunhas abaixo.

NATAL-RN, 06 de julho de 2012

BANCO DO BRASIL S.A.

EUGENIO PACELLI DANTAS,
BANCARIO E ECONOMIARIO,
SOLTEIRO(A),
residente em NATAL-RN,
portador do(a) CARTEIRA DE IDENTIDADE
364024 SSP RN
inscrito no CPF/MF sob o número 221.826.914-72

CONTRATANTE:

MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA,
AGENTE ADMINISTRATIVO,
CASADO(A) - COMUNHAO PARCIAL,
residente em NATAL-RN,
portador do(a) C.I. EXPED CONS PROF LIBERAIS
8868 OAB RN
inscrito no CPF/MF sob o número 565.840.914-49

TESTEMUNHAS:

(nome)	(nome)
CPF/MF	CPF/MF

Natal, 02 de julho de 2012.

Ilma. Sra. Dra.
Ariane Rose de Macedo
Secretária Municipal de Saúde de Natal/RN

Ref. Intervenção judicial Associação Marca/Natal.

Prezada Secretária

A Associação Marca, por intermédio do seu Interventor Judicial, vem à presença de Vossa Senhoria informar que, por determinação judicial (Processo nº 0803701-81.2012.8.20,001), todos os assuntos relativos aos contratos celebrados junto a esta Secretaria referentes á UPA Pajuçara, AME Nova Natal, AME Brasília Teimosa e AME Planalto deverão ser encaminhados em atenção a minha pessoa na sede local da Associação Marca/Natal, localizada na Praça das Flores nesta Capital.

Desta forma, solicitamos o obséquio de que esta secretaria tome as devidas providencias para que os créditos dos serviços prestados sejam depositados na conta judicial, inclusive os valores dos repasses que constam em atraso. Por questões de ordem burocrática, os dados bancários dessa nova conta serão informados até amanhã (03 de julho de 2012) diretamente ao gabinete desta Secretaria.

Solicitamos ainda especial atenção no sentido de efetuar, o mais breve possível, os REPASSES em atraso diante de eminente necessidade de pagamento da folha de pessoal (Junho/2012) com prazo final para 06 de julho de 2012, fornecedores de produtos e serviços, inclusive médicos plantonistas que acumulam um atraso de três meses sem receber os seus honorários (COPMED).

Informamos ainda que o objetivo principal da Intervenção Judicial provisória na Associação Marca é assegurar o atendimento ininterrupto dos serviços á população, o que, certamente, contará com a colaboração valiosa da Secretaria Municipal de Saúde.

Recebido em 02/07/12

Ariane Rose Souza de Macedo Oliveira
Secretaria Adjunta de Atenção Integral a Saúde

Em anexo: Cópia da Decisão Judicial de nomeação do Interventor Judicial, Termo de Compromisso de Administrador Judicial Provisório, cópia do ofício ao Gerente do Banco do Brasil – Agência do Setor Público determinado abertura da Conta Judicial.

Atenciosamente

Marcondes de Souza Diógenes Paiva
Interventor Judicial – Associação Marca/Natal

Natal, 03 de julho de 2012.

Ilma. Sra. Dra.
Ariane Rose de Macedo
Secretária Municipal de Saúde de Natal/RN

Ref. Associação Marca/Natal – Conta bancária Judicial.

Prezada Secretária

Conforme já anteriormente informado, encaminho á Vossa Senhoria os dados bancários para os pagamentos dos créditos dos serviços prestados pela Associação Marca: **BANCO DO BRASIL, AG: 0022-1, CONTA CORRENTE: 33460-X, de titularidade de ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS, CNPJ nº 05.791.879/0004-01**, filial Natal/RN, devendo esta Secretaria não efetuar nenhum pagamento vinculado ao CNPJ 05.791.879/0001-50.

Aproveito a oportunidade para reiterar e solicitar a MÁXIMA URGÊNCIA nos REPASSES que constam em atraso entre o Município de Natal e a Associação Marca, que hoje chega à cifra de **R$ 10.846.384,95 (dez milhões oitocentos e quarenta e seis mil trezentos e oitenta e quatro reais e noventa e cinco centavos),** nos exatos termos contratualidades.

Tal providência é de suma importância para evitar repercussão negativa e direta na operação das unidades, principalmente no que tange ao pagamento dos Médicos (COPMED), folha de pagamento de funcionários e fornecedores de produtos e serviços, podendo inclusive ocorrer interrupção dos serviços.

Em anexo: Levantamento dos débitos da Secretaria junto a Associação Marca, Cartão CNPJ Associação Marca filial Natal/RN, Ofício do Juiz da 5ª Vara da Fazaenda Pública ao Banco do Brasil determinando abertura da Conta Corrente, Cópia do Cumprimento da determinação Judicial pelo Banco do Brasil

Atenciosamente

Marcondes de Souza Diógenes Paiva
Interventor Judicial – Associação Marca/Natal

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Secretaria Adjunta de Gestão de Trabalho e Suporte Imediato aos Serviços de Saude
Recebido em 03/07/12
Hora 14:30 Por

Silvara Rodrigues P. Nóbrega
Secretário Adjunto de Gestão do trabalho e Suporte Imediato

Natal, 02 de julho de 2012.

Ofício: 069

Para: Dr. Marcondes Diógenes

Assunto: Repasses em aberto

Venho através deste informar a V.S.ª pendência relativo ao atraso do pagamento da PREFEITURA DE NATAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE a ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇÕES, CNPJ: 05.791.879/0001-50 , nos períodos abaixo relacionados:

AMES NOVA NATAL – AME BRASÍLIA TEIMOSA- AME PLANALTO

COMPETENCIA	Valor da Nota
ABRIL	R$ 2.435.457,85
MAIO	R$ 2.435.457,85
JUNHO	R$ 2.435.457,85
TOTAL	**R$ 7.306.373,55**

UPA PAJUÇARA

COMPETENCIA	Valor da Nota
ABRIL	R$ 1.180.003,80
MAIO	R$ 1.180.003,80
JUNHO	R$ 1.180.003,80
TOTAL	**R$ 3.540.011,40**

Totalizando R$ 10.846.384,95 (dez milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, trezentos e oitenta e quatro e noventa e cinco centavos).

Sem mais;

Associação Marca para Promoção de Serviços
CNPJ: 05.791.879/0004-01
Av. Hermes da Fonseca, 384 - Sl. 02
CEP 59020-000 - Natal/RN

02.07.12

000237

Receita Federal

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
05.791.879/0004-01 FILIAL		19/11/2010

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO MARCA PARA PROMOCAO DE SERVICOS

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
A MARCA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV HERMES DA FONSECA	384	ANDAR 1 SALA 01 A 06

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
59.020-000	PETROPOLIS	NATAL	RN

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	19/11/2010

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **03/07/2012** às **12:42:53** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

Voltar

© Copyright Receita Federal do Brasil - 03/07/2012

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE NATAL
Fórum Desembargador Miguel Seabra Fagundes – Rua Dr. Lauro Pinto, nº 315, 8º andar, Bairro Lagoa Nova
CEP. 59064-250 – Fone (84) 3616.9660

Ofício nº 162/2012-GJ-5ªVFP

Natal/RN, 02 de julho de 2012.

Referência:
Processo nº **0803701-81.2012.8.20.0001** – Ação Cautelar
Parte autora: Ministério Público Estadual
Parte ré: Associação Marca Para Promoção de Serviços

Recebi em 03/07/2012

Eugênio Pacelli Dantas
Gerente Geral UN
Mat. 5.065.890-X

Ao Ilustríssimo Senhor
Gerente do Banco do Brasil S/A
Natal/RN

Assunto: Abertura de conta corrente simples

Senhor Gerente.

Objetivando o cumprimento das medidas assinaladas por este Juízo (conforme cópias anexas), determino a Vossa Senhoria que proceda com abertura de conta corrente simples vinculada ao processo acima mencionado, que deverá ser movimentada exclusivamente pelo Administrador Judicial nomeado, Sr. **MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA**, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF 565.840.914-49, RG 1.250.515 SSP/RN, residente na rua Dr Múcio Galvão, 487, Tirol Residence, Barro Vermelho - CEP 59022-530, Natal-RN, devendo ser comunicado ao Juízo sobre o seu efetivo cumprimento no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

Atenciosamente,

CÍCERO MARTINS DE MACEDO FILHO
Juiz de Direito em substituição legal

BANCO DO BRASIL

• 000238

Natal/RN, 03 de julho de 2012.

Ao
Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito
CÍCERO MARTINS DE MACEDO FILHO
5º Vara da Fazenda Pública de Natal

Ref. Nº 162/2012-GJ-5ªVFP

Assunto: Abertura de conta corrente simples

Em cumprimento ao ofício acima mencionado para abertura de conta corrente. Foi aberta conta número 33460-x nesta agência de número 0022-1 vinculada ao CNPJ 05.791.879.0004/01. Onde o Administrador Judicial nomeado é o Sr. MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA, portador do CPF 565.840.914-49.

Atenciosamente,

Eugênio Pacelli Dantas
Gerente Geral UN
Mat. 3.065.890-X

EXELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE NATAL.

Recebi em 05/07/2012

Angélica Maria de Queiroz
Diretora de Secretaria
Mat. 117.052-7

Processo nº 0120177-41.2012.8.20.0001
Pedido de Busca e Apreensão Criminal

CÓPIA

ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS, já devidamente qualificada nos autos do processo criminal em epígrafe, por intermédio do seu Interventor Judicial (Processo nº 0803701-81.2012,8.20.001 – Ação Cautelar) que esta subscreve, vem a presença de Vossa Excelência requisitar a RESTITUIÇÃO de equipamentos e documentos administrativos apreendidos abaixa relacionados, nos Escritório da MARCA (Praça das Flores, Petrópolis/Natal), em virtude da característica de serem instrumentos de trabalho e diante da necessidade em dar continuidade aos serviços administrativos de rotina para operacionalização das unidades de Saúde:

- Pastas que contenham orçamentos (cotações);
- Solicitação de compras com as cotações em anexo (Pedidos das unidades);
- Notais fiscais e boletos (a vencer);
- Requisição de pagamentos;
- Agenda 2012 – setor de compras;
- Agenda 2012-setor de RH;
- Agendas pessoais;
- Protocolo de oficio superintendência/local (controle de emissão);

- 05 computadores (CPU);
- 01 notebook (Gerência local);
- Modem da claro (branco);
- Modem da tim (preto).

Em anexo: Cópia da Decisão Interlocutória (Processo n° 0803701-81.2012,8.20.001 – Ação Cautelar) e Compromisso Judicial.

Nestes Termos,

Confia no Deferimento.

Natal/RN, 05 de julho de 2012.

Marcondes de Souza Diógenes Paiva
Interventor Judicial
OAB|RN 8868

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
48ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública da Comarca de Natal
Avenida Marechal Floriano Peixoto, 550, Tirol – CEP 59020-500 – fone/fax: (84)3232-7180

ATA DE REUNIÃO

Aos seis de julho de dois mil e doze, por volta das 09:00h, compareceu a esta 48ª Promotoria de Justiça de Natal, a Dra. Maria Selma Menezes da Costa, secretaria de Planejamento do município de Natal, a Dra. Ariane Rose de Macedo Oliveira, o Dr. Francisco Wilkie Rebouças Junior, Procurador Geral do Município de Natal, Dra. Sijara Nóbrega, Secretária Adjunta de Gestão e Trabalho da SMS/Natal, além do Dr. Marcondes Diógenes, interventor judicial da Associação Marca no município de Natal, para tratar acerca dos contratos do município com a Associação Marca para gerência de uma UPA(Pajuçara) e três AMEs, além da escolha de uma Organização Social para gerir a nova UPA de Cidade da Esperança.

Iniciada a reunião, Dra. Kalina informou que resolveu fazer a presente reunião para tratar sobre a dívida do município de Natal com a Associação Marca, o que poderá implicar na paralização dos serviços nas unidade de saúde geridos pela Organização Social. Além disso, existe a preocupação com a escolha da OS que será responsável pela gerência de nova unidade, no caso a UPA de Cidade da Esperança, uma vez que a Marca poderá concorrer ao processo seletivo, uma vez que foi requalificada como OS pela própria Administração Municipal, apesar de envolvida em vários ilícitos administrativos, praticados pelos seus dirigentes.

Dr. Marcondes relatou que ao assumir a administração da MARCA realizou reunião com os funcionários da empresa para tranquilizá-los acerca da situação de intervenção, bem como da decisão judicial que objetivou a continuidade dos serviços. Infomou que os funcionários compreenderam acerca da intervenção. Acrescentou, ainda, que fez reunião com o Sindicato das categorias, para explicar as intenções da intervenção e que a principal preocupação dos funcionários é com o pagamento de salários.

Acresceu que foi feita reunião com a COOPMED a qual declarou haver pagamentos em atraso. Esclareceu que se reuniu, também, com o sindicato dos médicos para informar os objetivos da intervenção, assim como que fora aberta judicialmente uma conta no CNPJ da matriz local, como uma das medidas iniciais. Declarou que há repasses da ordem de R$ 10.000.000,00 referente às

dívidas do Município de Natal com a Associação MARCA, enfatizando que há necessidade de se regularizar a situação tendo em vista o desabastecimento de insumos e medicamentos o qual fora normalizado de forma emergencial.

Dra . Kalina deu destaque para a qualificação profissional de Dr. Marcondes e pediu a compreenção e auxílio do município, em seguida passou a palavra para Dra. Ariane.

Dra. Ariane, por sua vez, esclareceu que essa situação de atraso nos repasses é uma questão antiga, não atual. Enfatizou que os recursos são escassos e que o Município não tem recebido os repasses do Governo Estadual, bem como que os recursos vigentes não são suficientes para garantir com efetividade os direitos constitucionais relativos à saúde; declarou que o Município está falido, e com relação aos repasses à MARCA disse ser uma consequencia da ausência dos repasses estaduais.

Dra. Kalina esclareceu que o município é o maior responsável pelas dívidas e que não pode se furtar desse argumento para paralisar os serviços, tendo em vista, inclusive, que recebe repasses da União. Questionou, então, sobre os recursos "fundo a fundo", dando ênfase no fato de que a falta de contrapartida do Estado não justifica a situação.

Dra. Ariane informou que o município tem cumprido com suas obrigações, inclusive, acima do que é pactuado. Dra. Selma, por sua vez, citou a questão da falta de repasses dos demais municípios o que tem onerado ainda mais a situação financeira do município.

Dra. Kalina questionou sobre o funcionamento das parcerias na área da saúde. Em resposta, Dra. Ariane informou que vinha regulando o funcionamento dos serviços, os quais vinham sendo regularmente prestados. Reconheceu a dívida existente e informou que sempre efetuava ajustes sobre os serviços prestados pela MARCA de acordo com as necessidades da rede, mas que em função da atual crise, de superlotação no HWG, por exemplo, o que tem sobrecarregado a rede municipal de saúde, será feito um "realinhamento da rede".

Dra. Kalina, então, questionou sobre a dívida com a MARCA e os repasses até então feitos, esclareceu que a empresa havia recebido repasses antecipados que garantiriam os serviços, mas que a realidade atualmente é diamentralmente oposta e que o município, agora, tem de focar na continuidade e prestação dos serviços aos usuários. Enfatizou que o objetivo não é discutir o que aconteceu anteriormente a essa situação, mas sim encontrar encaminhamentos que garantam o pagamento das dívidas e a regularidade dos serviços de saúde.

Dr. Wilkie informou que a preocupação do município é efetuar o repasse da dívida à empresa, mas que esse repasse deve gerar uma contrapartida da empresa, por exemplo, com a comprovação, pela MARCA, do que foi pago e o que foi gasto, etc.

Dr. Marcondes, por sua vez, esclareceu que a conta judicial criada em nome da MARCA local servirá justamente para esse tipo de contrapartida. E acrescentou que só para pagamentos de funcionários as quantias chegam a quase R$ 2.000.000,00 (dois milhões) de reais.

Dra Ariane, questionou se o valor de 1.500.000,00 iniciais não auxiliariam na desoneração da folha da MARCA e que seria necessária uma auditoria nas despesas da empresa.

Dr. Marcondes falou sobre a folha de pagamentos da MARCA que se encontra em déficit e que uma auditoria nesse momento atrapalharia.

Dra. Selma informou que a situação deve ser regularizada antes de findo o ano em curso e que os repasses poderiam ser feitos na forma de déposito judicial, dispensando a necessidade de empenho e dando celeridade ao processo, mas que, para tanto, há que ter o aval da Controladoria. Acrescentou que já fora enviado relatório à Controladoria. Informou, por fim, que não haverá paralisação dos serviços.

Dr. Marcondes destacou a necessidade de apaziguar a situação, que há uma preocupação maior com a questao do pagamento dos fornecedores e que fora estabelecido o prazo de até quarta próxima, com os sindicatos, para realizar o pagamento dos funcionários do contrário seria deflagrada a greve dos funcionários.

Dra. Kalina reafirmou a preocupação com o pagamento dos funcionários temendo, justamente, a defraglação da greve e paralização dos serviços.

Dr. Wilkie relatou a reunião que fora feita entre o sindicato e o MPT sobre a situação dos pagamentos, assim como da audiência judicial realizada.

Dr. Marcondes esclareceu que a ausência de acordo com o sindicato e a marca, por ocasião da audiência judicial realizado porque não havia sido ofertada a contestação pelo sindicato.

Dra. Kalina retomando as discussões, enfatizou o dever do município em regularizar da situação.

Dr. Wilkie solicitou para consignar em ata, a questão de a Controladoria avalizar os repasses que podem ser feitos por meio de depósito judicial.

Dr. Marcondes informou que fez um levantamento da folha de pagamento identificando uma dívida de aproximadamente um milhão de reais, exluida a Cooperativa dos Médicos e os encargos sociais, referentes aos funcionários celetistas; chamou atenção para a forma com a qual será feito o repasse dos salários aos funcionários, que não existe um cadastro e que isso

demanda um certo tempo para checar a folha, funcionário por funcionário.

Dra. Kalina, arrematando as discussões questionou se poderia "fehar" o valor do repasse a ser feito pelo Município à MARCA na quantia de R$ 3.600.000,00. Dr. Marcondes, pediu para que se fizesse esse repasse emergêncial e que se regularizasse, pelo menos até o final do mês, as dividas de período anteriores.

Dra. Selma declarou não poder se comprometer, agora, em efeutar todos os repasses anteriores solicitando um prazo de 15 dias para análise.

Faço consignar em ata, que Dra. Kalina apresentou a Recomendação Ministerial n.° 0004/2012/48PmJ à Secretária Municipal de Saúde, Dra. Ariane, para que o Município de Natal não celebre Contrato de Gestão para a Administração da UPA Cidade da Esperança com a Associação MARCA. Em resposta, a Secretária declarou que a MARCA não havia se apresentado por ocasião do certame licitatório, mas que publicaria, oficialmente, uma portaria nesse sentido.

Encaminhamentos: a) que os presentes, representantes da administração, se comprometem a buscar junto à Controladoria do Município agilidade necessária para a finalização dos processos administrativos relativos aos pagamentos decorrentes dos contratos com a Associação MARCA; b) que fica definido o prazo até quarta-feira da próxima semana, dia 11.07.2012, para que a Secretária de Planejamento apresente um cronograma de pagamento à Associação MARCA através da conta aberta judicialmente, gerida exclusivamente pelo interventor judicial, n.° 33460-X, Agência n.° 0022-1 vinculada ao CNPJ 05.791.879.0004/01, no valor de aproximadamente R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos milhões) correspondentes a um mês para as AMEs e a UPA de Pajuçara; sendo que, no referido prazo, será pago o valor de pelo menos R$ 1.000.000,00 (um milhão) de reais para pagamento da folha de pessoal dessas unidades de saúde.

Kalina Correia Filgueira
48ª Promotora de Justiça

Dr. Francisco Wilkie Rebouças Junior
Procurado Geral do Município

Ariane Rose de Macedo Oliveira
Secretaria Municipal de Saúde

Dra. Maria Selma Menezes da Costa
Secretaria Municipal de Planejamento

Marcondes Diógenes
Interventor Judicial da Associação Marca

Sijara Nóbrega
Secretária Adjunta de Gestão e Trabalho da SMS/Natal

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO À SAÚDE
SESAP-RN

JUSTIFICATIVA

EM RESPOSTA AO MANDATO DE NOTIFICAÇÃO DE DEFESA , RELACIONADO AO PROCESSO DE Nº 101365/2012, EU **HANDREZZA HELENA SOARES SIQUEIRA** .Mat. - 169392-1 . CPF: 029003494-94 RG: 1.563.686 , AFIRMO QUE TRABALHO NA SESAP/CPS/SUVIGE/IMUNIZAÇÃO DIARIAMENTE NO TURNO DA TARDE, CONFORME PONTO ANEXADO DOS MESES DE ABRIL E MAIO FORNECIDO PELO RH.

INFORMO AINDA, QUE PRECISO DO MEU EMPREGO E DIANTE DO EXPOSTO, IREI SOLICITAR A BAIXA DA MINHA CARTEIRA DE TRABALHO E ANEXAREI AO PROCESSO ACIMA CITADO PASSANDO A CUMPRIR COM A CARGA HORÁRIA O QUE É EXIGIDA PELO ORGÃO COMPETENTE. LEMBRANDO AINDA, QUE A CARGA HORÁRIA, CUMPRIDA POR MIM ATUALMENTE É DE CIENCIA DOS MEUS SUPERIORES E QUE OS MESMOS SEMPRE ME DISSERAM QUE PODERIA UM DIA TER QUE FAZER UMA OPÇÃO.

NADA MAIS PARA JUSTIFICAR, ME COLOCO A DISPOSIÇÃO PARA ESCLARECER QUALQUER DÚVIDA QUE VENHA A SUGIR.

Handrezza Helena Soares Siqueira.
HANDREZZA HELENA SOARES SIQUEIRA

CHEFE DE GRUPO AUXILIAR DA CRIANÇA E ADOLESCENTES

Plonato
7 - 14

NONA VARA DO TRABALHO DE NATAL

ATA DE INSTRUÇÃO DO PROCESSO
AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO Nº 61400-61.2012.5.21.0009 (RTORD)

Aos **4 dias do mês de julho do ano de dois mil e doze**, às **17:33** horas, na Sala de Audiências da 9ª Vara do Trabalho de Natal-RN, situada à Av. Cap. Mor Gouveia, 1738, Lagoa Nova, Nesta, presente a MM. Juíza Titular Dra. **JANAÍNA VASCO FERNANDES,** que determinou fossem apregoados os Litigantes:

Reclamante: SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM TECNICOS DUCHISTAS MASSAGISTAS E EMPREGADOS EM HOSPITAIS E CASAS DE SAUDE DO RN/ SIPERN
Reclamada: A MARCA
Litisconsorte: Municipio de Natal - Prefeitura Municipal

Presente o Reclamante, representado pelo Presidente, Sr. Domingos da Silva Ferreira, e devidamente assistido por seu Patrono, Dr. Haroldo Bezerra de Menezes OAB/RN 006782.

Presente a Reclamada, representada pelo Interventor Judicial, Sr. Marcondes de Souza Diógenes Paiva.

Ausente o Litisconsorte.

Instalada a audiência e relatado o processo.

Sem êxito a primeira tentativa de conciliação, com relação às partes presentes.

A ausência do Município nesta audiência será devidamente analisada posteriormente, restando prejudicada a apresentação da sua defesa.

Apresentou a Reclamada DEFESA ESCRITA em 12 laudas, sendo concedido ao reclamado o prazo de vinte dias para juntar os comprovantes de pagamento dos salários dos meses de dezembro de 2011 a maio de 2012, uma vez que até a presente data, o interventor aqui presente ainda não teve acesso a tais documentos.

Após tal prazo, fica concedido ao sindicato o prazo sucessivo de dez dias para manifestação sobre a possível documentação juntada, bem como podendo em tal oportunidade juntar os comprovantes de pagamento fora do prazo que consigam com os substituídos, eis que não houve qualquer oposição do interventor judicial nesse sentido.

Valor da causa fixado na inicial, para fins de alçada.

Sessão de continuação aprazada para o dia 12.09.2012, às 16:15 horas. Cientes as partes presentes nos moldes da Súmula 074 do C.

Audiência presidida pela juíza JANAÍNA VASCO FERNANDES.
Iniciada em 04/07/2012 às 17:33h. Arquivo gravado em 04/07/2012 às 17:54h.

TST, que prestarão depoimento sob pena de confissão, e trarão sua prova testemunhal independentemente de notificação, sob pena de preclusão.

Nada mais.

E, para constar, foi lavrada a presente ata que, na forma da Lei, vai devidamente assinada.

JANAÍNA VASCO FERNANDES
JUÍZA DO TRABALHO SUBSTITUTA

Audiência presidida pela juíza JANAÍNA VASCO FERNANDES.
Iniciada em 04/07/2012 às 17:33h. Arquivo gravado em 04/07/2012 às 17:54h.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 238/2012-GS/SMS, DE 11 DE JUNHO DE 2012.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 5º, XIV, alínea L da Lei Complementar nº 020 de 2 de março de 1999, com as alterações impostas pela Lei Complementar nº 061/2005, e ofício nº 2313/2012-GS/SMS.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Luciano de Lima Flor – Diretor do Distrito Sanitário Oeste, para ser o Gestor que irá acompanhar e fiscalizar o Contrato nº 049/2012 – Elma Medeiros de Figueiredo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

MARIA DO PERPETUO SOCORRO L. NOGUEIRA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 239/2012-GS/SMS, DE 11 DE JUNHO DE 2012.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 5º, XIV, alínea L da Lei Complementar nº 020 de 2 de março de 1999, com as alterações impostas pela Lei Complementar nº 061/2005, e ofício nº 2314/2012-GS/SMS.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora LILIANE COSTA DE QUEIRÓZ PINHEIRO- Matrícula nº 17.447-5 – Diretora do Distrito Sanitário Leste, para ser a Gestora que irá acompanhar e fiscalizar o Contrato nº 048/2012 – IZABEL CRISTINA CÂMARA CHAGAS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

MARIA DO PERPETUO SOCORRO L. NOGUEIRA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 240/2012-GS/SMS, DE 11 DE JUNHO DE 2012.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 5º, XIV, alínea L da Lei Complementar nº 020 de 2 de março de 1999, com as alterações impostas pela Lei Complementar nº 061/2005, e ofício nº 2315/2012-GS/SMS.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora ELIONE BATISTA DA COSTA Diretora do Distrito Sanitário Norte II, para ser a Gestora que irá acompanhar e fiscalizar o Contrato nº 047/2012 – TÁRCIO MARTINS DE SÁ.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

MARIA DO PERPETUO SOCORRO L. NOGUEIRA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 242/2012-GS/SMS DE 11 DE JUNHO DE 2012.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 5º, XIV, L da Lei Complementar nºs 020, de 02 de março de 1999, com as alterações impostas pela Lei Complementar nº 061/2005, e ofício nº 2320/2012-GS/SMS.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR as servidoras abaixo relacionadas para sob a presidência da primeira, compor a Comissão de Sindicância do Processo de nº 085342/2011-64 – GUIOMAR DA ROCHA MEDEIROS:

- Silvia Carla Souza Silva - Presidente
- Elione Batista da Costa - Membro
- Geise Morais Furtado - Membro

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maria do Perpetuo Socorro L. Nogueira

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

*PORTARIA Nº 233/2012-GS/SMS DE 01 DE JUNHO DE 2012.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 5º, XIV, L, da Lei Complementar nº 020, de 02 de março de 1999, com as alterações impostas pela Lei Complementar nº 061/2005 e Ofício nº 2164/2012-GS/SMS,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para sob a presidência do primeiro, constituir comissão para análise do Processo Seletivo para contratação de O.S. para gerir a UPA da Cidade da Esperança.

- Francisco Assis Rocha Viana - Presidente;
- Maria do Céu de Brito Mendes - Membro;
- Thiago Queiroz Carneiro - Membro;
- Sijara Policarpo Nóbrega - Suplente;
- Eugênio Pacelli de Sousa Teixeira - Suplente;Débora Guilherme da Silva Santos - Suplente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Maria do Perpetuo Socorro Lima Nogueira

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

*Republicada por incorreção.

EDITAL DE SELEÇÃO Nº 006/2012

GESTÃO PARA OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, DAS UNIDADES DE PRONTO ANTENDIMENTO – UPA DA CIDADE DA ESPERANÇA, POR ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS, QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NATAL, doravante denominada SMS, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar processo público de Seleção para a escolha de entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social, para celebrar Contrato de Gestão de operacionalização e execução das ações e serviços de saúde na Unidade de Pronto Atendimento – UPA DA CIDADE DA ESPERANÇA.

A partir da publicação da NOAS-SUS 01/01 e da NOAS-SUS 01/02, o Ministério da Saúde as Secretarias Estaduais de Saúde, através do CONASS, e as Secretarias Municipais de Saúde, através do CONASEMS, desencadearam diversas atividades de planejamento e de adequação de seus modelos assistenciais e de gestão.

Neste contexto, a organização de redes assistenciais foi tida como essencial para a organização do modelo hierarquizado preconizado, a fim de garantir o acesso universal, equânime e integral, fortalecendo o processo de descentralização do SUS, pautado na regionalização e com ênfase nas novas atribuições dos municípios.

Desse modo, em 2002, foi publicada a Portaria nº 2.048/GM, que aprovou o Regulamento Técnico dos sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. Posteriormente, foram publicadas as Portarias n.º 1.863/GM, de 29 de setembro de 2003, tendo a primeira instituída a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas e pré-hospitalar móvel da Política Nacional de Atenção às Urgências, por intermédio da implantação de Serviços de Atendimento Móvel às Urgências - Samu 192, em municípios e regiões do o território brasileiro, no âmbito do Sistema Único de Saúde. No ano de 2004, a Portaria GM nº 1.828, fundamentada nas anteriores, instituiu incentivo financeiro para adequação da área física das Centrais de Regulação Médica de Urgência em estados, municípios e regiões de todo o território Nacional.

No entanto, o constante processo de aprimoramento do SUS impôs novas regulamentações pertinentes à matéria, complementando o teor estabelecido pelas Portarias em vigor, considerando a necessidade de garantir atendimento de urgência oportuno e qualificado na conformação de Redes Regionalizadas de Atenção à Saúde, a expansão da Rede Nacional SAMU 192 e a necessidade de dar retaguarda adequadamente estruturada, qualificada e pactuada ao atendimento pré-hospitalar móvel e ainda, a necessidade de aprimorar as condições para a implementação de todos os componentes da Política Nacional de Atenção às Urgências, a Política Nacional de Humanização e suas diretrizes relativas aos serviços de urgência, bem como, para a adequação às Diretrizes Operacionais do Pacto pela Saúde - Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão - conforme a Portaria nº 399/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2006, notadamente no que dizia respeito às responsabilidades do Termo de Compromisso de Gestão Federal, Estaduais e Municipais, aos termos do item 5 do Anexo da Portaria nº 648/GM/MS, de 28 de março de 2006, da Política Nacional de Atenção Básica, que estabeleceu como característica do processo de trabalho das equipes neste nível de atenção a realização de primeiro atendimento às urgências médicas, e ao disposto pela Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009. Para tanto, publicada a Portaria nº 1.020/GM, de 13 de maio de 2009, definindo as diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo (UPA), visando à organização das redes corregionais de atenção integral as urgências, em conformidade com a política Nacional de Atenção as Urgências.

Portanto, as Unidades de Pronto Atendimento - UPA 24h, caracterizadas como componentes pré-hospitalar fixo, são estruturas de complexidade intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde e as portas de urgência hospitalares, onde, em conjunto com estas ultimas, compõe uma rede organizada de Atenção as Urgências.

Tais premissas levaram a Secretaria Municipal de Saúde de Natal - SMS/Natal a proceder à avaliação dos seus serviços de atendimento às urgências e emergências, constatando-se que as estruturas existentes não condiziam com as prerrogativas colocadas pelas diretrizes nacionais, posto que o perfil das unidades que dispunham desta modalidade de atendimento não correspondia, em termos de instalações físicas, configuração, contingente de profissionais e capacidade resolutiva, às necessidades operacionais para atendimento das formulações apontadas pela Política de Atenção às Urgências. Apesar da SMS/Natal dispor do componente pré-hospitalar móvel implantado SAMU/Natal), deixava a desejar em relação à organização do componente pré-hospitalar fixo (UPA).

I – OBJETO

GESTÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE em regime de 24 horas, que assegure assistência universal e gratuita à população na Unidade de Pronto Atendimento - UPA DA CIDADE DA ESPERANÇA – situada a Avenida Paraíba, S/N - Bairro da Cidade da Esperança / Natal- Rio Grande do Norte, por entidades de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas como Organização Social no âmbito do Município de Natal, no Estado do rio Grande do Norte, conforme definido neste Edital e seus Anexos.

II – PRAZOS

2.1. Os prazos para a entrega dos Programas de Trabalho, objeto do presente processo de seleção, será de 15 (quinze) dias a contar da publicação do presente edital no Diário Oficial do Município;5

2.2. O prazo inicial de vigência do Contrato de Gestão decorrente da presente seleção é de 01 (um) ano a partir da sua assinatura podendo tal prazo ser prorrogado, após demonstrada a consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas e, ainda, a indicação, garantia e aprovação dos recursos orçamentários necessários para as despesas;

2.3. O prazo para a assinatura do Contrato de Gestão será de até 30 (trinta) dias após a homologação do resultado do Processo de Seleção, observadas as condições previstas na Legislação Estadual e Federal aplicáveis, já citadas no presente instrumento convocatórias.

2.4. Todos os prazos serão sempre contados em dias corridos, salvo indicação em contrário.

III - DATA, LOCAL, HORÁRIO DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA.

Os envelopes contendo a Documentação e os Programas de Trabalho serão recebidas ate às 17 horas do dia 21 de lunho de 2012, na Secretaria Municipal de Saúde – na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL (Rua Fabricio Pedrosa, 915, Petrópolis – Edifício Novo Hotel Ladeira do Sol, Bairro Areia Preta, pela Comissão Especial de Seleção.

3.1. Na eventualidade da não realização da sessão pública na data e hora estabelecidas, será marcada nova data e hora, utilizando-se dos mesmos procedimentos da divulgação anterior;

3.2. Das decisões da Comissão Especial de Seleção, caberá recurso que poderá ser interposto até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação do resultado do processo de seleção no Diário Oficial do Município;

3.3. Da interposição de Recurso caberá impugnação pelas demais Organizações Sociais proponentes, no prazo de 05(cinco) dias úteis contados da comunicação relativa à interposição do recurso;

3.4 No mesmo prazo, a Comissão Especial de Seleção manifestar-se-á sobre o recurso, submentendo-o a decisão do titular da respectiva Secretaria;

3.5. Este Edital de Seleção e seus anexos poderão ser obtidos na sede da Secretaria de Saúde do Município de Natal. na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL (Rua Fabricio Pedrosa, 915, Petrópolis – Edifício Novo Hotel Ladeira do Sol, Bairro Areia Preta, pela Comissão Especial de Seleção.

IV - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Comprovação da sua condição de entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada pelo Município de Natal como OS, nos Termos da Lei nº 6108 de 02 de Junho de 2010, devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina da sede da entidade e com seus objetivos relacionados ao objeto deste Edital de Seleção. Na hipótese da entidade não ter sua sede no Estado de Rio Grande do Norte, deverá providenciar seu registro junto ao Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Norte, como condição para assinatura do Contrato;

4.2. É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica, a representação de mais de 01 (uma) entidade na presente seleção;

4.3. As entidades interessadas, antes da elaboração dos Programas de trabalho, deverão

PORTARIA Nº. 038/2009-A.P. de 01 de janeiro de 2009

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DO NATAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do artigo 55, inciso XII da Lei Orgânica do Município do Natal, e ofício nº. 001/2008-GP,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, os cargos comissionados da Secretaria Municipal de Saúde - SMS abaixo mencionados, criados pela Lei Complementar nº. 020, de 02 de março de 1999, alterada pela Lei Complementar nº. 061, de 02 de junho de 2005.

NOME	CARGO	SIMBOLOGIA
Ronaldo Machado Bezerra Cavalcanti	Secretaria Adjunta de Operacionalização das Ações de Saúde.	SAD
Marcílio Eduardo de Oliveira Vila	Secretaria Adjunta de Planejamento e Promoção à Saúde.	SAD
Lecy de Maria Araújo Gadelha Fernandes	Chefe de Gabinete	SSD
João Melo Neto	Chefe da Assessoria Jurídica	SSD

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Micarla Araújo de Sousa Weber

PREFEITA

PORTARIA Nº. 039/2009-A.P. de 01 de janeiro de 2009

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DO NATAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do artigo 55, inciso XII da Lei Orgânica do Município do Natal, e ofício nº. 001/2008-GP,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, os cargos comissionados da Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Previdência - SEMAD abaixo mencionados, criados pela Lei Complementar nº. 020, de 02 de março de 1999, alterada pela Lei Complementar nº. 061, de 02 de junho de 2005.

NOME	CARGO	SIMBOLOGIA
Ilda Isabella de Lira Souza	Secretário Adjunto de Recursos Humanos	SAD
Laélio Pereira de Araújo	Secretário Adjunto de Administração	SAD
Manoel Digézio da Costa	Secretário Adjunto da Previdência	SAD
Camila Nascimento de Queiroz	Chefe de Gabinete	SSD
Fernanda Fontanes Moura de Melo	Assessoria Jurídica	DSD
Roosevelt Bezerra da Silva Filho	Chefe do Depto de Recursos Humanos	DSD
Edmar Caldas Gadelha	Chefe do Depto de Material e Patrimônio	DSD
Thiago Humberto de Menezes Nascimento	Chefe do Depto de Gestão de Benefícios	DSD
Luiz Tavares de Souza Neto	Chefe do Setor de Patrimônio	SSD
Cláudio Gomes Barbosa	Chefe do Departamento de Gestão Financeira Atuarial	DSD

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Micarla Araújo de Sousa Weber

PREFEITA

PORTARIA Nº. 040/2009-A.P. de 01 de janeiro de 2009

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DO NATAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do artigo 55, inciso XII da Lei Orgânica do Município do Natal, e ofício nº. 001/2008-GP,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, os cargos comissionados da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Natal – ARSBAN abaixo mencionados, criados pela Lei nº. 5.346, de 28 de dezembro de 2001,

NOME	CARGO	SIMBOLOGIA
Francisco de Assis Rocha Viana	Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro	SAD
Munio Barros Junior	Assessor Jurídico	SAD
João Batista de Andrade	Chefe de Gabinete	DSD

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Micarla Araújo de Sousa Weber

PREFEITA

PORTARIA Nº. 041/2009-A.P. de 01 de janeiro de 2009

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DO NATAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do artigo 55, inciso XII da Lei Orgânica do Município do Natal, e ofício nº. 001/2008-GP,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, CARLOS FARACHA FIRMO MOURA, liquidante da FENAT, símbolo DSD, criado pela Lei Complementar nº. 020, de 02 de março de 1999.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Micarla Araújo de Sousa Weber

PREFEITA

PORTARIA Nº. 042/2009-A.P. de 01 de janeiro de 2009

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DO NATAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do artigo 55, inciso XII da Lei Orgânica do Município do Natal, e ofício nº. 001/2008-GP,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, RONALDO CAVALCANTE DE SOUZA FILHO, liquidante da ALIMENTAR, símbolo DSD, criado pela Lei Complementar nº. 020, de 02 de março de 1999.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Micarla Araújo de Sousa Weber

PREFEITA

PORTARIA Nº. 043/2009-A.P. de 01 de janeiro de 2009

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DO NATAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do artigo 55, inciso XII da Lei Orgânica do Município do Natal, e ofício nº. 001/2008-GP,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, os cargos comissionados da Secretaria Municipal de Educação – SME, abaixo mencionados, criados pela Lei Complementar nº. 020, de 02 de março de 1999, alterada pela Lei Complementar nº. 061, de 02 de junho de 2005.

NOME	CARGO	SIMBOLOGIA
Luciano Pereira Barbosa	Secretário Adjunto de Gestão Administrativa	SAD
Lucio Silveira Brandão	Chefe de Gabinete	DSD
Marione Rodrigues da Silva Melo	Chefe da Assessoria Jurídica	DSD
Ermerson de Oliveira Capistrano	Assessoria de Planejamento e Avaliação	DSD
Oscar Vasconcelos Passos	Chefe da Ouvidoria da Área Educacional	DSD
Diogenes Henrique Carvalho Veras da Silva	Chefe do Departamento de Ensino Fundamental	DSD

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Micarla Araújo de Sousa Weber

PREFEITA

PORTARIA Nº. 044/2009-A.P. de 01 de janeiro de 2009

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DO NATAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do artigo 55, inciso XII da Lei Orgânica do Município do Natal, e ofício nº. 001/2008-GP,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, JOÃO BATISTA DE ANDRADE, do cargo em comissão de Secretário Adjunto de Trabalho, símbolo SAD, da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS, criado pela Lei Complementar nº. 020, de 02 de março de 1999, modificada pela Lei Complementar nº. 061, de 02 de junho de 2005.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Micarla Araújo de Sousa Weber

PREFEITA

DOM na Internet

www.natal.rn.gov.br/dom

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO - EXPEDIENTE

Circula às terças, quartas, quintas e sextas, ou em edições especiais

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL - PMN
PREFEITA MICARLA ARAÚJO DE SOUSA WEBER
Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Previdência - SEMAD

COMISSÃO GESTORA DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DO NATAL
Estela Maria Araújo de Carvalho
PRESIDENTE

EDITAL DE CITAÇÃO

1. A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar da Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, Logística e Modernização Organizacional/SEGELM, constituída nos termos do Decreto n.º 6.415 de 30.07.99 e Portarias n°.s. 264/2009 de 12.02.2009 e 291/2009 de 12.02.2009, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER ao servidor que tramita nesta comissão o processo administrativo disciplinar nº 053/2009 , que não tendo sido possível a citação pessoal, fica citado para todos os atos do referido Processo e intimado a comparecer no edifício sede da SEGELM, na Rua Santo Antonio, 665, Cidade Alta, nesta Capital, às 14:00 horas do dia 23 de agosto.2011, para prestar esclarecimentos.

Natal, 10 de agosto de 2011.

Abrahão Lincoln Bezerra Dantas - Presidente

DACIO TAVARES DE FREITAS GALVÃO – matrícula nº 09.278-9, lotado na SECTUR.

EDITAL DE CITAÇÃO

1. A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar da Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, Logística e Modernização Organizacional/SEGELM, constituída nos termos do Decreto n.º 6.415 de 30.07.99 e Portarias n°.s. 264/2009 de 12.02.2009 e 291/2009 de 12.02.2009, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a servidora que tramita nesta comissão o processo administrativo disciplinar nº 0552010 , que não tendo sido possível a citação pessoal, fica citada para todos os atos do referido Processo e intimada a comparecer no edifício sede da SEGELM, na Rua Santo Antonio, 665, Cidade Alta, nesta Capital, às 15:00 horas do dia 23 de agosto.2011, para prestar esclarecimentos.

Natal, 10 de agosto de 2011.

Abrahão Lincoln Bezerra Dantas - Presidente

EDNA MELO DOS REIS LYRA – matrícula nº 10.619-4, lotada na Secretaria Municipal de Educação/SME.

EDITAL DE CITAÇÃO

1. A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar da Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, Logística e Modernização Organizacional/SEGELM, constituída nos termos do Decreto n.º 6.415 de 30.07.99 e Portarias n°.s. 264/2009 de 12.02.2009 e 291/2009 de 12.02.2009, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER ao servidor que tramita nesta comissão o processo administrativo disciplinar nº 098/2010 , que não tendo sido possível a citação pessoal, fica citado para todos os atos do referido Processo e intimado a comparecer no edifício sede da SEGELM, na Rua Santo Antonio, 665, Cidade Alta, nesta Capital, às 15:30 horas do dia 23 de agosto.2011, para prestar esclarecimentos.

Natal, 10 de agosto de 2011.

Abrahão Lincoln Bezerra Dantas - Presidente

EDSON PEREIRA DA SILVA – matrícula nº 05.521-2, lotado na Secretaria Municipal de Saúde/SMS.

EDITAL DE CITAÇÃO

1. A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar da Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, Logística e Modernização Organizacional/SEGELM, constituída nos termos do Decreto n.º 6.415 de 30.07.99 e Portarias n°.s. 264/2009 de 12.02.2009 e 291/2009 de 12.02.2009, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER ao servidor que tramita nesta comissão o processo administrativo disciplinar nº 104/2010 , que não tendo sido possível a citação pessoal, fica citado para todos os atos do referido Processo e intimado a comparecer no edifício sede da SEGELM, na Rua Santo Antonio, 665, Cidade Alta, nesta Capital, às 15:45 horas do dia 23 de agosto.2011, para prestar esclarecimentos.

Natal, 10 de agosto de 2011.

Abrahão Lincoln Bezerra Dantas - Presidente

FRANCISCO AN[illegible]O DE SOUZA NE[illegible] – matrícula nº 41[illegible], lotado na Secretaria Municipal de Educação/SME.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº:021088/2011-76 - SME/PMN

CONTRATADO: CLEC – Carvalho Lopes Empreendimentos e Construções LTDA, CNPJ: 04.967.963/0001-10.

OBJETO: Aluguel do imóvel situado na Rua São José, nº 1439, Lagoa Seca, Natal/RN, onde funcionarão o Tributo Central, Setor de Articulação Escola-Comunidade, Almoxarifado de Fardamento e o Programa Nacional do Livro Didático, Projovem Urbano, UNDIME, COMDICA e Ouvidoria.

VIGÊNCIA: Início em 15 de agosto de 2011 e término em 14 de agosto de 2013.

VALOR MENSAL: 13.000,00 (treze mil reais).

PROJETO/ATIVIDADE: 2.177 - ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 - SUB-ELEMENTO: 10 - FONTE DE RECURSO:111.

BASE LEGAL: Art. 24, X, da Lei Federal 8.666/93.

ASSINATURAS:

José Walter da Fonseca – Contratante.

Gilcélia Dutra Lopes – Contratada.

Natal, 15 de agosto de 2011.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 256/2011-GS/SMS DE 12 DE AGOSTO DE 2011.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 5º, XIV, L da Lei Complementar nºs 020, de 02 de março de 1999, com as alterações impostas pela Lei Complementar nº 061/2005, e ofício nº 3786/2011-GS/SMS.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para constituir a Comissão de Sindicância Administrativa do Departamento de Logística e Suporte Imediato aos Serviços de Saúde - DLS.

- Robson Luiz Alves Gomes;
- Júlio Césares de Caldas Moura;
- Eugênio Pacelli de Sousa Teixeira;
- Rogério de Oliveira Barbosa;
- Cristiane Maria de Abreu Fernandes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos ao dia 12.08.2011.

Maria do Perpétuo Socorro L. Nogueira

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

É inexigível licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 25 "caput" da Lei 8.666/93 com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos, exigência do art. 38, inciso VI do mesmo diploma legal.

PROCESSO Nº: 004428/2011-02

OBJETO: Locação de imóvel destinado ao funcionamento de uma Unidade de Saúde da Família da Pompéia no Distrito Sanitário Norte I

NOME DO CREDOR: Francisco Sabino da Câmara e Silva - CPF: 140.823.304-53

ENDEREÇO: Rua Oceano Atlântico, 172 – Nova República, Bairro Pajuçara, Natal-RN, CEP 59.123-400

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Atividade/Projeto: 10.303.017.2-421 - Elemento de Despesa: 33.90.36 - Sub-Elemento: 14 - Fonte: 183

VALOR MENSAL: R$ 972,24 (novecentos e setenta e dois reais e vinte e quatro centavos).

Data da Assinatura: 16 de agosto de 2011.

Reconhecimento: Francisco Assis Rocha Viana - Coordenador Geral de Administração e Finanças

Ratificação: Maria do Perpetuo Socorro Lima Nogueira - Secretária Municipal de Saúde

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

É inexigível licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 25 "caput" da Lei 8.666/93 com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos, exigência do art. 38, inciso VI do mesmo diploma legal.

PROCESSO Nº: 004428/2011-02

OBJETO: Locação de imóvel destinado ao funcionamento de uma Unidade de Saúde da Família da Pompéia no Distrito Sanitário Norte I

NOME DO CREDOR: Francisco Sabino da Câmara e Silva - CPF: 140.823.304-53

ENDEREÇO: Rua Oceano Atlântico, 172 – Nova República, Bairro Pajuçara, Natal-RN, CEP 59.123-400

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Atividade/Projeto: 10.303.017.2-421 - Elemento de Despesa: 33.90.36 - Sub-Elemento: 14 - Fonte: 183

VALOR MENSAL: R$ 972,24 (novecentos e setenta e dois reais e vinte e quatro centavos).

Data da Assinatura: 16 de agosto de 2011.

Reconhecimento: Francisco Assis Rocha Viana - Coordenador Geral de Administração e Finanças

Ratificação: Maria do Perpetuo Socorro Lima Nogueira - Secretária Municipal de Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Fica dispensada de licitação na forma do Art. 24, Inciso I( ) ou Inciso II (X) da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, a despesa abaixo especificada .

Nº DO PROCESSO: 2011.022581-8

NOME DO CREDOR :EMAM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

ENDEREÇO: Rua Princesa Isabel,523 – Cidade Alta - Natal/rn

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: ATIV/PROJ: 04.122.001.2-726-PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS

ELEM. DA DESPESA: 4.4.90.39 – Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica - SUB- ELEMENTO: 14

VALOR: R$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais).

NATAL, 12 de agosto de 2011

WAGNER MENDONÇA EBARA - Secretário Adjunto de Tributação

RATIFICAÇÃO.

RATIFICO O TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO SUPRA.

ANDRÉ LUIS MIRANDA DE MACÊDO - Secretário Municipal de Tributação

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Homologo o resultado do procedimento licitatório referente ao Processo nº 007765/2011-43 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 18.010/2011, que tem objeto a Contratação de Empresa Especializada para Desenvolvimento de Software – Banco de Dados, conforme constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital, que foi adjudicado à empresa GPR SOLUÇÕES EM SOFTWARES LTDA., no valor global de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), para que produza seus efeitos jurídicos e legais, nos termos do Art. 8º, VI, do Decreto Municipal nº 7.652/2005, em sua redação atual.

Natal(RN), 17 de Agosto de 2011.

Alcedo Borges de Melo Júnior - Secretário Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS

NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICAMOS os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município do Natal, da liberação de recursos pelo Fundo Nacional da Assistência Social/FNAS, no valor de R$: 33.000,00 (trinta e três mil reais), destinados ao Piso Variável de Média Complexidade.

Natal/RN, em 17 de Agosto de 2011.

Alcedo Borges de Melo Júnior - Secretário/SEMTAS

NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICAMOS os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município do Natal, da liberação de recursos pelo Fundo Nacional da Assistência Social/FNAS, no valor de R$: 29.432,65 (vinte e nove mil, quatrocentos e trinta e dois reais e sessenta e cinco centavos), destinados ao Piso de Alta Complexidade I.

Natal/RN, em 17 de Agosto de 2011.

Alcedo Borges de Melo Júnior - Secretário/SEMTAS

NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICAMOS os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município do Natal, da liberação de recursos pelo Fundo Nacional da Assistência Social/FNAS, no valor de R$: 44.658,00 (quarenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e oito reais), destinados ao Piso Básico Variável II.

Natal/RN, em 17 de Agosto de 2011.

Alcedo Borges de Melo Júnior - Secretário/SEMTAS

NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICAMOS os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município do Natal, da liberação de recursos pelo Fundo Nacional da Assistência Social/FNAS, no valor de R$: 26.000,00 (vinte e seis mil reais), destinados ao Piso Fixo de Média Complexidade.

Natal/RN, em 17 de Agosto de 2011.

Alcedo Borges de Melo Júnior - Secretário/SEMTAS

PORTARIA Nº 0270/2007 - CC/MD
A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 2º. da Lei nº 5.820/07, publicada no Diário Oficial do Município de 01 de novembro de 2007,
RESOLVE
Art. 1º - Nomear EUGENIO PACELLI DE SOUZA TEIXEIRA, para ocupar o cargo de Assessor Parlamentar Municipal - APM-3, com lotação no Gabinete do Vereador Enildo Alves.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2007.
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal do Natal, em 06 de novembro de 2007.
EMILSON MEDEIROS - Presidente em exercício
AQUINO NETO - Primeiro Secretário
GERALDO NETO - Segundo Secretário

PORTARIA Nº 0271/2007 - CC/MD
A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 2º. da Lei nº 5.820/07, publicada no Diário Oficial do Município de 01 de novembro de 2007,
RESOLVE
Art. 1º - Nomear RODOLFO HENRIQUE BEZERRA TIMOTEO, para ocupar o cargo de Assessor Parlamentar Municipal - APM-3, com lotação no Gabinete do Vereador Enildo Alves.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2007.
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal do Natal, em 06 de novembro de 2007.
EMILSON MEDEIROS - Presidente em exercício
AQUINO NETO - Primeiro Secretário
GERALDO NETO - Segundo Secretário

PORTARIA Nº 0272/2007 - CC/MD
A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 2º. da Lei nº 5.820/07, publicada no Diário Oficial do Município de 01 de novembro de 2007,
RESOLVE
Art. 1º - Nomear JORGE LUIZ DAVIM, para ocupar o cargo de Assessor Parlamentar Municipal - APM-4, com lotação no Gabinete do Vereador Enildo Alves.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2007.
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal do Natal, em 06 de novembro de 2007.
EMILSON MEDEIROS - Presidente em exercício
AQUINO NETO - Primeiro Secretário
GERALDO NETO - Segundo Secretário

PORTARIA Nº 0273/2007 - CC/MD
A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 2º. da Lei nº 5.820/07, publicada no Diário Oficial do Município de 01 de novembro de 2007,
RESOLVE
Art. 1º - Nomear RODOLFO DANIEL DE ALMEIDA SOARES, para ocupar o cargo de Assessor Parlamentar Municipal - APM-4, com lotação no Gabinete do Vereador Enildo Alves.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2007.
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal do Natal, em 06 de novembro de 2007.
EMILSON MEDEIROS - Presidente em exercício
AQUINO NETO - Primeiro Secretário
GERALDO NETO - Segundo Secretário

PORTARIA Nº 0274/2007 - CC/MD
A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 2º. da Lei nº 5.820/07, publicada no Diário Oficial do Município de 01 de novembro de 2007,
RESOLVE
Art. 1º - Nomear GUILHERME NATHANIEL VASCONCELOS DA SILVA, para ocupar o cargo de Assessor Parlamentar Municipal - APM-5, com lotação no Gabinete do Vereador Enildo Alves.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2007.
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal do Natal, em 06 de novembro de 2007.
EMILSON MEDEIROS - Presidente em exercício
AQUINO NETO - Primeiro Secretário
GERALDO NETO - Segundo Secretário

PORTARIA Nº 0275/2007 - CC/MD
A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 2º. da Lei nº 5.820/07, publicada no Diário Oficial do Município de 01 de novembro de 2007,
RESOLVE
Art. 1º - Nomear RODRIGO AZEVEDO DA COSTA, para ocupar o cargo de Assessor Parlamentar Municipal - APM-5, com lotação no Gabinete do Vereador Enildo Alves.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2007.
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal do Natal, em 06 de novembro de 2007.
EMILSON MEDEIROS - Presidente em exercício
AQUINO NETO - Primeiro Secretário
GERALDO NETO - Segundo Secretário

PORTARIA Nº 0276/2007 - CC/MD
A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 2º. da Lei nº 5.820/07, publicada no Diário Oficial do Município de 01 de novembro de 2007,
RESOLVE
Art. 1º - Nomear FLAVIO HENRIQUE DE ARAUJO, para ocupar o cargo de Assessor Parlamentar Municipal - APM-5, com lotação no Gabinete do Vereador Enildo Alves.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2007.
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal do Natal, em 06 de novembro de 2007.
EMILSON MEDEIROS - Presidente em exercício
AQUINO NETO - Primeiro Secretário
GERALDO NETO - Segundo Secretário

PORTARIA Nº 0277/2007 - CC/MD
A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 2º. da Lei nº 5.820/07, publicada no Diário Oficial do Município de 01 de novembro de 2007,
RESOLVE
Art. 1º - Nomear FRANCISCO AILSON BEZERRA CAVALCANTI, para ocupar o cargo de Assessor Parlamentar Municipal - APM-5, com lotação no Gabinete do Vereador Enildo Alves.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2007.
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal do Natal, em 06 de novembro de 2007.
EMILSON MEDEIROS - Presidente em exercício
AQUINO NETO - Primeiro Secretário
GERALDO NETO - Segundo Secretário

PORTARIA Nº 0278/2007 - CC/MD
A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 2º. da Lei nº 5.820/07, publicada no Diário Oficial do Município de 01 de novembro de 2007,
RESOLVE
Art. 1º - Nomear DARLAN WAGNER ALVES DE MEDEIROS , para ocupar o cargo de Assessor Parlamentar Municipal - APM-5, com lotação no Gabinete do Vereador Enildo Alves.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2007.
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal do Natal, em 06 de novembro de 2007.
EMILSON MEDEIROS - Presidente em exercício
AQUINO NETO - Primeiro Secretário
GERALDO NETO - Segundo Secretário

PORTARIA Nº 0279/2007 - CC/MD
A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 2º. da Lei nº 5.820/07, publicada no Diário Oficial do Município de 01 de novembro de 2007,
RESOLVE
Art. 1º - Nomear MISSON ALLAN SOUZA FREIRE, para ocupar o cargo de Assessor Parlamentar Municipal - APM-5, com lotação no Gabinete do Vereador Enildo Alves.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2007.
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal do Natal, em 06 de novembro de 2007.
EMILSON MEDEIROS - Presidente em exercício
AQUINO NETO - Primeiro Secretário
GERALDO NETO - Segundo Secretário

PORTARIA Nº 0280/2007 - CC/MD
A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 2º. da Lei nº 5.820/07, publicada no Diário Oficial do Município de 01 de novembro de 2007,
RESOLVE
Art. 1º - Nomear BIANCA NEWBE SEREIO DE FARIAS, para ocupar o cargo de Assessor Parlamentar Municipal - APM-6, com lotação no Gabinete do Vereador Enildo Alves.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2007.
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal do Natal, em 06 de novembro de 2007.
EMILSON MEDEIROS - Presidente em exercício
AQUINO NETO - Primeiro Secretário
GERALDO NETO - Segundo Secretário

PORTARIA Nº 0281/2007 - CC/MD
A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 2º. da Lei nº 5.820/07, publicada no Diário Oficial do Município de 01 de novembro de 2007,
RESOLVE
Art. 1º - Nomear MARLISA LISBOA GALVÃO, para ocupar o cargo de Assessor Parlamentar Municipal - APM-7, com lotação no Gabinete do Vereador Enildo Alves.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2007.
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal do Natal, em 06 de novembro de 2007.
EMILSON MEDEIROS - Presidente em exercício
AQUINO NETO - Primeiro Secretário
GERALDO NETO - Segundo Secretário

PORTARIA Nº 0282/2007 - CC/MD
A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 2º. da Lei nº 5.820/07, publicada no Diário Oficial do Município de 01 de novembro de 2007,
RESOLVE
Art. 1º - Nomear FÁBIO LUIZ ARAÚJO MARINHO, para ocupar o cargo de Assessor Parlamentar Municipal - APM-9, com lotação no Gabinete do Vereador Enildo Alves.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2007.
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal do Natal, em 06 de novembro de 2007.
EMILSON MEDEIROS - Presidente em exercício
AQUINO NETO - Primeiro Secretário
GERALDO NETO - Segundo Secretário

PORTARIA Nº 0284/2007 - CC/MD
A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 2º. da Lei nº 5.820/07, publicada no Diário Oficial do Município de 01 de novembro de 2007,
RESOLVE
Art. 1º - Nomear ROSANA KELLRY NASCIMENTO XAVIER, para ocupar o cargo de Assessor Parlamentar Municipal - APM-2, com lotação no Gabinete do Vereador Emilson Medeiros.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2007.
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal do Natal, em 06 de novembro de 2007.
EMILSON MEDEIROS - Presidente em exercício
AQUINO NETO - Primeiro Secretário
GERALDO NETO - Segundo Secretário

Natal, 23 de julho de 2012.

Ilma. Sra. Dra.
Iara Maria Pinheiro de Albuquerque
DD. Promotora de Justiça da Saúde.
47ª Promotoria de Defesa dos Direitos da Saúde

Ref.: Informações – Intervenção Judicial período de 11 a 20/07/2012

Prezada Dr.ª, dando continuidade aos trabalhos de intervenção judicial na ASSOCIAÇÃO MARCA, relato abaixo temas tratados no período de forma sucinta:

1. LABORATÓRIO DE ANÁLISE CLÍNICAS:

Sobre o laboratório de análise clínicas - Laboratório Zona Sul/ ACI Serviços médicos e o Núcleo de Diagnósticos Ltda. - , que recentemente assumiu na integralidade os serviços em todas as unidades AME's e UPA foi realizada uma reunião com o Laboratório que antecedeu, o Laboratório da Análise Clínicas Dr. Paulo Gurgel, para entender os motivos de sua saída como prestador de serviços para as unidades.

Na reunião, realizada na sede da Associação Marca com Dr. Paulo Gurgel em 10/07/2012, foi relatado que sua saída já havia sido previamente acordado com a direção da Associação Marca. Este relatou que tinha uma boa relação com a equipe e que o motivo da substituição foi em decorrência do preço do seu concorrente ser mais vantajoso naquele momento (Tabela SUS + 12%) e Dr. Paulo cobrava tabela SUS + 20%. Ele apresentou relação de débitos da Associação Marca com o Laboratório no montante de R$ 136.585,54 referente aos serviços prestados (Notas fiscais).

Em reunião com o Laboratório ACI Serviços médicos (Zona Sul) realizada no dia 12/07/2012, na presença do Gerente Administrativo o Sr. Fernando Muccillo e do Bioquímico Gilson Marques Teodoro foi solicitada toda a documentação do laboratório, bem como, o contrato com a Associação Marca. Confirmaram os motivos pelos quais sucederam o laboratório Dr. Paulo Gurgel, e que a proposta é de tabela SUS + 12%, o que era, segundo relataram, benéfico para a Gestão.

Um fato que chama atenção nesse prestador é que os exames das AME'S, exceto UPA (feito dentro da própria unidade), são feitos no Rio de Janeiro, onde as amostras coletadas são enviados diariamente via aérea (TAM), o que põe em questão a viabilidade econômica do contrato e qualidade dos resultados.

No dia 19/07/2012 solicitei uma nova reunião para apresentação da documentação solicitada na reunião anterior e também para atender ás reclamações dos Diretores Médicos Dr. Danton Novaes e Dra. Francisca de Assis sobre a demora na entrega dos exames das AME's, hoje num total de quase 2.000 (dois mil) resultados de exames pendentes, o que certamente ocasionará o não cumprimento das metas do mês de julho/2012, uma vez que quando o paciente retorna (agendamento) o resultado do exame realizado na consulta anterior não foi entregue pelo laboratório e consequentemente será cancelada.

Nessa mesma reunião solicitei os telefones da direção do laboratório no Rio de Janeiro e liguei na frente dos representantes locais, esclareci que caso não entreguem imediatamente os resultados dos exames tomaremos medidas judiciais para o seu cumprimento. Na ocasião falei com o Sr. Igor Couto da Cruz, que pediu desculpas pela demora na entrega e que o problema foi ocasionado na transmissão de dados via internet no Rio de Janeiro e, que até terça-feira (24/07/2012), todos os exames serão entregues nas Unidades.

Soube informalmente que o dono do laboratório é filho de um dos investigados (Dr. Tufi).

Como as questões que envolvem o laboratório de análises clínicas refletem diretamente na operação das unidades, e que a prioridade no momento é manutenção dos serviços é prudente analisar com parcimônia o contrato e operacionalização antes de tomar alguma atitude que interrompa de forma abrupta a prestação dos serviços.

Este laboratório até o momento não apresentou nenhuma fatura para pagamento pelos serviços prestados.

2. PRESTAÇÃO DE CONTAS ASSOCIÇÃO MARCA x SACRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Foi solicitada da direção geral da Associação Marca a regularização e apresentação das prestações de contas pendentes (Abril, maio e junho/2102), junto à Secretaria, tal prestação foi objeto de cobrança por telefone da Secretaria de Saúde de Natal (Dra Ariane) diretamente á administração Judicial para tal cumprimento. Nesse sentido foi emitido um comunicado a secretária informando que é de responsabilidade da direção geral da Associação Marca a apresentação de prestação de contas (em anexo) e que cabe a administração judicial a prestação de contas mensalmente ao juizo da 5ª Vara da Fazenda Pública no tocante aos valores recebidos e pagos pela conta judicial, nos tremos da Decisão Judicial e Compromisso Judicial e que o proceso de prestação de contas da Associação Marca para com o município de Natal não sofrerá nenhuma alteração, que seguirá o rito nos termos contratualizados com a municipalidade. Posteriormente em contato por telefone com Dra. Arine ficou acertado de que será enviado mensalmente para a Secretaria Municiapl de Saúde cópia da prestção de contas da intervenção judicial.

3. CONTRATO DE MANUTEÇÃO:

Em visita ás Unidades constata-se a necessidade de serviços de manutenção prenventiva e corretiva tanto nas AME's como na UPA, tais como, pintura, eletricidade, hidrúlica, funilaria, estofaria dentre outros.

A Associação Marca matém dois contratos com a empresa G e J Dedetização de Pragas Ltda ME, um para manutenção preventiva e corretiva no valor de R$ 5.890,00 por mês e um outro para limpeza da caixas d'aguas da AME's a cada três meses no valor de R 330,00 por mês, ambos com prazo de vigência de até dezembro/12, sendo que todos os insumos e equipamentos ulizados ara realizar os serviços eram de resposabilidade da contratante.

Em reunião com os proprietários da prestadora de serviços ver-se claramente que a empresa não detém conhecimento e capacidade técnica para execução dos contratos, que em primeira análise apresenta-se excessivamente oneroso para

a contratante. Em vistoria nas unidades se verificara que os serviços de manutenção não estavam sendo executados pela contratada, que alegou que não estava fazendo os serviços porque a Associação Marca não estava comprando os insumos para execução dos serviços.

A ordem era de ressindir imediatamente os contratos, mas quando chamei os gerentes das unidades para discutir o caso fui informado de que o arquivo (documentos administrativos e prontuarios dos pacientes), cerca de 600 caixas arquivos estavam sendo quardados na casa do proprietário da empresa G e J com o Sr. Jussimar Alves da Silva, no bairro de Nova Descoberta, e que não tem nenhum contrato para tal finalidade. Diante desse fato não foi possivel ressindir os contratos, sem antes reaver tal arquivo, temendo que o mesmo podesse fazer algo que viesse a danificar/destruir os documentos que estão em sua posse sem nenhum documento que o resposabilize.

No mesmo momento abri pesquisa/consultas sobre empresas especializadadas em custórdia de documentos, o que já está em fase de conclusão. Duas empresas apresentaram propostas, ambas com experiência em arquivo hospitalar, dessas a Empresa Arquivar apresentou melhor proposta, sendo o proximo passo a vistoria nas sua instalaçãoes(galpões) e confecção de contrato. Tão logo finalizado esse processo e transferido o arquivo os contratos com a Empresa G e J será ressindido.

Deveremos nos proximos dias contratar profissional especializados em manutenção hospitalar para coordenar e executar os trabalhos de manutenção prenevitivas e corretivas nas AME's e UPA.

4. <u>COOPMED</u>

Desde a intervenção (28/06/2012) temos mantido constantemente contato com a direção da COOPMED, com a participação em três reuniões na sede da COOPMED, na Associão Médica, representados pelo Dr. Fernando Pinto e pelo Dr. Julimar Nogueira. Dentre outos assuntos discutidos se destacar a pontualidade no pagamento dos honorários médicos (cooperados) por parte da Associação Marca, acomodações (repouso), cartilha de contrarrefrenciamento para o atendiento na UPA e cumprimento da carga horária por parte dos médicos. Com realação a este ultimo ponto a Cooperativa, juntamente com os diretores técnicos Dr. Danton Novaes e Dra. Francisca de

Assis. afirmaram que apesar de não haver nehum documento escrito foi feito um acordo com o aval da então Secretária Municial de Saúde de Natal (Dra. Perpétua), a COOPMED e a Direção da Associação Marca que os plantões de 6 horas dados nas AME's serão cumpridos com carga horária de 4 horas e/ou 20 atendimentos por plantão. Como houve um acordo apesar de informal informei na reunião que levaria o assunto ao conhecimento do Ministério público para aprofundar as discursoões e regularizar a questão.

No que tange ao pagamemto a COOPMED (honorários médico de 79 profissionais) estes foram integralmente pagos nessa ultima sexta-feira no valor de R$ 982.409,18, referentes aos meses de maio e junho de 2012. Com relaçao ás acomodações foi pedido um prazo para realização dos estudos de arquitetura e que com dependem de recursos finaceiros e sua realização provavelmente será em agosto.

5. ACESSORIA/AUDITORIA

Diante da falta de departamentos locais (contabilidade, financeiro e Recursos humanos) na sede da Associação Marca e, acima de tudo, pessoal capacitado, se fez necessária à contratação de uma empresa da Consultoria e aduditoria para auxiliar os trabalhos da Intervenção Judicial.

Inicialmente contatei duas empresas de contabilidade, a Métodos Contabilidade e a Cass Auditores ambas com reconhecida experiência na área de auditoria hospitalar.

A Cass Auditores por intermédio de seu Diretor Técnico e Negociações, o Sr. Olegáriorio Prestrelo, informou que não poderia fazer o acessoramento da intervenção judicial, mas estaria disposto a realizar auditoria somente depois de reunidos todos os registros (contabeis, financeiros, pessoal, fiscais etc), o que no caso ficou inviabilizado.

A Métodos Contbilidade apresentou proposta para prestação dos serviços no valor global de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais) composta por seis módulos: 1 - Assessoria nos aspectos da folha de pagamento mensal; 2 - Prestação de contas mensal; 3 - Acompanhamento do fluxo de processos; 4 - Acompanhamento do fluxo

de pessoas; 5 - Financeiro: Controle do contas a pagar e a receber; 6 - Assessoria nos aspectos contábeis e financeiros ao interventor jurídico nomeado, sendo que, somente nos dois primeiros meses é que utilizaremos todos os módulos (Valor integral), porem a partir do terceiro mês será necessário apenas os módulos 2 e 5 (Prestação de contas mensal e Financeiro: Controle do contas a pagar e a receber) no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), proposta em anexo.

6. PESSOAL – FOLHA DE PAGAMENTO

Como o repasse da Secretaria Municial de Saúde de Natal concretizou-se apenas no dia 13/07/2012 (sexta-feira), no mesmo dia foi enviada a folha para pagamento via banco do Brasil, no entanto, por questões de compensação bancária os créditos só começaram cair na conta do trabalhador somente a partir do meio dia da segunda-feira (16/07/2012). Como existia uma greve programada para começar a partir de meio dia, convidei o presidente do SINPERN, o Sr. Domingos para irmos até a agência do Banco do Brasil para confirmar que o pagamento já estava no banco e que realmente iria se realizar até o fim do expediente bancário. Como o pagameto aos funcionários estava garantida os lideres do movimento não deflagrou a greve e o atendimento seguiu normalmente.

Porém no decorrer da semana vários pagamentos foram sendo devolvidos pelo banco, por dados bancários dos funcionários incorretos e/ou incompletos, concomitantantemente recebemos várias reclamações dos funcionáros que não receberam os salários. Como todos os dados dos funcionários foram informados pela direção da SALUTE SOCIALE, imediatamente mantive contato com os responsáveis pelas informações para informar dos erros e requer imediato envio dos dados corretos. Segundo a direção da Salute o que aconteceu foi que o sistema de folha de pagamento que eles operam não utiliza o dígito verificador da conta corrente e o sistema do Banco do Brasil usa. Como não foi informado o tal digito verificador automaticamente o sistema do banco do Barsil entendeu que o ultimo número era o digito verificador, o que acabou por ocasionar a devolução de mais da metade dos pagamentos. Ao longo da semana fomos identifivando as devoluções e refazendo o pagemnto via "DOC" ou "TED" eletrônico um por um.

Comuniquei a direção da Salute da gravidade do erro no envio dos dados e da resposabilização caso a Associção Marca venha a sofrer algum prejuízo financeiro decorrente de algum depósito indevido.

7. RESTITUIÇÃO DE DOCUMENTOS E COMPUTADORES APREENDIDOS.

Conforme peticionado no Processo nº 0120177-41.2012.8.20.0001 - Pedido de Busca e Apreensão Criminal que tramita na 7ª Vara Criminal, fui contato pelo Promotor do Patrimônio Público Dr. Emanuel, que marcou um encontro na secretaria da 7ª Vara Criminal com o intuito de identificar os documentos (contratos, notas fiscais, orçamentos, agendas) e equipamentos (computadores) requisitados, já que é de suma importância para continuidade e manutenção das rotinas administrativas para administração das Unidades.

Os computadores vão ser enviados para o ITEP para copiar (espelhamento) o HD, para em seguida serem liberados. Já os documentos foram separados na secretaria da 7ª Vara Criminal e estão aguardando parecer do Ministério Público sobre a liberação.

Em contato na quinta-feira (19/07/2012) por telefone com Dr. Emanuel, fui informado que iria na analisar a documentação separada e cobrar agilidade sobre envio dos computadores ao ITEP.

8. ASSESSORIA DE IMPRENSA, PUBLICIDADE E PROPAGANDA.

Foram rescindidos dois contratos com a Empresa Escrita Comunicação representada pela sua proprietária Anna Karinna Cavalcante da Silva, que tinha como objeto a assessoria de Imprensa, um para as AME's no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e um para a UPA no valor de 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais). Diante da intervenção não há necessidade do serviço, bem como, também não foi identificado com serviço essencial para a manutenção do contrato de Gestão com a municipalidade.

Nesse mesmo sentido foi rescindidos um contrato com a Arte & C Comunicação Integrada Ltda., representada pelo seu proprietário, o Sr. Arturo Silveira Dias de Arruda Câmara, que tinha como objeto a prestação de serviços de propaganda e

publicidade para as AME's no valor de R$ 9.500,00 (nove mil e seiscentos reais). Os motivos que levaram a rescisão desse contrato são os mesmo em relação à Escrita Comunicação.

Foi relatado pelo próprio Arturo que existia um segundo contrato em relação a UPA, que foi concluído pelo seu termo final. Solicitei que o mesmo nos envie cópia para análise.

Encontram-se em fase de auditoria a confirmação dos créditos, já que ambas as empresas alegam que a Associação Marca deve vários meses dos respectivos contratos (valores a confirmar).

9. SEGURANÇA PATRIMONIAL

A segurança patrimonial das Unidades é realizada pela empresa Interfort Segurança de Valores Ltda., sendo que nas AME's há posto de segurança armada 24 horas sete dias por semana em cada unidade, totalizando três postos e dois postos de segurança armada 24 horas na UPA Pajuçara.

Pelos dois postos da UPA Pajuçara o valor é de R$ 19.232,79 (dezenove mil duzentos e trinta e dois reais e setenta e nove centavos) por mês e pelos três postos das AME's o valor é de R$ 28.849,05 (vinte e oito mil oitocentos e quarenta e nove reais e cinco centavos).

A Empresa apresentou requerimento de reajuste retroativo a fevereiro de 2012 dos contratos, em virtude de reajuste nos salários da categoria vinculada ao Sindicato, passando tais contratos para R$ 21.201,18 (vinte e um mil duzentos e um reais e dezoito centavos) e R$ 31. 801,77 (trinta e um mil oitocentos e um reais e setenta e sete centavos) respectivamente.

Um fato atípico nesses contratos é que o contrato é para segurança armada, bem mais cara, e o que se constata, de fato, é que o serviço é prestado por segurança desarmado, mais barato.

Segundo a empresa tal fato se dá em virtude de dois assaltos com refém na UPA Pajuçara, onde o objeto do assalto foi as armas e os coletes dos seguranças. Diante disto os dirigentes da Associação Marca, o Secretário de Segurança do Estado e o Comando da Polícia da Capital adotaram a medida de retirar as armas dos seguranças e deixá-los desarmados. Desde então não houve mais nenhum roubo ao assalto na unidade. Apesar de ter que tirar as armas dos seguranças por recomendação da Associação e dos órgãos de segurança do Estado a Empresa não pode reduzir os salários dos seguranças ou substituí-los por desarmados uma vez que segundo a convenção o serviço terá que ser prestado por segurança armada.

Aparentemente o contrato apresenta valor excessivo (superfaturado), como também, as questões que envolvem segurança armada em órgão público, procedimentos de segurança pactuada entre a administração da Associação e as autoridades públicas, achamos mais prudente realizarmos uma auditoria do contrato, atento as particularidades que o caso requer.

10. REPASSES SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE x ASSOCIAÇÃO MARCA PAGAMENTOS ASSOCIAÇÃO MARCA - PROGRAMAÇÃO

Segundo levantamento da Associação Marca e confirmado pela Secretaria de Saúde:

UNIDADE	VALOR A REPASSAR	VALOR REPASSADO
AMES NOVA NATAL - AMES BRASÍLIA TEIMOSA - AME PLANALTO		
ABRIL	2.435.457,85	2.435.457,85
MAIO	2.435.457,85	
JUNHO	2.435.457,85	
JULHO	2.435.457,85	
	9.741.831,40	
UPA PAJUÇARA		
ABRIL	1.180.003,80	1.164.542,15
MAIO	1.180.003,80	
JUNHO	1.180.003,80	
JULHO	1.180.003,80	
TOTAL A SER REPASSADO	**4.720.015,20**	

TOTAL GERAL	14.461.846,60	3.600.000,00
SALDO A REPASSAR	R$ 10.861.846,60	

Todas as parcelas pactuadas em audiência no Ministério Pública da Saúde foram integralmente cumpridas pela Secretaria Municipal de Saúde, segundo o seguinte cronograma:

- 13/07 - 1ª Parcela: R$ 1.000.000,00 (Um milhão) para pagamento líquido da folha de funcionários de junho/12, 1ª parcela do 13º Salário e férias (REALIZADO);
- 20/07 – 2ª Parcela: R$ 1.000.000,00 (Um milhão) para pagamento médicos (Coopmed) (REALIZADO);
- 23/07 – 3ª Parcela: R$ 1.600.000,00 (Um milhão e seiscentos mil reais) para pagamento de Fornecedores, prestadores de Serviços, encargos sociais e FGTS. (À EXECUTAR);

RESUMO DO FLUXO DE CAIXA

REPASSE EFETIVO	DATA	DESPESAS PAGAS	VALOR	SALDO ATUAL
1.000.000,00	13/07/2007	REPASSE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		1.000.000,00
	17/07/2012	VALES TRANSPORTES	16.744,00	983.256,00
	19/07/2012	FOLHA DE PAGAMENTO - Salute	490.235,70	493.020,30
	19/07/2012	13º 1ª PARCELA - Salute	301.509,31	191.510,99
	19/07/2012	FÉRIAS DE JULHO - Salute	66.031,31	125.479,68
	13/07/2012	PENSÃO ALIMENTICIA	173,05	125.306,63
	13/07/2012	TICKET REFEIÇÃO	1.516,75	123.789,88
	17/07/2012	TAXAS BANCÁRIAS TED E DOC'S - BB	6.917,23	116.872,65
	19/07/2012	RESCISÕES PAGAS - Salute	12.143,45	104.729,20
	19/07/2012	13º 1ª PARCELA - A MARCA	31.930,57	72.798,63
	19/07/2012	FÉRIASDE JULHO - A MARCA	4.838,72	67.959,91
	19/07/2012	FOLHA JUNHO - A MARCA		14.949,16

			53.010,75	
	19/07/2012	CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS ENFERMEIROS	1.617,20	13.331,96
	19/07/2012	CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS RADIOLOGISTAS	348,80	12.983,16
	19/07/2012	BINA ESCRITÓRIO	190,00	12.793,16
2.600.000,00	**20/07/2012**	**REPASSE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	**2.600.000,00**	**2.612.793,16**
	20/07/2012	PAGAMENTO NF 76 COOPMED RN	210.199,05	2.402.594,11
	20/07/2012	PAGAMENTO NF 77 COOPMED RN	290.133,90	2.112.460,21
	20/07/2012	PAGAMENTO NF 98 COOPMED RN	208.225,35	1.904.234,86
	20/07/2012	PAGAMENTO NF 99 COOPMED RN	273.850,88	**1.630.383,98**
				R$ 1.630.383,98

Apesar dos repasses prometidos para julho/2012 pela Secretaria Municipal de Saúde de Natal terem sido cumprido, é importante desde já elaborarmos uma programação de repasse para pagamento da folha de pessoal (05/08/2012), honorários Médicos (20/08/2012), encargos sociais, FGTS, Prestadores de serviços e fornecedores para o mês de Agosto/2012.

Em anexo: cópia Carta a secretaria Municipal de saúde sobre a prestação de contas da Associação Marca x SMS Natal, cópia do e-mail encaminhado para direção da Associação Marca cobrando novamente a prestação de contas, Cópia de resumos de repasses em aberto da SMS com a Associação Marca e cópia da Proposta de prestação de serviços da Métodos Contabilidade.

Atenciosamente,

Marcondes de Souza Diógenes Paiva
Interventor Judicial – Associação Marca/Natal

CHEFIA DE GABINETE
RECEBIDO
Em, 17 / 07 / 2012
Hora: 09:30
Ass.
Paula Ângela Melo Paiva
Chefe de Gabinete da SMS-Natal/RN
Matrícula: 10.386-1

Natal, 16 de julho de 2012.

000263

Ilma. Sra. Dra.
Ariane Rose de Macedo
Secretária Municipal de Saúde de Natal/RN

Ref. Intervenção judicial Associação Marca/Natal – Prestação de contas.

Prezada Secretária

Em atenção à solicitação feita por telefone de Vossa Senhoria com relação à prestação de contas relativas aos contratos da UPA Pajuçara, AME Nova Natal, AME Brasília Teimosa e AME Planalto das competências dos meses de abril/maio e junho de 2012, período esse anterior a Intervenção Judicial, informo que tal atribuição continua sendo da responsabilidade da Direção Geral da Associação Marca para Promoção de Serviços, sediada no Rio de Janeiro e na pessoa da Sra. Elisa Andrade de Araújo.

Considerando, a decisão proferida nos autos da Ação Cautelar Incidental 0803701-81.2012.8.20.0001, distribuída por dependência aos autos da Ação Civil Pública nº 0023766-04.2010.8.20.0001, que decretou a intervenção judicial na Associação, em especial no que tange a gestão da UPA Pajuçara e Ambulatórios Médicos Especializados – AMES, unidades públicas de saúde do Município de Natal/RN e que transferiu a administração de tais unidades ao interventor judicial, cabendo a este prestar contas mensalmente ao juizo da 5ª Vara da Fazenda Pública dos valores recebidos e pagos pela conta judicial, conforme termos da Decisão Judicial e Compromisso Judicial.

Dessa forma, o processo de prestação de contas da Associação Marca para com o Município de Natal não sofreu nenhuma alteração, continua seguindo os termos do contrato celebrado, independentemente da prestação de conta judicial supra mencionada.

Considerando, a necessidade de pagamento de funcionários, médicos, encargos sociais, FGTS, fornecedores (abastecimento) e prestadores de serviços

são imprescindíveis que a municipalidade efetue os repasses dos recursos para a conta judicial, como é do conhecimento dessa Secretaria, conforme ficou pactuado na audiência no Ministério Público da Saúde realizada no dia 06 de julho de 2012 com a presença da Dra. Kalina Correia Filgueira (Promotora da Saúde), Dra. Ariane Macedo (Secretária de Saúde), Dr. Francisco Wilker (Procurador geral do Município), Dra. Selma Menezes (Sempla) e Dra. Sijara Nobrega (Secretária adjunta de Gestão e Trabalho da SMS/Natal), acordo este que posteriormente foi ratificado pela Dra. Kalina Correia Filgueira com o seguinte cronograma:

13/07 - 1ª Parcela: R$ 1.000.000,00 (Um milhão) para pagamento líquido da folha de funcionários de junho/12, 1ª parcela do 13º Salário e férias (REALIZADO);

17/07 – 2ª Parcela: R$ 1.000.000,00 (Um milhão) para pagamento médicos (Coopmed) (AGUARDANDO CUMPRIMENTO);

23/07 – 3ª Parcela: R$ 1.600.000,00 (Um milhão e seiscentos mil reais) para pagamento de Fornecedores, prestadores de Serviços, encargos sociais e FGTS. (AGUARDANDO CUMPRIMENTO);

Lembramos que o cumprimento do cronograma acima firmado é imprescindível para a manutenção do funcionamento das unidades e o consequente atendimento á população, meta de todos.

Atenciosamente

Marcondes de Souza Diógenes Paiva
Interventor Judicial – Associação Marca/Natal

Marcondes Diógenes Paiva

De: Marcondes Diógenes Paiva <marcondesdiogenes.adv@gmail.com>
Enviado em: quarta-feira, 18 de julho de 2012 19:35
Para: rteixeirapeixoto@yahoo.com.br
Assunto: Prestação de contas SMS Natal - Associação Marca - Intervenção Judicial
Anexos: Cópia Carta a Secretária de Saúde - Prestação de contas - Intervenção Judicial - 16_07.pdf

Prioridade: Alta

Prezada Renata boa tarde,

Conforme já anteriormente relatado por telefone com a Senhora e a Sra. Elisa reafirmo que os processos de prestação de contas devem necessariamente manter o mesmo procedimento administrativo, bem como, a responsabilidade da direção geral da Associação Marca permanecem nos mesmos termos dos contratos.
É do vosso conhecimento que a Associação Marca não apresenta prestação de contas desde Abril/2012. Nesse sentido é necessário que a direção da Associação Marca tome as providências cabíveis para o cumprimento da exigência contratual.
Em anexo cópia da Carta enviada a SMS/Natal sobre o assunto.
Por gentileza acusar recebimento.

Atenciosamente,

Marcondes Diógenes Paiva
OAB|RN 8868
Interventor Judicial
84 9134 4652

Natal, 20 de julho de 2012.

Ofício: 75

Para: Dr. Marcondes Diógenes

Assunto: Repasses em aberto

Venho através deste informar a V.S.ª pendência relativo ao atraso do pagamento da PREFEITURA DE NATAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE a ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇÕES, CNPJ: 05.791.879/0001-50 , nos períodos abaixo relacionados:

AMES NOVA NATAL – AME BRASÍLIA TEIMOSA- AME PLANALTO

COMPETENCIA	Valor da Nota
ABRIL	R$ 2.435.457,85
MAIO	R$ 2.435.457,85
JUNHO	R$ 2.435.457,85
JULHO	R$ 2.435.457,85
TOTAL	**R$ 9.741.831,30**

UPA PAJUÇARA

COMPETENCIA	Valor da Nota
ABRIL	R$ 1.180.003,80
MAIO	R$ 1.180.003,80
JUNHO	R$ 1.180.003,80
JULHO	R$ 1.180.003,80
TOTAL	**R$ 4.720.015,20**

Totalizando R$ 14.461.846,00 (quatorze milhões quatrocentos e sessenta e um mil re oitocentos e quarenta e seis reais).

Sem mais;

Samelli Cruz e Silva.
ASSOCIAÇÃO MARCA
PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS

MÉTODOS
CONTABILIDADE E ASSESSORIA EMPRESARIAL

PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Atendendo a solicitação de V.Sª., apresentamos nossa proposta para a Prestação de Serviços.

TOMADOR DO SERVIÇO

Razão Social		
ASSOCIACAO MARCA PARA PROMOCAO DE SERVICOS		
Número de Inscrição no CNPJ	Pessoa para contato	Telefone
05.791.879/0001-50	Marcondes	(84) 9134-4652
Sócio responsável pela empresa		
E-mail da Empresa ou Pessoa Responsável		
marcondesdiogenes.adv@gmail.com		

PRESTADOR DO SERVIÇO

Razão Social					
MÉTODOS ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL LTDA					
Endereço Completo da Sede (Avenida, Rua, etc.)	Nº	Bairro	CEP	Cidade	UF
RUA DES RÉGULO TINÔCO	1026	BARRO VERMELHO	59.022-080	NATAL	RN
Número de Inscrição no CNPJ (CGC)	Número de Inscrição Municipal		Número de Registro no CRC / ES		
70.160.429/0001-21	146.979-9		000132/O-RN		

1 – Objeto da Proposta:

1.1 - Assessoria nos aspectos da folha de pagamento mensal
1.2 - Prestação de contas mensal
1.3 - Acompanhamento do fluxo de processos
1.4 - Acompanhamento do fluxo de pessoas
1.5 - Financeiro: Controle do contas a pagar e a receber
1.6 - Assessoria nos aspectos contábeis e financeiros ao interventor jurídico nomeado.

2 – Das Obrigações da Contratada e da Contratante:

2.1 A CONTRATADA obriga-se a apresentar, no término dos trabalhos à Administração da ENTIDADE, relatório constante da cláusula 1ª contendo o resultado dos trabalhos;

2.2 A CONTRATADA se compromete: a) realizar adequadamente, os serviços, atendendo, inclusive, a requisitos previstos em legislação específica (se for o caso); b) responder por serviços executados em desacordo com as características e especificações exigidas, sem ônus para a CONTRATANTE; c) atender a todas as normas e especificações básicas, atinentes à prestação de serviço, objeto desta contratação;

2.3 A CONTRATANTE obriga-se a facilitar aos funcionários da CONTRATADA o livre acesso às áreas dos prédios onde serão executados os serviços, bem como à documentação e aos equipamentos necessários à realização dos trabalhos;

2.4 Fornecer as informações, documentos e assistência necessária para o bom desempenho dos serviços.

3 – Do Prazo de Execução:

3.1 – O trabalho de assessoria, objeto desta proposta, será por tempo indeterminado até que a CONTRATANTE resolva por deliberação própria interrupção ou suspensão do mesmo.

4 – Dos Honorários e da Condição de Pagamento:

4.1 - A título de remuneração mensal pelos serviços profissionais, objeto da presente proposta, cobraremos a importância global, fixa e irreajustável, de R$ **14.000,00** (Quatorze Mil Reais), sendo R$ 3.000,00 para o objeto 1.1 da proposta, R$ 1.000,00 para o objeto 1.2, R$ 2.500,00 para o objeto 1.3, R$ 2.500,00 para o objeto 1.4, R$ 3.000,00 para o objeto 1.5 e R$ 2.000,00 para o objeto 1.6 da Proposta.

4.1.1 – A qualquer época, sentindo-se a CONTRATANTE satisfeita pelas informações já absorvidas de qualquer dos itens abaixo, poderá a mesma, reduzir o valor da presente proposta, pela eliminação de qualquer dos itens mensurados abaixo, passando a proposta a ser remunerada por aqueles itens que continuem sendo considerados:

Item 1 do objeto da Proposta	R$ 3.000,00
Item 2 do objeto da Proposta	R$ 1.000,00
Item 3 do objeto da Proposta	R$ 2.500,00
Item 4 do objeto da Proposta	R$ 2.500,00
Item 5 do objeto da Proposta	R$ 3.000,00
Item 6 do objeto da Proposta	R$ 2.000,00
Total	**R$ 14.000,00**

4.2 - Os honorários profissionais são calculados da seguinte forma:

- A relevância, o vulto, a complexidade e a dificuldade do serviço a executar;
- O tempo que será consumido pela realização do trabalho;
- A situação econômico-financeira do cliente e o resultado favorável que a mesma advirá do serviço prestado;
- A peculiaridade de tratar-se de cliente eventual, habitual ou permanente;
- O lugar em que o serviço será prestado; e
- A competência e o renome do profissional

4.3 - No preço ofertado estão incluídos todos os custos, sejam eles de impostos, taxas, fretes, seguros, viagens, estadas, transportes, de alimentação, mão-de-obra, encargos sociais, etc.

4.4 - O preço pelos serviços, objeto desta proposta, permanecerá fixo e irreajustável durante a vigência do contrato, exceto por força de disposição legal.

4.5 - A falta de pagamento de qualquer parcela de honorários faculta à CONTRATADA suspender imediatamente a execução dos serviços ora pactuados, bem como considerar rescindido o presente, independentemente de notificação judicial e extrajudicial.

MÉTODOS
CONTABILIDADE E ASSESSORIA EMPRESARIAL

PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.6 - Fica estipulada a multa contratual de uma parcela mensal vigente relativa aos honorários, exigível por inteiro em face da parte que der causa à rescisão motivada.

5 – Do Sigilo Profissional:

5.1 - A CONTRATADA, obriga-se, sob pena da lei, a respeitar e a assegurar o sigilo relativo às informações obtidas durante o seu trabalho não as divulgando, sob qualquer circunstância, para terceiros, sem autorização expressa da ENTIDADE, salvo quando houver obrigação legal de fazê-lo, referido sigilo continua mesmo depois de terminados os compromissos contratuais.

E por estarem contratados, assinam o presente na forma da Lei, em 02 (duas) vias de igual teor e forma,

Natal/RN, 10 de Julho de 2012.

Mau Rocha de Medeiros

MÉTODOS ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL LTDA

Responsável Legal

11.07.2012

Vas 100

Tribunal de Contas do Estado - TCE/RN
Unidade: Diretoria do Expediente

TERMO DE RECEBIMENTO

Aos ..... dias do mês de ..... de ano de 20....., nesta Diretoria de Expediente, recebi este ....., Contendo ..... volume(s) e ..... folha(s) numeradas, recebendo nº.....-TC.

.....
Assinatura/Nome/Matrícula

TCE/RN - DE
Fls. 01
Rub.
Mat.

270

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

48ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NATAL - Defesa da Saúde Pública
Av. Mal. Floriano Peixoto, 550, 3° andar, Petrópolis, Natal-RN - CEP 59020-500

012480/2012 - TC

A Sua Excelência o Senhor
Ricart César Coelho dos Santos
Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do RN
Av: Getúlio Vargas, 690 – Petrópolis
59.012-360 Natal/RN

Ref.: processo n.° 011565/2012-TC.

TRIBUNAL DE CONTAS/RN
Nº DE ORIGEM: 011565/2012 - TC
CÂMARA: PLENO
RELATOR: RENATO COSTA DIAS
INTERESSADO: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NATAL
ASSUNTO: OFICIO Nº 0537/2012/4PM/ENCAMINHA DOCUMENTAÇÃO 902
volumes)
011565/2012 - TC
REGISTRO: 06/08/2012
TIPO: OFICIO
MEMORANDO

Tribunal de Contas - DE
Nesta data, recebi o presente documento.
Natal 22/08/2012
Samara Gomes

O **Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte**, por intermédio de seus representantes ao final assinados, com endereço profissional à Avenida Floriano Peixoto, 550, Petrópolis, Natal/RN, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência com fulcro no art. 5°, XXXIV, "a", da Constituição Republicana, exercer o seu

DIREITO DE PETIÇÃO

para **REPRESENTAR** requerendo a nomeação de um auditor desse Tribunal de Contas para acompanhar a Intervenção Judicial que está sendo feita na Associação Marca, intervenção concedida mediante decisão proferida nos autos da Ação Cautelar n.° -81.2012.8.20.0001.

I - DAS IRREGULARIDADES NA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS DA SAÚDE APLICADOS NA ASSOCIAÇÃO MARCA

Aos 27 dias do mês de junho deste ano, após a deflagração da Operação Assespsia pelo Ministério Público mediante as Promotorias de Defesa do Patrimônio Público, operação na qual observou-se que a Associação Marca estava sendo utilizada como mecanismo de desvio de recursos públicos destinados à assistência à saúde, essa Promotoria de Justiça propos a Ação Cautelar n.° 0803701-81.2012.8.20.0001 com a intenção de garantir a continuidade dos serviços que vinham sendo prestados por essa Associação nas AMEs de Brasília Teimosa, Nova Natal e do Planalto e na UPA de Pajuçara.

Desse modo, foi requerido na Cautelar a nomeação do Sr. Marcondes de Souza

Diógenes Paiva como interventor judicial junto à Associação Marca, com deferimento em sede liminar pelo Juiz de Direito titular da 5ª Vara da Fazenda Pública na data de 28.06.2012.

O interventor judicial tem trazido à essa Promotoria, bem como ao Juízo competente, a notícia de diversas irregularidades encontradas nos contratos firmados entre a Associação Marca e empresas privadas por ela contratada. Dentre essas irregularidades é possível listar as seguintes:

I.1 Contrato da Associação Marca com o Laboratório de Análises Clinicas Laborsul (RN) /ACI Serviços Médicos (RJ)/ Núcleo de Diagnóstico (RJ):

De acordo com o apurado pelo Interventor, há uma confusão de nomes (Laboratório ACI/Laborsul - Laboratório Zona Sul e/ou Núcleo de Diagnósticos Ltda.). Tal fato se dá pela não apresentação de documentação constitutiva do laboratório.

Além disso, nas entrevistas realizadas pelo interventor com o Gerente Administrativo do mesmo, o Sr. Fernando Muccillo, com o Bioquímico, Gilson Marques Teodoro e, com o próprio dono do laboratório, o Sr. Igor Couto da Cruz, esses se reportaram aos nomes dos três laboratórios sem esclarecerem quem é quem (Rio de Janeiro: Laboratório ACI, Natal: Laborsul – Laboratório Zona Sul e no Resultado do Exame Núcleo de Diagnósticos Ltda.).

Com efeito, em contato efetivado por telefone com o Senhor Igor Couto da Cruz, do Laboratório ACI no Rio de Janeiro, esse surpreendentemente afirmou ao Interventor que não é dono do citado laboratório, e que desistiu de participar de futuras operações comerciais com o grupo Núcleo de Diagnóstico/Laboratório Zona Sul, haja vista os inúmeros problemas que dificultaram e impossibilitaram a participação no negócio.

Disse ainda que é funcionário da ACI na função de direção de processos técnico-operacional, que o responsável é o Sr. Gilson (farmacêutico bioquímico em Natal) e que a administração dos Laboratórios Zona Sul e Núcleos (folha, pagamentos, contas...) é feita pela Sra. Flavia e Gisele Brum, na Salute Sociale localizado na Barra da Tijuca-RJ.

Tudo leva a crer, Senhor Procurador, que a Associação Marca, o Núcleo de Diagnóstico, ACI, a Salute Sociale, o HS Sistemas, a OPAS (Olivas Planejamento, Assessoria e Serviços S/C LTDA), esta última pertencente a Rosimar Bravo e Antônio Carlos (Maninho), fazem parte da mesma organização.

Após o início da Intervenção, evidenciou-se um abandono por parte dos responsáveis pelo laboratório e pelos administradores do Rio de Janeiro, o Interventor convidou o Senhor Gilson (Natal) para uma conversa no Escritório da Associação, para saber das providências administrativas que estavam sendo tomadas localmente e, principalmente, sobre as atividades do Laboratório em operação na UPA – Pajuçara.

No diálogo, o Sr. Gilson foi categórico ao afirmar que "*todo mundo está 'pulando fora', que o pessoal do Rio de Janeiro não está mais dando nenhum suporte para ele aqui em Natal, que o senhor Igor é realmente o responsável e que ele mesmo não entende o que está acontecendo*".

Reafirmou, ademais, que vendeu o Laborsul para o Núcleo de Diagnóstico (grupo da Associação Marca), estando à frente da negociação estas pessoas: o Dr. Tufic, o Sr. Wagner e o Sr. Paulo Villela.

TCE/RN - DE
Fls. 03

Fato curioso e relevante, a ser relatado a Vossa Excelência, é a confidência do Senhor Gilson de que **o Laborsul não emitiu nenhuma fatura (Nota fiscal) dos exames realizados, fato este alertado pelo contador do Laboratório como perigoso caso houvesse alguma auditoria**: "como pode uma empresa que só tem despesas?". Disse, ainda, que fazia as compras no CNPJ do Laborsul, mas como não emitia nota fiscal legalmente não tinha receita.

O escritório de Contabilidade ao qual faz alusão o Sr. Gilson é o ANCORA, de propriedade do Sr. Carlos Oliva, situado no Edificio Cidade do Natal, sala 704.

Além do mais, o interventor judicial relatou à essa Promotoria que, **com relação às AMEs, não havia contrato formal entre a Marca e os laboratórios de análises clínicas citados acima**. E que, conforme informações verbais do Sr. Igor (RJ) e do Sr. Gilson (RN), o contrato era pela tabela SUS acrescido os valores de 12%. Não existindo, todavia, nenhuma fatura em aberto desse contrato. Ao mesmo tempo em que não foi emitida uma única nota fiscal dos Serviços prestados.

Os contratos nas AMEs, dessa forma, foram rescindidos por falta de contrato, de documentação constitutiva, de licenças de funcionamento, de registros nos órgão competentes e a não entrega de mais de 15.000 (quinze mil) resultados de exames.

Enquanto isso, em relação à UPA – Pajuçara: **foi constatada a inexistência de contrato formal. Somando-se a isso, consoante informações verbais do Sr. Igor (RJ) e do Sr. Gilson (RN), averiguou-se que o valor do contrato é de R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) para 4500 exames e o excedente seguia os valores tabelados pelo SUS acrescidos de 12%. Foi observado, também, que não existe faturas em aberto desse contrato, que os laboratório prestam serviços desde abril de 2011 e que nunca foram emitidas notas fiscais. Não se sabendo, até o momento, o modo como eram feitos os pagamentos ao Laboratório.**

1.2 Contratos da Associação Marca na Área da Assessoria de Imprensa, Publicidade e Propaganda.

Segundo o interventor Marcondes, após a intervenção judicial foram rescindidos dois contratos com a **Empresa Escrita Comunicação**, representada pela sua proprietária Anna Karinna Cavalcante da Silva, que tinha como objeto a assessoria de Imprensa, um para as AMEs no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e um para a UPA no valor de 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais).

Nesse mesmo sentido, foi rescindido um contrato com a **Arte & C Comunicação Integrada Ltda.**, representada pelo seu proprietário, o Sr. Arturo Silveira Dias de Arruda Câmara, que tinha como objeto a prestação de serviços de propaganda e publicidade para as AMEs no valor de R$ 9.500,00 (nove mil e seiscentos reais).

Foi rescindido também um contrato com a empresa **Marca Propaganda e Marketing Ltda.**, representada pelo Sr. José Ivan Neves Fernandes, que tinha como objeto a prestação de serviços de propaganda e publicidade junto á Unidade de Pronto atendimento – UPA/Pajuçara, no importe de R$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais) por mês.

O motivo determinante para a rescisão dos contratos acima se lastreou em dificuldade financeira por parte da municipalidade, como também, não foi sopesado como essencial para a manutenção dos serviços à população.

TCE/RN - DE
Fls. 04
Rub

I.3 Contratos da Associação Marca relacionados à Assessoria, Consultoria, Apoio a Gestão do Projeto:

Dentre esses contratos está o que havia sido pactuado com a empresa OPAS - OLIVAS PLANEJAMENTO ASSESSORIA. No qual, conforme relatos apresentados pelo interventor a esta Promotoria, não foi detectada a existência de contrato formalmente escrito. O Sr. Marcondes relatou, ainda, de que havia sido contatado pela funcionária (consultora) Isabel Ferreira sobre o pagamento dos contratos: nas **AMEs** o valor mensal é de R$ 71.800,00 (setenta e um mil e oitocentos reais), nesses contratos foram encontradas faturas em aberto (Abril, maio, junho e julho/2012) correspondentes ao montante de R$ 287.200,00 (duzentos e oitenta e sete mil e duzentos reais).

Na **UPA**, o valor mensal é de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), existindo faturas em aberto correspondentes aos meses de Dezembro/2011, Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, maio, junho e julho/2012 as quais, somadas, chegam ao total de R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais).

Como se pode ver, Senhor Procurador, há fortes indícios de que a Associação Marca, o Núcleo de Diagnóstico, a ACI, a Salute Sociale, o HS Sistemas, a OPAS (Olivas Planejamento, a Assessoria e Serviços S/C LTDA), esta última pertencente a Rosimar Bravo e Antônio Carlos (Maninho) fazem parte da mesma organização (Grupo).

I.4 Contrato da Associação Marca com Serviços de Assessoria/Consultoria de Pesquisa Popular:

O contrato em questão, fora firmado com a START PESQUISA E CONSULTORIA TECNICA LTDA. Sobre o qual foi verificado que: não há cópia do contrato e o valor em aberto é de R$ 34.299,99 (trinta e quatro mil duzentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

I.5 Contratos da Associação Marca cujo objeto é o fornecimento/Instalação / Suporte e Manutenção de Sistema:

Os contratos por ora aludidos foram pactuados com a HEALTH SOLUTIONS LTDA e, conforme informações dadas pelo interventor à 48ª Promotoria de Justiça, é um contrato excessivamente oneroso. Existindo fortes indícios de que faz parte do Mesmo grupo da Associação Marca.

Só nas **AMEs**, o valor mensal para o custo desses serviços era de R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais); há faturas em aberto relativas aos meses de Maio, junho e julho/2012 e que somam a quantia de R$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais). Com relação à **UPA**, o valor mensal é de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais). Da mesma forma que nas AMEs, há faturas em aberto (Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, junho e julho/2012) que somam o montante de R$ 119.000,00 (cento e dezenove mil reais).

I.6 Contrato da Associação Marca com Cooperação técnica na gestão e execução das ações e serviços de Saúde:

Neste ponto, Senhor Procurador, estão inclusos os contratos com a SALUTE SOCIALE, cujos valores (tanto em referência às AMEs e à UPA), segundo o Interventor, estão inseridos em um montante global previsto para execução do contrato de Gestão entre a Associação Marca e o Município de Natal, mais especificamente nas rubricas orçamentárias

TCE/RN - DE
Fls. 0C
Rub
Mat

destinadas a despesas com recursos humanos e seus encargos.

Aqui chama atenção os repasses se darem por meio do teto financeiro máximo assinalado contratualmente, independentemente das variações dos valores efetivamente pagos a título de recursos humanos.

I.7 Contratos da Associação Marca para Manutenção:

A Associação Marca mantinha dois contratos com a empresa G e J Dedetização de Pragas Ltda ME: um para manutenção preventiva e corretiva, no valor de R$ 5.890,00 por mês, e outro para limpeza das caixas d'águas das AMEs a cada três meses, no valor de R$ 330,00 por mês, sendo que a aquisição de todos os insumos e equipamentos utilizados para realização dos serviços, ficavam sob a responsabilidade da contratante.

Em reunião feita entre o Interventor e o proprietário da prestadora de serviços, evidenciou-se que a empresa não detém conhecimento e capacidade técnica para a execução do objeto dos contratos e que, em primeira análise, o preço avençado se mostra excessivamente oneroso para a contratante.

O Interventor, ao fazer vistoria nas Unidades de Saúde, constatou que os serviços de manutenção não estavam sendo executados pela contratada, vindo está a alegar em sua defesa, que não estava realizando os serviços porque a Associação Marca não estava comprando os insumos para execução dos mesmos.

A Empresa G e J Dedetização e Serviços apresentou relatório de faturas em aberto dos serviços de Manutenção, aluguel do arquivo no importe total de R$ 27.390,00 (vinte e sete mil trezentos e noventa reais).

Diante das irregularidades já apresentadas, o Interventor informou que esses valores não serão pagos pela Administração Judicial, salvo decisão Judicial em sentido contrário; informou ainda que foi aberto processo de cotação/seleção de empresa de Prestação de serviços de Manutenção Corretiva para as Unidades de Saúde.

III – DA CONCLUSÃO

O Ministério Público Estadual, diante das graves irregularidades aqui expostas, **requer a Vossa Excelência, então, atuação junto ao Tribunal de Contas do RN, com vistas a ser indicado, com a máxima prioridade e rapidez, auditor dessa Corte de Contas, para auxiliar e acompanhar as ações desenvolvidas pela Intervenção Judicial na Associação Marca.**

Com os relatórios do Interventor, instruindo a presente, seguem os documentos listados a seguir: a) comunicação, datada de 09.08.2012, apresentada pelo Interventor e recebida por esta Representante do Parquet Estadual em 10.08.2012, contendo cópias de ofícios expedidos à COOPMED, aos diretores das Unidades, à INTERFORT Segurança de Valores Ltda. e a ata de audiência realizada no Ministério Público do Trabalho em 03.08.2012; bem assim b) comunicação, de 10.08.2012 e recebida por esta Promotora nessa mesma data, contendo informações sobre a intervenção judicial na Associação Marca, enviada pelo interventor com a finalidade de apresentar as ações da administração judicial que foram desenvolvidas no período dos dias 01 a 09 do mês corrente; c) a cópia da ata da audiência

TCE/RN - DE
Fls. 06

ministerial feita pelas Promotorias de Defesa da Saúde Pública em 02.08.2012 cujo objetivo era apresentar aos participantes do Fórum em Defesa da Saúde Pública e ao Conselho Municipal de Saúde, as irregularidades encontradas na Associação Marca e as decisões tomadas pelo Interventor em face das mesmas.

Natal, 14/08/2012.

Iara Maria Pinheiro de Albuquerque
48ª Promotora de Justiça de Natal em substituição legal.

Recebi em
10/08/12

Iara Maria P. de Albuquerque
Promotora de Justiça

TCE/RN - DE
Fls. 07
Rub.
Mat.

Natal, 09 de agosto de 2012.

Ilma. Sra. Dra.
Iara Maria Pinheiro de Albuquerque
DD. Promotora de Justiça da Saúde.
47ª Promotoria de Defesa dos Direitos da Saúde

Ref.: Cópias – Intervenção Judicial Associação Marca

A Associação Marca para Promoção de Serviços, por intermédio do seu Interventor Judicial, situada na Avenida Hermes da Fonseca nº 384, 1º andar, salas 01 a 06, Petrópolis, CEP 59.020-000, vem à presença de sua Senhoria apresentar cópias:

1. Ofício à Coopmed determinando da carga horária nos termos do contrato.
2. Ofício aos diretores médicos das Unidades determinando o cumprimento da carga horária nos termos do contrato de trabalho.
3. Ofício à Interfort Segurança de Valores Ltda, convocando para reunião na Procuradoria Geral do Município de Natal, com o objetivo de discutir a adequação do contrato de prestação dos Segurança Patrimonial.
4. Ofício à Coopmed convocando para reunião na Procuradoria Geral do Município de Natal, com o objetivo de discutir a adequação do contrato de prestação de Serviços médicos.
5. Ofício aos Diretores médicos da Unidades para realizar levantamento completo de todos os pacientes que tiveram material coletado pelo Laboratório com ou sem resultados, e em seguida se realizar uma busca ativa dos pacientes para a realização de novos exames.

6. Cópia da Ata da Audiência do Ministério Público do Trabalho de 03 de agosto de 2012.

TCE/RN - DE
Fls. 08
Rub
Mat

Atenciosamente,

Marcondes de Souza Diógenes Paiva
Interventor Judicial – Associação Marca/Natal

TCE/RN - DE
03

Natal, 31 de julho de 2012.

Ilmo. Sr. Dr.
Fernando José Pinto de Paiva
Presidente
COOPMED RN – Cooperativa Médica do Rio Grande do Norte

A Associação Marca para Promoção de Serviços, por intermédio do seu Interventor Judicial, situada na Avenida Hermes da Fonseca nº 384, 1º andar, salas 01 a 06, Petrópolis, CEP 59.020-000, vem à presença de sua Senhoria expor e requisitar o que segue:

Considerando, a decisão proferida nos autos da Ação Cautelar Incidental 0803701-81.2012.8.20.0001, distribuída por dependência aos autos da Ação Civil Pública nº 0023766-04.2010.8.20.0001, que decretou a intervenção judicial na Associação, em especial no que tange à gestão da UPA Pajuçara e Ambulatórios Médicos Especializados – AMES, unidades públicas de saúde do Município de Natal/RN, passando estas a serem administradas por interventor judicial;

Considerando, que o contrato firmado com esta Cooperativa para de Prestação de Serviços médicos junto aos AMBULATÓRIOS ESPECIALIZADOS – AME, NO Município de Natal – RN, especificamente nas Unidades de Nova Natal, Brasília Teimosa e Planalto afim de atender ao Contrato de gestão 002/2010 entre a Associação Marca e a Prefeitura de Natal, encontra em execução.

Considerando, que foi informado pela Cooperativa, e confirmado pelos Diretores Técnicos das Unidades, Dr. Danton Novaes e Dra. Francisca de Assis que, apesar de não haver nenhum documento escrito, foi realizado um acordo entre a COOPMED e a Direção da Associação Marca (com o aval da Secretária Municipal de Saúde de Natal) para que os plantões de 6 horas dados nas AME's sejam cumpridos

Recebido Fernando 31/07/2012

TCE/RN - DE
10

com carga horária de 4 horas e/ou 20 atendimentos por plantão. Como, segundo eles, houve um acordo sem documentação que o comprove, juridicamente não existe.

Pelo exposto fica desde já anulado qualquer acordo (verbal), devendo o contrato ser cumprido na sua integralidade, nos termos do contrato, ou seja, cumprimento integral da carga horária contratada para cada plantão.

Cópia para:

Ilma. Sra. Dra.
Iara Maria Pinheiro de Albuquerque
DD. Promotora de Justiça da Saúde.
47ª Promotoria de Defesa dos Direitos da Saúde

Atenciosamente,

Marcondes de Souza Diógenes Paiva
Interventor Judicial – Associação Marca/Natal

TCE/RN - DE
Fls. 41
Rub
Mat

Natal, 31 de julho de 2012.

Ilmos. Srs. Drs.
Danton Oliveira Novaes
Francisca de Assis da Silva
Diretores Médicos da Associação Marca para Promoção de Serviços

A Associação Marca para Promoção de Serviços, por intermédio do seu Interventor Judicial, situada na Avenida Hermes da Fonseca nº 384, 1º andar, salas 01 a 06, Petrópolis, CEP 59.020-000, vem à presença de sua Senhoria expor e requisitar o que segue:

Considerando, a decisão proferida nos autos da Ação Cautelar Incidental 0803701-81.2012.8.20.0001, distribuída por dependência aos autos da Ação Civil Pública nº 0023766-04.2010.8.20.0001, que decretou a intervenção judicial na Associação, em especial no que tange a gestão da UPA Pajuçara e Ambulatórios Médicos Especializados – AMES, unidades públicas de saúde do Município de Natal/RN, passando estas a serem administradas por interventor judicial;

Considerando, que foi informado pelos Diretores Técnicos das Unidades, Dr. Danton Novaes e Dra. Francisca de Assis que, apesar de não haver nenhum documento escrito, foi realizado um acordo entre os Médicos e a Direção da Associação Marca (com o aval da Secretária Municipal de Saúde de Natal) para que os plantões de 6 horas dados nas AME's sejam cumpridos com carga horária de 4 horas e/ou 20 atendimentos por plantão. Como, segundo eles, houve um acordo sem documentação que o comprove, juridicamente não existe.

Ciente
Danton Novaes
31/7/2012

Ciente.
Francisca de Assis Silva
31/7/12
18:00h

TCE/RN - DE
Fls. 12
Rub
Mat

Pelo exposto fica desde já anulado qualquer acordo (verbal), devendo o contrato ser cumprido na sua integralidade, nos termos do contrato do contrato de trabalho.

Cópia para:

Ilma. Sra. Dra.
Iara Maria Pinheiro de Albuquerque
DD. Promotora de Justiça da Saúde.
47ª Promotoria de Defesa dos Direitos da Saúde

Atenciosamente,

Marcondes de Souza Diógenes Paiva
Interventor Judicial – Associação Marca/Natal

TCE/RN - DE
Fls. 13
Rub.
Mat

Natal, 03 de julho de 2012.

Ilmo. Senhor
Edmilson Pereira de Assis
Diretor
INTERFOT SEGURANÇA DE VALORES LTDA.
Nesta.

Ref.: Contrato de Prestação de Serviços de segurança patrimonial junto aos AMBULATÓRIOS ESPECIALIZADOS – AME e UPA PAJUÇARA.

Ao cumprimenta-lo, comunicamos o agendamento de uma reunião, no próximo dia 07 de agosto de 2012 (terça-feira), às 10:00 horas na sala de reunião da Procuradoria Geral do Município de Natal, localizada na Rua Mossoró, 350, para tratar sobre o Contrato de Prestação de Serviços de segurança patrimonial junto aos AMBULATÓRIOS ESPECIALIZADOS – AME e UPA PAJUÇARA, mais especificamente sobre a divergência entre o objeto contratado e prestado.

Certos de contarmos com a participação de Vossa Senhoria, renovamos votos de consideração.

Cópia para:

Ilma. Sra. Dra.
Iara Maria Pinheiro de Albuquerque
DD. Promotora de Justiça da Saúde.
47ª Promotoria de Defesa dos Direitos da Saúde

Atenciosamente,

Marcondes de Souza Diógenes Paiva
Interventor Judicial – Associação Marca/Natal

Luanna Kettyly Henrique de Oliveira
03/08/2012

TCE/RN - DE
Fl. 14

Natal, 03 de julho de 2012.

Ilmo. Sr. Dr.
Fernando José Pinto de Paiva
Presidente
COOPMED RN – Cooperativa Médica do Rio Grande do Norte

Ref.: Contrato de Prestação de Serviços médicos junto aos AMBULATÓRIOS ESPECIALIZADOS – AME.

Ao cumprimenta-lo, comunicamos o agendamento de uma reunião, no próximo dia 07 de agosto de 2012 (terça-feira), às 8:00 horas na sala de reunião da Procuradoria Geral do Município de Natal, para tratar sobre o Contrato de Prestação de Serviços médicos junto aos AMBULATÓRIOS ESPECIALIZADOS – AME, mais especificamente a carga horária dos plantões médicos.

Certos de contarmos com a participação de Vossa Senhoria, renovamos votos de consideração.

Cópia para:

Ilma. Sra. Dra.
Iara Maria Pinheiro de Albuquerque
DD. Promotora de Justiça da Saúde.
47ª Promotoria de Defesa dos Direitos da Saúde

Atenciosamente,

Marcondes de Souza Diógenes Paiva
Interventor Judicial – Associação Marca/Natal

03/07/2012

TCE/RN - DE
Fls. 15
Rub.
Mat.

Natal, 03 de agosto de 2012.

Ilmos. Srs. Drs.
Danton Oliveira Novaes
Francisca de Assis da Silva
Diretores Médicos da Associação Marca para Promoção de Serviços

A Associação Marca para Promoção de Serviços, por intermédio do seu Interventor Judicial, situada na Avenida Hermes da Fonseca nº 384, 1º andar, salas 01 a 06, Petrópolis, CEP 59.020-000, vem à presença de suas Senhorias expor e requisitar o que segue:

Considerando, a decisão proferida nos autos da Ação Cautelar Incidental 0803701-81.2012.8.20.0001, distribuída por dependência aos autos da Ação Civil Pública nº 0023766-04.2010.8.20.0001, que decretou a intervenção judicial na Associação, em especial no que tange a gestão da UPA Pajuçara e Ambulatórios Médicos Especializados – AMES, unidades públicas de saúde do Município de Natal/RN, passando estas a serem administradas por interventor judicial;

Considerando, as irregularidades detectadas em face do Laboratório ACI/Laborsul (Laboratório Zona Sul) e/ou Núcleo de Diagnósticos Ltda, junto as AME's;

Considerando, que não foram apresentados protocolos e/ou procedimentos documentados que garanta a segurança, confiabilidade, viabilidade e estabilidade das amostras analisadas, além de um quantidade elevadíssima de pacientes aguardando resultado atendidos na AME Brasília Teimosa, AME Planalto e AME Nova Natal.

Considerando, que em reunião realizada na Secretaria Municipal de Saúde de Natal no ultimo dia 02 do presente mês às 15:00 horas, com a presença do Ministério público da Saúde, Procuradoria geral do Município de Natal, Secretaria Municipal de Planejamento e a própria Secretaria Municipal de Saúde de Natal,

Ciente 06/8/12
Danton Novaes

Ciente
06/8/12.
20 hs.

TCE/RN - DE
Fl. 16

ficou acordado que a ASSOCIAÇÂO MARCA realizará levantamento completo de todos os pacientes que tiveram material coletado pelo Laboratório com ou sem resultados, e em seguida se realizará uma busca ativa dos pacientes para a realização de novos exames.

Dessa forma, visando garantir a segurança e um controle eficiente diante do caso, fica desde já as Unidades incumbidas de adotarem as seguintes providências:

1. Não receber qualquer resultado ou qualquer documentação do citado Laboratório, devendo ser encaminhado ao escritório local da Associação Marca, na pessoa do Interventor Judicial.

2. Elaborar lista completa dos pacientes atendidos pelo Laboratório identificando os pacientes que receberam e os que não receberam os resultados.

3. Cada Unidade deverá fazer busca ativa, ou seja, contatar todos os pacientes e convidá-los para comparecer à Unidade para refazer os exames.

4. Elaborar cronograma de atendimento de forma diferenciada e em paralelo ao atendimento de rotina com o objetivo de não prejudicar a normalidade do atendimento a população.

Cópia para:

Ilma. Sra. Dra.
Iara Maria Pinheiro de Albuquerque
DD. Promotora de Justiça da Saúde.
47ª Promotoria de Defesa dos Direitos da Saúde

Atenciosamente,

Marcondes de Souza Diógenes Paiva
Interventor Judicial – Associação Marca/Natal

TCE/RN - DE
Fls. 17
Rub.
Mat.

ATA DE AUDIÊNCIA

Às 16:10h do dia três do mês de agosto do ano de dois mil e doze, na sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região, situada na rua Dr. Poty Nóbrega, nº 1941, Lagoa Nova, Natal/RN, sob a presidência do Procurador do Trabalho, Dr. **FÁBIO ROMERO ARAGÃO CORDEIRO**, foi instaurada audiência referente ao Inquérito Civil nº 000101.2012.21.000/0. Presentes o representante do Município do Natal; **AQUEUS ELIAQUIM ALMEIDA DE MACEDO**, RG: 1.590.534 SSP/RN, Coordenador Geral Administrativo e de Finanças SMS, **LEVI RODRIGUES VARELA**, RG: 4.510.071 SSP/RN, Assessor Jurídico. **MARIA SELMA MENESES DA COSTA,** Secretária Municipal de Planejamento, em substituição legal. Presentes, também, o Gerente de RH do Núcleo de Saúde e Ação Social – Salute Sociale, **FABIANA INÁCIO ALVES**, RG: 4035358 SSP/GO, e o Interventor Judicial da Associação Marca Para Promoção de Serviços, **MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA,** RG: 1.250.515 SSP/RN, assistidos pelo advogado **GUILHERME PORTO CAPIBARIBE,** OAB/RJ Nº 145.908. **Iniciada a audiência**, a representante da Secretaria de Planejamento informou não ser possível subscrever Termo de Ajuste de Conduta. A seguir, foi passada a palavra ao interventor Judicial da Marca que informou que os salários do mês de julho/2012 serão pagos no prazo legal; que está designada uma audiência no bojo da Ação Civil Pública que tramita perante a Justiça do Estado do RN, a ser realizada no dia 15 de agosto, na qual poderá haver uma conciliação no sentido de regularizar os repasses ou rescindir o contrato mantido com o Município. Em razão desse fatos o Procurador do Trabalho decidiu conceder à Marca o prazo de 30(trinta) dias para prestar informações nos autos a cerca do ocorrido na audiência referida, sendo que o Procurador do Trabalho decidirá as providências seguintes a partir do que informado nos autos pela Marca. Nada mais tendo a registrar, encerrou-se a audiência e, para constar, eu ..... Analista Processual, Milton Cézar Correia da Silva, secretariei a audiência e digitei a presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes às 16h30.

FÁBIO ROMERO ARAGÃO CORDEIRO
Procurador do Trabalho

MARIA SELMA MENESES DA COSTA

TCE/RN - DE
Fls. 16
Rub
Final

AQUEUS ELIAQUIM ALMEIDA DE MACEDO

LEVI RODRIGUES VARELA

FABIANA INÁCIO ALVES

MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA

GUILHERME PORTO CAPIBARIBE
Advogado

Recebi em mãos.
10/08/09
Iara Maria P. de Albuquerque
Promotora de Justiça

Natal, 10 de agosto de 2012.

Ilma. Sra. Dra.
Iara Maria Pinheiro de Albuquerque
DD. Promotora de Justiça da Saúde.
47ª Promotoria de Defesa dos Direitos da Saúde

TCE/RN - DE
Fls. 11
Rub
Mat

Ref.: Informações – Intervenção Judicial Associação Marca

A Associação Marca para Promoção de Serviços, por intermédio do seu Interventor Judicial, situada na Avenida Hermes da Fonseca nº 384, 1º andar, salas 01 a 06, Petrópolis, CEP 59.020-000, vem à presença de sua Senhoria expor o andamentos das ações da administração judicial desenvolvida no período de 01 a 09 de agosto de 2012.

1. Pessoal – folha de pagamento:

A folha de pagamento dos funcionários competência julho/2012 foi paga dentro do prazo legal. Tal fato se deu com o remanejamento da verba que seria para o pagamento dos fornecedores, que não estão recebendo seus créditos em face da dificuldade de checagem (auditoria) dos valores concernentes a este.

2. Laboratório de Analises Clinicas Laborsul/ACI/ Centro de Diagnóstico:

Diante das graves irregularidades apontadas na operação do Laboratório de Análises Clínicas junto as AME's, foi realizada uma reunião na Secretaria Municipal de Saúde de Natal no ultimo dia 02, com a presença do Ministério público da Saúde, Procuradoria geral do Município de Natal, Secretaria Municipal de Planejamento e a própria Secretaria Municipal de Saúde de Natal, onde ficou acordado que a ASSOCIAÇÂO MARCA realizará um levantamento completo de todos os pacientes que tiveram material coletado pelo Laboratório com ou sem resultados, e em seguida se realizará uma busca ativa dos pacientes para a realização de novos exames.

TCE/RN - DE
Fls. 20
Rub
Mat

Em contato com o Senhor Igor Couto da Cruz do Laboratório ACI no Rio de Janeiro este surpreendentemente afirmou que não é dono do citado laboratório, e que desistiu de participar de futuras operações comerciais com o grupo Núcleo de Diagnóstico/Laboratório Zona Sul, haja vista os inúmeros problemas que dificultaram e impossibilitaram a participação no negócio.

Disse ainda que é funcionário da ACI na função de direção de processos técnico-operacional, que o responsável é o Sr. Gilson (farmacêutico bioquímico em Natal) e que a administração dos Laboratórios Zona Sul e Núcleos (folha, pagamentos, contas...) é feito pala Sra. Flavia e Gisele Brum na Salute Sociale localizado na Barra da Tijuca-RJ.

Tudo leva a crê que a Associação Marca, Núcleo de Diagnóstico, ACI, Salute Sociale, HS Sistemas, OPAS (Olivas Planejamento, Assessoria e Serviços S/C LTDA), esta ultima pertencente a Rosimar Bravo e Antônio Carlos (Maninho) fazem parte da mesma organização.

Como há um aparente abandono por parte dos responsáveis pelo laboratório pelos administradores do Rio de Janeiro, convidei o Senhor Gilson (Natal) para uma conversa no Escritório da Associação para saber das providências que estavam sendo tomadas e principalmente sobre as atividades do Laboratório em operação na UPA - Pajuçara.

Ele foi categórico ao afirmar que todo mundo está "pulando fora", que o pessoal do Rio de Janeiro não está mais dando nenhum suporte para ele aqui em Natal, que o senhor Igor é realmente o responsável e que ele mesmo não entende o que está acontecendo.

Reafirmou que vendeu o Laborsul para o Núcleo de Diagnóstico (grupo da Associação Marca), estando à frente da negociação o Dr. Tufic, Sr. Wagner e o Sr. Paulo Villela.

Afirmou que entre outras dificuldades encontradas esta o atraso no pagamento dos funcionários do Laboratório que opera na UPA (inclusive o dele) e também a falta de alguns insumos.

TCE/RN - DE
Fls. 21
Rub.
Mat.

Se prontificou em apresentar até a próxima quinta-feira (09/08/2012) o contrato de compra e venda, alteração contratual (aditivo) e o relatórios dos pacientes que tiveram os exames realizados pelo Laboratório por Unidade com e sem resultados.

Fato curioso e relevante confidenciado pelo Senhor Gilson é de que o Laborsul não emitiu nenhuma fatura (Nota fiscal) dos exames realizados, fato este alertado pelo contador do Laboratório como perigoso caso houvesse alguma auditoria: "como pode uma empresa que só tem despesas?". Disse que fazia as compras no CNPJ do Laborsul, mas como não emitia nota fiscal legalmente não tinha receita.

O escritório de Contabilidade do contador supracitado é o ANCORA, de propriedade do Sr. Carlos Oliva, situado no Edificio Cidade do Natal, sala 704.

Ao final disse que se até a próxima sexta-feira (10/08) o pessoal do Rio de Janeiro não resolver as diversas pendências ele entregará o laboratório da UPA, que sabe de sua responsabilidade como técnico diante do serviço e que me comunicará a tempo de tomar as mediadas visando a manutenção dos serviços da Unidade.

Com vistas a qualquer momento termos que assumir o Laboratório da UPA, foi realizada pesquisa (cotação) com os dois laboratórios que atuam 24 horas com suporte para atender a demanda imediata: o NDA Center e o Laboratório de Análises Dr. Paulo Gurgel, os quais apresentaram proposta para os mesmos parâmetros: R$ 40.000,00 e R$ 33.000,00 respectivamente.

3. Interfort Segurança de Valores LTDA

Em reunião na Procuradoria Geral do Município no dia 02 deste mês em curso com a presença de Dra. Iara Pinheiro representando o Ministério Público da Saúde, Dr. Fernando Benevides procurador do Município de Natal foi realizado um realinhamento (ATA) do contrato que será submetido ao crivo do Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública:

Doravante os valores praticados serão cobrados como segurança desarmado e não com segurança armados.

Como a Associação Marca tem faturas em aberto, os valores pagos a partir de 1° de fevereiro de 2012, data da retirada das armas dos vigilantes serão compensados

(encontro de contas) com os valores a serem pagos pela Associação tão logo haja homologação pelo Juiz.

A Interfrot apresentou proposta de preço para segurança desarmada no importe de R$ 8.621,52 (oito mil seiscentos e vinte e um reais e cinquenta e dois centavos) por posto de 24 horas por mês, estando esta dentro do preço médio de mercado.

4. Prestação de Contas

No dia 01/08 chegou ao escritório da Associação Marca a prestação de Contas do Mês de Abril/2012, enviado pelo escritório central da Associação Marca. No entanto, não foi finalizada e remetida á Secretaria Municipal de Saúde por que os dados e planilhas com dados complementares se encontram no computador da Superintendência do Escritório local recolhido na operação de busca e apreensão.

Não disponho no momento de elementos capaz de assegurar a real necessidade dos dados que estão no computador ou se trata de mais uma manobra para não apresentar a prestação de contas.

5. Manutenção

A Empresa G e J Dedetização e Serviços apresentou relatório de faturas em aberto dos serviços de Manutenção, aluguel do arquivo e e-mail dando conta do referido aluguel no importe total de R$ 27.390,00 (vinte e sete mil trezentos e noventa reais).

Diante das irregularidades já apresentadas esses valores não serão pagos pela Administração Judicial, salvo decisão Judicial em sentido contrário.

Foi aberto processo de cotação/seleção de empresa de Prestação de serviços de Manutenção Corretiva nas Unidades.

6. Ambulância

Desde o início de junho a UPA Pajuçara está sem Ambulância, por que a empresa locadora se retirou em face da inadimplência financeira da contratante com a contratada.

TCE/RN - DE
Fls. 23
Rub
Mat

Face essa necessidade abrimos processo de cotação/seleção de empresa para locação de Ambulância para atender a Unidade, onde participaram a Natal Resgate, Translife e Nutrivida.

Acreditamos que no início da próxima semana a unidade já poderá contar com o equipamento.

7. COOPMED

Em reunião na Procuradoria Geral do Município no dia 02 do mês em curso com a presença de Dra. Iara Pinheiro representando o Ministério Público da Saúde, Dr. Fernando Benevides procurador do Município de Natal, Dra. Maria do Perpétuo Secretária de Saúde de Natal, Dra. Ariane Rose de Macedo, Dra. Selma Menezes Secretária de Planejamento, Dr. Fernando Pinto e Dr. Julimar Nogueira representando a Coopmed, foi realizado um realinhamento/adequação em face das irregularidades apresentadas no contrato de prestação de Serviços Médicos no que se refere á carga horária contratada e efetivamente prestada pelos médicos cooperados e por conseguintes dos contratados pela Associação Marca que será submetido ao crivo do Juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública:

Pagamento competência Julho/2012: Será pago os plantões nos moldes como estavam sendo praticados desde que atinja a meta pactuada pela especialidade.

Pagamentos futuros (agosto em diante): Será pago o plantão desde que se combine a carga horária mínima de 4 horas e o cumprimento de no mínimo de 20 (vinte) consultas por turno, exceto as especialidades de geriatria, reumatologia, endocrinologia – estes com meta de no mínimo de 15 consultas por turno.

A Associação Marca conjuntamente com a Coopmed implantará um sistema biométrico para controlar a presença e o cumprimento dos horários dos profissionais médicos nas unidades.

8. Regularidade Fiscal, Tributária, Previdenciária e FGTS

Foi solicitado a apresentação das Certidões negativas/positivas de tributos federais da dívida ativa da união, previdência social, tributos estaduais e tributos

TCE/RN - DE
Fls. 24
Rub
Mat

municipais e do FGTS, no entanto, a direção da Associação Marca não tem providenciado o envio nem, tão pouco, tem se manifestado a respeito.

Tem-se recebido no escritório da Marca inúmeros documentos de recolhimento de impostos que eram para terem sido pagos no início do ano, fato que trás uma preocupação com tais tributos e encargos, em especial os encargos trabalhistas.

Tal preocupação se estende em relação á complexa rede de empresas e associações que compõem a organização.

9. Contratos

Um dos principais, senão o principal documento para Administração Judicial, é o contrato firmado pela Associação Marca frente aos prestadores de Serviços, Assessorias e consultorias. Documentação esta que a direção da Associação Marca diz estar providenciando.

Alguns contratos conseguimos recuperar (cópia) solicitando do prestador, mas acreditamos que existam outros que não aparecerão e/ou não existam formalmente, como é o caso do Laboratório de Análises, que simplesmente não existe.

10. Repasses SMS x Conta Judicial

Foi encaminhado ofício á Secretaria Municipal de Saúde com o cronograma mínimo para a manutenção dos serviços das Unidades e cumprimento das obrigações para o mês de Agosto, no entanto, até o presente momento nada foi cumprido, conforme demonstrado:

- 31/07 - 1ª Parcela: R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para pagamento da folha de funcionários de julho/2012 - líquida (sem encargos);

15/08 – 2ª Parcela: R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para pagamento médicos (Coopmed);

20/08 – 3ª Parcela: R$ 1.400.000,00 (Um milhão e quatrocentos mil reais) para pagamento de Fornecedores (abastecimento), prestadores de Serviços e encargos da folha de pagamento de pessoal.

TCE/RN - DE
Fls. 25
Rub
Mat.

O não cumprimento desses repasses poderá comprometer seriamente a manutenção dos serviços, uma vez que encontramos grandes dificuldades na aquisição de produtos e serviços no mercado em face da publicidade da operação Assepsia e da restrição ao crédito pelo CNPJ da associação Marca, não restando outra saída senão a compra à vista.

O saldo atual da conta Judicial é de R$ 540.184,97 (quinhentos e quarenta mil cento e oitenta e quatro reais e noventa e sete centavos).

11. Implantação, implementação e fortalecimento da Vigilância Sanitária Epidemiológica da Influenza

A administração Judicial foi contatado pela Secretaria Municipal de Saúde de Natal para aderir a Implantação, implementação e fortalecimento da Vigilância Sanitária Epidemiológica da Influenza, conforme portaria nº 2.693 de 17 de novembro de 2011 do Ministério da Saúde, para tanto foi realizado na sede da Associação Marca em 09 de agosto de 2012 reunião com os técnicos da SESAP, SMS com o intuito de fazer a implantação na UPA – Pajuçara.

Após a exposição de como funcionaria o projeto foi colocado para os presentes a situação de excepcionalidade que se encontra a Associação Marca frente a Intervenção Judicial.

Nenhum documento oficial convocando para participar do programa foi recebido pela Associação Marca, bem como, foi identificado que a bastante tempo a portaria foi publicada e os recursos estão disponíveis e que somente agora é que se procura a viabilização/implementação do programa, visto que a partir da 2ª quinzena de outubro o ministério da Saúde efetivamente passará a fiscalizar e monitorar a execução.

Constatamos que dois pontos dificultam a implementação do programa: o primeiro é o espaço físico (reorganizar a estrutura) que deverá passar por reforma arquitetônica para atender ás exigências sanitárias e o segundo é que deverá ser confeccionado um aditivo ao contrato da Associação Marca com o Município de Natal, praticamente inviável nesse momento.

TCE/RN - DE
Fls. 26
Rub

Por fim não há, no momento, condições para fazer as adequações em tempo hábil, a não ser que a UPA ceda o espaço físico e o Município fique com o encargo da implantação e implementação do programa em questão.

Atenciosamente,

Marcondes de Souza Diógenes Paiva
Interventor Judicial – Associação Marca/Natal

TCE/RN - DE
Fls. 27
Rub

Marcondes Diógenes Paiva

De: Igor Couto da Cruz <igorccruz@globo.com>
Enviado em: quarta-feira, 8 de agosto de 2012 19:13
Para: Luna Advogados Associados; Marcondes Diógenes Paiva
Assunto: Re: NORMALIZAÇÃO CONTRATO LABORATÓRIO - NATAL-RN

Status do sinalizador: Sinalizada

Dr Marcondes,

Meu intuito e colaborar. E estou sendo transparente em minhas informações. Assim, respondo sua questões abaixo.

Abraços

Em 8 de agosto de 2012 16:04, Marcondes Diógenes Paiva <marcondesdiogenes.adv@gmail.com escreveu:

E afinal quem é o dono?

-- **Dr Marcondes, o Dr Eduardo Schmidt é o representante destes laboratórios e poderá responder quem são os donos dos laboratorios Zona Sul e Nucleos.**

Desde o início você se portou como se fosse o responsável (dono/diretor),

-- **Sim, responsável pelos processos e os funcionário me respeitam como tal devido as orientações dadas em suas atividade, não como dono.**

ademais as informações prestadas pelo Sr. Gilson e pelo Sr. Fenando dão conta de que o responsável pelo Laboratório era o senhor. Em nenhum momento o senhor se eximiu da responsabilidade, inclusive se comprometendo em entregar os resultados e a documentação. Quem é o responsável no momento pelo laboratório da UPA?

-- **O responsável legal é o Gilson, que incluso estava providenciando responsabilidade técnica e sempre atuou como responsável. A administração dos Labs Zona Sul e Núcleos (folha, pagamentos, contas...) é feito pala Sra. Flavia e Gisele Brum na Salute Sociale localizado na Barra da tijuca-RJ**

Qual o seu papel?

-- **Como lhe mandei no outro e-mail, hoje com a intimação extra-judicial, sou responsável pelos processos técnicos da ACI. Esta foi abordada pelos laboratórios em questão para absorver sua demanda.**

Sou empregado e não possuo participação acionária em nenhuma das empresa citadas. Meu papel foi o de orientar na montagem de infraestrutura local para ampliação das atividade na região visto que naquele momento a ACI tinha interesse comercial.

Qual a sua responsabilidade?

TCE/RN DE
Fls. 28
Rub.

--- **Foi de minha responsabilidade orientar e operacionalizar os profissionalmente as atividades destes laboratórios no período relativo ao interesse comercial da ACI que já foram encerrados. Não sou responsável técnico ou administrativo destas empresas.**

O senhor pode nos esclarecer?

Re-transmito meu relato:

Venho pela presente trazer a Vossa Senhoria o conhecimento de uma notificação extra judicial encaminhada ao Laboratório Núcleo que pertence ao mesmo grupo econômico que o Laboratório Zona Sul. Nesta, damos conta da desistência por parte de nossa empresa, a ACI serviços médicos de participar de futuras operações comerciais, haja visto os inúmeros problemas que dificultam a possibilidade de nossa participação.

Sou funcionário da ACI com função de direção de processos técnica-operacionais.

Outrossim, coloco-me a disposição de vossa senhoria para posterior esclarecimentos.

Em copia, coloco o Dr Jayme que é o advogado da ACI Serviços Médicos que poder lhe suprir de informações complementares.

Lembro que todas as Unidades estão proibidas de receber qualquer documentação/resultados diretamente do laboratório, devendo ser encaminhada a minha pessoa no escritório local da Associação Marca.

-- **Todos os laudos pendentes serão entregues ao Sr na Marca de Natal.**

Igor Couto da cruz

Atenciosamente,

>> Marcondes Diógenes Paiva
>>
>> OAB|RN 8868
>>
>> Diógenes & Silva – Advogados
>>
>> Rua Romualdo Galvão, 911, Tirol, 59.056-100, 1° Andar
>>
>> Natal/RN
>>
>> 84 3211 6492
>>

TCE/RN - DE
Fls. 27
Rub
Mat

>> 84 9134 4652
>>
>>
>
>>
>>
>> Em 8 de agosto de 2012 15:03, Marcondes Diógenes Paiva <marcondesdiogenes.adv@gmail.com> escreveu:
>>
>> Prezado Senhor Igor, boa tarde,
>>
>>
>>
>> Como é do vosso conhecimento, estamos aguardando o envio da documentação do Laboratório de Análises Clínicas solicitado no início da Intervenção Judicial em face da Associação Marca – Natal. Também até momento, não foi apresentada nenhuma justificativa a respeito dos exames que não foram entregues.
>>
>> Segue abaixo trecho do relatório entregue ao Juízo da 5ª Vara da Fazenda Publica da Comarca de Natal (Processo nº 0803701-81.2012.8.20.0001), datado de 27 de julho de 2012.
>>
>> In verbis:
>>
>> a. Laboratório ACI/Laborsul (Laboratório Zona Sul) e/ou Núcleo de Diagnósticos Ltda.
>>
>> Inicialmente se faz necessário esclarecer que há uma confusão de nomes (Laboratório ACI/Laborsul - Laboratório Zona Sul e/ou Núcleo de Diagnósticos Ltda.). Tal fato se dá pela não apresentação de documentação constitutiva do laboratório e nas entrevistas com o Gerente Administrativo, o Sr. Fernando Muccillo, com o Bioquímico Gilson Marques Teodoro e com o próprio dono do laboratório, o Sr. Igor Couto da Cruz, estes falaram nos nomes dos três laboratórios sem esclarecerem quem é quem (Rio de Janeiro: Laboratório ACI, Natal: Laborsul – Laboratório Zona Sul e no Resultado do Exame Núcleo de Diagnósticos Ltda.).
>>
>> Logo no princípio da Intervenção Judicial, o Laboratório de análises clínicas - Laboratório Zona Sul/ ACI Serviços médicos e/ou Núcleo de Diagnósticos Ltda., se comprometeu em apresentar a documentação constitutiva, licenças de funcionamento (Covisa), Registro no Conselho Regional de Farmácia, contrato de prestação de Serviços com a Associação Marca para Promoção de Serviços e, relatório detalhado de como era realizado o processo de coleta e envio das amostras para o laboratório no Rio de Janeiro; ato que não se concretizou, apesar de inúmeras promessas feitas pelo Sr. Igor Couto da Cruz, diretor do Laboratório ACI Serviços Médicos (RJ).
>>
>> Um fato que chama a atenção é que os exames dos pacientes atendidos nas AME'S são feitos no Rio de Janeiro. As amostras aqui coletadas são enviadas diariamente por via aérea (TAM), o que põe em questão a viabilidade econômica do contrato e a qualidade dos resultados, dentre outras questões de ordem técnica.
>>
>> Os exames da UPA Pajuçara são feitos dentro da própria unidade aqui em Natal.
>>
>> Como já citado, até a presente data nenhuma documentação foi apresentada e resta pendente de resultados uma quantidade elevadíssima de exames, ou seja, foi realizada a coleta e não foram entregues os resultados dos mesmos; veja-se o atual quadro de pacientes sem resposta de seus exames: AME Planalto: 292 pacientes; AME Brasília Teimosa: 852 pacientes; AME Nova Natal: 953 pacientes, totalizando 2.097 pacientes (14.679 exames), o que fatalmente irá comprometer o cumprimento das metas das Unidades, além de expor a risco a saúde dos usuários que buscaram a assistência médica em tais unidades de saúde.
>>

TCE/RN - DE
Fls. 30

>> Diante das graves irregularidades concernentes á documentação e a não entrega dos resultados dos exames de 2.097 pacientes, entramos em contato por telefone com o Senhor Sr. Igor (proprietário R.I) e o comuniquei que a partir de 27 de julho de 2012 o Laboratório ACI/Laborasul não mais realizaria exames laboratoriais para as AME's e que a permanência do contrato ("verbal") da UPA será avaliado nos próximos dias conjuntamente com o Ministério Público, dada a cautela exigida, uma vez que o serviço é de urgência e emergência, funcionando 24 horas.
>>
>> Diante do quadro acima citado, a administração judicial entrou em contato com o Laboratório de Análises Clinicas Dr. Paulo Gurgel, pois este já operou anteriormente nas unidades, ficando acordado que reassumirá todos os trabalhos nas mesmas para que não haja descontinuidade dos serviços à população.
>>
>> O Laboratório de Análises Clínicas Dr. Paulo Gurgel se comprometeu em manter os mesmos preços praticados no suposto "contrato" das AME's (Tabela SUS + 12%), numa média de 18.000 exames/mês.
>>
>> No caso da UPA o valor do "contrato" com o Laboratório ACI (informações verbais do Sr. Igor) é de R$ 33.000,00 por 4.500 exames/mês e o excedente aplica-se tabela SUS + 12% (média: 8.500 exames/mês).
>>
>> Em face da gravidade da situação aqui relatada, em 27/07/2012, foi enviado à Covisa e ao Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Norte, requerimento solicitando a instauração de procedimento administrativo com vistas a apuração das supostas irregularidades em face do Laboratório Zona Sul/ ACI Serviços médicos e/ou Núcleo de Diagnósticos Ltda."
>>
>>
>>
>> Mesmo diante das providências já tomadas continuamos aguardando a regularização, mesmo porque o laboratório continua em funcionamento na UPA PAJUÇARA.
>>
>>
>>
>>
>>
>> Atenciosamente,
>>
>>
>>
>>
>>
>> Marcondes Diógenes Paiva
>>
>> OAB|RN 8868
>>
>> Diógenes & Silva – Advogados
>>
>> Rua Romualdo Galvão, 911, Tirol, 59.056-100, 1° Andar
>>
>> Natal/RN
>>
>> 84 3211 6492
>>
>> 84 9134 4652
>>
>>
>>
>> De: Igor Couto da Cruz [mailto:igorccruz@globo.com]

TCE/RN - DE
Fls. 31
Rub
Mat

>> Enviada em: segunda-feira, 23 de julho de 2012 12:20
>> Para: Eduardo Schmidt; Gisele Brum; marcondesdiogenes.adv@gmail.com
>> Cc: JAYME oul; Luna Advogados Associados
>> Assunto: NORMALIZAÇÃO CONTRATO LABORATÓRIO - NATAL-RN
>>
>>
>>
>> Caro Dr. Marcondes,
>>
>>
>>
>> Bom Dia,
>>
>>
>>
>> Como Conversamos na sexta, passei sua solicitação para a Marca no Rio.
>>
>> Informei da necessidade de normalizar a parte contratual com o Laboratório Zona sul que é a empresa local - com urgencia !. Visto que o o Lab. Núcleos da suporte operacional no Rio.
>>
>> Assim, estou no aguardo da Sra. Gisele Brum(21-9370-9768) e o Dr. Eduardo (21-7122-5608)- em copia no e-mail, que são os responsáveis da Salute Sociale/Marca-Rio.
>>
>> Como somos o prestador de serviço, não temos acesso nem gerencia sobre esta decisões.
>>
>> Aguardamos o andamento para reenvio de proposta comercial e finalização da parte contratual, se este for o interesse da contratante.
>>
>>
>>
>> A equipe esta empenhada na normalização da transmissão dos resultados de modo a por em dias a operação.
>>
>>
>>
>> Continuamos a disposição,
>>
>>
>>
>> --
>> Igor Couto da Cruz
>>
>>
>>
>>
>>
>> --
>> Igor Couto da Cruz
>
>
>
>
> --
> Igor Couto da Cruz

TCE/RN - DE
Fls. 32
Rub
Mat

--
Igor Couto da Cruz

TCE/RN - DE
Fls. 33
Rub
Mat

Natal, 03 de agosto de 2012.

Ilmos. Srs. Drs.
Danton Oliveira Novaes
Francisca de Assis da Silva
Diretores Médicos da Associação Marca para Promoção de Serviços

A Associação Marca para Promoção de Serviços, por intermédio do seu Interventor Judicial, situada na Avenida Hermes da Fonseca nº 384, 1º andar, salas 01 a 06, Petrópolis, CEP 59.020-000, vem à presença de suas Senhorias expor e requisitar o que segue:

Considerando, a decisão proferida nos autos da Ação Cautelar Incidental 0803701-81.2012.8.20.0001, distribuída por dependência aos autos da Ação Civil Pública nº 0023766-04.2010.8.20.0001, que decretou a intervenção judicial na Associação, em especial no que tange a gestão da UPA Pajuçara e Ambulatórios Médicos Especializados – AMES, unidades públicas de saúde do Município de Natal/RN, passando estas a serem administradas por interventor judicial;

Considerando, as irregularidades detectadas em face do Laboratório ACI/Laborsul (Laboratório Zona Sul) e/ou Núcleo de Diagnósticos Ltda, junto as AME's;

Considerando, que não foram apresentados protocolos e/ou procedimentos documentados que garanta a segurança, confiabilidade, viabilidade e estabilidade das amostras analisadas, além de um quantidade elevadíssima de pacientes aguardando resultado atendidos na AME Brasília Teimosa, AME Planalto e AME Nova Natal.

Considerando, que em reunião realizada na Secretaria Municipal de Saúde de Natal no ultimo dia 02 do presente mês às 15:00 horas, com a presença do Ministério público da Saúde, Procuradoria geral do Município de Natal, Secretaria Municipal de Planejamento e a própria Secretaria Municipal de Saúde de Natal,

Ciente 06/8/12
Danton Novaes

Ciente 06/8/12.
10 hs.

TCE/RN - DE
Fls. 34
Rub.
Mat.

ficou acordado que a ASSOCIAÇÂO MARCA realizará levantamento completo de todos os pacientes que tiveram material coletado pelo Laboratório com ou sem resultados, e em seguida se realizará uma busca ativa dos pacientes para a realização de novos exames.

Dessa forma, visando garantir a segurança e um controle eficiente diante do caso, fica desde já as Unidades incumbidas de adotarem as seguintes providências:

1. Não receber qualquer resultado ou qualquer documentação do citado Laboratório, devendo ser encaminhado ao escritório local da Associação Marca, na pessoa do Interventor Judicial.

2. Elaborar lista completa dos pacientes atendidos pelo Laboratório identificando os pacientes que receberam e os que não receberam os resultados.

3. Cada Unidade deverá fazer busca ativa, ou seja, contatar todos os pacientes e convidá-los para comparecer à Unidade para refazer os exames.

4. Elaborar cronograma de atendimento de forma diferenciada e em paralelo ao atendimento de rotina com o objetivo de não prejudicar a normalidade do atendimento a população.

Cópia para:

Ilma. Sra. Dra.
Iara Maria Pinheiro de Albuquerque
DD. Promotora de Justiça da Saúde.
47ª Promotoria de Defesa dos Direitos da Saúde

Atenciosamente,

Marcondes de Souza Diógenes Paiva
Interventor Judicial – Associação Marca/Natal

LABORATÓRIO
DNA Center

TCE/RN - DE
Fls. 35
:: ANÁLISES CLÍNICAS ::
:: BIOLOGIA MOLECULAR ::
Teste de Paternidade :: Doenças Infecciosas :: Distúrbios Genéticos

Natal, 06 de agosto de 2012.

Do: Laboratório DNA Center
Ofício de N° 015/2012

Ao Ilmo. Sr. Dr. Marcondes Paiva
Interventor da Associação MARCA

Venho por meio deste, apresentar proposta de preços para realização de Exames Laboratoriais da UPA de Pajuçara.

Levando em consideração que a média mensal de exames realizados nesta unidade são oito mil exames.

Proposta:

- Até 8.000 exames mensais: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais);
- Excedente: tabela SUS + 12%;

Observações:

- Os exames serão realizados na Unidade DNA Center – Matriz, situada à Avenida Afonso Pena, 952, Tirol, Natal – RN (lateral da casa de Saúde São Lucas);
- Os exames serão liberados uma hora após a chegada do material biológico nesta unidade;
- As coletas serão de responsabilidade da empresa contratante, e os materiais para as coletas serão de responsabilidade da empresa contratada;
- Os relatório de exames realizados serão emitidos no quinto dia útil do mês subsequente, juntamente com a nota fiscal para efetuar o pagamento.

Aproveito a oportunidade para elevar votos de estima e consideração e reforçar que estamos a Vossa inteira disposição.

Atenciosamente,

Dr. Roberto Chaves de Vasconcelos

DNA Center LTDA.
CNPJ: 03.787.962/0001-20

TCE/RN - DE
Fls. 36
Mat

Marcondes Diógenes Paiva

De: Paulo Gurgel <labpaulogurgel@gmail.com>
Enviado em: segunda-feira, 6 de agosto de 2012 19:48
Para: Marcondes Diógenes Paiva
Assunto: Re: Proposta de prestação de serviços de análises clínicas - UPA PAJUÇARA

Boa noite Dr. Marcondes,

Segue proposta:

O Analises Clinicas Dr. Paulo Gurgel se responsabilizara pela realizacao dos exames colhidos na Upa Pajucara da seguinte forma:
1) Os exames serao realizados durante as 24 hs na Matriz, localizada na R: Jundiai, 648, Tirol, com prazo de entrega media de 1 hora e 30 minutos.
2) Os materiais serao encaminhados a Matriz pela Empresa Expresso Moto Cooperativa.
3) Todos os materiais p/ coleta e realizacao dos exames sera de responsabilidade do Analises Clinicas Dr. Paulo Gurgel bem como todos os equipamentos p/ realizacao dos mesmos.
4) O Analises Clinicas se encarregara de colocar um computador c/ internet para que os exames sejam entregues com maior rapidez.
5) Sera realizado 8.000 exame/mes, onde ao ultrapassar essa quantidade o contratante pagara ao Analises Clinicas Dr. Paulo Gurgel o valor correspondente pela tabela Sus acrescido de 12%.

Obs) A coleta dos exames sera de responsabilidade da Contratante, onde os funcionarios receberao treinamento p/ manuseiar o sistema colocado pelo Analises Clinicas Dr. Paulo Gurgel.

Valor da proposta : R$ 33.000,00 (Trinta e Tres Mil Reais).

Atenciosamente,

Paulo Gurgel

Em 6 de agosto de 2012 14:56, Marcondes Diógenes Paiva <marcondesdiogenes.adv@gmail.com> escreveu:

Prezado Dr. Paulo, boa tarde,

Solicito proposta para prestação de Serviços de Análises Clínicas para UPA Pajuçara:

1. Atendimento 24 horas sete dias por semana.
2. Coleta realizada pelo corpo técnica da Unidade
3. Transporte e logística de responsabilidade da Contratada
4. Equipamentos e insumos pela contratada
5. Média de exames por mês: 8.000 (oito mil)

TCE/RN - DE
Fls. 37
Rub
Mat

Marcondes Diógenes Paiva

OAB|RN 8868

Diógenes & Silva – Advogados

Rua Romualdo Galvão, 911, Tirol, 59.056-100, 1° Andar

Natal/RN

84 3211 6492

84 9134 4652

6.

interfort® segurança

INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA
04.008.185/0001-31
Rua Des. Sinval Moreira Dias 1712 | Nova Descoberta | Natal-RN
59075-340 | relacionamento@interfort.com.br
www.interfort.com.br | @interfort
Tel/Fax: 84 4006-9300 | 84 4006-9304

TC RN - DE
Fl. 37

Natal/RN, Quarta-feira, 08 de agosto de 2012.

À
ASSOCIAÇÃO A MARCA

Assunto: Proposta Comercial de Vigilância

Senhor (a):

A **INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº **04.008.185/0001-31**, estabelecida na Rua Desembargador Sinval Moreira Dias, 1712, Bairro Nova Descoberta, Natal/RN, vem, por meio deste, descrever em quadro informativo abaixo, valores pendentes por serviços prestador de: Segurança Armada e Desarmada (Diurno/Noturno)

1. Objeto - Alteração nas categorias de vigilância de Armado para Desarmado nos contratos nº 002/2010 e nº 003/2010.

2. Tabela de Preço

ITEM	SERVIÇOS	Vlr UNIT. MENSAL (1)	Qntd. de POSTOS (2)	Vlr. TOTAL MENSAL (3)=(1 x 2)	Vlr. TOTAL GLOBAL (4)=(3 x 12M)
1	Contratro nº 003/2010 - Posto de Vigilância humana desarmado 24 (vinte quatro) horas, de segunda-feira à domingo. **(UPA)**	R$ 8.621,52	2	R$ 17.243,04	R$ 206.916,48
2	Contratro nº 002/2010 - Posto de Vigilância humana desarmado 24 (vinte quatro) horas, de segunda-feira à domingo. **(AME)**	R$ 8.621,52	3	R$ 25.864,56	R$ 310.374,72
Valor Total MÊS => (Quarenta e três mil cento e sete reais e sessenta centavos)					R$ 43.107,60
Valor Total GLOBAL do Contrato 12(doze) meses => (Quinhentos e dezessete mil duzentos e noventa e um reais e vinte centavos)					R$ 517.291,20

3. O prazo de validade desta proposta é de **30 (trinta) dias**, contados da sua apresentação.

4. O prazo para início dos serviços será de imediato, mediante autorização expressa de V.S.as, ou da celebração do instrumento de contrato, com vigência para 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de 12 (doze) meses.

5. Todos os custos diretos e indiretos decorrentes da efetiva prestação dos serviços serão de nossa inteira e exclusiva responsabilidade.

6. Indicamos a conta-corrente **88055-8**, da agência **0022-1** do Banco do Brasil S/A.

7. Indicamos como representante legal, a **Sr. Luiz Antonio Rech**, brasileiro, casado, Gerente Comercial, residente na Rua das Algarobas, 1850 - Ap. 201/B Pitimbu Natal/RN, RG 6.022.457.581 SSP/RS e CPF/MF 173.567.500-82, atual Procurador.

Atenciosamente,

Luiz Antonio Rech
Gerente Comercial

URBANO
SEGURANÇA PRIVADA

TCE/RN - DE
Fls. 38
Rub.
Mat.

Á
Associação Marca
Att.: Dr. Marcondes
(84) 9134-4652

Prezado Senhor,

A URBANO SEGURANÇA DE VALORES LTDA, Autorizada pelo Ministério da Justiça, sito à nesta capital, inscrita no CNPJ: nº 04.562.527/0001-60, vem mui respeitosamente apresentar proposta para Prestação de Serviços Segurança.

I – **OBJETIVO**

Prestação de serviço terceirizado de Segurança.

---

05 Postos de Vigilância 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas

ARMADA
Valor Unitário = R$ 11.955,00
Valor mensal = R$ 59.775,00 (Cinquenta e nove mil setecentos e setenta e cinco reais)

DESARMADA
Valor Unitário = R$ 9.380,00
Valor mensal = R$ 46.900,00(Quarenta e seis mil e novecentos reais.)

II - **RESPONSABILIDADES:**

- Cumprir todas as obrigações trabalhistas e sociais;
- Fardamento Completo;
- Vale Transporte;
- Reserva técnica para eventuais faltas Seguro de vida e invalidez permanente;
- Colocar profissionais altamente qualificados e treinados.
- Substituições sempre que for necessário, ou por solicitação do cliente.

III – ALGUNS CLIENTES:

Carrefour , Concessionárias Chevrolet, Makro S.A, Autobraz Fiat, Toyolex.

IV- OS VIGILANTES

Os nossos vigilantes têm o curso de Formação e Reciclagem em escolas profissionais devidamente autorizadas pelo Ministério da Justiça.

V – REAJUSTE DE CONTRATO:

*reajustados de acordo com aumento da categoria na sua data/base –

VI - DATA E VALIDADE DA PROPOSTA:

* 06?08/2012, 30 (Trinta) dias.

Atenciosamente,

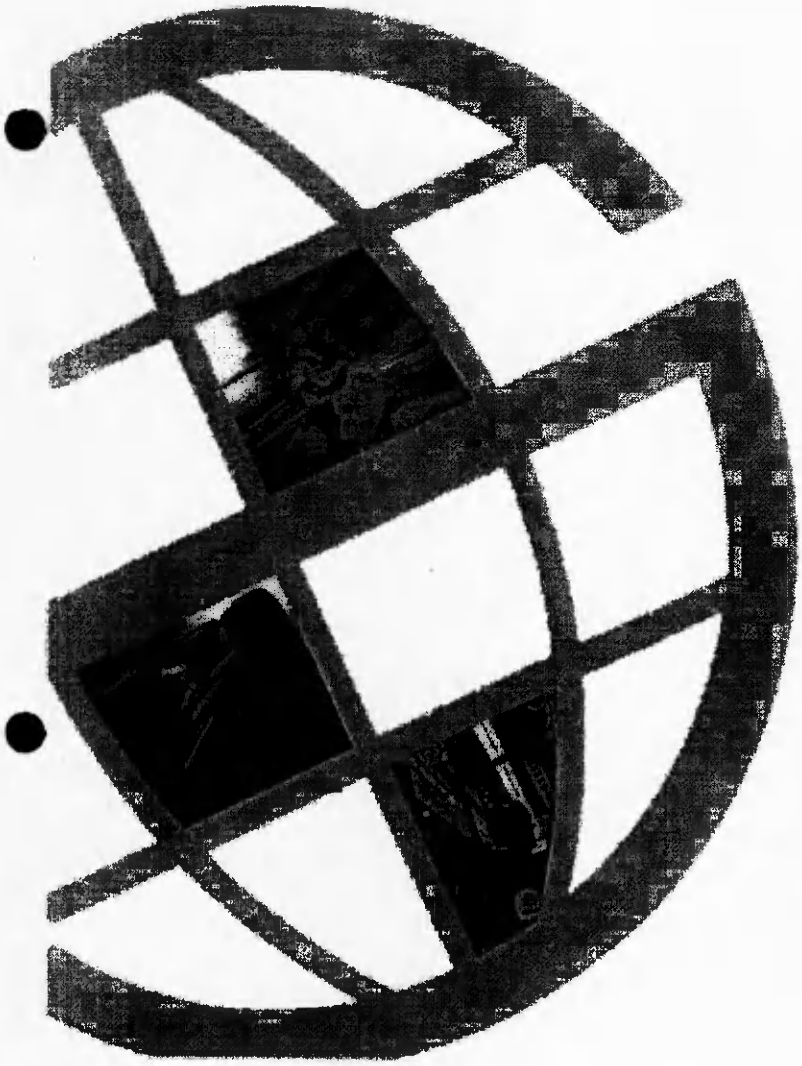
Ricardo U. Ferreira
(84) 3202-6997
(84) 9401-8812

NORDESTE PROSEGUR

TCE/RN - DE
FL. 39
RUB.
MAT.

ASSOCIAÇÃO MARCA

PROPOSTA COMERCIAL



Revisão 06 de agosto de 2012
Av. Afonso Pena, 1220 - CEP 59020-265 – Natal – RN | Tel.: 84-4006-4328 | Fax: 84-4006-4302.
www.prosegur.com.br

TCE/RN - DE
Fls. 40
Rub.
Mat.

Carta Proposta nº 140/2012

Natal, 06 de Agosto de 2012.

A Sr. **Marcondes Diógenes**
Telefone: (84) 9134-4652

SERVIÇO DE VIGILÂNCIA

Encaminhamos a Proposta Comercial, da PROSEGUR / NORDESTE SEGURANÇA RN, referenciada neste documento como PROSEGUR/NORDESTE, para o cliente Associação Marca.
Este documento fornece as informações comerciais dos serviços de VIGILANCIA, solicitados pela Sr. Marcondes Diógenes.

Certos de termos atendido às suas expectativas e desde já ficamos à sua disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Atenciosamente,

Rosa de Lima

Analista Comercial/RN

TCE/RN - DE
Fls. 41
Rub.
Mat.

ÍNDICE

1. Objetivo....4
2. Especificações do Serviço....4
3. Abrangência do Serviço....4
4. Benefícios....5
5. Recursos Humanos – Diferenciais....5
6. Procedimentos na Execução dos Serviços....5
7. Proposta Comercial....6
8. Pagamento de Serviços Extraordinários....7
9. Intervalo de Refeição....7
10. Reajuste do Contrato....7
11. Condições de Pagamento....7
12. Validade da Proposta....8
13. Da implantação dos serviços....8
14. Contratação de serviços complementares....8
15. Serviços adicionais efetivos / extraordinários....8
16. Considerações finais....9
17. Termo de aceite....10

1 – OBJETIVO

1.1 A presente proposta tem como objetivo a prestação de serviços de **VIGILANCIA**, para as instalações desta empresa.

1.2 Os vigilantes quando em serviço de segurança patrimonial, devem exercer suas atividades no interior do estabelecimento vigiado, sendo proibida a permanência desses profissionais em calçadas, vias públicas, praças, etc., (armados ou desarmados). Normativa da Polícia Federal.

2 – ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO

2.1 Os serviços em questão serão prestados nas unidades dessa empresa, visando prevenir a ocorrência de fatos que atentem contra o seu patrimônio.

2.2 Para os serviços a serem prestados, estamos considerando a utilização de equipamentos, ferramentas auxiliares e outros acessórios de acordo com o escopo da operação **determinado pelo cliente**.

2.3 Os serviços serão regulamentados pela PASTA DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS - POS, cujas atribuições serão estabelecidas e catalogadas segundo a dinâmica ditada pela necessidade dos serviços com sua efetiva implantação e de comum acordo com o Cliente.

3 – ABRANGÊNCIAS DO SERVIÇO

O serviço orçado e o preço indicado incluem:

- Os meios necessários à prestação básica dos serviços;
- Inspeções periódicas realizadas pelo setor operacional da Prosegur/Nordeste;
- Instruções periódicas de capacitação e especialização para cada posto de trabalho;

- Atendimento, comercial e operacional, visando manter a qualidade dos serviços prestados, buscando agregar novos valores ao negócio.

4 – BENEFÍCIOS

- Reciclagem periódica em concordância com a legislação vigente;
- Seguro de vida em grupo;
- Vale transporte;
- Vale alimentação - conforme CCT da Categoria
- Uniforme padrão.

5 – RECURSOS HUMANOS - DIFERENCIAIS

- Rigoroso processo de recrutamento e seleção visando garantir a qualidade dos serviços prestados;
- Treinamentos para capacitação profissional (procedimentos operacionais e segurança);
- Adequação do homem ao posto de trabalho, obedecendo às atividades previamente determinadas (controle de acesso, atendimento ao cliente, outros);
- Programa de integração do homem à Prosegur/Nordeste (apresentação da empresa, comunicação, operações, regras de conduta e ética profissional).

6 – PROCEDIMENTOS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 Todas as solicitações de clientes para substituição do profissional em postos de serviços, deverá ser previamente discutida entre as partes e, se devido, solicitado pelo cliente através de documento formal, tendo a Prosegur/Nordeste um prazo mínimo de 15 (quinze) dias para realizar a substituição.

6.2 Toda e qualquer alteração nos procedimentos e atividades dos colaboradores em seus postos de trabalho sejam por demanda do cliente ou

posicionamento da Prosegur/Nordeste, devem ser previamente discutidas entre as partes e, se devido, formalizadas pelo requerente, com aprovação mutua.

6.3 Cabe à Prosegur/Nordeste e ao cliente seguir os procedimentos determinados para cada um dos postos de trabalho a serem implantados, de acordo com o documento PASTA DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS – POS, citado no capítulo 2 desta proposta.

6.4 Cabe à Prosegur/Nordeste a responsabilidade única e exclusiva dos funcionários a serem alocados aos postos de serviços citados nesta proposta.

7 – PROPOSTA COMERCIAL

***QUADRO DEMONSTRATIVO DE PREÇOS**

ASSOCIAÇÃO MARCA						
QUANTIDADE DE POSTOS	DESCRIÇÃO DOS POSTOS	EFETIVO	ESCALA	HORÁRIO DE EXECUÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
05	Postos de Vigilância desarmado de 24hs , todos os dias.	20	12x36	06:00 às 06:00	R$ 8.755,60	R$ 43.778,00
05	Postos de Vigilância Armado de 24hs , todos os dias.	20	12x36	06:00 às 06:00	R$ 11.201,78	R$ 56.008,90

OBSERVAÇÕES:
- Os preços constantes nesta proposta são de acordo com a solicitação feita pela Associação Marca.
- Os reajustes de preços obedecerão a data base da categoria e de acordo com a Convenção Coletiva do RN onde serão prestados os serviços.
- Ano base dos preços propostos:- 2012 / Ano base para reajustes:- 2013.
- Não contempla Periculosidade nem Insalubridade. o adicional desses riscos será Incluído após analise feita posterior à aceitação da proposta.

PARA UMA MELHOR EXECUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA, SERÁ NECESSÁRIO A REALIZAÇÃO DE UMA VISTORIA TÉCNICA. O QUE PODERÁ SOFRER ALTERAÇÕES DAS INFORMAÇÕES ACIMA CITADAS.

✓ **Conforme declara o item 1.2, o descumprimento da norma é passível de notificação para a Contratada e a Contratante.**

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

De acordo com a necessidade do posto de trabalho e/ou indicação em edital passível de alteração por recomendação de laudo complementar resultante de análise feita pelo SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho).

- **KIT'S UNIFORME VIGILANTE MASCULINO**
- **LIVROS DE OCORRÊNCIA**
- **CAPAS DE CHUVAS**
- **KIT MUNIÇÃO**
- **LANTERNA**

8 – PAGAMENTOS DE SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

8.1 Serviços extraordinários serão calculados conforme especificação abaixo:

- **Acréscimo de 50% no valor da hora/homem**

8.2 E, extensão da hora será calculada conforme especificação abaixo:

- **Acréscimo de 50% no valor da hora/homem ou conforme as CCT**

9 – INTERVALOS PARA REFEIÇÃO

Os colaboradores da Prosegur/Nordeste deverão dispor de intervalo para repouso / refeição de **15 (minutos)** minutos.

10 – REAJUSTES DO CONTRATO

10.1 O contrato será reajustado na data-base da categoria, **de conformidade com o estado RN.**

10.2 Os preços praticados sofrerão reajuste de acordo com o dissídio, acordo ou convenção coletiva, política salarial do governo ou qualquer alteração da categoria profissional dos vigilantes.

10.3 Caso a convenção coletiva seja homologada em data posterior à data-base da categoria, os valores a serem cobrados sofrerão o reajuste de forma retroativa.

11 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 Vencimentos da Fatura: **5º (quinto)** dia útil do mês subseqüente a prestação dos serviços.

11.2 Todas alteração de prazo implica na aplicação de despesa financeira a ser calculada e informada oportunamente.

12 – VALIDADE DA PROPOSTA

A presente proposta tem validade de **15 (quinze)** dias a contar da data de emissão.

13 – DA IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1 O prazo determinado para início das atividades será de **15 (quinze)** dias a contar da assinatura do contrato pelo cliente.

13.2 Caso o prazo previsto seja inferior ao padrão, esta solicitação deverá ser analisada pelo Departamento de Operações da **Prosegur/Nordeste**.

14 – CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES

Diante da demanda relativa à necessidade de serviços complementares, envolvendo sistemas eletrônicos e monitoramento, a Prosegur/Nordeste solicita especial atenção para o agendamento de visita técnica ao local da prestação de

TCE/RN - DE
Fls. 47
Rub.

serviços, com os objetivos de propor as melhores soluções técnicas, serviço a ser executado pela Prosegur Tecnologia Sistemas de Segurança e Incêndio Ltda/ Nordeste Eletônica.

15 – SERVIÇOS ADICIONAIS EFETIVOS / EXTRAORDINÁRIOS

15.1 As solicitações de ampliação de postos efetivos deverão acontecer por escrito e com antecedência mínima de **30 (trinta)** dias.

15.2 Os pedidos de ampliação e/ou redução de serviços esporádicos deverão acontecer com antecedência mínima de **48 (quarenta e oito)** horas da data prevista de implantação de modo que as práticas operacionais não sofram prejuízo.

16 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Prosegur/Nordeste encaminhará minuta de contrato para análise prévia e aprovação, cujos termos contemplam todas as condições acordadas entre as partes, objeto de concordância aos termos constantes nesta proposta ou decorrentes de negociações posteriores.

Atenciosamente,

Flávia Fernandes
Coordenadora Comercial/RN

Rosa de Lima
Analista Comercial/RN
rosa.lima@prosegur.com / 9189-2414

Nordeste Segurança de Valores RN LTDA
Prosegur Brasil S/A

Carta Proposta nº 140/2012

17.– TERMO DE ACEITE

Servimo-nos desta para aprovar as condições comerciais contidas nesta proposta comercial, apresentada por esta empresa.

01-DADOS PARA FATURAMENTO

Razão Social /Nome: _____

Nome Fantasia: _____

Endereço: _____

E-mail para emissão da NF eletrônica: _____

Ponto de Ref. _____ **CEP.** _____

CNPJ/CPF. _____ **I.E / RG.** _____

Fone: _____ **Fax.** _____

Contato: _____ **Aniv.** ____/____ **Cargo:** _____

Cliente é Optante do Simples: _____ **Sim** _____ **Não**

02-DADOS DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Endereço: _____

Ponto de Ref. _____ **CEP.** _____

02-DADOS DOS REPRESENTANTES LEGAL

Nome: _____

Endereço: _____ **CEP.** _____

CPF. _____ **RG.** _____

Fone: _____ **Fax.** _____

- **O endereço p/ correspondência é o mesmo do faturamento?** _____

Nome, cargo, carimbo e assinatura do responsável.

____/____/____

A MARCA

Associação *MARCA* para Promoção de Serviços

TCE/RN - DE
Fls. 49
Rub.
Mat.

Natal, 01 de Agosto de 2012

Ofício 076/2012

À
Dr. MARCONDES DIÓGENES
INTERVENTOR JUDICIAL DA ASSOCIAÇÃO MARCA
Assunto: Solicitação da devolução do computador da Superintendência.

Venho através deste, solicitar a devolução do computador da Superintendência. O mesmo foi apreendido e encontra-se em poder do Ministério Público desde o dia 27 de Junho de 2012. Ressalto que essa máquina é de suma importância para o andamento burocrático desta Associação, pois alguns dados complementares das Prestação de Contas, que são encaminhadas mensalmente à Secretaria Municipal de Saúde, encontram-se unicamente no computador apreendido, o que nos causa transtornos e até mesmo demora na entrega dessa documentação à SMS.

Atenciosamente,

Samilli Cruz e Silva

SAMILLI CRUZ E SILVA
Auxiliar Administrativo

Av Hermes da Fonseca, Nº384 – Petrópolis – Natal – RN
CNPJ: 05.791.879/0004-01

TCE/RN - DE
Fls. 50
Rub.
Mat.

Planilha de débito da associação marca com a G&J.

NOTA	MÊS	SERVIÇO	VALOR
203	ABRIL	MANUTENÇÃO ELÉTRICA, HIDRAÚLICA, PINTURA E PARTE DE PEDREIRO NAS UNIDADES DE SAÚDE AME (PLANALTO, BRASÍLIA TEIMOSA E NOVA NATAL).	5.890,00
204	ABRIL	MANUTENÇÃO DE LAVAGEM E DESINFECÇÃO DOS RESERVATÓRIOS SUPERIORES E INFERIORES DAS UNIDADES DE SAÚDE AME (PLANALTO, NOVA NATAL E BRASÍLIA TEIMOSA).	330,00
208	MAIO	MANUTENÇÃO DOS 04 (quatro) COMPRESSORES INCLUINDO TROCA DE ÓLEO, CORRÊIA, CENTRALIZAÇÃO NOTA REFERENTE AOS MESES DE FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL E MAIO.	460,00
209	MAIO	MANUTENÇÃO ELÉTRICA, HIDRAÚLICA, PINTURA E PARTE DE PEDREIRO NAS UNIDADES DE SAÚDE AME (PLANALTO, BRASÍLIA TEIMOSA E NOVA NATAL)	5.890,00
212	MAIO	MANUTENÇÃO DE LAVAGEM E DESINFECÇÃO DOS RESERVATÓRIOS SUPERIORES E INFERIORES DAS UNIDADES DE SAÚDE AME (PLANALTO, NOVA NATAL E BRASÍLIA TEIMOSA).	330,00
215	MAIO	FRABRICAÇÃO DE METADE DAS PRATELEIRAS DE MADEIRA PARA GUARDAR AS CAIXAS DO ARQUIVO DA UPA, DEIXANDO – AS INSTALADAS, PINTADAS Á PRONTO USO.	550,00
218	JUNHO	MANUTENÇÃO ELÉTRICA, HIDRAÚLICA, PINTURA E PARTE DE PEDREIRO NAS UNIDADES DE SAÚDE AME (PLANALTO, BRASÍLIA TEIMOSA E NOVA NATAL)	5.890,00
219	JUNHO	MANUTENÇÃO DE LAVAGEM E DESINFECÇÃO DOS RESERVATÓRIOS SUPERIORES E INFERIORES DA UNIDADE DE SAÚDE AME (PLANALTO, NOVA NATAL E BRASÍLIA TEIMOSA).	330,00
226	JULHO	MANUTENÇÃO DE LAVAGEM E DESINFECÇÃO DOS RESERVATÓRIOS SUPERIORES E INFERIORES DA UNIDADE DE SAÚDE AME (PLANALTO, NOVA NATAL E BRASÍLIA TEIMOSA).	5.890,00
227	JULHO	MANUTENÇÃO DE LAVAGEM E DESINFECÇÃO DOS RESERVATÓRIOS SUPERIORES E INFERIORES DA UNIDADE DE SAÚDE AME (PLANALTO, NOVA NATAL E BRASÍLIA TEIMOSA).	330,00
		VALORES DO ALÚGUEL DO ARQUIVO UPA REFERENTE AOS MESES JANEIRO/FEVEREIRO/MARÇO/ABRIL/MAIO E JUNHO. FICANDO FECHADO NO DIA 29/12/2011 NO VALOR DE 250,00 01ª CARREGAMENTO DE CAIXAS DIA 25/01/2012.	1.500,00
		VALOR TOTAL:	27.390,00

G e J DEDETIZAÇÃO
Jussimar Alves da Silva
CPF [illegible] 364-52
Sócio

G&JDEDETIZAÇÃO DE PRAGAS LTDA ME

ASSOCIAÇÃO MARCA
Marcondes Diógenes Paiva
Administrador Judicial

07.08.12
17:47

Rua Cel. Auriz Coelho- 1625 - Nova Descoberta – Natal/RN
Cnpj: 08.803.706/0001-01 - Insc. Municipal: 161.509-2
Fone: (84) 3234-6405 / 9990-9390 – E-mail: gejdedetizacao@hotmail.com

TCE/RN - DE
Fls. 51
Rub.
Mat.

aluguel

De: **Marcio Viana Viana** (msviana08@gmail.com)
Enviada: quinta-feira, 29 de dezembro de 2011 00:02:37
Para: Rosi Bravo (rosibravo@gmail.com); Giceli A Marca (a.marca.giceli@gmail.com)
Cc: rosa amarca (rosa.amarca@gmail.com); claudia - ambulancia NATAL(A MARCA) (claudiasouto23@yahoo.com.br); gejdedetizacao@hotmail.com

Prezada Rosi a paz seja contigo !

Fechei com o Jussimar o valor de R$ 250,00 mensal pela locação do espaço que foi vistoriado pela Cláudia, este valor contempla a entrega de qualquer quantidades de caixas que se faça necessário ser disponibilizada para eventual averiguação na UPA.
Cláudia favor providenciar a solicitação de compras com a quantidade de estantes necessárias para atender nossa necessidade inicial e também faça uma previsão de crescimento futuro.
A medida que as caixas estiverem prontas para serem levadas para o arquivo, o Jussimar fará o transporte ficando a cargo da Marca apenas o combustível para o veículo.
A arrumação nas estantes é de responsabilidade dos funcionários da área que gera a documentaçao.
Aos envolvidos diretamente neste processo solicito ações rápidas para resolver o problema que temos na UPA com o excesso de caixas sem a devida acomodação.
Sem mais para o momento, agradeço desde já pela atenção de todos.

Att, Márcio Viana

Departamento de compras
Rio de Janeiro/RJ.
Associação Marca

Prefeitura Municipal do Natal
Secretaria Municipal de Tributação
Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e
Nota Natalense

Nº da Nota: 0000000203	Nº da Substituída:
Data/Hora de Emissão: 28/05/2012 às 15:42:11	Competência: MAI/2012
Código de Verificação: 645796218	Data Prestação Serviço: 28/05/2012

Prestador de Serviços

CNPJ: 08.803.706/0001-01 **Inscrição Municipal:** 161.509-2
Razão Social: G E J DEDETIZACAO DE PRAGAS LTDA ME
Endereço: RUA CORONEL AURIS COELHO, 446, NOVA DESCOBERTA, 59000-000
Município: NATAL **UF:** RN
Telefone: (84) 3234-6405 **E-mail:** gejdedetizacao@hotmail.com

TCE/RN - DE
Fls. 57
Mat.

Tomador de Serviços

Nome/Razão Social: ASSOCIACAO MARCA PARA PROMOCAO DE SERVICOS
CPF/CNPJ: 05.791.879/0004-01 **Inscrição Municipal:** 184.526-8
Endereço: AV HERMES DA FONSECA, 384, SL02, PETROPOLIS, 59020-000
Município: **UF:** RN
Telefone: 8596-4439 **E-mail:** amarca.oscip@ahoo.com.br

Serviços

7.02 - EXECUÇÃO, POR ADMINISTRAÇÃO, EMPREITADA OU SUBEMPREITADA, DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, HIDRÁULICA OU ELÉTRICA E DE OUTRAS OBRAS SEMELHANTES, INCLUSIVE SONDAGEM, PERFURAÇÃO DE POÇOS, ESCAVAÇÃO, DRENAGEM E IRRIGAÇÃO, TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, CONCRETAGEM E A INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE PRODUTOS, PEÇAS E EQUIPAMENTOS (EXCETO O FORNECIMENTO DE MERCADORIAS PRODUZIDAS PELO PRESTADOR DE SERVIÇOS FORA DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, QUE FICA SUJEITO AO ICMS).

Item	Descrição	Quant.	Vlr. Unitário	Valor Total
1	MANUTENÇÃO ELÉTRICA, HIDRAÚLICA, PINTURA E PARTE DE PEDREIRO NAS UNIDADES DE SAÚDE AME PLANALTO, AME BRASÍLIA TEIMOSA E AME NOVA NATAL. NOTA REFERENTE AO MÊS DE ABRIL/2012	1,0000	5.890,00	5.890,00

Valor Total da NFS-e R$: 5.890,00

Deduções (R$)	Base Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R$)	Outras Retenções (R$)
0,00	5.890,00	* **	* **	
INSS (R$)	**IRPJ (R$)**	**CSLL (R$)**	**COFINS (R$)**	**PIS/PASEP (R$)**

Outras Informações

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo SIMPLES NACIONAL. Não gera direito a crédito fiscal de IPI.

Prefeitura Municipal do Natal
Secretaria Municipal de Tributação
Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e
Nota Natalense

Nº da Nota: 0000000204	Nº da Substituída:
Data/Hora de Emissão: 28/05/2012 às 15:47:49	Competência: MAI/2012
Código de Verificação: 226796916	Data Prestação Serviço: 28/05/2012

Prestador de Serviços

CNPJ: 08.803.706/0001-01 **Inscrição Municipal:** 161.509-2

Razão Social: G E J DEDETIZACAO DE PRAGAS LTDA ME

Endereço: RUA CORONEL AURIS COELHO, 446, NOVA DESCOBERTA, 59000-000

Município: NATAL **UF:** RN

Telefone: (84) 3234-6405 **E-mail:** gejdedetizacao@hotmail.com

TCE/RN - DE
Fls. 53
Mat

Tomador de Serviços

Nome/Razão Social: ASSOCIACAO MARCA PARA PROMOCAO DE SERVICOS

CPF/CNPJ: 05.791.879/0004-01 **Inscrição Municipal:** 184.526-8

Endereço: AV HERMES DA FONSECA, 384, SL02, PETROPOLIS, 59020-000

Município: **UF:** RN

Telefone: 8596-4439 **E-mail:** amarca.oscip@ahoo.com.br

Serviços

7.02 - EXECUÇÃO, POR ADMINISTRAÇÃO, EMPREITADA OU SUBEMPREITADA, DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, HIDRÁULICA OU ELÉTRICA E DE OUTRAS OBRAS SEMELHANTES, INCLUSIVE SONDAGEM, PERFURAÇÃO DE POÇOS, ESCAVAÇÃO, DRENAGEM E IRRIGAÇÃO, TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, CONCRETAGEM E A INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE PRODUTOS, PEÇAS E EQUIPAMENTOS (EXCETO O FORNECIMENTO DE MERCADORIAS PRODUZIDAS PELO PRESTADOR DE SERVIÇOS FORA DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, QUE FICA SUJEITO AO ICMS).

Item	Descrição	Quant.	Vlr. Unitário	Valor Total
1	NOTA REFERENTE Á MANUTENÇÃO DE LAVAGEM E DESINFECÇÃO DOS RESERVATORIOS SUPERIORES E INFERIORES DAS UNIDADES DE SAÚDE AME NOVA NATAL, AME BRASÍLIA TEIMOSA E AME PLANALTO COM CASADE APOIO.(NOTA REFERENTE AO MÊS DE ABRIL 2012).	1,0000	330,00	330,00

Valor Total da NFS-e R$: 330,00

Deduções (R$)	Base Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R$)	Outras Retenções (R$)
0,00	330,00	*	*	
INSS (R$)	**IRPJ (R$)**	**CSLL (R$)**	**COFINS (R$)**	**PIS/PASEP (R$)**

Outras Informações

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo SIMPLES NACIONAL. Não gera direito a crédito fiscal de IPI.

Prefeitura Municipal do Natal
Secretaria Municipal de Tributação
Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e
Nota Natalense

N° da Nota: 0000000208	N° da Substituída:
Data/Hora de Emissão: 04/06/2012 às 10:38:12	Competência: JUN/2012
Código de Verificação: 023124365	Data Prestação Serviço: 04/06/2012

Prestador de Serviços

CNPJ: 08.803.706/0001-01 **Inscrição Municipal:** 161.509-2
Razão Social: G E J DEDETIZACAO DE PRAGAS LTDA ME
Endereço: RUA CORONEL AURIS COELHO, 446, NOVA DESCOBERTA, 59000-000
Município: NATAL **UF:** RN
Telefone: (84) 3234-6405 **E-mail:** gejdedetizacao@hotmail.com

TCE/RN - DE
Fls. 04
Mat

Tomador de Serviços

Nome/Razão Social: ASSOCIACAO MARCA PARA PROMOCAO DE SERVICOS
CPF/CNPJ: 05.791.879/0004-01 **Inscrição Municipal:** 184.526-8
Endereço: AV HERMES DA FONSECA, 384, SL02, PETROPOLIS, 59020-000
Município: NATAL **UF:** RN
Telefone: 8596-4439 **E-mail:** amarca.oscip@ahoo.com.br

Serviços

7.02 - EXECUÇÃO, POR ADMINISTRAÇÃO, EMPREITADA OU SUBEMPREITADA, DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, HIDRÁULICA OU ELÉTRICA E DE OUTRAS OBRAS SEMELHANTES, INCLUSIVE SONDAGEM, PERFURAÇÃO DE POÇOS, ESCAVAÇÃO, DRENAGEM E IRRIGAÇÃO, TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, CONCRETAGEM E A INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE PRODUTOS, PEÇAS E EQUIPAMENTOS (EXCETO O FORNECIMENTO DE MERCADORIAS PRODUZIDAS PELO PRESTADOR DE SERVIÇOS FORA DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, QUE FICA SUJEITO AO ICMS).

Item	Descrição	Quant.	Vlr. Unitário	Valor Total
1	MANUTENÇÃO ELÉTRICA, HIDRAÚLICA, PINTURA E PARTE DE PEDREIRO NAS UNIDADES DE SAÚDE AME PLANALTO, AME NOVA NATAL E AME BRASILIA TEIMOSA. NOTA REFERENTE AO MÊS DE MAIO/2012	1,0000	5.890,00	5.890,00

Valor Total da NFS-e R$: 5.890,00

Deduções (R$)	Base Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R$)	Outras Retenções (R$)
0,00	5.890,00	* **	* **	
INSS (R$)	**IRPJ (R$)**	**CSLL (R$)**	**COFINS (R$)**	**PIS/PASEP (R$)**

Outras Informações

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo SIMPLES NACIONAL. Não gera direito a crédito fiscal de IPI.

Prefeitura Municipal do Natal
Secretaria Municipal de Tributação
Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e
Nota Natalense

Nº da Nota: 0000000209	Nº da Substituída:
Data/Hora de Emissão: 04/06/2012 às 10:46:06	Competência: JUN/2012
Código de Verificação: 110445024	Data Prestação Serviço: 04/06/2012

Prestador de Serviços

CNPJ: 08.803.706/0001-01 **Inscrição Municipal:** 161.509-2

Razão Social: G E J DEDETIZACAO DE PRAGAS LTDA ME

Endereço: RUA CORONEL AURIS COELHO, 446, NOVA DESCOBERTA, 59000-000

Município: NATAL **UF:** RN

Telefone: (84) 3234-6405 **E-mail:** gejdedetizacao@hotmail.com

TCE/RN - DE
Fls. 55
Mat

Tomador de Serviços

Nome/Razão Social: ASSOCIACAO MARCA PARA PROMOCAO DE SERVICOS

CPF/CNPJ: 05.791.879/0004-01 **Inscrição Municipal:** 184.526-8

Endereço: AV HERMES DA FONSECA, 384, SL02, PETROPOLIS, 59020-000

Município: **UF:** RN

Telefone: 8596-4439 **E-mail:** amarca.oscip@ahoo.com.br

Serviços

7.02 - EXECUÇÃO, POR ADMINISTRAÇÃO, EMPREITADA OU SUBEMPREITADA, DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, HIDRÁULICA OU ELÉTRICA E DE OUTRAS OBRAS SEMELHANTES, INCLUSIVE SONDAGEM, PERFURAÇÃO DE POÇOS, ESCAVAÇÃO, DRENAGEM E IRRIGAÇÃO, TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, CONCRETAGEM E A INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE PRODUTOS, PEÇAS E EQUIPAMENTOS (EXCETO O FORNECIMENTO DE MERCADORIAS PRODUZIDAS PELO PRESTADOR DE SERVIÇOS FORA DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, QUE FICA SUJEITO AO ICMS).

Item	Descrição	Quant.	Vlr. Unitário	Valor Total
1	MANUTENÇÃO DE LAVAGEM E DESINFECÇÃO DOS RESERVATÓRIOS SUPERIORES E INFERIORES DAS UNIDADES DE SAÚDE AME NOVA NATAL, AME PLANALTO E AME BRASÍLIA TEIMOSA. NOTA REFERENTE AO MÊS DE MAIO/2012.	1,0000	330,00	330,00

Valor Total da NFS-e R$: 330,00

Deduções (R$)	Base Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R$)	Outras Retenções (R$)
0,00	330,00	***	***	
INSS (R$)	**IRPJ (R$)**	**CSLL (R$)**	**COFINS (R$)**	**PIS/PASEP (R$)**

Outras Informações

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo SIMPLES NACIONAL. Não gera direito a crédito fiscal de IPI.

Prefeitura Municipal do Natal
Secretaria Municipal de Tributação
Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e
Nota Natalense

Nº da Nota: 0000000212	Nº da Substituída:
Data/Hora de Emissão: 07/06/2012 às 23:46:57	Competência: JUN/2012
Código de Verificação: 994073752	Data Prestação Serviço: 07/06/2012

Prestador de Serviços

CNPJ: 08.803.706/0001-01 **Inscrição Municipal:** 161.509-2
Razão Social: G E J DEDETIZACAO DE PRAGAS LTDA ME
Endereço: RUA CORONEL AURIS COELHO, 446, NOVA DESCOBERTA 59000-000
Município: NATAL **UF:** RN
Telefone: (84) 3234-6405 **E-mail:** gejdedetizacao@hotmail.com

TCE/RN - DE
Fls. 56
Rub
Mat.

Tomador de Serviços

Nome/Razão Social: ASSOCIACAO MARCA PARA PROMOCAO DE SERVICOS
CPF/CNPJ: 05.791.879/0004-01 **Inscrição Municipal:** 184.526-8
Endereço: AV HERMES DA FONSECA, 384, SL02, PETROPOLIS, 59020-000
Município: NATAL **UF:** RN
Telefone: 8596-4439 **E-mail:** amarca.oscip@ahoo.com.br

Serviços

7.02 - EXECUÇÃO, POR ADMINISTRAÇÃO, EMPREITADA OU SUBEMPREITADA, DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, HIDRÁULICA OU ELÉTRICA E DE OUTRAS OBRAS SEMELHANTES, INCLUSIVE SONDAGEM, PERFURAÇÃO DE POÇOS, ESCAVAÇÃO, DRENAGEM E IRRIGAÇÃO, TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, CONCRETAGEM E A INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE PRODUTOS, PEÇAS E EQUIPAMENTOS (EXCETO O FORNECIMENTO DE MERCADORIAS PRODUZIDAS PELO PRESTADOR DE SERVIÇOS FORA DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, QUE FICA SUJEITO AO ICMS).

Item	Descrição	Quant.	Vlr. Unitário	Valor Total
1	NOTA REFERENTE A TROCA DE ÓLEO, CORRÊIA, CENTRALIZAÇÃO DE MOTORES E MANUTENÇÃO DOS 04 (quatro) COMPRESSORES DAS UNIDADES AME (BRASÍLIA TEIMOSA, NOVA NATAL E PLANALTO). INCLUINDO TODO MATÉRIAL. REFERENTE AOS MESÊS DE FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL E MAIO.	1,0000	460,00	460,00

Valor Total da NFS-e R$: 460,00

Deduções (R$)	Base Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R$)	Outras Retenções (R$)
0,00	460,00	*,**	*,**	
INSS (R$)	**IRPJ (R$)**	**CSLL (R$)**	**COFINS (R$)**	**PIS/PASEP (R$)**

Outras Informações

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo SIMPLES NACIONAL. Não gera direito a crédito fiscal de IPI.

Prefeitura Municipal do Natal
Secretaria Municipal de Tributação
Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e
Nota Natalense

Nº da Nota: 0000000215	Nº da Substituída:
Data/Hora de Emissão: 18/06/2012 às 09:45:57	Competência: JUN/2012
Código de Verificação: 922360066	Data Prestação Serviço: 18/06/2012

Prestador de Serviços

CNPJ: 08.803.706/0001-01 **Inscrição Municipal:** 161.509-2

Razão Social: G E J DEDETIZACAO DE PRAGAS LTDA ME

Endereço: RUA CORONEL AURIS COELHO, 446, NOVA DESCOBERTA, 59000-000

Município: NATAL **UF:** RN

Telefone: (84) 3234-6405 **E-mail:** gejdedetizacao@hotmail.com

TCE/RN - DE
Fls. 12
Mat.

Tomador de Serviços

Nome/Razão Social: ASSOCIACAO MARCA PARA PROMOCAO DE SERVICOS

CPF/CNPJ: 05.791.879/0004-01 **Inscrição Municipal:** 184.526-8

Endereço: AV HERMES DA FONSECA, 384, SL02, PETROPOLIS, 59020-000

Município: **UF:** RN

Telefone: 8596-4439 **E-mail:** amarca.oscip@ahoo.com.br

Serviços

7.02 - EXECUÇÃO, POR ADMINISTRAÇÃO, EMPREITADA OU SUBEMPREITADA, DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, HIDRÁULICA OU ELÉTRICA E DE OUTRAS OBRAS SEMELHANTES, INCLUSIVE SONDAGEM, PERFURAÇÃO DE POÇOS, ESCAVAÇÃO, DRENAGEM E IRRIGAÇÃO, TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, CONCRETAGEM E A INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE PRODUTOS, PEÇAS E EQUIPAMENTOS (EXCETO O FORNECIMENTO DE MERCADORIAS PRODUZIDAS PELO PRESTADOR DE SERVIÇOS FORA DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, QUE FICA SUJEITO AO ICMS).

Item	Descrição	Quant.	Vlr. Unitário	Valor Total
1	fabricação de matade das prateleiras de madeia para guardar as caixas do arquivo da upa(unidade de pronto atendimento), deixando-as instaladas e pintadas no ponto de uso.	1,0000	550,00	550,00

Valor Total da NFS-e R$: 550,00

Deduções (R$)	Base Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R$)	Outras Retenções (R$)
0,00	550,00	***	***	
INSS (R$)	**IRPJ (R$)**	**CSLL (R$)**	**COFINS (R$)**	**PIS/PASEP (R$)**

Outras Informações

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo SIMPLES NACIONAL. Não gera direito a crédito fiscal de IPI.

Prefeitura Municipal do Natal
Secretaria Municipal de Tributação
Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e
Nota Natalense

0000000218	N° da Substituída
Data/Hora de Emissão 10/07/2012 às 14:48:09	**Competência** JUL/2012
Código de Verificação 899565477	**Data Prestação Serviço** 10/07/2012

Prestador de Serviços

CNPJ: 08.803.706/0001-01 **Inscrição Municipal:** 161.509-2

Razão Social: G E J DEDETIZACAO DE PRAGAS LTDA ME

Endereço: RUA CORONEL AURIS COELHO, 446, NOVA DESCOBERTA, 59000-000

Município: NATAL **UF:** RN

Telefone: (84) 3234-6405 **E-mail:** gejdedetizacao@hotmail.com

TCE/RN - DE
Fls. 53
Rub.

Tomador de Serviços

Nome/Razão Social: ASSOCIACAO MARCA PARA PROMOCAO DE SERVICOS

CPF/CNPJ: 05.791.879/0004-01 **Inscrição Municipal:** 184.526-8

Endereço: AV HERMES DA FONSECA, 384, SL02, PETROPOLIS, 59020-000

Município: **UF:** RN

Telefone: 8596-4439 **E-mail:** amarca.oscip@ahoo.com.br

Serviços

7.02 - EXECUÇÃO, POR ADMINISTRAÇÃO, EMPREITADA OU SUBEMPREITADA, DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, HIDRÁULICA OU ELÉTRICA E DE OUTRAS OBRAS SEMELHANTES, INCLUSIVE SONDAGEM, PERFURAÇÃO DE POÇOS, ESCAVAÇÃO, DRENAGEM E IRRIGAÇÃO, TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, CONCRETAGEM E A INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE PRODUTOS, PEÇAS E EQUIPAMENTOS (EXCETO O FORNECIMENTO DE MERCADORIAS PRODUZIDAS PELO PRESTADOR DE SERVIÇOS FORA DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, QUE FICA SUJEITO AO ICMS).

Item	Descrição	Quant.	Vlr. Unitário	Valor Total
1	MANUTENÇÃO ELÉTRICA, HIDRAULICA, PINTURA E PARTE DE PEDREIRO NAS UNIDADES DE SAUDE AME NOVA NATAL, AME BRASILIA TEIMOSA E AME PLANALTO. NOTA REFERENTE AO MÊS DE JUNHO/2012	1,0000	5.890,00	5.890,00

Valor Total da NFS-e R$: 5.890,00

Deduções (R$)	Base Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R$)	Outras Retenções (R$)
0,00	5.890,00	***	***	
INSS (R$)	**IRPJ (R$)**	**CSLL (R$)**	**COFINS (R$)**	**PIS/PASEP (R$)**

Outras Informações

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo SIMPLES NACIONAL. Não gera direito a crédito fiscal de IPI.

Prefeitura Municipal do Natal
Secretaria Municipal de Tributação
Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e
Nota Natalense

0000000219	Nº da Substituída
Data/Hora de Emissão: 10/07/2012 às 14:55:42	Competência: JUL/2012
Código de Verificação: 428976844	Data Prestação Serviço: 10/07/2012

Prestador de Serviços

CNPJ: 08.803.706/0001-01 **Inscrição Municipal:** 161.509-2

Razão Social: G E J DEDETIZACAO DE PRAGAS LTDA ME

Endereço: RUA CORONEL AURIS COELHO, 446, NOVA DESCOBERTA, 59000-000

Município: NATAL **UF:** RN

Telefone: (84) 3234-6405 **E-mail:** gejdedetizacao@hotmail.com

TCE/RN - DE
Fls. 9
Rub.

Tomador de Serviços

Nome/Razão Social: ASSOCIACAO MARCA PARA PROMOCAO DE SERVICOS

CPF/CNPJ: 05.791.879/0004-01 **Inscrição Municipal:** 184.526-8

Endereço: AV HERMES DA FONSECA, 384, SL02, PETROPOLIS, 59020-000

Município: NATAL **UF:** RN

Telefone: 8596-4439 **E-mail:** amarca.oscip@ahoo.com.br

Serviços

7.02 - EXECUÇÃO, POR ADMINISTRAÇÃO, EMPREITADA OU SUBEMPREITADA, DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, HIDRÁULICA OU ELÉTRICA E DE OUTRAS OBRAS SEMELHANTES, INCLUSIVE SONDAGEM, PERFURAÇÃO DE POÇOS, ESCAVAÇÃO, DRENAGEM E IRRIGAÇÃO, TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, CONCRETAGEM E A INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE PRODUTOS, PEÇAS E EQUIPAMENTOS (EXCETO O FORNECIMENTO DE MERCADORIAS PRODUZIDAS PELO PRESTADOR DE SERVIÇOS FORA DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, QUE FICA SUJEITO AO ICMS).

Item	Descrição	Quant.	Vlr. Unitário	Valor Total
1	NOTA REFERENTE A MANUTENÇÃO DE LAVAGEM E DESINFECÇÃO DOS RESERVATÓRIOS SUPERIORES E INFERIORES DAS UNIDADES DE SAUDE AME NOVA NATAL, AME BRASÍLIA TEIMOSA E AME PLANALTO COM CASA DE APOIO. NOTA REFERENTE AO MÊS DE JUNHO/2012	1,0000	330,00	330,00

Valor Total da NFS-e R$: 330,00

Deduções (R$)	Base Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R$)	Outras Retenções (R$)
0,00	330,00	***	***	
INSS (R$)	**IRPJ (R$)**	**CSLL (R$)**	**COFINS (R$)**	**PIS/PASEP (R$)**

Outras Informações

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo SIMPLES NACIONAL. Não gera direito a crédito fiscal de IPI.

Prefeitura Municipal do Natal
Secretaria Municipal de Tributação
Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e
Nota Natalense

0000000226	Nº da Substituída
Data/Hora de Emissão: 07/08/2012 às 14:38:08	Competência: AGO/2012
Código de Verificação: 559216455	Data Prestação Serviço: 07/08/2012

Prestador de Serviços

CNPJ: 08.803.706/0001-01 **Inscrição Municipal:** 161.509-2
Razão Social: G E J DEDETIZACAO DE PRAGAS LTDA ME
Endereço: RUA CORONEL AURIS COELHO, 446, NOVA DESCOBERTA, 59000-000
Município: NATAL **UF:** RN
Telefone: (84) 3234-6405 **E-mail:** gejdedetizacao@hotmail.com

TCE/RN - DE
Fls. 10
Mat.

Tomador de Serviços

Nome/Razão Social: ASSOCIACAO MARCA PARA PROMOCAO DE SERVICOS
CPF/CNPJ: 05.791.879/0004-01 **Inscrição Municipal:** 184.526-8
Endereço: AV HERMES DA FONSECA, 384, SL02, PETROPOLIS, 59020-000
Município: NATAL **UF:** RN
Telefone: 8596-4439 **E-mail:** amarca.oscip@ahoo.com.br

Serviços

7.02 - EXECUÇÃO, POR ADMINISTRAÇÃO, EMPREITADA OU SUBEMPREITADA, DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, HIDRÁULICA OU ELÉTRICA E DE OUTRAS OBRAS SEMELHANTES, INCLUSIVE SONDAGEM, PERFURAÇÃO DE POÇOS, ESCAVAÇÃO, DRENAGEM E IRRIGAÇÃO, TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, CONCRETAGEM E A INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE PRODUTOS, PEÇAS E EQUIPAMENTOS (EXCETO O FORNECIMENTO DE MERCADORIAS PRODUZIDAS PELO PRESTADOR DE SERVIÇOS FORA DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, QUE FICA SUJEITO AO ICMS).

Item	Descrição	Quant.	Vlr. Unitário	Valor Total
1	MANUTENÇÃO ELÉTRICA, HIDRAÚLICA, PINTURA E PARTE DE PEDREIRO NAS UNIDADES DE SAÚDE AME (PLANALTO, BRASÍLIA TEIMOSA E NOVA NATAL) NOTA REFERENTE AO MÊS DE JULHO.	1,0000	5.890,00	5.890,00

Valor Total da NFS-e R$: 5.890,00

Deduções (R$)	Base Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R$)	Outras Retenções (R$)
0,00	5.890,00	***	***	
INSS (R$)	**IRPJ (R$)**	**CSLL (R$)**	**COFINS (R$)**	**PIS/PASEP (R$)**

Outras Informações

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo SIMPLES NACIONAL. Não gera direito a crédito fiscal de IPI.

Prefeitura Municipal do Natal
Secretaria Municipal de Tributação
Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e
Nota Natalense

0000000227	Nº da Substituída
Data/Hora de Emissão: 07/08/2012 às 14:40:18	Competência: AGO/2012
Código de Verificação: 436637866	Data Prestação Serviço: 07/08/2012

Prestador de Serviços

CNPJ: 08.803.706/0001-01 **Inscrição Municipal:** 161.509-2

Razão Social: G E J DEDETIZACAO DE PRAGAS LTDA ME

Endereço: RUA CORONEL AURIS COELHO, 446, NOVA DESCOBERTA, 59000-000

Município: NATAL **UF:** RN

Telefone: (84) 3234-6405 **E-mail:** gejdedetizacao@hotmail.com

TCE/RN - DE
Fls. 61
Rub.
Mat.

Tomador de Serviços

Nome/Razão Social: ASSOCIACAO MARCA PARA PROMOCAO DE SERVICOS

CPF/CNPJ: 05.791.879/0004-01 **Inscrição Municipal:** 184.526-8

Endereço: AV HERMES DA FONSECA, 384, SL02, PETROPOLIS, 59020-000

Município: NATAL **UF:** RN

Telefone: 8596-4439 **E-mail:** amarca.oscip@ahoo.com.br

Serviços

7.02 - EXECUÇÃO, POR ADMINISTRAÇÃO, EMPREITADA OU SUBEMPREITADA, DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, HIDRÁULICA OU ELÉTRICA E DE OUTRAS OBRAS SEMELHANTES, INCLUSIVE SONDAGEM, PERFURAÇÃO DE POÇOS, ESCAVAÇÃO, DRENAGEM E IRRIGAÇÃO, TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, CONCRETAGEM E A INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE PRODUTOS, PEÇAS E EQUIPAMENTOS (EXCETO O FORNECIMENTO DE MERCADORIAS PRODUZIDAS PELO PRESTADOR DE SERVIÇOS FORA DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, QUE FICA SUJEITO AO ICMS).

Item	Descrição	Quant.	Vlr. Unitário	Valor Total
1	MANUTENÇÃO DE LAVAGEM E DESINFECÇÃO DOS RESERVATÓRIOS SUPERIORES E INFERIORES DA UNIDADE DE SAÚDE AME (PLANALTO, NOVA NATAL E BRASÍLIA TEIMOSA). NOTA REFERENTE AO MÊS DE JULHO.	1,0000	330,00	330,00

Valor Total da NFS-e R$: 330,00

Deduções (R$)	Base Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R$)	Outras Retenções (R$)
0,00	330,00	*,**	*,**	
INSS (R$)	**IRPJ (R$)**	**CSLL (R$)**	**COFINS (R$)**	**PIS/PASEP (R$)**

Outras Informações

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo SIMPLES NACIONAL. Não gera direito a crédito fiscal de IPI.

NATAL RESGATE
Soluções em Saúde

NATAL RESGATE SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA
☎ +55 (84) 8801-2512
✉ contato@natalresgate.com.br
CNPJ: 12.599.531/0001-21

8842 8143

TCE/RN - DE
Fls. 12
Rub

PROPOSTA DE ORÇAMENTO

SOLICITANTE

ATT.	*Marcondes Diógenes Paiva - ASSOCIAÇÃO A MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS*
SERVIÇO	*Locação de Ambulância Básica*
LOCAL	*UPA – Pajussara*
PERÍODO	*12 (doze) meses*

SERVIÇO PROPOSTO

- LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA BÁSICA -

DESCRIÇÃO DOS ITENS: *MACA RETRÁTIL, ARMÁRIOS, RÉGUA TRIPLA, PRANCHA DE RESGATE EM POLIETILENO (LONGA E CURTA) COM COXIN E ESTABILIZADORES DE CABEÇA, COLAR CERVICAL TIPO STILFNECK TAM. PP, P, M e G, BALA DE OXIGÊNIO GRANDE FIXA, PEQUENA PORTÁTIL E IMOBILIZADORES.*

ESPECIFICAÇÕES DA VIATURA: *MOD. RENAULT MASTER, MOTOR 2.8, COM AR-CONDICIONADO NA CABINE E BAÚ, EXAUSTOR, ILUMINAÇÃO INTERNA, 3 SAÍDAS DE OXIGÊNIO, TOMADAS 110 E 220 W, ISOLAMENTO ACÚSTICO, BATERIA AUXILIAR, NO BREAK, CADEIRA, SUPORTES PARA SORO, GIROFLEX, LUZES LATERAIS, SIRENE COM 5 TOQUES E CABO DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA DA BATERIA.*

VALOR MENSAL: ..... ***R$ 6.950,00***
VALOR TOTAL (12 MESES): ..... ***R$ 83.400.00***
DATA ***09/08/2012***
VALIDADE DA PROPOSTA: ..... ***60 dias***

OBSERVAÇÕES

KM, COMBUSTÍVEL, REPOSIÇÃO DE MATERIAIS E RECARGA DE OXIGÊNIO POR CONTA DA CONTRATANTE.

Opção pela Qualidade!

TransLife

Remoção e Assistência em eventos

TCE/RN - DE
Fls. 63
Rub.
Mat.

ORÇAMENTO

ATT: ASSOCIAÇÃO MARCA (A/C MARCONDES DIÓGENES)
LOCAL: NATAL/RN
PERÍODO: MENSAL
HORÁRIO: 24 HORAS DIARIA

A empresa TRANS LIFE, CNPJ 09.215.843\0001-80, vem respeitosamente apresentar a seguinte proposta de serviço:

1 - AMBULÂNCIA SUPORTE BÁSICO: Composta por uma ambulância tipo sprint completa, equipada com materiais de primeiros socorros, oxigênio terapia, mascaras de Venturi, cateter para oxigênio terapia, maletas para curativos, prancha, colar cervical, termômetro, tensiometro, estetoscópio, ambú, todos esses materiais são esterilizados e descartável, cuidado com a estética, higiene e conforto dos nossos clientes. Viaturas novas, higienizadas e odorizadas. Composto por Ambulância suporte básico,

PRODUTO	QT	UNIDADE
Locação de Ambulância (BÁSICA)	24	Hora

Total mensal (por mês) 30 DIAS	R$	7.500,00

NATAL/RN, 07 DE AGOSTO DE 2012.

WWW.TRANSLIFESAUDE.COM
Rua Coronel José Guimarães, 72 - Lagoa Nova - Natal/RN - CEP: 59054-795.
Fones: (84) 9104.4105 / 3231.5442
translifesaude@yahoo.com.br

NUTRIVIDA

TCE/RN - DE
Fls. 64

Natal-(RN), 06 de agosto de 2012.

A
Associação Marca
ATT.: Marcondes Diógenes Paiva
NATAL/RN

Assunto: **PROPOSTA DE LOCAÇÃO MENSAL DE AMBULÂNCIA**

Prezados Senhores:

Conforme solicitação, apresentamos nossa proposta de locação mensal de ambulância.

QUEM SOMOS

A NUTRIVIDA HOME CARE é uma empresa com sede em Natal, que atua na prestação de serviços de suporte clinico nutricional hospitalar e domiciliar e Home Care desde 1998, buscando sempre a excelência profissional e a satisfação dos nossos clientes.

Dentro da nossa linha de atendimento, desenvolvemos uma estrutura especifica para remoções especializadas de pacientes e cobertura de eventos, sempre com o objetivo de garantir ao nosso cliente qualidade e conforto no atendimento.

Matriz
Nutrivida Ltda. | CNPJ: 02.433.598/0001-38
Rua Desembargador Antônio Soares, 1292 - Tirol - Natal/RN
CEP: 59022-120 - Fone: (84) 4009.3600 | Fax: (84) 4009.3602

Filial
Nutrivida Ltda. | CNPJ: 02.433.598/0002-19
Rua Melo Franco, 121 - Centro - Mossoró/RN
CEP: 59611-050 - Fone/Fax: (84) 3316-5234

www.nutrivida-homecare.com.br | nutrivida@digi.com.br

TCE/RN - DE
Fls. 65
Rub.
Mat

NUTRIVIDA

1. CARACTERÍSTICAS DO VEÍCULO

Ambulância - Veículo Renault, furgão L2H2, modelo Máster Altechamb, 5 portas, com ar condicionado, dentro das especificações da OMS e da Vigilância Sanitária.

2 . SERVIÇO

Proposta de locação mensal de ambulância sem condutor, equipada de acordo com as especificações e segurança determinada pela Vigilância Sanitária/MS, contendo:

Valor da diária..... R$ 500,00

3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

30 dias, através de boleto bancário.

Sem mais para o momento, nos colocamos a inteira disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

NUTRIVIDA LTDA.
Danielle Medeiros
Gerente Administrativo Jr.
Celular (84) 9184-6986 / (71) 8168-8493
Telefone (84) 4009-3600 / (84) 4009-3613
E-mail: sac@nutrivida-homecare.com.br

TCE/RN - DE
Fls 66
Rub
Mat

Natal, 26 de julho de 2012.

Ilma. Sra. Dra.
Maria do Perpétuo Socorro Lima Nogueira
Secretária Municipal de Saúde de Natal/RN

Ref. Solicitação de repasses para Associação Marca - Agosto/2012.

Prezada Secretária

A Associação Marca, por intermédio do seu Interventor Judicial, vem à presença de Vossa Senhoria solicitar que seja efetuado o repasse para cumprimento das obrigações competência Agosto/2012, conforme cronograma abaixo:

31/07 - 1ª Parcela: R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para pagamento da folha de funcionários de julho/2012 - líquida (sem encargos);

15/08 – 2ª Parcela: R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para pagamento médicos (Coopmed);

20/08 – 3ª Parcela: R$ 1.400.000,00 (Um milhão e quatrocentos mil reais) para pagamento de Fornecedores (abastecimento), prestadores de Serviços e encargos da folha de pagamento de pessoal.

Lembramos que o cumprimento do cronograma acima firmado é imprescindível para a manutenção do funcionamento das unidades e o consequente atendimento á população, meta de todos.

Cópia para:

Ilma. Sra. Dra.
Iara Maria Pinheiro de Albuquerque
DD. Promotora de Justiça da Saúde.
47ª Promotoria de Defesa dos Direitos da Saúde

Atenciosamente

Marcondes de Souza Diógenes Paiva
Interventor Judicial – Associação Marca/Natal

26/07/12
16:20
36.604-8

EMPRESA

Extrato conta corrente

A33J0921269853440 04
09/08/2012 23:36:30

Fls. 67
Rub
Mat

Cliente - Conta atual

Agência	22-1
Conta corrente	33460-X ASSOCIACAO MARCA PARA PRO
Período do extrato	mês atual a partir do dia 1

Lançamentos

Dt. movimento	Dt. balancete	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
31/07/2012		Saldo Anterior			1.259.862,63 C
01/08/2012		+ Transferência on line	554.361.000.109.427	96,16 D	
		01/08 4361 STER BOM 00005791879000401			
01/08/2012		+ Pgto conta água	80.101	369,03 D	
		CAERN CIA AGUAS ESG RN			
01/08/2012		+ Pgto conta água	80.102	25,24 D	
		CAERN CIA AGUAS ESG RN			
01/08/2012		+ Pagamento de Título	80.103	190,00 D	
		BANCO BRADESCO S.A.			
01/08/2012		+ Pagamento de Título	80.104	120,00 D	
		BANCO BRADESCO S.A.			
01/08/2012		Cheque Compensado	850.007	90,00 D	1.258.972,20 C
02/08/2012		+ Transferência on line	553.525.000.020.909	390,00 D	
		02/08 3525 20909-0 OLIVEIRA E OLI			
02/08/2012		+ Pagamento de Título	80.201	143,04 D	
		ITAU UNIBANCO S.A.			
02/08/2012		+ Pagamento de Título	80.202	1.003,00 D	
		BANCO BRADESCO S.A.			
02/08/2012		+ Pagamento de Título	80.203	88,00 D	
		BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.			
02/08/2012		Cheque Compensado	850.018	158,50 D	1.257.189,66 C
03/08/2012		+ Transferência on line	551.642.000.012.854	856,00 D	
		03/08 1642 12854-6 FABIANO WAGNER			
03/08/2012		Emissão de ORPAG	80.301	5.547,43 D	
03/08/2012		+ Pagamento de Título	80.302	1.194,52 D	
		BANCO BRADESCO S.A.			
03/08/2012		+ Pagamento de Título	80.303	4.885,34 D	
		EXOMED REPRESENTACAO DE MEDICA			
03/08/2012		Emissão de DOC	80.304	783,59 D	
03/08/2012		+ Tarifa Ordem Pagamento	882.161.300.131.782	25,40 D	1.243.897,38 C
		Tarifa referente a 03/08/2012			
06/08/2012		+ Transferência on line	551.642.000.019.920	10.659,72 D	
		06/08 1642 19920-6 MARCONDES SOUZ			
06/08/2012		Folha de Pagamento	19.002	3.700,87 D	
06/08/2012		Pagamento a Fornecedores	19.003	186.900,05 D	
06/08/2012		Emissão de DOC	19.004	130.825,55 D	
06/08/2012		TED Transf.Eletr.Disponiv	19.004	9.626,85 D	
06/08/2012		TED Transf.Eletr.Disponiv	19.005	13.979,88 D	
06/08/2012		Folha de Pagamento	19.006	53.047,27 D	
06/08/2012		Folha de Pagamento	19.007	97.663,76 D	
06/08/2012		Folha de Pagamento	19.007	29.856,03 D	
06/08/2012		Folha de Pagamento	19.008	27.126,27 D	
06/08/2012		Folha de Pagamento	19.009	27.194,37 D	
06/08/2012		Folha de Pagamento	19.010	6.828,03 D	
06/08/2012		+ Pagamento de Título	80.602	114,40 D	
		BANCO BRADESCO S.A.			
06/08/2012		+ Pagamento de Título	80.603	535,50 D	
		BANCO BRADESCO S.A.			
06/08/2012		+ Pagamento de Título	80.604	430,48 D	
		BANCO BRADESCO S.A.			
06/08/2012		+ Pagamento de Título	80.605	3.331,33 D	
		BEM IMOVEIS LTDA			
06/08/2012		+ Pagamento de Título	80.606	199,00 D	
		BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.			

06/08/2012	+ Pagamento de Título ITAU UNIBANCO S.A.	80.607	368,89 D	
06/08/2012	+ Pagamento de Título ITAU UNIBANCO S.A.	80.608	699,72 D	
06/08/2012	+ Tarifa Pag Forn Créd Cta Tarifa referente a 06/08/2012	872.191.100.014.258	255,00 D	
06/08/2012	+ Tar Lib/Ant Float Fornec Tarifa referente a 06/08/2012	872.191.100.014.259	373,80 D	
06/08/2012	+ Tar Lib/Ant Float Fornec Tarifa referente a 06/08/2012	872.191.100.014.260	280,90 D	
06/08/2012	+ Tar Lib/Ant Float Fornec Tarifa referente a 06/08/2012	872.191.100.014.261	27,95 D	
06/08/2012	+ Tarifa Pag Forneced DOC Tarifa referente a 06/08/2012	872.191.100.015.713	1.074,20 D	
06/08/2012	+ Tarifa Pagto Forneced TED Tarifa referente a 06/08/2012	872.191.100.015.714	24,60 D	
06/08/2012	+ Tarifa Pagto Forneced TED Tarifa referente a 06/08/2012	872.191.100.015.715	16,40 D	
06/08/2012	+ Tar Pag Salár Créd Conta Tarifa referente a 06/08/2012	872.191.100.017.923	125,80 D	
06/08/2012	+ Tar Pag Salár Créd Conta Tarifa referente a 06/08/2012	872.191.100.017.924	23,80 D	
06/08/2012	+ Tar Lib/Ant Float Pg Sal Tarifa referente a 06/08/2012	872.191.100.017.925	7,40 D	
06/08/2012	+ Tar Lib/Ant Float Pg Sal Tarifa referente a 06/08/2012	872.191.100.017.926	106,09 D	
06/08/2012	+ Tar Lib/Ant Float Pg Sal Tarifa referente a 06/08/2012	872.191.100.017.927	255,03 D	
06/08/2012	+ Tar Lib/Ant Float Pg Sal Tarifa referente a 06/08/2012	872.191.100.017.928	54,25 D	
06/08/2012	+ Tar Lib/Ant Float Pg Sal Tarifa referente a 06/08/2012	872.191.100.017.929	54,38 D	
06/08/2012	+ Tar Lib/Ant Float Pg Sal Tarifa referente a 06/08/2012	872.191.100.017.930	13,65 D	
06/08/2012	+ Tarifa Pag Salário TED Tarifa referente a 06/08/2012	872.191.100.031.321	8,20 D	
06/08/2012	+ Tarifa Pag Salário DOC Tarifa referente a 06/08/2012	872.191.100.031.322	705,20 D	
06/08/2012	+ Tarifa Pag Salário TED Tarifa referente a 06/08/2012	872.191.100.031.323	65,60 D	
06/08/2012	+ Tarifa Pag Salário TED Tarifa referente a 06/08/2012	872.191.100.031.324	24,60 D	
06/08/2012	+ Tarifa Pag Salário DOC Tarifa referente a 06/08/2012	872.191.100.031.325	41,00 D	637.271,56 C
07/08/2012	+ DOC devolvido 104 00035 0000000004972 000000023	811	815,35 C	
07/08/2012	+ Transferência on line 07/08 4361 5255-8 IMP COML DE MA	554.361.000.005.255	527,13 D	
07/08/2012	+ Impostos FGTS ARRECADACAO GRF	80.701	37.840,57 D	
07/08/2012	+ Impostos FGTS ARRECADACAO GRF	80.702	14.545,63 D	
07/08/2012	+ Impostos FGTS ARRECADACAO GRF	80.703	1.153,90 D	
07/08/2012	+ Impostos FGTS ARRECADACAO GRF	80.704	1.485,05 D	
07/08/2012	+ Impostos FGTS ARRECADACAO GRF	80.705	2.124,06 D	
07/08/2012	+ Pagamento conta luz COSERN	80.706	282,41 D	
07/08/2012	+ Pagamento de Título ITAU UNIBANCO S.A.	80.707	492,84 D	
07/08/2012	+ Pagamento de Título ITAU UNIBANCO S.A.	80.708	1.068,50 D	
07/08/2012	+ Pagamento de Título	80.709	1.723,11 D	

TCE/RN - DE
Fls. 69
Rub.
Mat.

	ITAU UNIBANCO S.A.			
07/08/2012	+ Pagamento de Título	80.710	13.139,00 D	
	ITAU UNIBANCO S.A.			
07/08/2012	Emissão de DOC	80.711	525,00 D	
07/08/2012	Emissão de DOC	80.712	970,00 D	
07/08/2012	+ Tarifa Pacote de Serviços	842.191.300.249.102	36,00 D	562.173,71 C
	Tar. agrupadas - ocorrencia 06/08/2012			
08/08/2012	DOC devolvido	200.008	525,00 C	
08/08/2012	DOC devolvido	500.011	970,00 C	
08/08/2012	+ Pagamento de Título	80.801	1.249,50 D	
	BANCO BRADESCO S.A.			
08/08/2012	Emissão de DOC	80.802	815,35 D	561.603,86 C
09/08/2012	Folha de Pagamento	8.827.689	5.800,21 D	
09/08/2012	Anotação Provisória Débit	8.827.699	2.716,87 D	
09/08/2012	+ Pagamento de Título	80.901	4.342,44 D	
	BANCO BRADESCO S.A.			
09/08/2012	+ Pagamento de Título	80.902	5.527,99 D	
	BANCO BRADESCO S.A.			
09/08/2012	+ Pagamento de Título	80.903	1.363,27 D	
	CAIXA ECONOMICA FEDERAL			
09/08/2012	+ Pagamento de Título	80.904	340,11 D	
	ITAU UNIBANCO S.A.			
09/08/2012	Emissão de DOC		1.328,00 D	
09/08/2012	S A L D O			540.184,97 C

JUROS	0,00
DATA DE DEBITO DE JUROS	31/08/2012
IOF	0,00
DATA DE DEBITO DE IOF	03/09/2012

#vesteacamisa do esporte brasileiro junto com o
Banco do Brasil. Acesse www.vesteacamisa.com.br

Central de Atendimento BB
4004 0001 / 0800 729 0001
Servico de Atendimento ao Consumidor - SAC
0800 729 0722
Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos
0800 729 0088

Transação efetuada com sucesso por: J7622065 MARCONDES DE SOUZA DIOGENES PAIVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

TCE/RN - DE
Cla 71
Rub
Mat

PREFEITURA DO NATAL
Trabalho aqui, trabalho agora.
Secretaria Municipal de Saúde

PREFEITURA DO NATAL
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
SECRETARIA ADJUNTA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

PLANO DE AÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DA INFLUENZA, NO MUNICIPIO DO NATAL/RN.

DEZEMBRO/2011

PLANO DE AÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DA INFLUENZA, NO MUNICIPIO DO NATAL/RN.

Micarla de Souza Weber
Prefeita de Natal

Maria do Perpétuo Socorro Nogueira
Secretária Municipal de Saúde

Ariane Rose Macedo
Secretária Adjunta de Atenção Integral á Saúde

Maria da Saudade Azevedo Moureira
Departamento de Avaliação, Controle e Auditoria dos Sistemas

Maria Cristiana da Silva Souto
Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde

Mônica Carvalho Fialho de Oliveira
Chefe do Setor de Vigilância Epidemiológica

PLANO DE AÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DA INFLUENZA, NO MUNICIPIO DO NATAL/RN.

1. Introdução

O município de Natal é a capital do Estado do Rio Grande do Norte, localizado na região Nordeste do país, com uma população 803.739 habitantes, uma área de 167.160 Km² e uma densidade populacional de 4.808,20 hab/ Km² (IBGE, 2010).

O município, no âmbito da Secretária Municipal de Saúde, está descentralizado em cinco distritos sanitários, a saber, Norte I, Norte II, Sul, Leste e Oeste.

Em cumprimento a Portaria Nº 2.693, de 17 de Novembro de 2011, a qual estabelece mecanismo de repasse financeiro do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde do Distrito Federal e Municípios, por meio do Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde, para implantação, implementação e fortalecimento da Vigilância Epidemiológica da Influenza, apresentamos as ações que serão realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde do Nata – SMS/Natal e em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde Pública do Rio Grande do Norte – SESAP/RN.

De acordo com o Termo de Adesão, em anexo, estas secretarias se comprometem a realizar a Vigilância de internações por CID J09 a J18, por meio da Vigilância de Síndrome Respiratória Aguda grave – SRAG e Vigilância Sentinela de Síndrome Gripal – SG.

2. Vigilância da Síndrome Respiratória Aguda Grave – SRAG

Conforme anexo II da referida portaria, para o município de Natal prevê a implantação da Vigilância da Síndrome Respiratória Aguda Grave-SRAG em uma UTI vinculada ao SUS a saber, Hospital Dr. José Pedro Bezerra e em uma UTI não vinculada ao SUS, Natal Hospital Center, ambas representam

mais de 10% dos leitos de UTI existentes no município de Natal, bem como por atender todas as faixas etárias, conforme estabelecido no parágrafo II do artigo 9º da portaria Nº 2.693, de 17 de Novembro de 2011. (Tabelas 1, 2, 3 e 4)

Tabela 1 - Número de internações e diárias de UTIs pelos CID de J09 a J18 respectivamente, no ano de 2010, no Município do Natal/RN.

Hospital RN	Freqüência	Diárias de UTI
HOSPITAL MEDICO CIRURGICO	03	07
HOSPITAL MEMORIAL	08	00
HOSPITAL DR JOSE PEDRO BEZERRA	567	420
HOSPITAL INFANTIL VARELA SANTIAGO	876	63
HOSPITAL DR LUIZ ANTONIO	03	08
MATERNIDADE ESCOLA JANUARIO CICCO	174	07
HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL	324	267
HUOL HOSPITAL UNIVERSITARIO ONOFRE LOPES	41	118
HOSPITAL MARIA ALICE FERNANDES	645	125
NATAL HOSPITAL CENTER	13	69
HOSPITAL CENTRAL CORONEL PEDRO GERMANO	64	131
HOSPITAL DOS PESCADORES	149	00
HOSPITAL GISELDA TRIGUEIRO	175	98
HOSPITAL ESTADUAL DR RUY PEREIRA DOS SANTOS	08	00
Total	**3050**	**1313**

Fonte: CNES/SMS

A unidade de saúde selecionada para vigilância da SRAG está vinculada ao SUS está sob a gerência da Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte (Hospital Dr. José Pedro Bezerra), necessitando que os recursos financeiros de implantação e manutenção sejam repassados para o Fundo Estadual de Saúde.

Tabela 2 - Número de diárias de UTIs, pelos CID de J09 a J18 respectivamente, nos meses do ano de 2010, no Município do Natal/RN.

Hospital	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
HOSPITAL MEDICO CIRURGICO	0	0	0	1	0	0	0	3	0	0	0	3	7
HOSPITAL DR JOSE PEDRO BEZERRA	0	31	31	15	7	0	86	78	34	52	30	56	420
HOSPITAL INFANTIL VARELA SANTIAGO	5	30	4	3	2	8	3	2	5	1	0	0	63

TCE/RN - DF
Fls. 73
Rub.
Mat.

HOSPITAL DR LUIZ ANTONIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0	8
MATERNIDADE ESCOLA JANUARIO CICCO	0	0	0	0	0	4	0	0	3	0	0	0	7
HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL	11	16	1	19	13	37	2	26	61	30	18	33	267
HUOL HOSPITAL UNIVERSITARIO ONOFRE LOPES	6	85	11	0	4	0	5	0	0	0	0	7	118
HOSPITAL MARIA ALICE FERNANDES	29	13	8	4	11	3	0	10	0	0	2	45	125
NATAL HOSPITAL CENTER	0	0	0	0	0	0	0	0	28	38	0	3	69
HOSPITAL CENTRAL CORONEL PEDRO GERMANO	8	17	0	12	51	0	16	10	0	3	0	14	131
HOSPITAL GISELDA TRIGUEIRO	51	4	30	0	0	13	0	0	0	0	0	0	98
Total	**110**	**196**	**85**	**54**	**88**	**65**	**112**	**129**	**131**	**132**	**50**	**161**	**1313**

Fonte: CNES/SMS

Tabela 3- Leitos de UTI existentes em Hospitais Públicos de Natal-RN.

HOSPITAL	LEITOS DE UTI
HOSPITAL CENTRAL CORONEL PEDRO GERMANO	10
HOSPITAL GISELDA TRIGUEIRO	11
HOSPITAL DR. JOSÉ PEDRO BEZERRA	24
HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL	25
MATERNIDADE ESCOLA JANUÁRIO CICCO	16
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ONOFRE LOPES	10
HOSPITAL MARIA ALICE FERNANDES	10
TOTAL	106

Fonte: CNES/SESAP-RN

Tabela 4- Leitos de UTI existentes em Hospitais privados de Natal-RN

HOSPITAL	LEITOS DE UTI
CASA DE SAÚDE SÃO LUCAS	16
HOSPITAL ANTÔNIO PRUDENTE	17
HOSPITAL DO CORAÇÃO DE NATAL	39
HOSPITAL MÉDICO CIRÚRGICO	9
HOSPITAL UNIMED	19
NATAL HOSPITAL CENTER	25
PAPI	10

PROMATER	35
UNICOR UNIDADE CARDIOLÓGICA SC LTDA	25
HOSPITAL DR. LUIZ ANTÔNIO	16
HOSPITAL MEMORIAL	15
INCOR NATAL	18
HOSPITAL INFANTIL VARELA SANTIAGO	11
TOTAL	255

Fonte: CNES/SESAP-RN

2.1. Ações a serem realizadas

- Notificar e investigar 80% dos casos de SRAG da UTI;
- Envio de amostra ao LACEN;
- Incluir os casos no sistema de influenza online;
- Informar semanalmente o número de internações por CID J09 a J18, por meio da alimentação no sistema informatizado de planilha semanal de internações em UTI.

3. Vigilância da Síndrome Gripal – SG

A Vigilância da SG será realizada na Unidade de Pronto Atendimento – UPA de Pajuçara, localizada no distrito sanitário norte, a qual atende todas as faixas etárias. Esta unidade esta vinculada à gerência da Secretaria Municipal de Saúde de Natal.

3.1- Ações a serem realizadas

- Informar proporção de SG sobre o total de atendimentos realizados pela UPA- Pajuçara;
- Coletar 05 (cinco) amostras por semana, todas as semanas;
- Notificar 80% dos casos de SG;
- Alimentação semanalmente o Sivep-Gripe.

4. Notificação de internações por CID J09 a J18

A Secretaria Municipal de Saúde fará as notificações de forma agregada por CID J09 a J18, semanalmente, das internações em todas as unidades de

saúde públicas e privadas, as quais serão digitadas no Sistema de Informação de Hospitalização (SIH).

TCE/RN - DE
Fls. 74
Rub.
Mat.

Quadro 1- Relação nominal dos profissionais responsáveis pela realização, monitoramento e avaliação das ações previstas neste plano.

NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL
Ariane Rose Macedo	Secretária Adjunta de Atenção Integral á Saúde	(84) 8802-7767	ranitaoliveira@ig.com.br
Maria Cristiana da Silva Souto	Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde	(84) 8866-5550	cristiana.souto@natal.rn.gov.br
Mônica Carvalho Fialho de Oliveira	Chefe do Setor de Vigilância Epidemiológica	(84) 3232-8534	fialhomonica@hotmail.com
Renata Pegado	Gerente de enfermagem da UPA Pajuçara	(84) 3614 5180 (ramal 28)	renatapegado@gmail.com
Juliana Bruna de Araújo	Subcoordenadora de Vigilância Epidemiológica	(84) 3232 2727	suvige@rn.gov.br
Stella Rosa de Sousa Leal	Técnica Responsável pela Vigilância da Influenza no Rio Grande do Norte	(84) 3232 2588	influenza@rn.gov.br
Maria Dáguia de Araújo Silva	Hospital Dr. José Pedro Bezerra	(84) 3232-7705	maria-daguia@uol.com.br
Joelma Damasceno Matias	Natal Hospital Center	(84) 4009 1157	ccih@nhc.com.br
Maria da Saudade Azevedo	Diretora do Departamento de Avaliação, Controle e Auditoria dos Sistemas	(84) 8866 5554	saudade.azevedo@natal.rn.gov.br

TCE/RN - DE
Fls. 25
Rub.
Mat

Novo Modelo de VE Influenza

Brasil

Portaria n. 2693/ 2011

(Publicada no DOU em 17 Novembro de 2011)

Objetivo Geral da Portaria:

Fortalecer a Vigilância Epidemiológica da Influenza, através de mecanismo de repasse financeiro do Fundo Nacional de Saúde (FNS) aos Fundos de Saúde do Distrito Federal e Municípios, por meio do Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde.

TCE/RN - DE
Fls. 76
Rub.
Mat.

Objetivos Específicos da Portaria:

❖ Identificar vírus respiratórios circulantes no Brasil para:

✓ Adequar a Vacina de Influenza Sazonal para o Hemisfério Sul

✓ Realizar isolamento de espécimes virais e enviar ao Centro Colaborador de Influenza para as Américas da Organização Mundial da Saúde (OMS)

✓ Conhecer a patogenicidade e virulência dos vírus respiratórios em cada período sazonal, visando a orientação terapêutica de acordo com o agente

✓ Garantir representatividade mínima da circulação viral em todos os Estados do país, tanto em casos graves/leves

✓ Identificar situações inusitadas e precocemente de novo subtipo viral

VE de Influenza orientada para adesão de recurso na Portaria n. 2693/ 2011

Capitais e Municípios com > 300 mil hab. da Região Sul

- **Vigilância Sentinela de SRAG em UTI**
- **Vigilância Sentinela de SG**
- **Vigilância Internações (Agregada por SE) por CID 10: J09 a J18**

Municípios da Região Metrop. da capital com > 300 mil hab.

- **Vigilância Sentinela de SG**
- **Vigilância Internações (Agregada por SE) por CID 10: J09 a J18**